

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

Paulo Henrique da Silva Santarém

**A CIDADE BRASÍLIA (DFE): CONFLITOS SOCIAIS E  
ESPACIAIS SIGNIFICADOS NA RAÇA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

BRASÍLIA

2013

PAULO HENRIQUE DA SILVA SANTARÉM

A CIDADE BRASÍLIA (DFE): CONFLITOS SOCIAIS E  
ESPACIAIS SIGNIFICADOS NA RAÇA

Dissertação apresentada como requisito  
parcial para conclusão do mestrado em  
Antropologia Social da Universidade de  
Brasília.

Orientador: Prof. José Jorge de Carvalho

BRASÍLIA, NOVEMBRO DE 2013

## AGRADECIMENTOS

Tenho milhares de pessoas a agradecer pelo que me fizeram crescer neste período do curso de Mestrado. Como não será possível fazer-lo sem cometer injustiças, restringirei o agradecimento a quem auxiliou diretamente na construção do mesmo.

Em primeiro lugar agradeço à minha família, Welde Duques dos Santos, José Vicente da Silva Lima Percílio, Paulo Rená da Silva Santarém (e ao seu herdeiro ou herdeira que em breve estará aqui conosco). Agradeço também a Nilda Percílio, Nina Schubart, Mauro Neto.

Agradeço especialmente a amigos que deram dedicação diferenciada quando passei por dificuldades nesta caminhada: Gabriel Soares, Izabele Maria Pimenta, Wolglan Melo, Juan Negret, Vanessa, Rafakaaos, Éveri Sirac, Leila Saraiva, Cled Pereira, Elisão, Matheus Castellani, Artur Sinimbu, Antônio Junior, Diego Mendonça, Juliana Del Lama, Natália Maria.

Um agradecimento especial ao Adonai, amigo da família que também odeia a especulação imobiliária, assim como eu. Espero que eu possa retribuir ao seu carinho inenarrável conosco.

Um agradecimento fundamental aos compas que revisaram esta dissertação comigo, dando sugestões, correções ortográficas e carinho. Muito Obrigado Hugo Loss, Caio Csermak, Raíssa Meneses, Gabriel Santos Elias, Ana Maria Ultra, Layla Jorge. Sem palavras...

Agradeço coletivamente aos movimentos sociais que me constituíram no mundo. Em especial ao Centro de Mídia Independente, ao Movimento Passe Livre, ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados, à Convergência de Grupos Autônomos, ao Santuário dos Pajés, ao Beco da Cultura de Taguatinga, Estampa Cerratense, Gunga, Tamnoá, Banda Muito Bom Gostoso.

Agradeço, com admiração, aos coletivos e movimentos dos quais não participei mas cuja parceria foi determinante neste processo: Intersindical, Sindicato dos Metroviários, Coletivo Cultura de Classe, Coletivo ArtSam, Coletivo Ceicine, Família Hip Hop de Santa Maria, Coletivo Radicais Livres, Emboladoras do Tempo, Boi do Seu Teodoro, Casa Viva.

Aos amigos do cafézinho: Danilo Oliveira, Zé do Boné, Vitor Camargo, Noshua Amoras, Olavo Souza, Ceariba de Menezes, Fernanda Tibana, Lucas Marques, Lucas Farage, Nando Antunes, João Marcelo.

Agradeço aos amigos e amigas do PPGAS com os quais pudemos desenvolver laços mais duradouros e que se juntaram no compromisso político de apresentar as ações afirmativas ao departamento. Saúdo-lhes em nome de Caio Csermak, Hugo Loss, Herika Chagas, Raoni da Rosa, Marcio Adriano, Mariana Lima, Ana Gretel, Rafael Antunes, Isabel Naranjo, Mariana Cintra, Guilherme Moura, Gleides Simone, Renato Aquino, Felipe Areda, Paula Balduino.

Aos companheiros/as do grupo de estudos “Modos de Produção e Antagonismos Sociais”, no nome de Rafael Litvin Villas Boas, Luiz Zarref, Márcia Severino, Manoel Dourado Bastos, Maria Mello, Felipe Canova, Mayra Lima.

Agradeço também à equipe com a qual pude integrar o trabalho de INRC do Boi do Seu Teodoro no ano de 2013: Letícia Vianna, Hérica Chagas, Maria Paz Fuenzálida, Rodrigo Ramassote, Lyvian Sena, Antonio Francisco, Alan Schwarsberg, João Gabriel, Júlia Tolentino, Farid Abdelnour, Nara Oliveira, Fabíola Resende, Tamatatíua Freire, Carol Freire.

Agradeço ao meu orientador, José Jorge de Carvalho, pela humanidade com que me tratou durante todo o processo; pelo companheirismo nas batalhas; pelo compromisso que transcende as ocasionalidades. E estendo este agradecimento a toda equipe do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino e na Pesquisa (INCTI).

**Saudações Rubro-Negras!  
Paíque**

## RESUMO

Esta obra parte de uma reflexão acerca dos conflitos sociais urbanos buscando analisar a realidade particular onde se inseriu a pesquisa. Para desenvolver a questão, levanta-se a hipótese de Brasília ser uma cidade fundamentalmente constituída através de conflitos sociais e não do planejamento urbano ou de seu tombamento. Estes são compreendidos, igualmente, como parte dos conflitos sociais da cidade. Analisando o planejamento de Brasília desde o seu modo de produção e o desenvolvimento dos conflitos em torno de cinco configurações conjunturais principais do mesmo, chegamos à abordagem da atual conjuntura dos conflitos urbanos, nomeada “Ditadura da Especulação”. Esta conjuntura dos conflitos sociais articula as contradições anteriores em uma forma avançada de apropriação capitalista do espaço, à qual a obra busca avançar na compreensão. Os conflitos sociais espaciais no Distrito Federal e Entorno assumem como linguagem espacial os fenótipos raciais, vinculando-se às estruturas do Racismo. Assim, no trabalho utiliza-se o urbano como uma chave de compreensão das desigualdades espaciais e raciais na cidade. A metodologia utilizada foi a leitura de bibliografias tratando de diferentes aspectos de Brasília, além de análise da literatura, música e produção audiovisual local. Estas análises são constituídas parte em forma de ensaio crítico, parte em forma de crônicas sobre distintos conflitos sociais no DF.

**Palavras Chave:** Brasília, Distrito Federal e Entorno, Conflitos Sociais, Planejamento Urbano, Tombamento, Especulação Imobiliária, Território, Relações Raciais, Mobilidade Urbana

---

## ABSTRACT

The present work starts from a reflection on urban social conflicts, trying to analyze the particular reality where this study was immersed. The central hypothesis to developing this issue presents Brasilia as a city fundamentally constituted through social conflict and not by proper urban planning or by its heritage listing. These last two factors are in fact also included as part of the social conflicts of the city. Analyzing Brasilia's planning since its modes of production and the development of its conflicts around five main conjunctural configurations, we arrive at the approach of the current urban conflicts scenery, entitled "Dictatorship of Speculation". This situation of social conflict articulates the previous contradictions in an advanced capitalist way of appropriation of space, to which this work seeks to present advanced understanding. The social spatial conflicts in the Federal District and its surrounding areas assume as a spatial discourse the racial phenotypes, linked to the structures of racism. Therefore, in this work we use the “urban” as a key to understanding the spatial and racial inequalities in the city. The methodology was reading of bibliographies dealing with different aspects of Brasilia, as well as analysis of literature, music and local audiovisual production. These analysis are constituted partly as a critical essay, partly in the form of chronicles about different social conflicts in the Federal District.

**Key words:** Brasilia, Federal District and Surrounding Areas, Social Conflict, Urban Planning , Heritage listing, Property Speculation, Territory, Racial Relations, Urban Mobility

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>Página 3</b>
<b>RESUMO</b>	<b>Página 4</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>Página 7</b>

---

### **CAPÍTULO 1 – A ÍNTIMA RELAÇÃO ENTRE CIDADES E CONFLITOS SOCIAIS**

---

-----Página 10

<b>Abordagens de junho .....</b>	<b>Página 18</b>
<b>Lutas no Transportes .....</b>	<b>Página 18</b>
<b>Megaeventos .....</b>	<b>Página 20</b>
<b>Lutas Anticoloniais e Latinoamericanas .....</b>	<b>Página 23</b>
<b>Crise Capitalista .....</b>	<b>Página 30</b>
<b>Equacionando a Cidade e o Conflito .....</b>	<b>Página 40</b>

### **CAPÍTULO 2 – BRASÍLIA: UMA CIDADE DE CONFLITOS SOCIAIS**

---

-----Página 44

<b>“Arquitetura ou Revolução: A revolução pode ser evitada”.....</b>	<b>Página 44</b>
<b>Brasília: um projeto de Brasil.....</b>	<b>Página 46</b>
<b>The Sims Brasília.....</b>	<b>Página 48</b>
<b>Brasília, planejamento e o futuro do Pretérito.....</b>	<b>Página 54</b>
<b>Tombamento – O aprisionamento coletivo a uma ideia.....</b>	<b>Página 58</b>
<b>Entre a defesa da cidade e a segregação territorial.....</b>	<b>Página 63</b>
<b>Breves considerações sobre as Fissuras do Plano.....</b>	<b>Página 85</b>

### **CAPÍTULO 3 – O CONFLITO SOCIAL NO ESPAÇO CERRATENSE-CANDANGO**

---

-----Página 87

<b>Uma longa história de Brasília - Candangos, Pioneiros, Cerratenses.....</b>	<b>Página 89</b>
<b>Cinco conjunturas do conflito social local .....</b>	<b>Página 93</b>
<b>Compreender a Especulação .....</b>	<b>Página 100</b>
<b>Tentando Radiografar a Ditadura da Especulação .....</b>	<b>Página 117</b>
<b>A Ditadura da Especulação pode ser derrotada? .....</b>	<b>Página 119.</b>

### **CAPÍTULO 4 – O SIGNO RACIAL DO CONFLITO ESPACIAL**

---

-----Página 124

<b>O Urbano como chave para a compreensão do Racismo.....</b>	<b>Página 128</b>
<b>A Significação Racial do Espaço no DFE .....</b>	<b>Página 130</b>
<b>Transporte Coletivo: Máquina de Guerra da mobilidade ou Aparelho de Captura urbano .....</b>	<b>Página 134</b>
<b>A mobilidade negra em uma sociedade burocrática.....</b>	<b>Página 141</b>

---

<b>CONCLUSÕES</b>	<b>Página 146</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>Página 154</b>

---

## CRÔNICAS CANDANGAS - SUMÁRIO

* O cinema candango responde: A cidade é uma só?-----	Página 87
* Taguatinga, cimento expropriado faz o novo centro-----	Página 92
* A Vila Paranoá nas fases dos conflitos-----	Página 97
* Universidade de Brasília Especula -----	Página 102
* Gama de ontem e de hoje - minha família -----	Página 103
* O ABC do Santo Cristo -----	Página 107
* O originário Quilombo Mesquita -----	Página 108
* Perder os dedos e ganhar um estereótipo em Santa Maria -----	Página 110
* Urbanizações especuladoras na Cidade Estrutural e Porto Rico -----	Página 111
* O chafariz e a Towerland em Samambaia -----	Página 115
* Muros de prédios sobre o Guará -----	Página 117
* Boi de Seu Teodoro em Sobradinho e a TERRACAP -----	Página 120
* O santuário não se move -----	Página 121
* O sexto mandamento -----	Página 126
* Natal e Escolas públicas no Sudoeste -----	Página 127
* Paradas de ônibus no Park Way -----	Página 134
* Águas Claras - cidade metrô/carro -----	Página 140
* Andar só em Brasília, na rua, como negro -----	Página 141
* As pontes no lago norte -----	Página 144
* O metrô na asa sul -----	Página 145

## INTRODUÇÃO

A presente obra busca realizar uma reflexão profunda acerca das formas de se estudar Brasília. Refletindo acerca das transformações recentes nas relações sociais, econômicas e políticas da capital busco formular sobre como a cidade se construiu e se narrou teoricamente para, por fim, realizar uma análise das recentes relações sociais no espaço e assim compreender o momento atual desta região. Compreendo, fundamentalmente, que o espaço em questão constitui-se desde os conflitos sociais nacionais e regionais, ao contrário de uma concepção em que a seja vista cidade unicamente em função dos planejamentos tecnocratas ou de estado.

Dividi o trabalho em quatro capítulos principais. Cada um deles trata de uma questão específica que se articula no todo do objetivo a obra. Porém há uma diferença discursiva entre os dois primeiros e os dois últimos. Enquanto os capítulos um e dois tem uma certa característica de revisão bibliográfica crítica, os capítulos três e quatro tem uma dimensão mais prosaica e investigativa. Nos dois últimos capítulos, também, os textos críticos estão entremeados de crônicas acerca de conflitos sociais espacializados em diferentes locais do DF. A idéia é abordar o amplo panorama a partir destes casos.

O primeiro Capítulo, chamado “Cidades e conflitos sociais: uma relação íntima”, é um trabalho em alguma medida preliminar ao restante da obra. Neste capítulo, de caráter mais informal e ensaístico, defendo a hipótese de que as cidades têm uma relação de desenvolvimento vinculada aos conflitos sociais. Para tanto me baseio primeiramente em algumas possíveis explicações das recentes Jornadas de Junho – mobilizações que, iniciadas pela discussão do transporte coletivo, tomaram as ruas de todo o Brasil. Utilizo como ferramenta argumentativa a descrição de principalmente quatro campos de compreensão deste fenômeno: as lutas vinculadas ao Transporte Coletivo Urbano; à reforma urbana vinculada aos megaeventos; às lutas anticoloniais latinoamericanas; à decorrência da crise capitalista de 2008/2009. Em vez de realizar um balanço entre estas perspectivas, busco ao final extrair delas o que estas reflexões podem auxiliar no estudo da hipótese inicialmente levantada. Tento equacionar, assim, a cidade e o conflito urbano, oferecendo uma explicação da relação entre os dois.

O segundo capítulo, chamado “Brasília: uma cidade de conflitos sociais”, tem como objetivo discutir os conflitos sociais no DF com base nas concepções do planejamento urbano da cidade. Partindo de uma crítica à tecnocracia envolvida no planejamento urbano de Brasília, sigo à abordagem do tombamento da cidade – compreendido como uma ferramenta do conflito social local -, das organizações comunitárias das áreas nobres da cidade e da recente disputa em torno do Plano

de Preservação do Conjunto Urbano de Brasília (PPCUB). Ao fim busco, para dar mais luz à reflexão, passar brevemente pelas diversidades e conflitos internos ao Plano Piloto do DFE.

O terceiro capítulo, chamado “O Conflito Social no espaço cerratense-candango”, busca analisar Brasília compreendendo a longa história da cidade, que é bem anterior aos cinquenta e poucos anos que agora a cidade comemora. Para tanto reportamo-nos à ideia dos Cerratenses, povos que vivem no DF com tradições seculares e milenares com circuito próprio. Daí partimos, com a compreensão de que o DFE é constituído por conflitos sociais e desenvolvemos uma leitura dos mesmos a partir de cinco conjunturas componentes da história do mesmo. Detenho-me com um pouco mais de atenção à conjuntura atual, a qual nomeamos coletivamente como “Ditadura da Especulação”. Para tanto é realizada uma abordagem conceitual da especulação imobiliária e uma análise do mercado imobiliário Brasileiro e Candango.

O quarto capítulo, chamado “O signo racial do conflito espacial” aborda a linguagem fenotípica que compõe os conflitos sociais no DFE. Para tanto analisamos a dinâmica da mobilidade urbana local, em especial a composição dos transportes coletivos e suas relações espaciais com o Racismo. Compreendo nesta parte do texto que tanto as compreensões espaciais no DF são constituídas por meio dos signos raciais como também as dificuldades da mobilidade urbana local são vinculadas às estruturas do Racismo. Finalizo com uma análise específica da mobilidade negra em uma sociedade burocrática tal qual Brasília.

Feita esta apresentação da obra, vale tratar de alguns aspectos metodológicos que podem auxiliar na compreensão geral do texto. Primeiramente em relação à linguagem: optei por escrever em uma linguagem mais coloquial quanto seja possível. Isso porque penso na possibilidade deste trabalho ser lido não só por acadêmicos, mas também principalmente por um público de movimentos sociais de diferentes tipos.

Outra questão que compõe a linguagem do texto também é a confusão deliberada da pessoa verbal. Utilizo, sem qualquer esquizofrenia, a primeira pessoa do singular e do plural simultaneamente. Isso porque boa parte das reflexões e estudos que agora apresento fazem parte de construções coletivas de conhecimento realizados tanto em situações propriamente acadêmicas quanto formulações de movimentos sociais. Tenho minha individualidade óbvia nesta história, porém não seria plenamente verdadeiro caso não dissesse que minha fala, em grande medida, é fruto de reflexões coletivas. Responsabilizo-me por tudo o que digo aqui, em especial pelos erros latentes. Mas quero dividir esta trajetória com tantas outras pessoas que a construíram.

Construí cada parte desta obra pensando em uma articulação de todos elementos que compõem a reflexão geral que buscamos apresentar. Mesmo que só tratemos explicitamente das relações raciais em parte do capítulo um e em todo capítulo quatro, a compreensão que desenvolvo

acerca das relações raciais candangas está presente em todo o desenvolvimento da obra, ainda que não nomeada como tal. Este enfoque pode ser visto em uma leitura sem muita dificuldade, porém faço questão de reforçar esta abordagem para incentivar o aprofundamento desta interpretação do texto. Apesar dos/das personagens não estarem classificados fenotipicamente – tarefa hercúlea que me implicaria definir racialmente todos/as autores/as, personagens, e pessoas que aparecem no texto – podemos perceber suas posições no cenário que desenvolvo desde suas posições defendidas, as quais discuto.

Utilizo diferentes linguagens durante todo o texto: músicas, poesias, contos, charges, imagens, crônicas, crítica literária e cinematográfica. Neste texto, a diversidade de abordagens não é complementar à análise científica; é parte componente da mesma, dando cores e sabores ao texto. Ou seja, elas devem ser lidas com o mesmo critério com os quais se lê as citações, resenhas, documentos, etc. Escrevi também algumas crônicas relativas a alguns casos de conflitos sociais no DF e Entorno que estão entremeadas durante o terceiro e quatro capítulos. Estas crônicas foram escritas em conjunto e fruto de uma visão geral e não recortada da realidade local. Observando o conjunto deste conhecimento de forma articulada é possível constituir um panorama da realidade local e perceber também como as conjunturas dos conflitos, apesar de estarem recortadas temporalmente, tem também uma dimensão variada a depender da localidade e atores envolvidos em suas tramas específicas. Quero sugerir aqui, mais que o conhecimento definido sobre os temas estudados, uma forma complexa de reflexão sobre o tema.

Por fim, este estudo tem como objetivo, de fato, avançar epistemologicamente na compreensão do Distrito Federal e Entorno. A ideia é fortalecer um campo que pensa a cidade como uma totalidade do ponto de vista das relações políticas e econômicas, porém compreendendo as gritantes disparidades regionais. Neste sentido, utilizo indiscriminadamente Brasília, Distrito Federal, Distrito Federal e Entorno como sinônimos. Isso porque estou me referindo a estes termos desde uma abordagem sistêmica, buscando uma compreensão de semelhante natureza. Dialogo com diferentes abordagens do DF também de forma um tanto arisca, buscando dialogar com elas até o limite da compreensão que agora apresento. Em muitas ocasiões os diálogos não são diretos, mas podem ser percebidos sem grandes esforços.

Espero com este trabalho colaborar para o entendimento do Distrito Federal pelos/as de baixo. E me realizarei se ele, sendo aceito ou rejeitado, contribua para a construção do Poder Popular.

# CAPÍTULO 1

## A ÍNTIMA RELAÇÃO ENTRE CIDADES E CONFLITOS SOCIAIS

*A Cidade - CSNZ*

*"O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas  
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas  
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas  
Não importa se são ruins, nem importa se são boas  
E a cidade se apresenta centro das ambições  
Para mendigos ou ricos e outras armações  
Coletivos, automóveis, motos e metrô  
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs  
**A cidade não pára, a cidade só cresce**  
**O de cima sobe e o de baixo desce**  
**A cidade não pára, a cidade só cresce**  
**O de cima sobe e o de baixo desce**  
A cidade se encontra prostituída  
Por aqueles que a usaram em busca de saída  
Ilusora de pessoas de outros lugares  
A cidade e sua fama vai além dos mares  
No meio da esperteza internacional  
A cidade até que não está tão mal  
E a situação sempre mais ou menos  
Sempre uns com mais e outros com menos  
(...)"*

Acredito que a cidade tem uma íntima relação com os conflitos sociais em geral. Para compartilhar esta reflexão em forma de texto, deparei-me com algumas formas de abordá-la. A teórica, a empírica, a filosófica. Minha intenção inicial era trabalhar somente com a teórica, mas acabei mudando de ideia. Explicarei este caminho metodológico enquanto apresento minha reflexão, esperando não causar qualquer confusão com relação aos meus objetivos finais, que anúncio desde agora.

Geralmente o trabalho do início de uma dissertação de mestrado consiste em uma ampla revisão teórica que apresente o tema, as nuances e os distintos conceitos envolvidos naquele campo que hora se vai estudar. Como este trabalho busca refletir sobre Brasília como uma cidade de conflitos sociais entremeados na disputa pelo espaço e na tensão racial, nada mais óbvio que realizar um estudo prévio que pudesse apontar como historicamente as cidades têm relações com os conflitos sociais; que estes são relacionados à disputa em relação à mercantilização, comunhão, espiritualização ou outros diferentes fins significados dados ao mesmo; que, por fim, as cidades são marcadas e relacionadas pelos corpos dos indivíduos que nela vivem e as cidades marcadas por relações coloniais, especialmente, tem este tipo de relação racial como determinante.

Um caminho bastante utilizado para colocar em linhas estas reflexões é, claramente, uma ampla revisão bibliográfica que trate o assunto. Dediquei um bom tempo de minhas leituras nestes anos de mestrado a compreender, me convencer e elaborar sobre as produções realizadas acerca do espaço urbano e suas relações. Curioso foi que próximo ao derradeiro momento da conclusão do

trabalho, explode no Brasil um conjunto de mobilizações urbanas nas mais distintas cidades do país - as grandes, médias e pequenas. Um conjunto de mobilizações que envolveu diferentes atores, momentos, perspectivas e disputas. Este processo gestou em mim uma dupla-experiência com o tema em que agora trato: por um lado um trabalho de revisão bibliográfica sobre o tema dos conflitos sociais na cidade; por outro, a experiência empírica e coletiva de explicitar tais conflitos por meio da ação direta nas ruas. Como se tratou de uma mobilização de massas, pública, muitas pessoas falaram sobre o ocorrido. Daí que tomei a decisão de utilizar menos o arcabouço teórico que apreendi nestes anos e mestrado e também menos o relato dos que eu vi e vivi no processo: a opção foi por inter-relacionar estes dois campos em uma reflexão aberta sobre o tema. Buscarei então, daqui pra frente, refletir sobre aquela hipótese – a qual defendo - da intimidade da cidade com os conflitos sociais apresentada a cima a partir das leituras apresentadas acerca das Jornadas de Junho.

\*\*\*

Ainda é cedo pra compreender os impactos de todo este processo nas relações sociais do país, porém é fato que algumas coisas mudaram: as conversas de boteco, os discursos oficiais, o trato da mídia corporativa com os movimentos sociais, as compreensões sociais sobre a mobilização popular, a forma literária de apresentar as reflexões deste texto. Não posso, em meu tempo histórico e situação social, falar sobre os conflitos sociais urbanos sem refletir acerca dos conflitos que se explicitam, neste mesmo instante, ao campo coletivo de forma estridente.

Acredito que esta rebelião pode, ela mesma, oferecer os caminhos para refletirmos sobre a íntima relação que as cidades preservam com os conflitos sociais. Perguntar de diferentes formas sobre o que ocorreu em diferentes cidades do Brasil no primeiro semestre de 2013 ajuda a compreender tanto acerca das nossas cidades, como também sobre quem fala delas, como fala, por que fala, como vive nelas. Ajuda também a pensar quais diferentes conexões podemos fazer dos eventos locais em relação à história brasileira longa, ao processo recente de mobilizações nacionais por transporte coletivo construído na última década, ao ciclo latinoamericano de lutas urbanas dos últimos 30 anos; aos processos globais - e recentes - de ocupação de espaços e praças públicas nos países da América do Norte e Europa, a primavera árabe sobre a qual tanto e tão pouco sabemos, as mobilizações ocorridas durante os processos de reforma urbana que antecedem os megaeventos em cidades globais.

Ah, claro. Houve um último elemento determinante para que eu escolhesse o caminho de realizar a parte metodológica por meio da análise de alguns fatos de conhecimento da sociedade em vez de um balanço entre literaturas sobre o tema: vivenciamos uma oportunidade ímpar de ver nossas grandes referências teóricas vivas apresentando as melhores e, também, as piores leituras

acerca dos protestos e mobilizações. Desde análises lunáticas, a estranhamentos cheios de ortodoxias, floreamentos textuais quando não se tinha a dizer além de jargões, entre outras coisas. Observar minhas grandes inspirações intelectuais, aquelas que interferiram diretamente em minha formação acadêmica - pessoas que tenho lido avidamente nos últimos dez anos - apresentando análises sobre fatos com os quais eu estava diretamente envolvido possibilitou-me desvelar sensivelmente aquela autoridade acadêmica apriorística que sempre questioneei.

Observar estas pessoas buscando desesperadamente explicar uma realidade que lhes era todavia estranha, perceber que com os poucos elementos que tínhamos em mãos nos possibilitava abordar os fatos sociais com tanta firmeza e profundidade que aqueles que intuitivamente sempre esperei que me dessem a chance do diálogo foi importante. Não porque isso lhes tenha descreditado em suas importantes e bem formuladas análises, mas sim porque me permitiu observar-lhes como semelhantes; errantes tal qual eu. Isso modifica bastante a relação que posso desenvolver daqui pra frente com a teoria. Minhas orientações intelectuais e políticas continuam mais ou menos as mesmas. O que mudou foi perceber na prática, que o equívoco pode sorrir a todos e todas. E que se estas pessoas se aventuram tão bem a errar, posso fazer isso também.

Sempre ouvimos diferentes versões de como lidar com essa coisa, a tal da teoria. Há quem diga que ela é o caminho para chegarmos à correta e imparcial observação da realidade - erram ao tornar a objetividade algo moldável e apreensível em última instância, apegando-se a uma ortodoxia pior que a prisão solitária, e também por só se apegarem ao sentido da visão. Outra turma vai dizer que a teoria é uma caixa de ferramentas, com as quais devemos sempre ter um amplo leque de objetos à mão e por meio dela interferir na realidade - agradam mais, mas dão uma perspectiva tão utilitarista ao conhecimento que acabam sugerindo a teoria como uma mera maneira de você apresentar seu mundo aos outros, e não como uma forma premente de diálogo. Há quem tente, inclusive, abandonar a ideia de uma teoria, pois veem nela uma forma de aprisionamento do mundo ao conhecimento letrado - mas sobre isso já me sugeriram pensar: porque essa turma sempre surge assim que as mulheres marcadas, a gente negra, o povo indígena está buscando este espaço de conhecimento? Parece sacanagem deslegitimar a teoria justo agora que eu também posso trabalhar com ela. Esta perspectiva também parece estranha porque ela sugere algo frígido, onde o sentimento não participa da produção do conhecimento.

Nestas amargas generalizações que fiz das perspectivas epistemológicas (a saber: do Marxismo Ortodoxo, da Teoria Foucaultiana e da Pós-Colonialidade), vinculei uma ideia de tratar o conhecimento com alguma forma de pensar os sentidos do corpo. Queria com isso explicitar que existe algum "eu" nesta produção de conhecimento. Se é por meio de meus sentidos que esta forma de conceber a realidade será gestada em forma escrita, penso também em que inspirar numa figura

que há tempos me acompanha, fruto do livro-relato de um amigo e companheiro sobre os protestos de Florianópolis contra o aumento das passagens de ônibus, ocorrido em 2004. Ele dizia

*"Uma adolescente está desmaiada no chão, provavelmente efeito do gás. Um compa me oferece vinagre, não, vinagre é para a salada... Finalmente algo excitante na cidade e a última coisa que eu quero agora é que o vinagre tire o cheiro da guerra de classes."*  
(Liberato, 2004)

Aqui a teoria talvez seja o Gás, o Vinagre ou a Salada. Todos estes elementos a algo servem: seja pra desmaiar, atacar, viver, proteger, negar, referenciar. Mas nenhuma para unir a todas personagens do enredo. O que as une é, certamente, a decisão de sair à rua.

\*\*\*\*\*

Tentemos dialogar sobre este assunto puxando de um ano até o presente momento.

A virada do ano 2012 para o ano 2013 teve algo de animador e anacrônico: muitas pessoas não sabiam o que fazer uma vez que o mundo não havia acabado em 2012. Após décadas ouvindo sobre a suposta profecia maia do fim do mundo, muitos passaram o reveiã para o décimo terceiro ano do segundo milênio da era "cristã" perguntando-se sobre o que planejar daqui pra frente. Próximo ao 21 de novembro de 2012 surgiram mais teorias de que a profecia maia na verdade falava de uma mudança de eras, uma transformação de perspectivas e formas das relações humanas. Alguma sobrevida foi dada, até que a próxima profecia apareça novamente. Nada estranho para uma geração que já conviveu com o possível fim do mundo previsto para 1999, 2000, 2001 entre outras. Pelo menos estes apocalipses não são causados pelo medo da bomba atômica que tanto atordoou às gerações passadas.

Porém, para boa parte da sociedade, 2013 foi período de colocar projetos à obra. Foquemos no Brasil: as equipes de gestores estatais verde-amarelos estavam muito afoitos com o desenvolvimentismo colocado em obra a ferro e fogo no Brasil, por exemplo. Segundo a ideologia pública deste grupo, um amplo projeto de infraestrutura produtiva nacional precisa ser desenvolvido para que o país possa sustentar a médio prazo o crescimento econômico de parte da população, a chamada "nova classe média" (SIC). As construtoras e todo o ramo da especulação imobiliária local precisavam trabalhar a mil para simultaneamente construir grandes prédios, edificarem grandes bairros, realizar propagandas suficientes para que a compra de edifícios circulasse o capital mínimo, pressionassem bem o estado para constituir edificações legais que garantissem seus futuros investimentos, localizar e trabalhar junto ao estado o papel de repressão aos movimentos de moradia, que todavia cumpriam seu papel de revalorização de espaços abandonados. O empresariado urbano - em especial do ramo automotivo - seguia em sua luta por menos impostos para o setor, aumento da política de créditos para os consumidores e mais investimentos em

duplicação de vias para circulação de mercadorias, as tais condições gerais de produção.

Um conflito público tomava, pouco a pouco, espaço nos noticiários: algumas comunidades - removidas de suas casas em função das reformas urbanas vinculadas à preparação da Copa do Mundo FIFA - conseguiram mobilizar já há algum tempo um conjunto de setores da sociedade às suas demandas por permanecerem em suas moradas e, mais, terem condições dignas de vida urbana. A proximidade com a realização da Copa das Confederações - uma prévia da Copa do Mundo - trouxe mais olhos críticos a este megaevento que seria realizada no país. Somam-se denúncias de corrupção, ataque ao patrimônio público material e imaterial, favorecimento de empreiteiras, determinados grupos empresariais e questionamentos aos contratos de gestão dos estádios. Polícias especiais foram preparadas desde há muito para lidar com os distúrbios que poderiam ocorrer durante o evento. Os Comitês Populares da Copa, organizações populares distribuídas em diferentes cidades do Brasil, buscavam articular um discurso comum de questionamento social, econômico e político aos processos esportivos vinculados a estes eventos. Os protestos públicos centraram-se nos locais onde a mascote da copa, Fuleco, havia sido instalada. Além disso, sempre ouvíamos boatos de que diferentes grupos planejavam diferentes atos secretos para o período do evento. A Copa prometia dar pano pra manga.

Um conflito, aparentemente pequeno e espalhado, ocorria também neste período. Um conjunto de cidades brasileiras conviviam com a possibilidade iminente de aumento das passagens de ônibus. Empresários do Transporte Coletivo negociavam localmente seus aumentos com as prefeituras recém-eleitas, utilizando-se para isso de todo arsenal possível, desde planilhas de custo de caráter duvidoso a greves declaradamente patronais. Uma cultura de lutas, forjada nos últimos dez anos em especial pelo Movimento Passe Livre (MPL), continha um histórico recente de mobilizações de pequeno e médio porte em mais de cem cidades do país, com algumas vitórias. Apesar de constantes, estas mobilizações contra os aumentos das passagens tinham espaço razoável mas nem de longe central no imaginário político oficial. Eram tidas como leves expressões da juventude.

O fato de ser um ano pré-eleitoral também açoitou alguns setores que tem interesse direto na produção e reprodução da classe política. A urna estava lançada: desde setores da mídia corporativa bastante interessados em garantir seus projetos ideológicos nos próximos pleitos; gestores neoliberais viúvos de seu período de hegemonia na gestão estatal; burocracias oriundas da esquerda encasteladas em suas posições oficiais; burocracias de esquerda emergentes que oscilavam entre as mobilizações de base e as pretensões para-institucionais; até grupos de extrema-direita que sempre oscilam entre o apoio aos grupos mais conservadores nas eleições e as pretensões de um golpe proto-fascista na política brasileira (tendo sempre algum sucesso relativo na primeira iniciativa e

fracassos retumbantes em suas ações mais ousadas, que nunca congregam número sequer capaz de foto). Toda institucionalidade estava atenta.

Os aumentos de tarifas de transporte coletivo começaram a suceder-se em diferentes cidades e as mobilizações, por conseguinte. Milhares de pessoas nas ruas principalmente de Vitória, Recife, Porto Alegre, Natal, Manaus, João Pessoa, Fortaleza, Curitiba, Aracaju, Teresina, Goiânia fizeram manifestações cada vez mais radicalizadas, num crescente nacional. Porto Alegre, Goiânia, Teresina derrotaram os aumentos de passagens superando expectativas e chamando alguma atenção nacional. Em São Paulo o aumento da tarifa havia sido anunciado meses antes pelo prefeito recém-eleito. Já sabendo do aumento, o Movimento Passe Livre São Paulo adotou a estratégia de realizar uma campanha prévia por meio de debates, panfletagens e atos de rua nas periferias da cidade. Quando a passagem finalmente aumentou, as mobilizações já estavam em um crescente tanto local quanto nacional, ainda que neste segundo ninguém ainda o compreendesse como tal. A também crescente repressão policial e criminalização midiática deste processo de lutas, em vez de frear o movimento, acabou impulsionando-o mais e mais. As solidariedades nacionais - que sempre foram parte da estratégia do movimento para ganhar mais visibilidade - também começaram. No dia 13 de junho, um grande ato, que contava com cerca de 70 mil participantes, foi brutalmente reprimida pela polícia. O impacto nacional da repressão policial fez com que a criminalização midiática ao movimento não tivesse mais sustentação, colaborando para que as outras tantas lutas nacionais contra os aumentos também ganhassem mais fôlego e visibilidade. Mais que isso, incendiou um processo nacional de mobilizações.

Simultaneamente a este processo relativo aos aumentos das passagens, o primeiro semestre de 2013 também teve diversas mobilizações contra os impactos e ideologia da Copa do Mundo. As principais críticas a este processo, como já mencionado, estavam centradas nas remoções de comunidades ao redor do estádio, incentivo à especulação imobiliária, gastos exorbitantes com a construção dos estádios e denúncias de desvios de verbas concomitantes aos mesmos. O caríssimo preço dos ingressos, junto à desconfiguração de Estádios tradicionais ao imaginário das catorze cidades que sediarão a copa do mundo gestaram um processo de mobilizações: passeatas e resistência das comunidades às remoções, atos de ataque e quebra aos bonecos Mascotes da Copa (Fulecos) juntaram um conjunto de pessoas para discutir, junto aos megaeventos esportivos, a própria estrutura desigual das cidades, uma vez que as distinções espaciais na cidade estavam acentuando-se neste processo. Os episódios de repressão policial a estas manifestações também tiveram, ao contrário do efeito esperado de causar resignação popular, o efeito colateral de levar mais pessoas às ruas. Além do jornalismo tradicional que trata dos movimentos - em geral os cadernos de cidades e as páginas policiais - a mídia esportiva abriu-se a falar sobre estas

mobilizações. Algumas mídias, inclusive mais corporativas, apoiando os Comitês Populares da Copa desde o início. Outras, claro, fazendo papel de exaltar de forma ufanista os megaeventos a se desenvolver no país. O aumento de tarifas em São Paulo foi revogado dia 19 de junho, treze dias após o início dos protestos.

Aconteceu então o aparente inesperado. As mobilizações contra os aumentos de tarifas de ônibus conquistaram apoio de massas e a mídia corporativa, em vez de criminalizar as lutas, passou a uma linha um tanto ambígua de em parte apoiá-las, inclusive incentivando as pessoas a irem pras ruas, e em outra parte criminalizando certos tipos de ação, sob o rótulo de vandalismo. O horário dos jogos da seleção brasileira converteram-se em momentos de mobilizações em diferentes cidades, também com ampla cobertura e igual repressão policial violenta. Os protestos alastraram-se por todo o país, e mobilizações em cidades dos mais diferentes tamanhos se tornaram rotina neste período. As lutas se massificaram. Várias cidades realizaram mobilizações primeiro em solidariedade a São Paulo, depois atentando a outras questões locais e, também, impulsionadas por um sentimento nacionalista em grande parte incentivado pela mídia corporativa.

As coberturas midiáticas foram distintas nos distintos momentos da luta. Estamos falando de um tipo específico de cobertura: a da mídia corporativa. Entendemos este setor como um agente político da sociedade, que busca influir sobre as mesmas por meio de seus editoriais, assuntos escolhidos a serem noticiados e abordagens das relações sociais (Lima, 2013). Assim, quando a mídia criminalizou as manifestações em seu início, sua intenção era a de desacreditá-las e afastar o máximo possível de pessoas das ruas. O crescimento das mobilizações a despeito da opinião corporativa e as outras coberturas realizadas por veículos independentes, mídias alternativas e redes sociais fez com que a estratégia se alterasse: em vez de combater o movimento as principais redes de mídia passaram a se afirmar como parte dele, realizando coberturas positivas, anunciando, apoiando e até mesmo criando manifestações.

Todavia este apoio veio cobrando seu preço: a mídia corporativa buscou disputar o conteúdo das mobilizações, tentando alterar sua narrativa. Obviamente em uma manifestação de rua os sentimentos e revoltas envolvidos pelo conjunto dos manifestantes são muito diversos, porém o que une a todos e todas são pautas específicas. As mobilizações surgiram contrárias aos aumentos das passagens e aos efeitos/impactos da copa do mundo, cujas suspeitas de desvios de recursos eram cada vez mais gritantes. Porém o que passou a ser anunciado como o conteúdo das mobilizações eram a corrupção, a revolta eleitoreira contra os governantes que aí estão e a sugestão contraditória de que não haviam pautas centrais nos grandes atos, mas sim uma revolta contra tudo o que está aí. Este esvaziamento - creio intencional - do conteúdo das mobilizações fazia parte de uma estratégia de domínio da luta e modelação da mesma aos moldes do que os grupos ideológicos que se

expressam por meio da mídia intencionavam construir.

O que se sucedeu deste processo foi que chegamos ao maior movimento de massas Brasileiro desde o fim da ditadura. Segundo pesquisa do IBOPE publicada na revista *Época* cerca de 6% da população brasileira participou das mobilizações (IBOPE, 2013), algo em torno de doze milhões de pessoas. Foram trezentos e cinquenta e três cidades brasileiras que tiveram mobilizações neste período. Houve um período de mobilizações anteriores que já citamos, todavia o auge das ações de rua no Brasil foi no mês de junho (em especial nos seus últimos vinte dias) e no começo do mês de julho, quando as marchas coletivas entram em descenso. O processo de mobilizações não se encerrou aí, todavia: seguiu-se um processo de lutas locais, ocupações de câmaras de vereadores, assembleias populares em várias cidades, marchas e passeatas organizadas por organizações de bairros quase todos os dias.

Institucionalmente também houve respostas. Muitas cidades que sequer tinham aumentado as passagens tomaram a iniciativa de reduzir os preços. Mais de cem cidades brasileiras reduziram as tarifas do Transporte Coletivo em função destas mobilizações, sendo cerca de quinze capitais. Isso sem contar as inúmeras cidades onde o debate do transporte desencadeou processos de políticas públicas para o setor – o passe livre estudantil, a tarifa zero, a integração tarifária, constituição de conselhos de transporte.

Prefeitos, secretários, governadores e a presidência chamaram os movimentos sociais a diferentes rodas de diálogos. As assembleias estaduais, câmaras de vereadores e deputados locais e nacionais fizeram inúmeras audiências públicas, desengavetaram projetos de leis, entre outras coisas. O diálogo público nacional alterou sua rotina em função dos protestos de junho. Todavia estas estão longe de ser as únicas e principais consequências.

O cruzamento entre a luta nacional contra os aumentos de passagens e as mobilizações urbanas relacionadas à copa das confederações deu-se, em alguma medida, por elas coincidirem em um mesmo período histórico. Todavia ocorreu também por uma série de motivos que estão agora, mais do que nunca, sendo discutidos à exaustão. Gostaria de debater algumas destas questões relativas às interpretações do processo pelo qual passamos. Meu recorte será, especialmente, às interpretações deste processo que refletem sobre as cidades brasileiras. Pois elas foram o cenário, alvo e principal objeto dos conflitos. Não pretendo concluir agora o debate, mas sim explicitar algumas posições para que possamos avançar na análise da ideia da cidade ser vinculada aos conflitos sociais. Basearei esta reflexão em quatro perguntas: *Podemos abordar as Jornadas de Junho por meio das lutas de transporte?; As reformas urbanas para megaeventos nos auxiliam na compreensão deste fenômeno?; Podemos abordar estas revoltas do ponto de vista das lutas anticoloniais e latinoamericanas na cidade?; Podemos abordar isso como um processo global de*

\*\*\*\*

## **Abordagens de junho**

### **Podemos abordar as Jornadas de Junho por meio das lutas de transporte?**

*"Como um fantasma que ronda as cidades deixando marcas vivas no espaço e na memória, as revoltas populares em torno do transporte coletivo assaltam a história das metrópoles brasileiras desde sua formação. Os bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catracasos<sup>1</sup>, os muros 'pixados' com as vozes das ruas, as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria. Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade. E, no momento que se fortalecem as catracas, as contradições do sistema tornam-se mais evidentes, suscitando processos de resistência. É em meio a essa experiência concreta da luta contra a exclusão urbana que se forjou o Movimento Passe Livre." (MPL-SP, Cidades rebeldes, 2013)*

Uma primeira forma de abordar estes conflitos já foi sugerida acima: elas dizem respeito às atuais dinâmicas de circulação de pessoas nas cidades brasileiras. Isso tudo oriundo de um processo de expansão da população urbana desde a década de 1970 até os dias de hoje. A forma do nosso crescimento urbano fez com que cada vez um número maior de deslocamentos fosse necessário para a cidade funcionar. Estes deslocamentos urbanos ocorrem principalmente por meio de transportes coletivos<sup>2</sup>.

Se tem a importância de carregar mais da metade da população dos grandes centros, o Transporte Coletivo Urbano (TCUr) assume uma responsabilidade enorme na cidade. Mais que isso, seu uso e diálogo sobre o mesmo pode tornar-se o elo comum entre grandes parcelas da população, inclusive as que não utilizam o serviço. Acontece que os TCUr's no Brasil funcionam sob uma lógica de mercadoria, ou seja, em função do lucro de alguns grupos empresariais locais. Estes, em geral, organizam a circulação na cidade de forma que mais possam ter lucros sobre o serviço. A dinâmica de centralização dos principais serviços e ofertas de trabalho em pontos específicos das cidades - em geral seus centros - e o afastamento das moradias dos trabalhadores e trabalhadoras de seus locais de trabalho faz com que o fluxo de circulação urbana cresça

---

1 O catracaço é a implementação prática da Tarifa Zero. Pode ser feito com a abertura das portas traseiras do ônibus ou pulando as catracas.

2 65% da população das capitais, segundo o IPEA, 2011

regularmente. Esta demanda pela circulação da força de trabalho de casa até o trabalho torna-se vital para o próprio funcionamento da cidade.

Esta necessidade conflita em alguma medida com a lógica do funcionamento dos mesmos pois, como vimos, o funcionamento do serviço enquanto mercadoria precariza a qualidade do mesmo. Adiciona-se a isto outro princípio de que o financiamento deste serviço público se dá principalmente pelas tarifas pagas pelos usuários/as. Estes, que moram tão mais longe do centro quanto suas rendas são menores, pagam mais caro quanto maior é o seu deslocamento. Assim os aumentos de tarifas de ônibus convertem-se em um tipo de redução salarial: as viagens de ônibus/van/metrô são parte integrante da jornada de trabalho e seu pagamento é parte perdida do salário; é uma primeira etapa da venda da força de trabalho. Isso se tratarmos somente do espaço de trabalho. A própria circulação pelas cidades está relacionada também a dinâmicas de exclusão à circulação no espaço urbano, dado que sem transporte não se pode usufruir dos recursos urbanos mais básicos. A consequência lógica deste processo é que as rebeliões que poderiam ocorrer nos espaços de trabalho por aumento de salário ocorrem também nas suas etapas anteriores, e todos aumentos de passagens convertem-se em espaços de disputa. Também que a impossibilidade de acessar a própria cidade, acessar seus bens públicos, circular, divertir-se e desfrutar dela expressa-se em insatisfações que também acirram conflitos.

E, se os transportes coletivos são essenciais a uma grande parte da população que recebe menores rendas, o próprio serviço sai prejudicado quando as passagens aumentam. Pois, quando a passagem aumenta menos pessoas podem pagar pelo serviço. Se menos pessoas pagam, a renda em alguma medida diminui e mais um aumento é necessário. Chegamos assim a um ciclo vicioso dos aumentos de passagens que nos últimos vinte anos ocorreram mais que regularmente no Brasil. Segundo o IPEA (2013) o custo médio dos preços das passagens subiu 65% acima do nível da inflação em função desta estrutura de financiamento dos TCUr's por meio das tarifas. O resultado disso é que, segundo dados do IBGE (2009), cerca de trinta e sete milhões de brasileiros/as não tinham acesso ao transporte coletivo em função de seu custo.

Em 2003 ocorreu um aumento de passagens de vinte centavos ocorrido em Salvador, Bahia. Uma rebelião em grande medida espontânea e de massas tomou a cidade por mais de três semanas, na chamada "Revolta do Buzú". A passagem não baixou, mas as atenções nacionais de muitos movimentos sociais se voltaram a este tema. Em 2004 e 2005 Florianópolis fez longas lutas e derrubou dois aumentos de Tarifas. Daí por diante uma série de cidades realizou lutas de maior ou menor impacto referentes à mobilidade urbana, em especial contra aumentos de tarifas. Os aumentos foram crescentes em todas as cidades do país e as lutas também. Segundo levantamentos informais realizados por militantes do Movimento Passe Livre (organização que emergiu

nacionalmente destas lutas e impulsionando-as), mais de cem cidades tiveram mobilizações do tipo nos últimos dez anos. Em quase todas as capitais houve mais de uma revolta contra os aumentos de tarifas, constituindo uma cultura de lutas urbanas constantes contra aumento da passagem, um evento que ocorre em ciclo. Daí os motivos porque é bastante razoável compreender como as mobilizações de junho de 2013 ganharam enormes proporções.

Como pautas deste processo emergiram principalmente o Passe Livre Estudantil, da Tarifa Zero e por outra forma de gestão da mobilidade urbana local. Mas isso não é nenhuma novidade. As disputas em torno do preço dos transportes coletivos são de longa data no Brasil. Podemos recordar a revolta do vintém, no Rio de Janeiro, no fim do século XIX; os constantes quebra-quebras em várias cidades brasileiras, cuja revolta de Salvador na década de 1970 é a mais conhecida. Conflitos sociais deste tipo fazem parte da história nacional.

Concluimos que este arsenal de informações não são suficientes para dar conta de todo o processo de lutas porque passamos. Existe algo de muito concreto e tátil nesta explicação, mas falta-lhe um nexos temporal. Por que estas constantes rebeliões, que explodiram agora, não ocorreram antes nacionalmente? O que fez com que elas só agora tivessem toda esta dimensão?

### **As reformas urbanas para megaeventos nos auxiliam na compreensão deste fenômeno?**

*"Megaeventos, meganegócios, megaprotestos. Não há como não reconhecer a conexão estreita entre os protestos em curso e o contexto propiciado pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa do Mundo de 2014 e, no caso do Rio de Janeiro, também aos Jogos Olímpicos de 2016. De um lado, a repressão brutal e a rapidez com que a mídia e governos tentaram amedrontrar e encurralar os movimentos deveu-se, ao menos em parte significativa, à preocupação em impedir que jovens irresponsáveis e "vândalos" manchassem a imagem do Brasil num momento em que os olhos do mundo estariam postos sobre o país, devido à Copa das Confederações. "Porrada neles." A grande mídia deu o tom, e o ministro da Justiça compareceu ao telejornal da principal rede de televisão para colocar a Força Nacional à disposição de governos estaduais e municipais.*

*Mais importante que a repressão, são as transformações que esses megaeventos imprimem em nossas cidades, assim como a própria concepção de cidade que eles expressam e atualizam de forma intensa." (Vainer, Cidades Rebeldes, 2013)*

O fenômeno dos megaeventos esportivos, algo relativamente novo e concomitante aos conflitos nos transportes coletivos podem também contribuir na explicação destes fenômenos. Compreendemos aqui estes megaeventos como ocasiões de atividades principalmente esportivas (mas também políticas) internacionais de grande visibilidade e que atraem muitos investimentos

locais e externos para sua realização.<sup>3</sup>

Recordo-me que durante a minha infância pouco a pouco foi-se instaurando o sonho de realizarmos grandes eventos esportivos no Brasil. Em especial após 1994, quando a seleção canarinho futebolística foi vitoriosa na Copa do Mundo realizada nos E.U.A. com contestado plantel liderado por Romário e Bebeto. As candidaturas brasileiras especialmente à Copa do Mundo de Futebol e às Olimpíadas Esportivas sucederam-se entre fracassos e esperanças ao fim da década de 1990, tornando-se motivos de piadas e descréditos. Todavia o Brasil entrou na rota dos megaeventos esportivos de forma progressiva durante o século XXI, sendo eleito como País sede dos Jogos Panamericanos realizados em 2007, os os Jogos Mundiais Militares realizados em 2011, a Copa das Confederações de Futebol realizada em 2013, a Copa do Mundo de Futebol a se realizar em 2014, e os Jogos Olímpicos de Verão a se realizar em 2016.

Há quem argumente que o Brasil passou a ser eleito para os megaeventos internacionais em função da mudança de governo ocorrida na virada do século. Acho mais correto, porém, dialogar com a hipótese de que esta mudança diz mais respeito a uma mudança mais profunda, no regime de governo urbano (Vainer, 2013). Segundo esta perspectiva mudamos do paradigma modernista hegemônico no Brasil até meados da década de 1980 ao modelo empresarial de concepção, planejamento e gestão urbanas. Este processo paulatinamente reordenou o exercício do poder nas cidades e, por conseguinte, nas sociedades, reordenando-as espacialmente.

O paradigma moderno - ou modernista - de planejamento urbano ganhou grande força no Brasil em especial no pós-guerra. Ele tem como princípios a tecnocracia, o autoritarismo estatal e o ordenamento da cidade baseado em Planos Diretores que garantam que o funcionamento da urbe não seja desvirtuado pelo funcionamento livre do mercado – tampouco o atrapalhe. Com o fortalecimento de uma filosofia política que prima o funcionamento da sociedade com base nas estruturas empresariais e mercadológicas, esta perspectiva é colocada em cheque. O neoliberalismo compreende que o capitalismo é a forma mais perfeita de funcionamento da sociedade e deve ser estendido a todas estruturas sociais. Por isso condena o modernismo urbano pelos seus Planos Diretores não serem totalmente subservientes às leis de livre iniciativa e propõem que a governança urbana seja estruturada em torno do que posteriormente o pensamento crítico denominará como "cidade-empresa".

Este novo consenso urbano tem algumas implicações: se a cidade é concebida enquanto empresa, ela deve concorrer com as demais em um mercado mundial para atrair investimentos e

---

<sup>3</sup> Acredito que eventos como a Eco92, Rio+20 e outros podem ser classificados dentro desta mesma estrutura, em função de terem igualmente investimentos em estruturas de segurança, reformas urbanas feitas em caráter emergencial, servirem para vender a cidade para o mundo. Mas para fins desta breve reflexão somente os eventos esportivos são suficientes, dado sua abrangência e força no imaginário social.

aumentar suas ações na bolsa. Para que possa concorrer bem a estes investimentos, deve se remodelar a fim de corrigir suas falhas aos olhos destes possíveis investidores. Para que tenha uma boa imagem externa a cidade não pode externar seus conflitos internos. Porém, contrário de assumi-los ou resolvê-los, deve condená-los. Os conflitos urbanos passam a ser vistos como distorções da missão final da cidade, que é se vender. Se vender para grandes empresas promotoras de desenvolvimento, capitais que se deslocam pelo mundo, turistas e eventos. A cidade deve ser eficiente, aproveitar janelas de oportunidades que sejam mais rentáveis (Iden, *ibidem*).

Seguindo este conjunto de proposições, o Brasil pouco a pouco modificou a intervenção estatal na cidade. Aliás, a própria direção do estado passou da mão dos técnicos para a mão dos gestores sociais ou empresariais. Isto explicaria que neste longo processo de reorganização da gestão urbana somente em meados dos anos 2000 o Brasil estivesse pronto a ser eleito para os grandes eventos: foram necessários anos de investimentos prévios em uma imagem turística, de preparo da mínima infraestrutura urbana e da elaboração de um consenso nacional em torno das vantagens de recebermos investimentos externos aqui - e de tudo o que isso implicava. Ou seja, o Brasil só poderia receber megaeventos internacional quando o governo urbano estivesse plenamente de acordo com a concepção neoliberal de Cidade Empresa.

A eleição do Brasil para sediar os megaeventos com antecedência de alguns anos não seria só uma forma de chamar o País a se preparar para o Panamericano, Olimpíadas e Copa do Mundo; são uma forma de fazer com que a instalação da governança urbana aprofunde seus domínios sobre a cidade. As formas de negociação e legislação urbana são suspensas para que se possam aprovar acordos, parcerias-público-privadas e eventos passando por cima de marcos legais preexistentes, configurando o que se chama de cidade de exceção, onde as novas formas de relacionamento entre Estado, capital privado e a cidade estão em constante reordenamento para realizar o planejamento urbano que seja mais amigável ao mercado, segundo as palavras do Banco Mundial.

O domínio se exerce por meio do aumento dos instrumentos de repressão (para coibir os conflitos), da expulsão de moradores/as de rua de áreas nobres para maqueamento turístico da cidade, do aumento da segregação urbana com políticas de gentrificação que expulsam além dos moradores e moradoras de rua os próprios moradores de cortiços, ocupações irregulares, pequenos comerciantes, ambulantes e classe média baixa para mais longe do Centro Urbano - seja por aumento de impostos, remoções, ordens judiciais. As cidades brasileiras passaram por uma vertiginosa e elitista reforma urbana em função deste processo. Além das doze cidades-sedes da Copa do Mundo, muitas outras foram reformadas para outros eventos e mesmo para o mercado turístico que gira ao redor dos megaeventos esportivos.

A resistência a esta transformação de modelos de governo urbana apresentou à cena

personagens que não são nem podem ser protagonistas em nenhum deles. Os movimentos populares dos mais diferentes tipos acumularam forças na luta contra estes empreendimentos, de forma que os protestos de junho são consequência das resistências pontuais que se articularam pouco a pouco no imaginário urbano, restaurando o conflito urbano em oposição ao consenso empresarial. Transitando em meio a esta ordem urbana antagônica desenvolvendo pautas de transporte, saúde, educação, moradia, terra, entre outras, estes movimentos constituíram uma teia urbana que passou por debaixo dos olhos da arrogância empresarial-governamental. Somando-se a este trabalho, as mobilizações contra os gastos exorbitantes dos megaeventos constituíram as condições subjetivas para que a população saísse às ruas quando uma faísca surgisse no momento mais apropriado. Assim, não foi coincidência que a luta contra o aumento das passagens surgida no período da Copa das Confederações tenha desencadeado um processo de mobilizações simultâneo à competição esportiva. Firmou-se a fórmula "*Megaeventos, meganegócios, megaprotestos*" (iden, ibiden).

As transformações recentes das cidades aprofundaram os conflitos urbanos e gestaram as possibilidades para seu desenvolvimento. Trata-se de uma explicação convincente, mas que não é totalmente satisfatória. Precisamos, para concordar com ela, da compreensão de quais são estes conflitos urbanos anteriores que a cidade de exceção aprofundou. Pois se não poderíamos partir do princípio de que as cidades eram igualitárias há algumas décadas atrás e que foram os megaeventos que criaram os conflitos que agora vemos. Doce ilusão.

\*\*\*

### **Podemos abordar estas revoltas do ponto de vista das lutas anticoloniais e latinoamericanas na cidade?**

*“Selvagem - Os Paralamas do Sucesso  
A polícia apresenta suas armas: escudos transparentes, cassetetes, capacetes reluzentes e a determinação de manter tudo em seu lugar.  
O governo apresenta suas armas: discurso reticente, novidade inconsistente e a liberdade cai por terra aos pés de um filme de Godard.  
A cidade apresenta suas armas: meninos nos sinais, mendigos pelos cantos e o espanto está nos olhos de quem vê o grande monstro a se criar.  
Os negros apresentam suas armas: as costas marcadas, as mãos calejadas e a esperteza que só tem quem tá cansado de apanhar.”*

As nossas sociedades não são iguais. Ao contrário, podemos afirmar por meio de simples argumentação que a construção histórica da sociedade brasileira/latinoamericana é constituída com fortes marcos do colonialismo, racismo, capitalismo. Julgo, em consonância com muitos e muitas, que estas estruturas sociais são desiguais. Uma vez que elas constituem a sociedade brasileira, certamente constituirão os feitos desta sociedade, não é? Assim, não é de espantar quando alguém

afirma que as cidades brasileiras são estruturadas de forma racista, classista, desigual.

O desenvolvimento da cidade no Brasil foi expressivo especialmente na segunda metade do século XX. A população urbana saltou de 18,8 milhões (26,3% do total) em 1940 para 138 milhões (81,2% do total) em 2000, um aumento de 135 milhões na carga de habitantes urbanos em 60 anos. Apenas na primeira década deste século o contingente urbano brasileiro cresceu em aproximadamente 23 milhões de pessoas (IBGE, Censo 2010). Depois trataremos de alguns motivos desta expansão. Agora parece interessante ressaltar que este momento de crescimento urbano foi também o momento em que a cidade se constituiu mais radicalmente da dicotomia entre centro e periferia, entre cidade estruturada e cidade desestruturada. Segundo Carril (2006) a constituição do território nacional subordinou-se aos interesses de expansão e mundialização capitalistas. A territorialização do capital industrial nas cidades operou desde o início a expulsão de determinadas populações para as áreas periféricas, acentuando este processo à medida que ia dominando e desenvolvendo o espaço urbano. Este grupo social expulso para as periferias urbanas era o mesmo que, nos séculos passados, foi sequestrado de sua terra natal, escravizado em um continente diferente e estruturalmente apartado das riquezas sociais. no Brasil, os mecanismos de expropriação do negro reconstituíram-se durante o primeiro século pós-escravista em um alicerce do novo modelo econômico capitalista em forma territorial.

*"O mote colonial sendo repostado e um (re)fazer da acumulação capitalista que se repete no processo da produção de reprodução econômica. Por isso, a formação brasileira nessa lógica se organiza tendo como fim a contínua apropriação dos fundos territoriais. (...) A expropriação das terras indígenas, a escravidão do africano, a constituição da grande produção monocultora ou os grandes projetos modernizadores exprimem a formação territorial brasileira." (Carril, 2006)*

Alguns processos sociais e políticos nos séculos XIX e XX foram determinantes para que a população negra brasileira fosse cada vez mais periferizada: a lei de terras de 1850 foi determinante para garantir que a propriedade fundiária do país permaneceria concentrada e em posse de brancos/as, assim como a imigração massiva e coordenada de trabalhadores e trabalhadoras da Europa deu corpo e cor ao operariado urbano na transição dos séculos, na tentativa de embranquecer o Brasil (a imigração de africanos/as foi também proibida). No campo das relações trabalhistas os estereótipos também foram determinantes nas contratações, que sempre privilegiaram brancos/as ou deram maiores salários a este grupo; que reservaram à população negra o desemprego e os pequenos ofícios, utilizando a cor como elemento de hierarquia entre grupos sociais, nesta estranha conformação de um capitalismo colonialista à brasileira. O estado também interveio espacialmente neste processo, através de suas políticas urbanas, passando desde os "bairros higiênicos" (inaugurados no início do século XX e reproduzidos até hoje nos grandes

centros), passando pelas perseguições às organizações religiosas e culturais negras chegando, enfim, às políticas de urbanização que sempre concentraram esforços em construir centros privilegiados e de boa estrutura. Estes locais, com alta especulação imobiliária, são muito caros e excluem a população pobre e negra dos grandes centros. Somam-se diversos outros aspectos, como a ação discriminatória da vizinhança branca de áreas nobres, a perseguição policial, a baixa escolaridade. É correto afirmar que as cidades foram, no século XX, um novo e importante espaço de racismo no Brasil, reconstruindo sob diferentes formas a segregação racial.

Este processo constante de apropriação e reapropriação do espaço por processos de acumulação capitalista em forma racial se repetem na conformação do ambiente urbano. Segundo Gonzalez e Hasenbalg (1982) todos os processos de periferização brasileiros foram destinados em especial à população negra. Neste século este grupo passou de camponeses/as paupérrimos/as a favelados/as marginais. Afirmam que

*"o lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo (...) Já o lugar natural do negro/a é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço."*

Não se trata, todavia, de afirmar que estes territórios são unicamente preenchidos pela população negra, mas sim compreender que a presença negra no espaço determina-o socialmente no Brasil. Ou seja, o espaço social no país é tratado pelo estado e sociedade de formas diferentes à medida que ele é habitado pela população negra. Esta conformação social e racial do espaço faz parte da própria constituição da sociedade brasileira. Conforme Silva (2006)

*"Deve-se considerar, ainda, que os territórios negros jamais foram totalmente negros, porquanto os quilombos acolhiam outros grupos raciais, geralmente pessoas pobres, e que buscavam acolhida nesses territórios. No Brasil (...) jamais existiu uma separação oficial como nos Estados Unidos. Mas os estudos demonstram que as políticas urbanas que vêm sendo implementadas ao longo de toda história da cidade priorizam as regiões que concentram a população com alto poder aquisitivo, em detrimento, salvo raras exceções, daquelas áreas destinadas aos pobres e notadamente aos negros/as que estão na base da pirâmide social." (Territórios estes estigmatizados como favelas.)*

E é por meio do estigma que a elite define seu comportamento em relação ao todo periférico. Como afirma Silva (2006)

*"A periferia é vista como uma 'zona de sombras', onde tudo o que é considerado ruim para a sociedade pode ser encontrado, em especial as 'gerações perdidas'. É da periferia que a sociedade tem medo, quer real quer imaginário, dinamizado especialmente pelos meios de comunicação em suas formas metafóricas como, no caso francês: cidade de urgência,*

*bairro quente, bolsão de miséria, toca de coelhos(...) A forma como a periferia é tratada pela sociedade e pelos meios de comunicação acentua ainda mais a sua marginalização e estigmatização."*

As favelas são entendidas aqui como as aglomerações ou ocupações de espaços ilegais nos ditames oficiais da cidade. São espaços construídos pelos próprios/as moradores/as com sua própria arquitetura, organização do espaço e sem auxílio - mas com recorrentes perseguições -do estado. Nesse sentido tratam-se de locais com pouca infraestrutura urbana e sem a presença dos organismos oficiais de controle do estado (escolas, hospitais, prisões), mas com sempre rechaçada atuação da polícia. Esta definição pura, porém, não dá conta do todo urbano em constante crescimento para fora do centro. Utilizaremos aqui então periferia e marginalidade como conceitos mais amplo, que compreende os espaços ilegais e legais precarizados - os que contam com precária urbanização, sendo estes os territórios negros brasileiros.

Esta forma de entender a configuração espacial está levando em conta a dinâmica do crescimento urbano provocado pela especulação imobiliária, que se configurou como forma emergente de acúmulo capitalista sobre o território em especial no último século. Através da criação de espaços ilegais e legais na cidade dão-se processos de barateamento da mão de obra e crescimento do exército industrial de reserva, marginalização de setores sociais expressivos e valorização de espaços urbanos que até então não eram mercantilizáveis. Carril (2006) afirma ao estudar o caso da cidade de São Paulo que

*"Uma vez que a cidade se espraiou horizontalmente sobre seu sítio, novas periferias surgem. Ao longo do século XX, o modelo inicial baseado no binômio legalidade/ilegalidade se manteve quase como se fossem se criando com a formação de diferentes cidades em uma só, um padrão baseado no que foi sendo pautado pelo atendimento ou não à legislação. Essa divisão entre uma cidade legal e outra ilegal permaneceu como linha estrutura do crescimento urbano de São Paulo. A cidade ilegal é formada pelos pobres que vão sendo empurrados para as periferias onde não há as condições mínimas de ordenamento territorial urbano, mas propiciaram o barateamento dos terrenos urbanos, o que lhes permitiu construir suas moradias, favelas, ocupar os mananciais e os conjuntos populares construídos pelo poder público."*

Todavia, se a história das cidades é marcada por estas estruturas sociais acima citadas, elas igualmente são marcadas pela resistência a estas estruturas. O processo legal-ilegal, por exemplo, muitas vezes se desenvolve como apropriação das lutas de movimentos sociais por moradia. As sociedades estão em constante conflito articulando seus mais diferentes interesses e mecanismos. Há uma tese acerca dos conflitos sociais urbanos na América Latina que merece destaque. Ela parte de uma compreensão de que existem aqui diferentes sociabilidades constituídas pelos diferentes povos que ocuparam os espaços deste continente (Zibechi, 2007). Em grande medida os conflitos

estruturantes destas sociedades baseiam-se em choques entre estas sociedades e projetos de desenvolvimento do capitalismo. Esta argumentação apresenta a tese de que, além de movimentos sociais, temos na base das lutas sociedades em movimento que estão lutando não só por interesses materiais imediatos, mas também pelo seu desenvolvimento próprio desde suas cosmovisões, perspectivas e objetivos históricos. São projetos que não são propriamente formulados de maneira explícita ou pelo menos não são apresentados dentro dos modos e códigos praticados na sociedade hegemônica; acontecem subterraneamente dentro de estruturas que não são percebidas pelos poderes formais. São, igualmente, projetos populares que poder que se distinguem em muito das estratégias de esquerda que chegaram ao poder estatal na América Latina durante os últimos trinta anos. Diferenciam-se destes processos e dos processos de controle social exercidos pelos grupos tradicionalmente conservadores justamente quando expressam suas formas de poder seja em grandes levantes ou em pequenas ações aparentemente sem grande importância.

Nesta ampla tese percebe-se que este conflito entre sociedades tem um caráter urbano crescente na América Latina em distintas fases. A primeira destas é caracterizada por um forte movimento urbano constituindo-se durante o período de gestação das zonas marginais urbanas tais quais as conhecemos hoje. As favelas, *villas* ou bairros populares constituídas majoritariamente por migrantes rurais que, em sua massiva afluência ao território urbano transformaram as relações de força nos campos sociais, econômicos e culturais. Estes recém-chegados à cidade criaram novos espaços urbanos com alguma conexão entre si mas, em alguma medida, alheios às cidades tradicionais, com regras e perspectivas próprias. Compreendem-se estes espaços como formas de resistência ao poder das elites e autoafirmação. Além de relações espaciais propriamente suas, as formas de construir estes espaços são também próprias, ou seja, gestadas pelo próprio grupo. Os métodos de trabalho são em grande medida coletivos - mutirões, assembleias - ou com mais espaços solidários, recíprocos e igualitários que os da ordem vigente. Este controle explícito ou implícito sobre o espaço, a gestão, as relações sociais, economia e demais aspectos da vida social subordina a lógica estatal à lógica comunitária-popular, constituindo germen do poder popular. Uma vez que este não tiveram espaço para se desenvolver plenamente e constituir-se como poder hegemônico, ao menos estas comunidades em movimento realizam por seus próprios métodos a resistência ao poder das elites urbanas.

Este período de lutas constituiu avanços e também limites à consolidação do poder popular dos bairros periféricos nas grandes cidades. Estamos falando dos anos 60, 70 e 80, largamente caracterizados na América Latina pela constituição de regimes autoritários e repressores. Estas comunidades se demonstraram bastante resistentes: por mais autoritária que fosse a repressão, ela não tinha poder de dissuadir os laços formados. As ditaduras não conseguiam converter as vitórias

militares em controle social.

O novo ciclo de acumulação neoliberal nas cidades - caracterizado pelas reformas urbanas, especulação imobiliária, cidade-empresa, precarização das relações de produção - apresentou uma nova investida sobre este público que, apesar de ainda manter alguma origem rural, agora já congregava uma ou duas gerações nascidas em ambiente urbano. As favelas, antes isoladas, haviam se expandido territorialmente configurando grandes manchas urbanas que compreendiam um conjunto maior de pessoas e certa diversidade interna, sendo mais preciso agora denominá-las periferias urbanas. O estado ainda tem grandes dificuldades de entrar nestes territórios, sendo as incursões militares a forma recorrente. Os poderes neste território aprofundam-se nos campos econômico e social, mantendo relações com as formas hegemônicas capitalistas mas, conjunta e simultaneamente, desenvolvendo seus ciclos próprios que não estão necessariamente vinculados às variações do mercado.

As mobilizações neste período são cada vez maiores e adquirem diversas formas, sendo as insurreições urbanas apenas a mais visível. Sugere-se que o controle da saúde, do território são formas subterrâneas de constituir uma sociabilidade outra. O próprio fenômeno do narcotráfico é visto nesta tese como inserido em uma tendência de longo prazo da contraofensiva popular. Neste período o diálogo com o estado já é uma de duas opções possíveis, de forma que o debate interno sobre autonomia total das comunidades ou do diálogo conflituoso com a esfera do poder é dos principais temas entre os movimentos sociais inseridos nestas comunidades em movimento. Experiências de sucesso e fracasso nas duas possibilidades são apresentadas. Elenca-se todo um conjunto de lutas urbanas nos mais distintos países do continente que, nesta etapa descrita modificaram as concepções hegemônicas de que o local onde as tensões sociais mais explodem são no campo.

*"Del corazón de las barriadas pobres han surgido en las dos últimas décadas los principales desafíos al sistema dominante: desde el Caracazo de 1989 hasta la comuna de Oaxaca en 2006. Prueba de ello son los levantamientos populares de Asunción en marzo de 1999, Quito en febrero de 1997 y enero de 2000, Lima y Cochabamba en abril de 2000, Buenos Aires en diciembre de 2001, Arequipa en junio de 2002, Caracas en abril de 2002, La Paz en febrero de 2003 y El Alto en octubre de 2003, por mencionar sólo los casos más relevantes." (Zibechi, 2007)*

A cidade é um terreno de lutas entre distintas formas espaciais de poder. O poder hegemônico enfrenta severas resistências ao seu desenvolvimento, e a simples repressão não tem forças para destituir relações sociais que se dão nos mais diferentes níveis. Por isso o controle político-social das periferias urbanas tornou-se parte essencial do projetos de governança. Entende-se aqui o estado não somente como uma estrutura, mas sim como uma forma de realizar a

política: tanto os cargos oficiais, uso legítimo da força quanto os projetos sociais são mecanismos de controle.

*"En la favelas de Brasil, en las villas de Argentina y en los asentamientos de Uruguay, el Estado está haciendo un serio y profundo trabajo territorial con fuerte impacto en los movimientos. Para eso, ya no es necesario cooptar individualmente –incluso sería contraproducente hacerlo– sino construir conjuntamente. El papel más destacado lo juegan ahora las asistentes de las ongs (en buena medida mujeres jóvenes con formación universitaria), que se mueven en los mismos espacios que los militantes y practican los modos de la educación popular. En los hechos, se está produciendo una enorme confusión entre la militancia tradicional y los funcionarios estatales. Ambos hablan lenguajes similares, se mueven en los mismos espacios y lo practican con códigos idénticos, porque en realidad una parte sustancial del funcionariado de las ongs proviene de la militancia social o de sus aledaños." (Iden, Ibidem)*

Estes conflitos se dão em larga escala no Brasil nos últimos cinquenta anos, quando da urbanização progressiva no território nacional. Os movimentos sociais de favelas foram bastante relevantes, por exemplo, na reabertura democrática do país. Porém, tardamos em entrar de fato nesta segunda etapa descrita: podemos afirmar que o nosso país inseriu-se explícita e definitivamente neste processo de resistência durante as jornadas de junho. Nesta ocasião os conflitos urbanos são marcados por fortes tensões que articulam economia, cultura, e territórios em disputa. Se por um lado o capital busca dominar a cidade segregando e expropriando a periferia, esta responde insurgindo-se tanto pela conquista do próprio território como também disputando a circulação no espaço urbano. Igualmente, se a governança estatal constituiu projetos sociais que introduziram pressão e tentativas de controle sobre os movimentos sociais urbanos, estes responderam com o imponderável que jamais pôde ser controlado pela cooptação estatal: a ação direta. Ela torna claro que ainda que hajam buscas de controle pelo espaço, há algo intangível às regras do diálogo, de um antagonismo de projetos permanentemente em disputa.

O ciclo de crescimento urbano que transformou as favelas em periferias não é um processo único do Brasil ou América Latina. Na verdade as grandes manchas urbanas de periferia são uma realidade nas grandes cidades do mundo, em especial nas de países do antigamente denominado terceiro mundo. Uma instigante compreensão deste ambiente urbano atual é apresentado por Mike Davis (2006), no livro Planeta Favela: as grandes cidades dos países chamados subdesenvolvidos (África, América Latina, Ásia e do antigo bloco soviético) passaram por um enorme inchaço nas últimas décadas, reconfigurando-se. Os centros de riqueza comercial e urbana passaram a ser a menor parte da metrópole, com crescimento vertiginoso de guetos, periferias, *underclass* ou subúrbios, a depender da localidade. Segundo a análise, esta expansão vertiginosa das favelas

(aproximadamente 25 milhões de pessoas por ano, segundo dados da UN-Habitat<sup>4</sup>) não é reflexo natural do amplo crescimento urbano; é ocasionada por uma ampla gama de aspectos distintos e até contraditórios entre si, como guerras, êxodo rural, expulsões, segregação, catástrofes, recessão econômica e/ou alto crescimento econômico; tragédias decorrentes de desmoronamentos, enchentes, incêndios, terremotos, Katrinas; os males do transporte rodoviário como a poluição do ar e os acidentes de trânsito. A crescente favelização do mundo forma e reconstrói uma estrutura metropolitana onde alta exclusão social convive com enormes regalias direcionadas aos centros. Mike Davis afirma, enfim, que “em vez das cidades de ferro e vidro sonhadas pelos/as arquitetos/as, o mundo está, na verdade, sendo dominado pelas favelas.” (Davis, 2006)

Do debate destas questões apresentadas pelo autor, muitas coisas poderiam ser ditas: poderíamos questionar a natureza da definição de favela, os lapsos temporais e espaciais do desenvolvimento deste setor, o panorama assustador do desenvolvimento urbano. Prefiro, aqui, seguir a pista mais básica que este raciocínio apresenta: os conflitos sociais urbanos do Brasil, mais que pertencentes a um ciclo latinoamericano, podem fazer parte de um processo de lutas global.

### **Podemos abordar isso como um processo global de lutas oriundo da crise capitalista?**

*“Big City – Operation Ivy  
Concrete and chaos rise up  
Spiderweb across the land  
Like a giant rash  
Forests lie down below  
Foundations of buildings in a bed of ash  
Some people here got it real good  
Cuz the glass towers bring prosperity  
Other people starve in the street  
Because concrete knows no sympathy  
Big city its a wishing well  
Big city its a living hell  
This town its fucking insane  
How one will starve and another will gain  
Like a giant mechanical brain  
And the people are cells and the streets are veins  
It thinks only of itself  
A thousand limbs crawling as it expands and grows  
And still the concrete sits there  
Sits there stark grey and cold  
And I think I wanna be a brick layer  
So I can put another brick in the wall  
Its sanitary rational happy and sane  
Growing like a flower to surround us all”*

Há um terceiro campo de reflexões que busca abordar o fenômeno brasileiro recente buscando o compreender em sintonia com as grandes revoltas urbanas que têm ocorrido em todo o mundo especialmente após a crise financeira do capitalismo de 2008/2009. Assim, os eventos

---

4 UN-HABITAT. Debate, v.8, n.2, Junho 2002

brasileiros teriam semelhanças a serem observadas no mesmo ciclo referente à Primavera Árabe que ocorre de 2010 até os dias de hoje compreendendo diversos países do Oriente Médio e norte da África em diferentes estágios de conflitos desde revoluções, guerras civis e protestos menores - são eles a Tunísia, Egito, Líbia, Síria, Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã, Iémen, Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão, Saara Ocidental. Também deveria ser compreendida no contexto das mobilizações europeias contra a precarização da vida no velho continente. É um conjunto de mobilizações que teve revoltas com mais ênfase na Grécia, Espanha, França, Hungria, Portugal, Turquia, Rússia, Reino Unido, entre outros, formando o movimento dos Indignados ou a chamada Primavera Europeia. Nas Américas também houve um conjunto de mobilizações no Chile, Argentina, México, Canadá e nos EUA. Neste último, o movimento Occupy alastrou-se por todo o país de grande impacto global e pautou o debate sobre o sistema financeiro em todo o mundo. Mesmo em países asiáticos onde atos públicos são raros ou proibidos, houve marchas, como em Taiwan e Cingapura.

Obviamente cada um destes movimentos tem suas dimensões nacionais e locais que evita que se faça uma imediata e teleológica articulação entre todas estas diferentes lutas. Todavia algumas características comuns a todas essas mobilizações foram colocadas em evidência como indícios para a compreensão de uma possível relação global entre estes fenômenos populares dos últimos cinco anos (Wallerstein, 2013). O próprio fato de serem lutas mais vinculadas a pautas nacionais/regionais que internacionais é uma característica comum a praticamente todos estes eventos, ao contrário dos movimentos das décadas anteriores que criticavam principalmente as instituições econômicas globais, estas lutas se destinam a atacar instituições locais.

Um segundo ponto em comum é que se tratam de movimentos que normalmente começam bem pequenos, com questões pontuais e, por algum motivo, crescem tornando-se lutas maciças. Ao crescerem em número estas mobilizações passam a crescer também sua própria pauta: seja constituindo uma rede de causas às quais vários grupos se filiam ou mesmo ampliando a rejeição ao governo e ao próprio Estado enquanto instituição. No conjunto, estas mobilizações começaram pela esquerda, no que diz respeito ao espectro político, demandando questões de mais democracia e direitos humanos. A reação estatal ao crescimento destas lutas opera um misto de cooptação/concessão e repressão violenta. As concessões em geral demonstram a fragilidade do governo e ampliam as mobilizações num longo prazo; a repressão em vez de intimidar causa mais furor e solidariedade, inflando os protestos.

Este crescimento dos protestos gera uma terceira característica bastante comum nos protestos, que é a disputa do conteúdo da luta realizada por setores conservadores da sociedade que se somaram aos movimentos. Por diferentes instrumentos, em todas estas lutas setores

ultraconservadores buscam raptar as lutas para suas pautas, em nada vinculadas à democracia ou direitos humanos. São grupos que não estão dentro da esfera do poder estatal e utilizam mobilizações as quais não participaram da gestação para germinar formas mais autoritárias de poder.

Nos momentos em que as lutas nacionais elevaram suas disputas, chegaram às dimensões geopolíticas internacionais: seja pela intervenção a posteriori de governos de outros países ingerindo nas disputas nacionais em favor dos grupos poderosos ou golpistas, seja revelando a ação anterior de governos que atuavam secretamente buscando a desestabilização de determinados regimes. Também é relevante que todas estas lutas locais tenham gerado grande comoção e debates internacionais nos movimentos sociais do mundo todo, com ações em apoio, cartas de solidariedade, acompanhamento atento de observadores sobre os abusos da repressão.

As redes sociais da internet também são elemento ativo em todos estes protestos. Servem para divulgação das ações, materiais e formulações do movimento, como fórum de debates acerca das ações, espaço de articulação internacional. Também como forma de denúncia e cobertura midiática imediata dos atos. Há quem chegue a afirmar que as redes sociais são, elas próprias, articuladoras globais de mobilizações. Para isso buscam no histórico da constituição destas tecnologias o fato de que na década de 1990 foram os próprios movimentos sociais que desenvolveram softwares participativos de trocas de informações entre manifestantes. Estes softwares, depois apropriados e difundidos por empresas, são tecnologias criadas inicialmente com objetivo de servir às lutas nas ruas. Nada menos surpreendente, então, que elas sirvam tão bem às mobilizações.

Outra característica comum destas mobilizações é que o ápice, ou a parte mais visível delas, costuma durar pouco tempo. O período de grandes mobilizações nas ruas têm curta duração, porém são contundentes. As energias gastas em demasiado nas primeiras semanas de luta amenizam sua força e uma aparente normalidade se sugere. Todavia o legado destas lutas se mantém com uma maior cultura de protestos e mobilização política de média intensidade que se instaura nos meses e anos seguintes. Ainda que nem todas as mobilizações tenham gerado mudanças institucionais reais, a cultura política dos países que passaram por estes processos irruptivos se altera sensivelmente.

Estas características comuns não explicam muitas coisas. Porém, como já apontado, são indícios de que há alguma possível ligação direta nesta onda de mobilizações. Alguns apontam a emergência de um período revolucionário, outros o início de uma transformação estrutural de modelo político e econômico. Estas revoltas não estão explodindo somente nos "pontos fracos" do sistema capitalista, mas também em países emergentes, zonas prósperas do desenvolvimento econômico. Isso reforça a tese de que há alguma luta global em curso. Há quem argumente, por

outro lado, que estabelecer uma automática articulação entre eventos ocorridos no mesmo período não possui validade efetiva sem analisar quais são os processos globais que podem estar entremados neste processo; que esta onda de lutas globais é realizada entre agentes muito diferenciados em cada realidade; que as análises globais tendem mais a revelar a intenção dos analistas que a realidade objetiva. Dizem que hoje passamos mais por um momento de avanço da exploração do capital sobre o trabalho - com lucros exorbitantes de bancos em detrimento de precarização crescente das condições de trabalho (Sampaio Jr., 2013). Trata-se de um amplo debate, em disputa constante.

\*\*\*

Todavia creio que esta dissertação não é o melhor local para refletir sobre a validade destas teses. Em verdade, a validade destas opiniões deve ser apresentada em reuniões de coletivos organizados, movimentos sociais, organizações políticas dos mais diversos tipos. Mais que isso, minha intenção não é comprovar aqui a real e verdadeira análise acerca dos motivos das revoltas urbanas em curso. Não buscarei dar um balanço ou encerrar este debate por meio desta exposição de teses. O que me interessa aqui é desenvolver sobre uma última característica comum a estas rebeliões: todas elas se desenvolvem principalmente em solo urbano. Passemos agora à reflexão sobre este fato crucial.

"Há sinais de rebelião por toda parte: as agitações na China e na Índia são crônicas, travam-se ferozes guerras civis na África, a América Latina está em efervescência. Qualquer uma dessas revoltas pode se tornar contagiosa." (Harvey, 2013)

As principais lutas sociais dos últimos anos ocorreram, de forma progressiva em ambientes urbanos. Disto podemos apreender uma série de reflexões sobre as lutas, a sociedade e sobre a própria cidade. Que cidade é esta em que vivemos hoje, a maioria da população mundial, mais de dois terços da população brasileira e latinoamericana? Porque nossas cidades têm relação entre si, porque tem relação com outras cidades do mundo? Porque nossas cidades são cenários de protestos e lutas sociais?

As reflexões que acabamos de levantar acerca das jornadas de junho ajudam na resposta destas perguntas. Pois concluímos a partir destas reflexões que vivemos em uma cidade historicamente cindida espacialmente, com restrições estruturais à mobilidade; também em um processo de reconfiguração por causa de projetos econômicos, aliada a uma dinâmica global de mobilizações. Porém eu gostaria de, a partir daqui, pensar sobre as cidades de uma forma mais estrutural, sem me desvincular destes fatos que agora coloquei. Explico-me: gostaria de pensar a cidade em torno do seu caminho histórico e dos seus dilemas. Eu acho que isso me ajudaria a avançar um pouco mais na minha reflexão.

Sei que soa estranho eu querer falar da cidade como um ente fechado. Pra isso deveria eu

definir do que quero falar quando trato de cidade, não é? Certamente não penso a cidade como aquela primeira escola de Chicago que, na síntese da crítica realizada por Da Guia (2006) é criticada por partir de

*“de uma abordagem determinista baseada em princípios ecológicos, constituída pelas relações binárias entre centralização-descentralização, circulação-imobilismo e invasão-sucessão (BASSET & SHORT, 1978). Para os ecólogos de Chicago, o crescimento das cidades é uma ‘reação’ natural de expansão e redistribuição populacional, onde os conflitos são resolvidos pela “força” dos indivíduos e dos grupos sociais, seja esta econômica, política ou cultural (HARVEY, 1973; CASTELLS, 1978; GOTTDINER, 1999).”*  
(Da Guia, 2006)

Também me somo ao autor quando, discutindo a análise social do espaço, afirma que

*“A abordagem ecológica e a análise social do espaço encontram seus limites quando da realização de estudos que incluam o papel das decisões locais dos indivíduos na estruturação interna das cidades. Ao mesmo tempo, ao acrescentar novos fatores que levam certos indivíduos a se localizarem em determinado lugar e não em outros, a abordagem ecológica tende a reduzir a explicação a questões relativas a raça ou etnia, densidade populacional e heterogeneidade social, deixando ‘lacunas’ para a compreensão da componente de alocação de indivíduos nas cidades por meio dos mecanismos de valorização da terra e capacidade de consumo. É sob estas questões que a abordagem da cidade sob a perspectiva neoclássica centra seu foco, buscando analisar os processos de organização interna do espaço urbano.”* (idem, ibidem)

Enfim, vou aproximar algumas noções preliminares, ao pensar a cidade desde o encontro entre os diferentes grupos e povos, um espaço onde a presença humana está mais compacta, porém diversa. Podemos pensar a cidade como um específico local de mercado. Ou um local de centralidade, ou seja, um local que exerce uma função de definir as coisas ao redor, pelo conjunto de oportunidades que oferece. Um espaço centrípeto, que atrai tudo a rodar em relação ao seu centro. A cidade tem uma produção principal que não é agrícola... pode ser industrial, manufatureira, de comércio, de serviços. Mas pode ter também uma produção agrícola ao seu redor, ou mesmo interna e marginal. Até mesmo porque a função centrípeta faz com que essa cidade realize pressões a produção exterior a ela e busque determiná-la. A cidade não é a aparência de cidade, assim como um monte de cabeças de gado enfeitando uma área valorizando um terreno para a especulação fundiária-imobiliária não é o campo.

A sede das empresas, governos, instituições e do estado está na cidade. Ela tem uma função administrativa e burocrática; tem uma função de poder religioso, cultural e político. Essa coisa pode também ser chamada de núcleo urbano, urbe, urbanidade.<sup>5</sup> Queria dizer que o importante da cidade

---

<sup>5</sup> Uso esses nomes pra não ficar me repetindo toda hora e cometer aquele erro de deixar a frase repetitiva, apesar da dificuldade.

não é o seu tamanho, mas a dinâmica que ela exerce sobre si e sobre o espaço ao redor. É uma forma de interação social que existe espacialmente. Aliás, as cidades interagem também entre si, trocando mercadorias, criando estradas, disputando territórios limítrofes, projetos econômicos. Estas relações geram sistemas entre as cidades que ganham diferentes nomes. As vezes elas se misturam, perdendo seus limites, formando as tais aglomerações urbanas. Quando uma cidade é grande, chama-se metrópole. Mais recentemente as metrópoles cresceram tanto que, por capricho ou pra diferenciar, surgiu o termo exacerbado megalópole. Quando sua força centrípeta domina municípios pequenos ao redor, chama-se essa relação de Região Metropolitana. Quanto, porém, se forma uma relação entre duas metrópoles próximas, que dividem círculos e circuitos urbanos, estas constituem as tais Megalópoles, que seria algo como uma região metropolitana com mais de uma metrópole (Souza, 2003).

Assim, falando desta forma, parece que esta coisa tem força viva e não depende de ninguém. É um raciocínio fetichista, diriam alguns. Mas penso sobre a cidade de forma justamente oposta à reificante, e só objetei até aqui por algum charme de escrita: a cidade é uma forma de relação entre seres humanos. Ela é criada, significada e experienciada em especial pela nossa espécie, que decidiu que as suas alterações no espaço deveriam ter nome. Vi em um texto que um sociólogo vê na cidade

*"a mais consistente e, no geral, a mais bem sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza da sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem<sup>6</sup> refez a si mesmo."* (Park, 1967)

As relações humanas se organizaram culturalmente, economicamente, socialmente, espacialmente. Quero dar uma atenção social ao último ponto, as vezes esquecido. O espaço não é somente o ambiente onde nos fazemos, não somente o cenário. Ao analisarmos o espaço podemos ver, como disse o eminente Milton Santos (1982), o tempo sobreposto; herança das relações sociais passadas no momento presente; construções feitas em outra época pra outras funcionalidades remoldando-se e resistindo às relações sociais atuais. Igualmente vemos nestas solidificações do passado resquícios das formas de poder e relações de força exercidas no passado. Assim como a hereditariedade das propriedades influi e em muitos casos determina o ambiente das relações sociais presentes, as constituições espaciais dos poderes passados influem nas relações de hoje.

Quando nos debruçamos a falar das cidades, estamos falando de nossas relações sociais. Estamos falando de quem somos. Imediatamente, as definições gerais que temos de nossa sociedade

---

<sup>6</sup> Minha educação com movimentos sociais me faz dizer que esta frase, apesar de muito linda, está incompleta, pois ele fala do homem enquanto sinônimo de humanidade, sem sequer atentar-se às mulheres. Pode ser que seja a tradução, mas o erro continua. Feita a pontuação, vamos seguir o raciocínio.

são também as relações sociais que temos na cidade. Se compreendemos nossa sociedade como regida por relações sociais de produção capitalistas, articuladas em uma estrutura social com os mecanismos do colonialismo agindo por meio da diferenciação étnico-racial, estamos dizendo que as formas capitalistas e racistas operam na economia, cultura política e no espaço da cidade. Vamos tentar entender um pouco, então, como estas relações estão vinculadas à cidade.

Podemos começar tratando do vínculo intrínseco que a cidade tem com o sistema econômico. Uma contribuição importante é oferecida por David Harvey em sua obra *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo* (2011). Abordando o desenvolvimento do sistema capitalista (com foco direcionado ao fluxo de capital), o autor apresenta o crescimento urbano como decorrente da insolubilidade das crises do capital. Estas são, no máximo, transferidas de um ponto ao outro do sistema, contornando mas nunca resolvendo as contradições. A urbanização aparece como um desses setores ao qual a crise capitalista foi especialmente jogada nos últimos cinquenta anos, seja pelo processo de contratação de mão de obra para circulação do excedente de capital seja pelo incentivo à especulação imobiliária na construção civil, financeirização das posses de apartamentos, entre outros. Em síntese, afirma-se que

*"Na medida em que a absorção dos excedentes de capital e o crescimento das populações são um problema, a urbanização oferece uma maneira crucial para absorver as duas coisas. Daí surge uma conexão interna entre a produção de excedente, o crescimento populacional e a urbanização."* (Harvey, 2011)

As grandes crises econômicas relacionadas à urbanização surgem nos projetos de crescimento das cidades como saída para os cracks financeiros. Mas não se esgotam aí, pois geram cada vez mais processos financeirizados de acumulação. Os valores dos imóveis crescem durante um bom período iludindo grandes e pequenas especulações imobiliárias. No momento seguinte, a crise imobiliária coloca ao chão todos os altos valores criados por estas bolhas de consumo. Isto se torna possível porque as pessoas, atraídas pela lógica urbana de produção (em grande parte sendo expropriadas de suas relações rurais, mas não só), saem dos campos rumo às cidades e buscam alguma terra para viver de alguma forma. Neste processo estas pessoas criam formas de habitação distintas, sejam as favelas, cortiços, condomínios e até mesmo coberturas... algum lugar que chamem de lar. Esta produção passa, das medidas mais simples às mais complexas, em algum estágio, por formas capitalistas de produção, pois está em maior contato com as dinâmicas urbanas de produção, compra e venda de mercadorias. Este processo de construção de espaços tem um impacto sobre o valor da terra e a acumulação de capital, tornando-se um grande veículo para a absorção de excedente. Assim

*"A produção do "urbano", onde a maioria da população mundial em crescimento agora vive, tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligada à acumulação do*

*capital, até o ponto em que é difícil distinguir uma da outra. Mesmo nas favelas da autoconstrução de moradias, o ferro ondulado, as caixas de embalagem e as lonas foram primeiro produzidos como mercadorias."(iden, ibidem)*

Claro que cada localidade, cada cidade, cada bairro e cidade nos distintos locais do mundo tem formas diferentes de produção. O que ressalta-se no texto é que isso não é ignorado pela ordem vigente, justamente o contrário. O capitalismo trabalha com as diferenças regionais como forma de investimentos diferenciados de uma mesma lógica. Se em determinada realidade encontra dificuldades, fortalece-se em outra situação mais palatável. O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo pelo espaço obedece a esta lógica e também a uma dinâmica coevolutiva de sete esferas elencadas pelo autor: as tecnologias e formas de organização (1), as relações sociais (2), os arranjos institucionais e administrativos (3), processos trabalhistas e de produção (4), as relações com a natureza (5), reprodução da espécie e vida diária (6) e as concepções mentais do mundo (7). Estas sete esferas estão em relação constante entre si, sobredeterminando-se simultaneamente. E, em períodos de crise, umas acabam se chocando com as outras de forma mais enfática, mas nem sempre contraditórias entre si. Desde esta compreensão podemos compreender porque desde os instrumentais gerais do capital podemos analisar nossa realidade partindo de algumas referências globais em alguns momentos e, em outros, não.

Estas sete esferas de atividade coevoluem com formas distintas na evolução histórica do capitalismo. Elas mantêm uma relação em que nenhuma esfera determina ou prevalece sobre a outra, mas ambas se influenciam constantemente. Se a relativa autonomia se dá pelas características históricas, naturais, tecnológicas, culturais, institucionais locais, a influência geral de uma a outra se dá dialeticamente por meio da circulação do capital. Não se trata de uma relação causal entre as esferas, não se trata de pensar mecanicamente as relações.

*"Isso não é, devo enfatizar, uma totalidade mecânica, um motor social em que as peças estão estritamente de acordo com os ditames do todo. É mais como um sistema ecológico feito de muitas espécies e formas de atividade diferentes – ao que o filósofo/sociólogo francês Henri Lefebvre se refere como um “ensemble” ou o seu compatriota, o filósofo Gilles Deleuze, chama de “assemblage” de elementos em relação dinâmica uns com os outros. Nessa totalidade ecológica, as inter-relações são fluidas e abertas, mesmo quando estão inextricavelmente interligadas umas às outras."(Iden, Ibidem)"*

As composições geográficas do desenvolvimento do capital não são, em absoluto, independentes aos contextos específicos em que elas ocorrem. A questão colocada é que os capitalistas e seus agentes atuam ativamente para alterar estas configurações, buscando produzir novas relações espaciais a todo instante: seja constituindo novas redes de transporte e comunicação

que desenvolvam a influência urbana sobre regiões de predominância agrárias, desmatando terras, vasculhando oceanos em busca de alimentos, as mudanças ambientais de longo prazo provocadas por humanos tem sido enormes. *"O que nos foi dado pela natureza há muito tempo foi substituído pelo que foi construído pelo homem. A geografia do capitalismo é cada vez mais autoproduzida."* (iden, *ibidem*)

Assim, compreendemos que entender as cidades hoje passa por entender os fluxos de capital. E que as disputas que se dão hoje nas cidades são disputas relacionadas também a estas formas de organização econômica. Estou querendo dizer, com isso, que todas as lutas urbanas são propriamente anticapitalistas? Não, seria um salto argumentativo de um malabarismo feito por iniciantes, ou seja mais equivocado que correto. Quero sugerir que os conflitos urbanos têm quase necessariamente as relações capitalistas como parte vital de seu conteúdo. Seja negando-as, reafirmando-as, confrontando-se nelas. Capitalismo e as cidades têm uma história comum, ainda que cada uma tenha também sua história própria e possibilidades distintas de seguirem: prefiro pensar que o capitalismo será derrotado e as cidades, envolvidas em novas e outras relações sociais de produção, continuarão.

Pois aqui vamos compreender o capitalismo, ele também, como uma forma de relação social. Trata-se de um sistema que baseia-se principalmente nas relações hierárquicas de mando e obediência. Estas, para sustentarem-se, alçam mecanismos de força, coerção, propriedades institucionais e privadas, cargos, chefias, diferenciações. Se Harvey trabalha com a possibilidade de que as crises do capitalismo não são resolvidas e por isso seus excedentes são reinvestidos na cidade e assim o capital se desenvolve, essa insolubilidade da crise também tem relação com o capitalismo existir a partir dos conflitos as divisões sociais em classes estimulam. Ou seja, a crise faz parte da forma de organização do capitalismo pois as divisões sociais constituem conflitos permanentes (Bernardo, 1991).

Tentemos ilustrar esta afirmação: as famílias que moravam no campo vivam sob determinadas formas de vida, diversas: desde a agricultura familiar, podendo ser comunidades quilombolas, indígenas, aldeias rurais, ou trabalhadores rurais de grandes fazendas. A oferta/propaganda de melhores condições de vida na cidade, a pressão ou saqueio de terras por especuladores agrícolas entre outros motivos leva estas pessoas à cidade. Na cidade elas não encontrarão necessariamente as condições adequadas para sobrevivência e, certamente, não terão a mão as melhores condições pra subsistir. Logo estas pessoas vão vender sua mão de obra e constituir formas de moradia nas periferias urbanas. Ao venderem sua mão de obra, por exemplo, nas fábricas, produzirão mercadorias para circular a cidade; ao empregarem-se na construção civil, construirão os espaços urbanos; nos serviços públicos, articularão as formas de funcionamento dos centros administrativos e comerciais. Simultaneamente, em suas moradas, habitarão espaços sem

grande investimento econômico, discriminados, e gestarão ali formas de convivência com as novas vizinhanças, gastarão seus salários, realizarão gastos de água e luz, etc.

Nesta forma estereotipada de migração rural-urbana que construí um tipo de relação social desenvolveu-se na cidade. Quem migrou para ela sem grandes bens e à margem foi, em alguma medida, trabalhar duplamente para os interesses do capitalista - no espaço de trabalho (atendendo a interesses imediatos) e na construção de sua moradia (gestando interesses futuros). Mas se esta pessoa se rebela contra as suas condições de trabalho, ou mesmo passa a sabotá-lo para não sofrer com as jornadas extenuantes, ela está confrontando esta ordem à qual foi submetida. Igualmente, se na luta por moradia passa a gestar novas formas de organização social com sua vizinhança e fazer da produção do espaço uma produção diferenciada de sociabilidade, está também constituindo outras formas de ação social que não necessariamente estão reproduzindo o capitalismo. A questão é que, independentemente de como se realizem as coisas, a base da produção urbana está na ação destas pessoas, trabalhadoras. Se elas param de produzir em seus trabalhos ou deixam de ocupar estes espaços de moradia o fluxo de capital simplesmente para (iden, ibidem).

Os trabalhadores e trabalhadoras podem agir como quiserem – pois sua forma de relação com o mundo pode existir somente a partir de si mesmos. Os capitalistas e gestores, por outro lado, somente podem agir construindo meios de expropriar parte da ação daqueles/as e/ou buscando hegemonizar os espaços já existentes. Podemos dizer, então, que o conflito social do capitalismo está nos diferentes mecanismos criados por uma parcela da sociedade para que a outra - maior - parcela dê parte significativa do seu trabalho para ela. As reações do primeiro grupo determinam as novas formas de ação do segundo. E este conflito, mais do que algo a ser superado, é a própria dinâmica de constituição do sistema capitalista (iden, ibidem).

Este conflito pode se dar em diferentes localidades e formações sociais. É bastante normal pensar imediatamente que estes conflitos ocorrem imediatamente nas fábricas e centros de produção. Uma larga literatura foi escrita, filmada, desenhada e comentada justamente sobre o momento catártico da produção de valor. Lembramos com carinho do famoso movimento realizado por Charles Chaplin nos primeiros minutos do filme "Tempos Modernos" (1936), onde a personagem "Vagabundo", envolta às maquinações, objetificações, repetições fordistas do espaço da fábrica, surta e é levada ao hospital. Gostaria de salientar as pequenas passagens do começo desta obra onde o Vagabundo sai às portas da fábrica e, quando oferece seus traumas a transeuntes da cidade, é levado ao hospital. Saindo dali envolve-se acidentalmente em uma passeata nas ruas e é preso. Daí segue-se a história, mas a passagem pela cidade, aparentemente aleatória, tem um elemento a ser notado: as relações de produção das fábricas seguem às ruas. Que significa isso?

Antonio Negri (2008), décadas depois, apresenta uma proposta: a fábrica, como centro de

produção, desenvolve-se nas ruas. Ele prefere, em vez de cidade, compreende este espaço como MetrÓpole. Trabalhadores e trabalhadoras vivem a totalidade de suas vidas e as relações sociais ultrapassam os limites fabris, ou seja, desenvolvem-se nas ruas, praças, becos vielas.

*“A fábrica tinha então se estendido na e sobre a sociedade: isto era evidente. Mas igualmente evidente era que este investimento produtivo da cidade modificava radicalmente o embate de classe.” (Negri, 2008)*

A metrÓpole assume, assim, aspectos gerais que a análise anterior centrou nas fábricas: todas suas esferas estão ligadas fundamentalmente às formas de acumulação capitalista. Os sujeitos da cidade são também sujeitos da produção. Assim, desempregados/as, moribundos, vadias, transeuntes, todo mundo faz parte do processo econômico e social. Ele nomeia como precariado este setor amplo relativo à reprodução social. A multidão urbana pode, mesmo sem estar ligada diretamente ao processo fabril, atacar a produção capitalista. Sua proposta política, ao fundo, é a de uma greve na metrÓpole, onde a retomada multitudinária das relações urbanas pode ser a chave de uma revolução social. A greve metropolitana é uma potência insurgente.

*“As revoltas metropolitanas não se colocam o problema de substituir o prefeito: elas exprimem novas formas de democracia, esquemas invertidos em relação aos esquemas do controle da metrÓpole. A revolta metropolitana é sempre uma refundação de cidade.” (idem, ibidem)*

Daí podemos seguir o raciocínio quase matemático: se o capitalismo e a cidade são fruto de relações sociais conflituosas, não se trata de separá-los, mas sim de compreendê-los em um mesmo processo. A cidade não é o cenário das lutas anticapitalistas. Ela é, sim, fermentada nas mesmas relações sociais que a constituíram. Se o capitalismo deve ser superado, é nas relações sociais urbanas que ele se desenvolve e manifesta-se. Não há distinção, mas articulação entre expropriação, cenário, luta de classe, teoria do valor.

\*\*\*\*

### **Equacionando a Cidade e o Conflito**

*“Henri Lefebvre escreveu A Revolução Urbana, que afirmava que a urbanização era essencial para a sobrevivência do capitalismo e, portanto, estava destinada a tornar-se um foco crucial da luta política e de classes; e que a urbanização estava apagando as distinções entre a cidade e o campo, com a produção de espaços integrados em todo o território do país. Para Lefebvre, o direito à cidade tinha de significar o direito de comandar todo o processo urbano, que ia ampliando seu domínio sobre o campo, por meio de fenômenos como o agronegócio, as casas de campo e o turismo rural.” (Harvey, 2013)*

A questão que me interessa trabalhar aqui, fundamentalmente, é que as cidades são íntimas ao conflito social. Baseei-me em leituras críticas às quais tenho refletido politicamente nas práticas sociais que desenvolvo. Porém poderia citar a compreensão dos conflitos urbanos em diferentes

leituras, como as que apresentam o conflito social de máquinas de guerra e aparelhos de captura em constante disputa no espaço urbano (como sugerem Deleuze e Guatarri. De fato trabalharei esta visão mais a frente, no quarto capítulo). Poderia também trabalhar a ideia da cidade ocidental baseada na propriedade de terra que permite autonomias relativas em disputa por ampliação de domínio (como disse Weber). Certamente em todas estas análises veríamos na cidade o espaço fértil dos conflitos sociais contemporâneos. A Paris pré-moderna foi remoldada justamente pelas capacidades de insurreição que a setorização produtiva dava às diferentes categorias sociais de organizarem-se comunitariamente. Sua reforma Haussmaniana<sup>7</sup> foi derrotada - em sua intenção de coibir os conflitos sociais - por uma Comuna que articulou estas diferentes categorias em uma classe social comum<sup>8</sup>. As segregações urbanas do Rio de Janeiro colonial foram abaladas por uma revolta contra o saneamento que articulou centro e periferia, a tal revolta da vacina<sup>9</sup>.

O conflito é uma maneira de entender a cidade. Mapear e perceber a articulação destes conflitos possibilita a construção de um instrumento significativo de entendimento das diferentes urbanidades, tanto nacionais quanto internacionais. Como diz Carlos Vainer

*"A ideia não é conhecer os conflitos para evitá-los. Há uma visão de que conflitos sinalizam uma patologia da cidade. Digo o contrário. O conflito é uma manifestação da vitalidade do espaço social. Uma cidade sem conflitos é uma cidade morta"* (Vainer, 2011)

Segundo o Observatório de Conflitos Urbanos,

*"Os conflitos urbanos são todos e quaisquer confrontos ou litígios relativos à infraestrutura, serviços ou condições de vida urbanas, que envolvam pelo menos dois atores coletivos e/ou institucionais (inclusive o Estado) e se manifestem no espaço público (vias públicas, meios de comunicação de massa, justiça, representações frente a órgãos públicos, etc.). Eles configuram uma chave de leitura das paisagens urbanas e em função disso, sua discussão ganhou os meios acadêmicos, estando sua definição conceitual ainda em processo de construção"* (OBSERVATÓRIO, 2010).

A ideia da cidade harmonizada parte de duas visões autoritárias: reprimir a divergência ou refrear o sujeito coletivo por violência simbólica. Trata-se de um mito sobre a vida e história das cidades. Conflito demonstra a diversidade da cidade e denuncia a desigualdade urbana. A cidade não é homogênea e sua organização espacial projeta sobre o território estas desigualdades. Cidade sem política é cidade de exceção; destrói a possibilidade da cidade como espaço público de

---

<sup>7</sup> O termo Haussmaniano ficou assim conhecido porque esta reforma foi articulada pelo prefeito de Paris à época, conhecido como Barão de Haussmann (e chamado Georges-Eugène Haussmann - Paris, 27 de Março de 1809 — Paris, 11 de Janeiro de 1891). Apelidado de "o artista demolidor", sua reforma urbana parisiense determinada por Napoleão III influenciou determinadamente a história do urbanismo e das cidades.

<sup>8</sup> Uma descrição detalhada deste processo é feita por João Bernardo em palestra proferida quando dos 140 anos da Comuna, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=t7OVyuaboSc>

<sup>9</sup> Para uma leitura mais aprofundada do tema ver SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da vacina: Mentec insanas em corpos rebeldes. Scipione, São Paulo, SP, 2001

exercício da política, compreendida como ação coletiva das pessoas rumo ao interesse público.

A sociedade é constituída por grandes cisões entre grupos sociais, que não são mediados por meio de acordos prévios: é por meio das disputas entre estes grupos que se estabelece a ordem social. Sendo assim, as brigas e disputas relacionadas aos temas urbanos estão inscritos nas formas e dinâmicas da sociedade de mercado. Tudo isso relacionado à disputa por uma distribuição mais igualitária dos bens, serviços, aparatos urbanos e equipamentos sociais. Enfim, a disputa pelo conjunto dos recursos citadinos.

A cidade deve ser vista em sua totalidade. Não como um elemento fragmentado a ser planejado e desenvolvido por tecnocratas embebidos de uma ciência externa e dominante a ela. Sua gestão e planos futuros não podem ser realizados se não como fruto das contradições de quem nela vive - em meio aos encontros, conflitos, acordos e divergências. Se assim não for, a cidade certamente estará sob hegemonia do grupo que detém o poder político sobre ela. Seja este grupo materializado e articulado em torno de especialistas, empresários urbanos, tecnocratas, elite política. Quero dizer aqui é que, se partimos do pressuposto que as relações sociais são determinantes nas formas políticas, podemos estender o mesmo raciocínio às cidades. O racismo, machismo, capitalismo e outras estruturas sociais estão alicerçadas nas relações entre pessoas, e podem ser vencidas por meio delas. A cidade, igualmente: ainda que ela tenha em seu presente os resquícios dos conflitos passados - em forma de construções urbanas -, ela o tem materializando como os diferentes grupos sociais e políticos vivem estes conflitos no presente. Dito isto, estou completamente ciente da longa história das cidades, anterior ao sistema social hoje em voga; estou também mais ciente ainda de que a cidade política, a cidade oriental, a cidade comercial, cidade arcaica, cidade-estado estão igualmente vinculadas a relações sociais e humanas conflituosas.

Henry Lefevbre (1968; 1970; 1981) apresentou em algumas obras a crítica feroz à moda do Urbanismo, que sugere a possibilidade de resolver os conflitos urbanos pela ciência fragmentada: elas não são mais do que expressões da compreensão de dominação do espaço dos grupos que detém maior poder sobre ela. Apresentou, junto a isso, a forma como se constituíram os tecidos urbanos em meio a disputas políticas que se converteram em reformas territoriais. Propõe que realizemos a compreensão plena da vida urbana por meio do Direito à Cidade, compreendido não só como o direito ao uso da vida urbana, mas sim principalmente o direito pleno à sua gestão e, em especial, concepção. Este direito só pode ser conquistado por meio das lutas dos setores marginalizados, uma vez que para haver decisão democrática sobre as cidades é necessário haver uma democracia real entre as pessoas, coisa que nosso sistema político não permite.

Harvey (2012) nota, porém, que o termo Direito à Cidade nasce e renasce em diferentes contextos, muitas vezes de forma distinta ou mesmo alheia ao seu criador. Isso porque, tal qual o

próprio Lefebvre anunciava, as lutas urbanas existem porque a cidade existe. Indo além, podemos raciocinar que assim como o Direito à Cidade torna-se um enunciado com sentido a qualquer participante de movimentos sociais urbanos - dando cada um suas diferentes concepções desde suas diferentes linhas políticas - Lefebvre igualmente cunhou e desenvolveu o termo em situação onde falar do Direito à Cidade tinha relevância, na Paris pré maio de 1968.

É que se compreendemos que a cidade é constituída pelos conflitos sociais nela inscritos, abrimos a possibilidade de que possamos vencê-los. E que desta vitória possamos caminhar rumo a outra cidade, sociedade e mundo.

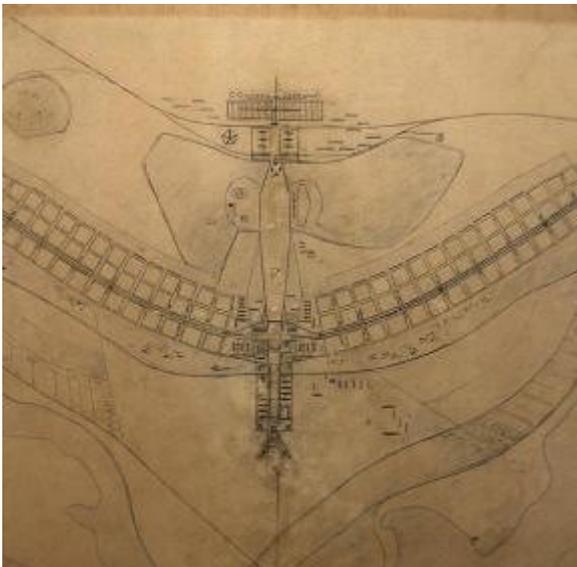
## Capítulo 2

### BRASÍLIA: UMA CIDADE DE CONFLITOS SOCIAIS

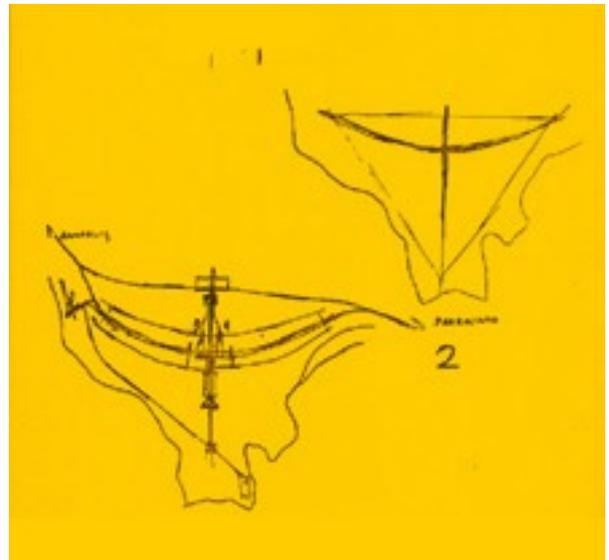
**Qual é Brasília? Liga Tripa**  
No dia em que a torre caiu  
O Lago nem sequer se incomodou  
No dia em que a torre caiu  
O lago nem sequer se incomodou  
Bem que eu queria colocar tudo nos Eixos  
E a cidade bateu asas  
Bateu asas e voou  
Quem tem L vai ao dois  
Quem tem W vai ao três  
Quem comeu pastel de queijo  
Deixa o caldo pra depois  
Se a quadra brigou com o bloco  
debaixo de uma sacada  
O bloco foi demolido  
e a quadra desabitada

#### “Arquitetura ou Revolução: A revolução pode ser evitada”

“É assim que, sendo monumental, é também cômoda, eficiente e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional... Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade-parque. Sonho arquitectural do Patriarca.” Lúcio Costa,



Relatório do Plano Piloto de Brasília



Brasília foi concebida como cidade que pudesse, ao mesmo tempo, modernizar o país e extirpar as relações urbanas dos conflitos sociais. Seu planejamento foi realizado com base na

concepção de Le Corbusier (1923) de que 'A revolução pode ser evitada' pela arquitetura, uma vez que as técnicas arquitetônicas teriam o poder de influir significativamente nas formas de relacionamento humano, constituindo novas formas de sociabilidade que amenizassem as diferenças sociais e possibilitassem a convivência harmônica frente a ruptura.

Trata-se, certamente, de uma compreensão da vida urbana significativamente diferente do que apresentamos até aqui; uma concepção advinda da ideia de que o urbanismo, como ciência *expert* na vida urbana, conseguiria dar conta das relações sociais mais distintas, sobrepondo-se à realidade urbana. É a ideia de que a ciência, a técnica, pode ter um papel neutro no todo social. Em suma é uma ideia tecnocrata.

Todavia, mais que discordar disso filosoficamente, podemos questionar o absurdo desta ideia pela sua própria constituição material: quais foram os agentes que direcionaram seus principais esforços para a constituição desta cidade, capital do país? Quais interesses estavam envolvidos quando as ideias de um mineiro de cara simpática propôs, à frente da presidência da república, mudar de lugar de capital em cinco anos? Como pôde ele vencer opositores de diferentes setores sociais, angariar investimentos, realizar um concurso (sic), escolher arquiteto, urbanista, equipe técnica e, seguindo um traçado feito há alguns séculos por um missionário, constituir a capital do país em determinado território?

Creio que esta simples pergunta indica que a materialidade da construção da capital do país envolvia algo um pouco mais complexo do que a simples troca de uma cidade por outra. Além da ciência, deveríamos contar com a neutralidade do estado ao trocar sua sede de um local do país para outro. Nada mais tolo: muitos são os motivos relatados para que a capital brasileira fosse afastada do Rio de Janeiro e levada ao Centro do mapa nacional: uma campanha estatal de marcha para o oeste, estabelecendo mais domínio-desenvolvimento em regiões onde antes pouco explorara; uma memória dos conflitos urbanos - com intentonas, golpes, greves gerais, tentativas de tomadas da bastilha por diversos grupos - que fazia da capital no Rio de Janeiro um caldeirão prestes a explodir; um projeto de certo setor econômico de trazer novos investimentos internacionais à nova configuração econômica que se materializava no país.

O capital também não é neutro em nenhuma situação. Os interesses locais de desenvolvimento e ampliação da área de mercado no Brasil certamente impulsionaram um projeto que abriria um amplo mercado consumidor no oeste do país. As aberturas internacionais para a construção de uma cidade que fosse símbolo do Brasil Moderno - este entendido como Brasil industrializado e, portanto, sob domínio de um capital industrial internacional que se instalava na cidade. Não é novidade a ninguém a convergência da arquitetura de Brasília como um modelo de cidade do automóvel: a cidade foi constituída com grandes vias, pouca calçada como uma atração

de um estilo de vida baseado no consumo do automóvel individual.

### **Brasília: um projeto de Brasil**

Apesar de ser creditada quase exclusivamente ao projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, a ideia da transferência da capital para o centro do país tem origens em séculos anteriores e envolve interesses nacionais e locais que não devem ser obliterados da história de Brasília, dada a sua importância para a compreensão da constituição da capital.

Em um período de um século e meio, muitos foram os projetos de construção de uma cidade nova para a instalação da capital do Brasil. Um primeiro projeto foi pensado quando da presença, no Brasil, do rei de Portugal Dom João VI, entre 1808 e 1821; o segundo durante o período da Independência, em torno da figura de José Bonifácio (1821-1824); um novo projeto foi elaborado durante o Império por Francisco Adolfo de Varnhagem, historiador e diplomata (1839-1878); a República, no seu início, entre 1889 e 1904, tomou para si o projeto; O estado Novo e depois a Nova República, em 1930 e 1955 dedicam-lhe crescente atenção; e finalmente o projeto de Kubitschek, entre 1957 e 1960, deu luz a Brasília. Foram, portanto, seis projetos, mas também seis contextos históricos, seis nomes de cidade (Nova Lisboa, Cidade Pedrália, Imperatória, Tiradentes, Vera Cruz e Brasília) e o mesmo número de ambições políticas e sociais diferentes (Vidal, 2002).

No entreposto deste projetos, alguns fatos históricos contribuíram para que o imaginário da nova capital fosse montado vinculando-a ao propósito de desenvolvimento e interiorização do país. Inicialmente o sonho do padre Dom Bosco, que em meados do século XIX prevê profeticamente o nascimento de uma rica e próspera civilização na América do Sul.

“Entre os graus 15 e 20, existia um seio de terra bastante largo e longo, que partia de um ponto onde se formava um lago. E então, uma voz me disse, repentinamente: 'Quando vieres escavar os minerais ocultos no meio destes montes, surgirá aqui a Terra da Promissão, fluente de leite e mel. Será uma riqueza inconcebível.' (Visão de Dom Bosco)

Em 1892, o presidente Floriano Peixoto formou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, que ficou conhecida como Missão Cruls e demarcou a localização atual de Brasília. A comissão partiu do Rio de Janeiro e durante sete meses 22 pessoas lideradas pelo belga e estudioso de Geografia e Astronomia Louis Ferdinand Cruls percorreram 14 mil quilômetros realizando demarcações de área e registrando dados sobre os hábitos dos residentes locais, fauna e flora do sertão brasileiro. A instalação do acampamento da comissão deu-se na atual região do Cruzeiro, às margens do córrego do Brejo (atual córrego do Acampamento). Algumas décadas depois, para comemorar o centenário da Independência, em 7 de setembro de 1922 o presidente Epitácio Pessoa assenta a pedra fundamental da futura capital do país a dez quilômetros de

Planaltina. Baseada no sonho de Dom Bosco, a pedra fundamental caracteriza o ponto central do Brasil.

Todos estes períodos em que se propôs uma nova capital para o Brasil são períodos de rupturas políticas, culturais e/ou sociais da sociedade Brasileira. A transferência da capital para o centro do Brasil, então, faz parte de um processo de rearticulação da própria ideia de nação - e cada ideia refletindo as aspirações e conjurações do seu próprio tempo. Brasília surge em diálogo com três dimensões da nova capital: a transferência da capital e seu significado geopolítico; o projeto de construção de uma cidade nova erigida do zero; o projeto societário de um "Brasil Moderno". A nova capital surge como um acumulado de projetos e sucessivas ideias referentes ao Estado, à cidade e à sociedade.

Todos os outros cinco projetos anteriores fracassaram na construção da nova capital por diferentes motivos. É somente na campanha presidencial de Juscelino Kubitschek, político mineiro ligado ao Partido Social Democrático (PSD) e então governador de Minas Gerais (1951-1955), que a transferência da capital do litoral para o interior passa à agenda de promessas políticas. Eleito presidente, Kubitschek determina o início das obras de construção da nova capital. Para tanto, é contratada uma equipe de engenheiros e arquitetos, capitaneadas por Lúcio Costa, urbanista vencedor do concurso, e Oscar Niemeyer, arquiteto carioca que havia trabalhado com JK em Belo Horizonte, e se recorre a migrantes para operários da construção civil provenientes de diferentes regiões principalmente do norte, nordeste, centro-oeste, tanto do campo quanto da cidade.

Imbuída de forte cunho estratégico, a transferência consolidou-se no governo de JK, sendo a meta síntese de seu Plano Nacional de Desenvolvimento, ou Plano de Metas. Nesse contexto, é preciso ressaltar a então recente mobilização empreendida no governo de Getúlio Vargas, a campanha de 1940 denominada "Marcha para o Oeste", que pretendia realizar a ocupação demográfica do vasto interior do país, promovendo a expansão agrícola e integrando as regiões do Brasil.

O projeto de construção de Brasília é desenvolvido num período de expressivas transformações socioeconômicas atravessadas pelo Brasil. A crescente industrialização, a consolidação da indústria automotiva, a criação da Petrobras e a acelerada mudança do cenário majoritariamente rural para um de configuração urbana são importantes indicadores do momento vivido pelo país e da escolha desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek em ocupar de maneira maciça a região central do Brasil<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Assim podemos dimensionar que o que estava em curso quando do Planejamento da cidade não foi, em hipótese alguma, somente um projeto arquitetônico. Brasília articulou uma arquitetura modernista junto a um processo desenvolvimentista local com o propósito comum de conter os conflitos sociais. Fosse pela arquitetura ou fosse pelos rearranjos produtivos. Esta cidade se constituiu dando à arquitetura sua principal dimensão social, constituindo uma

\*\*\*

## The Sims Brasília

Vieram viram  
se viraram  
construíram  
venceram? (dessa vez  
os vencedores perderam)  
legiões de famintos  
roem as unhas  
das colunas do alvorada  
isolados pelo muro imaginário  
do próprio esquecimento  
brasil  
inagura  
a exclusão  
planejada  
(Níolas Behr)

Minha geração, de nascidos/as em meados da década dos anos oitenta, teve a marcante presença dos jogos de videogame ou computador como forma de socialização e educação. Vários jogos de luta auxiliaram a construção de nosso imaginário social: em alguns éramos motoristas de automóveis velozes - e nem tanto - em uma corrida por ruas das cidades; em outros encarnávamos heróis em desafios por cenários diversos enfrentando diferentes criaturas rumo ao desafio final; passamos também por jogos de luta, um contra o outro, em que deveríamos dispor da melhor magia, golpe e técnica pra vencer o adversário em diferentes rounds de combate; jogos esportivos em que podíamos, com as mãos, fazer gols de futebol, saques de vôlei, enterradas de basquete.

Um tipo de jogo sempre me chamou bastante a atenção, que era a transposição online dos *Role Playing Games* (RPG's) que antes jogávamos em situações de tabuleiro ou mesa. Tratam-se de jogos de simulação em que podíamos construir nossos exércitos rumo a batalhas com outros grupos, ou construir diferentes coisas que incentivassem nossa imaginação. Houve três jogos que me marcaram bastante. Primeiro, o *SimFarm*, onde éramos responsáveis por construir fazendas com cultivos, granjas, hortas, estradas rumo à cidade mais próxima. No mais famoso destes, *Civilization*, cruzávamos batalhas históricas construindo uma civilização passando pelos diferentes trajetos da história eurocêntrica dos últimos séculos. Eu me recordo, e gostava muito, do *Simcity*, onde éramos responsáveis pela construção de uma cidade. Ele foi criado em 1989, revolucionando este segmento de jogos baseados na ideia e controle. Vou me alongar nele, por motivos que já devem estar aparecendo aos olhos mais atentos.

Este foi criado pelo designer *Wil Wright*, mesmo criador do depois famoso *The Sims*.

---

forma de organização social/econômica em que a produção econômica local fosse subjugada: não são permitidas indústrias no DF; seu planejamento era de que a agricultura local fosse de subsistência. O que quero dizer é que a capital do país não foi Planejada, em seu sentido amplo. Brasília foi uma cidade encomendada e projetada.

Trata-se basicamente de um jogo em que devemos criar uma cidade do zero e administrá-la, cuidando de seus recursos para ela não entrar em falência. Quando uma cidade fale neste jogo, o *player* - que tem o papel de prefeito - é expulso da mesma. O jogo encanta porque podemos criar e gerir uma cidade, na impressão de que estamos assumindo todos os riscos e desafios da mesma. Nossa visão do cenário é superior, de 90°, 180° ou mesmo 360° graus (a depender da versão), dando amplo panorama do universo onde trabalhamos. Somos responsáveis pela economia, arquitetura, desenvolvimento urbano, prevenção e reparo de tragédias - terremotos, furacões, incêndios, inundações, explosões nucleares, ataques alienígenas, monstros, acidentes aéreos, poluição, congestionamentos. Temos a disposição fazer na cidade usinas de energia elétrica, delegacias para cuidar da segurança local, estabelecer quais são as zonas residenciais tais ou quais, organizar as formas de comércio e suas localizações. Os gráficos nos auxiliam a compreender como anda a criminalidade, pobreza, prosperidade e orçamento público local.

A sensação que o jogo proporcionava era a de sermos nós, que estávamos à frente da máquina, deuses. Era a sensação de poder criar, desde as suas concepções, a vida, as relações sociais, controlá-las, intervir diretamente sobre elas. Podíamos realizar um mundo a nossa imagem e semelhança, com nossas qualidades e defeitos, ou fugindo delas. Podíamos criar uma cidade que desse errado, só por diversão. Ou podíamos, no momento de ápice da cidade, incrementar nela um monstro ou um alienígena pra nos divertirmos tentando derrotá-los ou entregando nossa cidade ao domínio destes. Podemos levar a cidade ao ápice econômico ou intencionalmente degradingolá-la à falência, só pra saber como ficariam as coisas. Podemos policiá-la ao extremo ou deixar que a criminalidade tome conta da vida urbana. Temos este amplo leque de opções a mão, pois caso sejamos expulsos, sempre é possível resetar e recomeçar do zero.

É certo também que, após algum tempo de análise, compreendemos que nosso poder sobre a cidade é mais limitado do que imaginamos à primeira vista. A linha de jogos neste estilo já foram muito criticadas pelas incitações subliminares que valores que elas estabelecem aos seus usuários. Só podemos criar a cidade com um tipo específico de economia, com um tipo específico de objetivos para termos sucesso, com um tipo específico de polícia, escola, saúde, etc. Em um rápido artigo de balanço sobre estudos destes tipos de jogos, Luiz Henrique Magnani adverte que

“Na realidade, as opções que o jogo oferece ao usuário são limitadas pelo eixo do consumo e do capital e, como consequência, o universo virtual que está ali exposto reflete o padrão de vida e valores de certos grupos sociais detentores de poder – potenciais consumidores do jogo –, apagando outros padrões possíveis.” (Magnani, 2007)

Em especial quando, no artigo, faz-se a análise direta do *SimCity*, levanta-se uma reflexão feita por Ted Friedman sobre as críticas aos quais o *SimCity* foi submetido. Ele argumenta que

"independente do grau de liberdade que um jogo oferece a seus jogadores, ele sempre estará calcado em um conjunto de pressupostos básicos. O autor ressalta que o jogo em questão foi criticado tanto por políticos de esquerda, quanto de direita, pelo modelo econômico proposto. Ambos os lados questionavam algumas premissas assumidas sobre os modos de gerir uma cidade. Friedman conclui que os diferentes problemas apontados sobre o jogo SimCity não foram gerados por "falhas" técnicas do jogo, mas, sim, por divergências sobre seus princípios fundadores. Tais princípios, para ele, podem ser questionados e discutidos e diferentes designers podem produzir jogos com base em princípios alternativos. Contudo, não haveria como criar simulações isentas de tendências ideológicas, já que o próprio jogo é uma construção ideológica (Friedman, 1995)."

Compreendendo a abrangência desta crítica aos limites deste jogo, podemos pensá-la em paralelo à construção Brasília. Se por um lado foi dado ao arquiteto e ao urbanista amplo poder de decidir sobre como seria a forma da capital, igualmente esta forma geral estava submetida aos interesses e valores do grupo dominante em um profundo jogo de forças nacionais do período. Por outro lado, foi dado a este grupo o poder de decidir sobre como seria e funcionaria a lógica e dinâmica urbana em que agora residimos. Trata-se de uma forma bastante hierárquica de construção da forma urbana, em que as concepções tecnocráticas impõem-se sobre a construção social do projeto social. É irrelevante concordarmos ou não com estas formas quando nosso poder de crítica está previamente inscrito em limites determinados.

A ideia de Brasília como uma cidade planejada pela técnica para dirimir os conflitos sociais gestando um ambiente de convivência fraterna entre as pessoas que habitam a cidade parte de um pressuposto de que a participação popular e comunitária na construção das concepções sobre o espaço estão, previamente, restritas. Parte de uma concepção de planejamento urbano tecnocrática e autoritária. Partimos do pressuposto de que o Direito à Cidade existe justamente quando as diferentes forças sociais podem disputar o espaço e as concepções urbanas e que daí emerge uma forma tal em que relações sociais serão constituidoras das relações urbanas. O Urbanismo de Brasília parte da compreensão inversa: não seríamos nós, ignorantes habitantes desta cidade, quem deveríamos decidir seus destinos e caminhos futuros, mas sim um grupo dos escolhidos pelo concurso realizado pelo estado (este não menos imbricado da dominação dos interesses de controle) são de essência.

Utilizo as disputas em torno do tombamento da cidade como uma expressão ou metáfora desta forma do entendimento institucionalizado e tecnocrático da cidade. Desde análises e impressões acerca da última visita da UNESCO a Brasília para avaliar as condições do tombamento e documentos oficiais correlatos, reflito que o debate acerca do futuro do DFE é aprisionado pela ideologia de que Brasília deve seguir o planejamento de Lúcio Costa/Oscar Niemeyer (que se

restringiam ao Plano Piloto). Ou seja, se o desenvolvimento da cidade deve ser realizado com base em um plano urbanístico que foi realizado somente em partes do DF, o domínio e a discussão total do espaço ficam aprisionadas a uma singela expressão deste.

Resumidamente, minha hipótese é de que este tipo de concepção pública apresentada sobre a cidade é parte constituinte de uma forma de exercer poder na capital vinculada a um grupo de gestores (arquitetos, burocratas, urbanistas, planejadores urbanos) que exercem poder institucional e econômico com base nesta concepção tecnocrática de planejamento urbano. A vida no Distrito Federal e Entorno é articulada e a concepção de uma cidade planejada afasta a participação popular dos fóruns de elaboração de políticas de efetivo reordenamento urbano.

Brasília não pode ser pensada a partir de sua ideologia modernista, mas sim a partir das relações sociais próprias que lhe constituíram. É o canto da sereia de que esta cidade se constituiu a partir de um planejamento urbano que, em grande parte, torna vazia boa parte do debate público sobre a constituição do DFE. Não vejo sentido em estudar a constituição da cidade a partir de sua ideologia pública, mas sim a partir das relações sociais concretas que a construíram.

Se formos por este caminho, podemos pensar então que esta cidade foi feita com a convocação maciça de trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil - em especial vindos das cidades pequenas, da migração rural-urbana, das regiões norte, nordeste, centro-oeste - que migraram para esta cidade para trabalhar na construção da mesma. Não posso também ignorar que muitos arquitetos, engenheiros, técnicos de obras e gestores também compuseram este ambiente urbano, constituindo aí suas relações sociais. Nestes espaços de produção gestaram-se os conflitos em torno da ocupação do território: seja os conflitos relacionados à jornada de produção extenuante e precarizada; sejam os conflitos por ocupação e permanência neste território. Havia também os conflitos nacionais em torno da construção da cidade, que fazem parte de uma esfera federal. Por uma questão de foco prefiro tratar somente das dimensões locais, como figurativo deste argumento, mas certamente eles estão envolvidos em grande medida.

Se há uma hierarquia nas relações de produção capitalistas, podemos compreendê-las na cisão entre concepção e execução do serviço. Ela apresenta-se em um primeiro momento no próprio local de produção, entre os diretores das fábricas e os peões executores. Mas, no caso de Brasília, podemos observar que há aquela outra, que está um grau acima, que é a da concepção geral da obra anterior à sua execução: o debate intelectual sobre a realização desta cidade deu-se em um momento anterior e hierarquicamente muito superior ao de sua construção. Se as jornadas eram longas e extenuantes, elas estavam atendendo a um projeto nacional empreendido pelo presidente - a cidade precisava ser construída em cinco anos, rapidamente. Se ela precisava reformar o cerrado composto por árvores tortas e em seu lugar colocar edifícios marcadamente retilíneos, isso advinha de uma

compreensão meio artística, meio urbanística, meio arquitetônica das pessoas que elaboraram os planos da cidade.

Ou seja, as condicionantes externas da construção da capital só permitiam que ela fosse realizada da forma que foi por meio de uma violência nos locais de trabalho. Grandes obras e projetos têm meios próprios de relações sociais que garantem seu funcionamento a determinados objetivos. Não podemos separar a concepção intelectual de sua realização material sob risco de, ao realizar este tipo de raciocínio, deixarmos de compreender que a construção de uma cidade não garante apertarmos o botão de resetar - como poderíamos fazer ao cometer uma tragédia no Simcity.

\*\*\*\*\*

O plano de Brasília foi remendado por Lúcio Costa no documento "Brasília revisitada". Ali, ele fez uma série de compreensões sobre a cidade, seus desdobramentos e modificações sociais. Como um pintor que busca consertar o sentido original de um quadro que, após pintado, deteriora-se em função da relação com a umidade ou outras características naturais, Lúcio Costa remoldou algumas concepções de Brasília e escreveu algumas linhas sobre os caminhos de seu projeto. Neste documento também definiu, em algumas linhas as quatro escalas que orientaram a constituição de Brasília e que poderiam dar conta do que ele achava que era fundamental na cidade. Estas escalas não deveriam ser alteradas sob hipótese alguma caso seu projeto fosse mantido: é a escala monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.

*"A escala monumental está configurada pelo Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti. A escala residencial, que simboliza a nova maneira de viver, própria de Brasília, está representada pelas superquadras das Asas Sul e Norte. A gregária (ou de convívio) situa-se na Plataforma Rodoviária e nos setores de diversões, comerciais, bancários, hoteleiros, médico-hospitalares, de autarquias e de rádio e televisão Norte e Sul. A bucólica, por sua vez, confere a Brasília o caráter de cidade-parque é constituída por todas as áreas livres destinadas à preservação paisagística e ao lazer." (Costa, 1987)*

Todavia, se pensarmos Brasília deste o seu modo de produção, há uma escala que foi olvidada, ou mesmo escondida em seu plano. Trata-se da escala de segregação, ou *escala segregacional*<sup>11</sup>. Acontece que, nestas condições sociais e de produção às quais a sociedade brasileira estava e esteve submetida, de acordo com estes princípios e forma de produção, só é possível realizar uma obra deste tipo de forem constituídas, ao redor da mesma, habitações humanas segregadas e ao redor do espaço de produção. Durante o período de construção, estas obras se

---

11 Outros estudos trabalham igualmente esta perspectiva. Destaco as formulações de Campos (1988) e Castello (2008). O primeiro aborda a produção da segregação residencial em uma cidade planejada realizando o vínculo entre os grupos que construíram a cidade e a lógica que imperava na mesma. O segundo apresenta a concepção de uma quinta escala urbana, vinculada à segregação, porém sem nomeá-la. Me somo a estas duas perspectivas.

organizam em formas de acampamentos produtivos que conservam divisões de classe internas. Após a produção a solidariedade ali constituída se expressa espacialmente em diferentes sociabilidades que habitarão de formas diferentes os mesmos espaços. Quero dizer com isso que não é coincidência ou desvio do plano original o fato de, simultaneamente à produção desta grande obra, articularem-se bairros residenciais segregados ao seu redor: eles fazem parte da mesma, como recalque.

A escala de segregação, indo além, é mais determinante sobre a sociabilidade urbana de uma obra deste tipo do que sua ideologia supostamente igualitária, conforme propagada. É por meio deste tipo de sociabilidade que a cidade vai constituir seus conflitos territoriais futuros, assim como de fato ocorreu no Distrito Federal: já em sua gestação foram constituídos os núcleos segregados, do Gama, Taguatinga e da Cidade Livre (posterior Núcleo Bandeirante). A segregação é a parte oculta e contraditoriamente principal da nova capital. Cidade e segregação: uma produz dialeticamente a outra, nomeando seus conflitos e suas divergências internas. Não apreender a dimensão de segregação constituinte da cidade é apagar a maior parte de sua história, em nome de uma ideologia dos poderosos.

A escala de segregação tem regras próprias, em grande medida superiores às outras quatro escalas: suas nuances, particularidades, peculiaridades e prospecções são todo um universo a parte do centro da cidade - o qual nomeio o Plano Piloto. Existem diferentes nuances e inclusive escalas internas que tornam insatisfatório esse conceito, pela complexidade que estas diferentes cidades têm em relação à cidade central. Diferentes estudos apresentam as dimensões comunitárias, sociais, culturais e de diferentes cosmovisões que a constituíram. Assim, apresento este conceito faccioso como uma provocação e, igualmente, como uma proposta de abertura de uma compreensão destes universos que compõe as estruturas sociais locais. Diferentes estudos foram realizados pelas diferentes disciplinas esmiuçando o que foram as relações sociais das cidades satélites ou Regiões Administrativas do DF. Sei da pobreza em apresentar toda esta diversidade em um único conceito - e, pior, que este conceito seja ainda nomeado de acordo com a linguagem do seu centro. Por outro lado, entendo que compreender nesta mesma linguagem tem a função de dar um caráter sistêmico ao conceito. Espero, sinceramente, que o conceito de escala segregacional seja rapidamente superado - com bastante heterodoxia e de forma bem ousada. Mas também torço para que, com ele, sejam também abandonadas as compreensões de Brasília de acordo com as falácias ideológicas de escalas urbanas do centro da cidade. Estas escalas são perversas e malignas em relação a tudo o que vivemos na cidade.

Não creio, justamente pela diversidade de experiências locais, que devêssemos ampliar o conceito de escalas ao estudo das diferentes habitações humanas do DF. Pois historicamente elas

não estiveram presentes na constituição destes espaços. Se, em algum planejamento urbano, estas cidades foram ordenadas de acordo com estas perspectivas, tratou-se de nomeações *a posteriori*. Ou seja, foram estratégias de domínio e normatização do espaço divergente à ordem social constituída. Na linguagem de Deleuze e Guatarri, seriam mecanismos do Aparelho de Captura e aprisionar as Máquinas de Guerra (Deleuze; Guatarri, 1980). Definitivamente, as experiências humanas gestadas comunitariamente nas cidades não planejadas do DF não correspondem às expectativas habitacionais que os dominantes de Brasília conceberam. Elas são, como todo recalque, uma parte sublimada e, por isso, incontrolada destas concepções.

\*\*\*

### Brasília, planejamento e o futuro do Pretérito



<sup>12</sup> Quadrinho de Liniers

O filme a que a simpática tirinha de Lineu se refere é o “Sleeper” (O dorminhoco), quarta produção do Diretor Woody Allen, rodado em 1973 - período em que ele ainda não dispunha de toda fama e orçamento de que goza atualmente. O enredo trata de um clarinetista (chamado Miles Monroe, interpretado por Woody Alen) dono de uma loja de produtos orgânicos que, após ser congelado semi-acidentalmente, acorda duzentos anos depois, em 2173 despertado por um grupo anarquista de rebeldes ao governo ditador do período. Ocorre que os Estados Unidos foram devastados por uma guerra nuclear e um autoritário - satiricamente interpretado em alusão ao regime da obra 1984, de George Orwell - assumiu o controle tirânico da sociedade, tendo o registro de todas identidades das pessoas em seus dados. O grupo de rebeldes descongela Miles na esperança de que ele, por não ter sua identidade controlada, possa inserir-se no governo e auxiliar

---

12 Liniers, 2011. Traduzindo: Quadrinho 1 – Título: As verdadeiras aventuras de Liniers/ “Quando caminha por Brasília” | Quadrinhos 2: “Está no Fututo do Pretérito” | “Não consigo parar de pensar naquele filme do Woody Allen” Tradução livre.

na estratégia de combater a tirania. Monroe passa toda obra entre sua atrapalhada vontade de desvendar este mundo novo com suas tecnologias e distinções, a missão que lhe foi dada pelo grupo que o acordou e um romance cômico com uma artista alienada - Luna - que repentinamente se converte ao lado rebelde.

Trata-se de uma comédia que mescla o estilo pastelão às críticas sociais, a todos os segmentos. A obra é repleta de ironias, citações jocosas e ataques tanto a progressistas quanto reacionários. Existe um diálogo interessante da artista, pouco antes desta se tornar rebelde. Esta declama um poema meio tosco acerca de uma borboleta que se tornou lagarta, tratando da beleza da vida-conformada. Ela estava na presença de um amigo artista que se emociona com a declamação, tecendo comentários sobre a erudição do poema e fazendo apenas uma pequena correção, para desespero da poetisa: “As lagartas transformam-se em borboletas, não o contrário.”

A relação da personagem principal com a tecnologia do novo mundo é também uma das sátiras realizadas por Allen durante o filme. São desencontros que passam pela utilização das mais diferentes parafernalias que a sociedade futura produziu, gestando uma situação de incômodo no desencontro entre o homem do nosso presente e a tecnologia do futuro. De forma bastante caricata, uma série de situações tecnológicas são abordadas, como a da máquina chamada orgasmatron, responsável por dar prazer às pessoas: Monroe se esconde da polícia dentro de uma máquina destas e, algum tempo depois, entrega-se à polícia embebedado em prazer. Além desta cena, existem dezenas de piadas e referências feitas a uma tecnologia que evoluiu, mas continua falha e controversa. Sobre isso Woody Allen fala em uma entrevista que

“Quando terminei de escrever O Dorminhoco, notei que um dos temas recorrentes no filme é que a tecnologia avançada não funciona: no futuro, um sujeito dá um tiro e a arma explode; eu entro numa cozinha futurista e ela quebra. No meio do processo de escrita, sem planejar, eu comecei a inventar piadas engraçadas sobre tecnologia” (Allen, 1974)

A ideia original de Allen era realizar o filme em duas partes, uma registrando a sociedade em 1970 e outra filmando a sociedade futura. Seu interesse era o de que esta segunda parte fosse filmada em Brasília, registrando aqui a sociedade futurista em Brasília. Como o orçamento não permitiu, optou-se por fazer toda a obra em estudos estadunidenses, porém emulando nos cenários as características da arquitetura modernista que Brasília o inspirou. Ele queria registrar o futuro com as construções urbanas de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, mas teve que adaptar as locações com uma estética que lembra a capital brasileira. Todavia, em determinado momento da obra, fotos de Brasília são mostradas, retratando a sociedade futura que havia sido destruída pela guerra nuclear.

Em “O Dorminhoco” Brasília acontece e é narrada em tempos históricos inatingíveis, porém muito presentes: ela tanto seria/quase foi o cenário original do filme, porém tendo sido emulada na

versão final; como, dentro da obra, ela foi um futuro que o personagem principal não viveu, porém que tornou-se entre entrar e sair da máquina de congelamento, seu passado. Um futuro-passado ou, como diz Liniers, futuro do pretérito.

\*\*\*\*\*

O debate histórico sobre o desenvolvimento de Brasília é, em grande medida, sequestrado pelo seu planejamento. Pensando o planejamento da cidade como uma projeção sobre o futuro no espaço, a discussão sobre Brasília é em grande parte orientada em relação ao que esta projeção propôs. É como se, aos dez anos da construção da cidade, tivéssemos que discutir como ela estava em relação ao plano original e corrigirmos os desvios em relação a isso; fazendo este debate seguidamente aos vinte, aos trinta, aos quarenta, aos cinquenta. Ou seja, discutindo Brasília com base em seu planejamento urbano realizado há aproximadamente cinquenta e cinco anos atrás.

Todavia o desenvolvimento da cidade esteve mais orientada em torno dos seus conflitos sociais do que na busca pelo alcance do planejamento; este é só mais um dos vetores relevantes no desenvolvimento urbano. Exemplo mais batido e banal é o de que a proposta original planejava que a cidade teria 500 mil habitantes nos seus cinquenta anos, sendo que ela quintuplicou este número no período, e se contarmos a população do entorno do DF o número aumenta bem mais - alcançando algo em torno de três milhões e meio de pessoas. Os conjuntos urbanos do DF são trinta e uma Regiões Administrativas, sendo que menos de meia dúzia delas foram de razoavelmente planejadas por Lúcio Costa e Niemeyer.

Se a história da cidade fez com que ela crescesse para além da área planejada, e que a maior parte da população local não viva neste espaço, é de se estranhar que até hoje se fale em Brasília principalmente a partir de seu planejamento. Mais que isso, é de estranhar que até hoje as críticas a Brasília em grande parte ocorram em relação ao fato do planejamento ser bom ou ruim; pior: ter sido cumprido ou não. Fala-se sobre a cidade sempre com a sombra do que foi projeto para ela, em que errou-se e em que acertou-se ou em que desviou-se da proposta sagrada vencedora no concurso estatal.

Trata-se de uma situação um tanto maluca, em que discutimos o presente e o futuro de Brasília não com base no que este aglomerado urbano é, mas sim levando em conta o que a cidade deveria ter sido. Fazemos o debate sobre o tema pensando não em como a cidade de fato se desenvolveu, mas sim em função dela ter ou não atendido ao planejamento original. Ou seja, a discussão acerca da realidade urbana acontece em um tempo verbal estranho: o futuro do pretérito.

Há algum sentido em projetarmos o futuro com base no que deveria ter sido nossa vida caso uma série de fatos não previstos não tivessem ocorrido? Há sentido em discutir o planejamento urbano de toda a cidade com base no que foi pensado - e em parte cumprido - para o seu centro?

Desde os conceitos de Direito à Cidade que apresentamos aqui, não. Todavia, pensando em uma cidade fortemente articulada em torno de sua dinâmica de centro e periferia, esta discussão bem articulada em torno de seu planejamento tem um primeiro papel: confere ao centro da cidade hierarquia em relação à sua periferia. Uma hierarquia que não pode ser temporal - em função de serem cidades praticamente concomitantes - é substituída pela hierarquia espacial vinculada a uma reflexão tecnocrática sobre o espaço: aquele mais planejado tem mais relevância em relação ao mais espontâneo. Assim, justifica-se que os investimentos sejam em maior parte direcionados ao centro; também que a maior parte da oferta de trabalho do DFE<sup>13</sup> esteja no Plano Piloto tombado.

Um debate estéril sobre o planejamento urbano da cidade serve também para domar a própria crítica. Pois o pensamento crítico produzido em Brasília que centra sua reflexão sobre a ideologia da cidade e não sobre os processos políticos amplos que constituíram esta sociedade estão sempre um passo atrás do diálogo com as relações sociais. O debate sobre a capital que centra sua análise no que a cidade deveria ter sido discute um caminho sem volta; o debate que faz a crítica do planejamento querendo acertar o presente de Brasília deixa de analisar todas as relações sociais anteriores; por outro lado, o debate sobre Brasília (repetição) que realiza a crítica da segregação de forma fragmentária sem discutir os vínculos entre a parte oprimida e as relações sistêmicas aos quais ela está envolvida, tem a insuficiência de tomar a parte pelo todo.

Gostaria de comentar criticamente alguns trabalhos que julgo serem relevantes sobre a cidade. Acredito que podemos compreender sua facciosidade por meio de seus limites. Houlston (1993) realiza uma crítica demolidora do modernismo da cidade. Tão destruidora que chega a ser niilista. Ao analisar *a cidade modernista* de forma tão determinante das relações sociais que esta concepção gera, o autor não permite a análise dos grupos sociais articulados ao redor do planejamento. Ao que sobra uma crítica da cidade que tem como fundamento não sua apropriação por diferentes setores, mas seu fim. Serra (2011) segue um pouco a frente com sua crítica ao modernismo quando apresenta, para além da severa crítica do modernismo, uma batalha ontológica entre o ideário ocidental e as cosmovisões indígenas que constituem também este espaço urbano. Por outro lado, não deixa de pensar esta dualidade ainda circunscrita na área planejada. Ribeiro (2008) realiza uma leitura da constituição urbana de o DFE a partir dos grandes projetos de construção. Busca humanizar o debate ao focar sua etnografia nos trabalhadores que construíram a cidade ao invés das concepções que a gestaram. Todavia prende-se à fórmula da técnica específica de produção e não segue à análise do papel dos atores hegemônicos no conflito, muito menos na natureza deste. Assim, restringe a análise não às relações sociais que se mantêm, mas a uma configuração conjuntural dela, que pode se superar sempre.

---

13 Cerca de 80%, segundo dados da CODEPLAN (2012)

Não proponho, todavia, que o planejamento da cidade seja ignorado quando formos analisar Brasília. Mas sim que seja entendido dentro do conjunto das relações sociais locais. Entendo, assim, que o planejamento é um dos elementos que está disputando - com relativa hegemonia histórica - as compreensões e processos sociais do Distrito Federal e região. Se ela tem hegemonia sobre a cidade, é justamente porque um setor da sociedade se beneficia deste. Acredito que, para discutir este desenvolvimento social da coisa, o caso do tombamento da cidade é revelador.

\*\*\*\*\*

### **Tombamento – O aprisionamento coletivo a uma ideia**

O debate sobre a constituição do Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pode ser inscrito na virada que ele experimentou durante o século XX. O debate sobre a preservação, salvaguarda e cuidado histórico com a produção humana remonta um conjunto de iniciativas anteriores, mas o debate dos últimos cem anos orientou toda organização institucional nacional e internacional hoje em vigor.

Até metade deste século sua característica principal era a de proteção ancorada na ideia da preservação em face da guerra. Após a Segunda Guerra Mundial, porém, o debate no âmbito do direito internacional levou o tema a um outro patamar. Nesta ocasião a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO) - entidade criada em 1945 - promoveu uma série de debates que resultaram em quatro tratados internacionais e dez recomendações, entre 1956 e 1980, tratando do cuidado da humanidade em relação ao seu patrimônio material. A partir daí seguiram-se vários acordos de nível regional, seja por parte da União Europeia (Convenção Cultural Europeia, 1954), a Organização dos Estados Americanos (Convenção de São Salvador, 1976). O conceito de proteção foi ampliado para a compreensão de que os bens culturais deveriam ser protegidos em razão de inúmeros fatores além da guerra, como: as ações destrutivas do meio ambiente, o crescimento desordenado das cidades e as concepções de progresso que desconsidera outros valores sociais não orientados ao seu crescimento econômico.

Como ressalta Silva (2003), apesar de diversidade de interpretação, constituiu-se uma ideia matriz que permeia a proteção do patrimônio cultural *"os bens culturais pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade são fundamentais para a espécie humana(...). A comunidade internacional é responsável por sua proteção para garantir o acesso desses bens à presente e à futura geração."* (Silva, 2003)

De acordo com esta concepção foi construída, em um amplo processo de debates entre diferentes estados-nação mediados e coordenados pela UNESCO, a "Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural", de 1972. Denominada "Cruz Vermelha da Proteção dos Monumentos, Conjuntos e Lugares de Interesse Universal", trata-se de um documento que busca proteger o patrimônio cultural e natural da humanidade frente as ameaças de destruição

tanto por causas naturais como também pelo desenvolvimento econômico e social. O documento parte do entendimento de que a degradação destes bens causam danos irreparáveis a todos os povos do mundo. Partindo da premissa de que somente os esforços nacionais não são suficientes para preservá-los em todas as situações, a proposta da convenção é somar esforços de países que voluntariamente se associem à convenção e apresentem à mesma seus bens culturais/naturais para que se constitua *"um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional organizadas de modo permanente, e segundo métodos científicos e modernos"* (UNESCO, 1972).

O documento tem trinta e oito artigos que versam sobre diferentes assuntos. Em seu princípio ele define o que se compreende como Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural. Depois segue às normas de proteção nacional e internacional deste patrimônio, que serão articulados pelo Comitê do Patrimônio Mundial - um sistema internacional de cooperação e assistência destinado a auxiliar os estados-parte da convenção em preservar e identificar esse patrimônio. Este comitê é composto por quinze países eleitos, além de consultores do Comitê Internacional de Estudos para a Conservação e a Restauração dos Bens Culturais (Centro de Roma), um representante do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), e um representante da União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos (UICN). Este comitê é o responsável por acolher ou não os bens culturais indicados pelos Estados-parte como patrimônio da humanidade. Ele também é responsável por gerir o "Fundo para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural" de acordo com normas de apoio preestabelecidas, elaborar programas educativos às comunidades locais e também avaliar, por meio de visitas e relatórios, as formas como estes patrimônios tem sido preservados pelo estado-nação em que os bens culturais se localizam. O Brasil assignou-se a esta convenção em dezembro de 1977, após debate no Congresso Nacional e apreciação pelo então presidente Ernesto Geisel, ainda sob regime ditatorial.

\*\*\*\*\*

Após a Convenção de 1972 da UNESCO uma série de cidades foram inscritas como patrimônio cultural da humanidade. Em grande maioria tratavam-se de cidades seculares que tinham determinado reconhecimento nacional ou mundial. Por exemplo, Veneza e Paris (que foram cidades referência da construção do documento). No caso brasileiro foram inscritos o conjunto Urbanístico de Ouro Preto-MG (em 1980), os Centros Históricos de Olinda-PE (em 1982) e Salvador (1985), o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas-MG (1985). Em todos os casos, por diferentes motivos, foram ressaltados os fatos destes locais manterem a essência dos aspectos urbanísticos e/ou arquitetônicos de séculos passados, inserindo-os em sua dinâmica social vindoura. Por isso esta preservação deveria ser reconhecida e incentivada pelo estado e organismos internacionais, que criaria mecanismos de salvaguarda dos bens culturais registrados.

O Conjunto urbanístico de Brasília foi inscrito em 1987 na Lista do Patrimônio Mundial, e aprovada no mesmo ano. O objeto específico da inscrição é o plano da cidade, idealizado por Lúcio Costa. Seguindo os princípios básicos da Carta de Atenas de 1933, ele estruturava a cidade em áreas, cada uma com uma função específica. Estas áreas se separavam por grandes espaços naturais (ou vazios urbanos) que se comunicavam pelo traçado de grandes vias. Esta funcionalidade da cidade estava inscrita especificamente na dimensão das Escalas Bucólica, Gregária, Monumental, Residencial.

O caso de Brasília é *sui generis*, pois foi a primeira cidade moderna inscrita na Lista do Patrimônio Mundial. Além disso, ao contrário de todas as outras, não possuía nenhuma política legislativa protetora até 1987. Na verdade uma política neste sentido só começou por influência direta do processo de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Ou seja, a inscrição de Brasília nesta lista demandou a criação de mudanças significativas no ordenamento jurídico brasileiro, tais quais o Decreto 10.829/1987, pelo então governador do DF José Aparecido de Oliveira, explicitando o "conceito de bem cultural" que o Plano Piloto de Brasília protegia - ou seja, as quatro escalas urbanas. Este decreto, na verdade, foi promulgado justamente porque o primeiro parecer do Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, órgão responsável pela avaliação) era favorável ao tombamento da cidade pelo seu "valor universal excepcional" mas sugeria que se adiasse a inscrição até que fossem providenciadas pelo governo condições mínimas de salvaguarda do Plano Piloto.

A jogada deu certo, e após o decreto Brasília foi aceita na Lista, tendo sido inscrita em 11 de dezembro de 1987, por "(i) representar uma realização artística única, uma obra prima do gênio criativo humano" e "(iv) ser um excepcional exemplo de um tipo de construção de conjunto arquitetônico ou paisagem que ilustre significativo(s) estágio(s) da história humana" - dois dos seis critérios para inscrição de um bem cultural na Lista do Patrimônio Mundial. Já em 1990 a área do Plano Piloto foi tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), levantando o debate se a legislação federal comportava o tombamento de um bem cultural como Brasília, sendo esta uma "cidade dinâmica e moderna".

Além do reordenamento no estado Brasileiro, a própria UNESCO readequou seus conceitos para comportar a inscrição de Brasília. Até então, as cidades que haviam sido inscritas eram classificadas nas categorias de "Cidades Mortas" (cidades históricas não mais habitadas, configurando-se basicamente como sítios arqueológicos) e "Cidades Históricas Vivas" (que possuem uma função contemporânea sem com isso perder características de civilizações antigas). Para o caso da cidade modernista foi criada a categoria de "Cidades novas do Séc XX", novidade que não constava nos projetos da Convenção de 1972. Ela foi concebida com base nas sessões do

Comitê do Patrimônio Mundial principalmente em função da inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial, tratando-se de cidades com uma organização urbana claramente identificável e de inegável autenticidade. Destaca-se também que *"Essas cidades são muito suscetíveis ao progresso econômico e social, possuem um futuro incerto e um desenvolvimento totalmente imprevisível."* (UNESCO, 1987)

Todavia o tombamento de Brasília não visou constituir alguma vantagem monetária, nem mesmo qualquer espécie de ajuda ou garantia. O aval da UNESCO está mais próximo de uma garantia moral visando impedir que a cidade sofresse agressões a sua paisagem e concepção urbanística. Trata-se de um tipo de tombamento mais vinculado às concepções e missão modernista da cidade. Um tipo distinto de ação, o "Tombamento de uma ideia" (Pessôa; 2003)

"Era óbvio aos promotores do tombamento que só a preservação do existente não garantiria a execução das áreas restantes dentro dos mesmos princípios originais do plano. De outra parte, como o próprio Lúcio Costa já havia repetido inúmeras vezes, o que incomodava aos críticos de Brasília não era a divergência quanto à aplicação dos princípios do plano e sim a ocupação deste pela "arquitetura e anti-arquitetura", que coexistiam lado a lado. Era, portanto, inconcebível assegurar pela proteção tradicional da cidade existente, a conservação de um estoque construtivo de baixa qualidade arquitetônica. A solução então foi a do inédito tombamento de um Plano Urbanístico, isto é, dos princípios volumétricos e espaciais que caracterizam cada uma das escalas que compõem a civitas brasiliense proposta por Lúcio Costa. À exceção de alguns palácios no eixo monumental e da estação rodoviária que são preservados integralmente em suas características arquitetônicas, todo o resto é passível de demolição desde que as futuras edificações obedeçam aos parâmetros de ocupação do plano que foram reafirmados no tombamento." (Pessôa, 2003)

Ainda que a compreensão urbanística em torno das quatro escalas em constante interação seja a ideia determinante em relação ao tombamento, estas escalas de fato não foram plenamente implementadas. Em especial porque a Escala Gregária, que garantiria ao cruzamento dos dois eixos que compõem o Plano Piloto da cidade a função de Centro Urbano, não desempenhou propriamente esta função. O centro urbano de Brasília não funciona como tal, pois a dificuldade de circulação entre os quatro pedaços deste centro (principalmente o Setor Comercial Sul, Setor Comercial Norte, Setor Bancário Sul, Setor Bancário Norte) é dificultado pelas largas ruas e espaçamento delas, oriundas da concepção Residencial (já que as superquadras são ligadas pelas vias que formam a cruz que determina o centro da cidade). Os amplos espaços vazios, oriundos da ideia de cidade-parque da Escala Bucólica, tornam as distâncias entres os espaços do centro muito grandes, forçando grandes deslocamentos que normalmente são realizados de carro - dificultando o encontro. A Escala Monumental interage com estas em forma de cartão postal, pois a dimensão de poder da cidade capital é tão distante quanto o horizonte.

Isso não podia ser avaliado quando do tombamento da cidade, pois ela ainda não havia sido

integralmente ocupada. Tratou-se de um tombamento do que a cidade deveria vir a ser, ou seja, um tombamento no futuro do pretérito.

Todavia a justificativa local do período do tombamento estava vinculada a uma disputa pública que se desenvolvia na cidade durante toda a década de oitenta. Tratava-se das investidas do mercado imobiliário ao cenário da cidade, somadas às massas de migrantes que se destinavam à capital e, na impossibilidade de viver nas casa projetadas no centro da cidade, ocupavam ou as crescentes cidades satélites do DF ou mesmo viviam em acampamentos dentro da cidade. Essa tensão urbana foi respondida por uma movimentação local de moradores do centro da capital em torno da preservação do plano original de Lúcio Costa. A indicação da cidade para a Lista de Patrimônio da Humanidade foi uma ferramenta utilizada para garantir a preservação da cidade. Como argumenta Pessoa (2003)

"A dualidade vivida pelos arquitetos modernistas brasileiros do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, guardiões do passado e projetistas do futuro, resultou na precoce e inovadora proteção de obras modernas que se encontravam ameaçadas de descaracterização ou destruição. Com isso tentavam livrá-las do natural processo de acúmulo histórico – procurando garantir para o futuro aquilo que na realidade nunca tivemos do passado, uma obra intacta no modo como havia sido originalmente projetada." (Idem, *Ibiden*)

A movimentação em torno da preservação de Brasília/Tombamento movimentou o próprio Lúcio Costa, que primeiro enviou uma carta a Ítalo Campofiorito que havia assumido na época a direção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nesta carta ele argumenta em favor da preservação da compreensão de quatro escalas que havia orientado a construção de Brasília. Daí o processo seguiu-se, fazendo do tombamento de Brasília uma proteção do centro da cidade a possíveis modificações urbanas no centro da cidade. Niemeyer chegou a argumentar que o tombamento da cidade colocaria um ponto final às ameaças de especulação imobiliária sobre Brasília.

Lúcio Costa já havia anunciado, em uma audiência no Senado em 1974, este incômodo com relação à natureza das investidas sobre seu projeto:

*"Pelo que me foi possível perceber, os anseios de reformulação antecipada da proposição urbanística de Brasília, partem principalmente de dois setores que, visando embora a objetivos opostos, paradoxalmente se encontram.*

*"Refiro-me aos empreendedores imobiliários interessados em adensar a cidade com o recurso habitual do aumento de gabaritos; e aos arquitetos e urbanistas que, reputando "ultrapassados" os princípios que informaram a concepção da nova capital e a sua intrínseca disciplina arquitetônica, gostariam também de romper o princípio dos gabaritos preestabelecidos, gostariam de jogar com alturas diferentes nas superquadras, aspirando fazer de Brasília uma cidade de feição mais caprichosa, concentrada e dinâmica, ao gosto*

*das experiências agora em voga pelo mundo; - gostariam, em suma, que a cidade não fosse o que é, e sim outra coisa". (COSTA, 1995, p. 323 -*

*Costa, Lúcio. Carta ao senador Cattete Pinheiro, reafirmando pontos fundamentais do Plano-Piloto de Brasília, de 19/08/1974)."*

Todavia as disputas territoriais na cidade não estavam vinculadas somente a investidas urbanísticas, mas também a uma questão social da ocupação da cidade. Brasília, em sua escala de segregação, sempre teve as disputas em torno da ocupação do seu território central como determinantes. Foi em função das levas de trabalhadores/as que queriam construir e morar nos prédios da capital que foram criadas as primeiras cidades satélites do DF: Gama e Taguatinga, ainda no período da construção da cidade. A cidade Livre, posterior Núcleo Bandeirante, faz parte do mesmo processo. Ainda que estas e outras cidades satélites fossem construídas, muitas pessoas ainda insistiam em morar em ocupações, favelas e bairros populares dentro do Plano Piloto. O tombamento do Plano Piloto deu força à resistência contra a especulação imobiliária, mas também deu força às mais constantes ações estatais no sentido de centrifugar a população pobre que migrou à capital do país.

\*\*\*\*\*

### **Entre a defesa da cidade e a segregação territorial**

Concursos de artistas locais escolhem qual a melhor arte a ser pintada na caixa de luz de uma quadra residencial, com o tema da copa do mundo de futebol de 2010. Um documento áspero apresentado ao Governo do Distrito Federal (GDF) atenta para os riscos à segurança pública sistema de transporte metroviário traria à população da Asa Sul – dado que facilitaria a circulação de marginais na área. Apresenta-se a sugestão de que a escola classe da 305 Sul seja convertida em estacionamento, pois a maioria da população local é adulta ou idosa e não precisa daquele serviço. Uma ampla campanha é realizada até que se aprove a lei de que os bares da Plano Piloto fechem cedo tenham demolidos seus puxadinhos, que são construções que vão além da área comercial que lhes foi reservada. Abaixo-assinados e panfletagens alertam para a gravidade da construção de pontes que liguem o Lago Norte às Mansões do Lago e Plano Piloto, pois aumentariam o congestionamento local e aproximariam a região dos bolsões de pobreza do DF. Uma intervenção civil ocorre junto à administração local para que se interrompa a construção de paradas de ônibus nas vias do Park Way, sendo parcialmente atendidas. Um longo e rigoroso documento critica o projeto, forma de aprovação e possíveis impactos do novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), argumentando que ele abre as portas para a especulação imobiliária acabar com as características centrais da capital federal, tombada como patrimônio histórico da humanidade pela UNESCO. Uma dura repressão acontece a carnavalescos do bloco *Galinho da Madrugada* na

comercial da 203/204 Sul, no ano de 2008. Segundo autoridades políticas locais, a polícia foi acionada após denúncias insistentes de vizinhos/as que cobravam a retirada de foliões do local.

Desta cansativa listagem de fenômenos – a uma primeira vista desconexos - ocorridos em Brasília-DF dois elementos presentes merecem destaque: todas estas são ações da sociedade civil de organização própria ou junto ao poder público para intervir no espaço de suas vizinhanças; o ambiente onde se desenvolvem estes fatos são áreas nobres<sup>14</sup> da cidade. Mas que cidade é essa? Quem são esses atores sociais tão ativos no ambiente urbano? Como compreender essa relação com o espaço, estado e sociedade civil como um todo?

Para avançar na reflexão a estas questões, buscaremos compreender as formas de ação e influência política das organizações comunitárias da população das áreas nobres do DF. São principalmente Prefeituras Comunitárias, mas também Conselhos Comunitários, associações de moradores, e grupos de afinidade reunidos ocasionalmente por questões comuns. As Prefeituras Comunitárias são, destas, as entidades base: o princípio deste tipo de atuação deu-se nelas e a partir delas são eleitos os Conselheiros Comunitários. São também as entidades que tem maior poder e expressão, por isso centraremos as atenções nas mesmas.

Esta movimentação começou em meados da década de 1970 no DF. Em geral vinculadas a questões de vizinhança que se apresentavam no Plano Piloto em determinado momento que gestava a abertura política do regime militar, articulando diferentes formas de organização da sociedade civil. Assim, em 1976 o jornalista Mario Cotrim cria a primeira prefeitura comunitária de Brasília, representando a Super Quadra Sul 303 (SQS 303). Na época o nome dado foi o de mini-prefeitura. Como informa Ricardo Pires em um relato sobre o período, "Prefeitura é o nome de fantasia que foi dado às associações comunitárias criadas no Plano Piloto e, depois, também em outras áreas do DF." (Pires, 2008). Após essa quadra, seguiram-se a construção de prefeituras na SQN 315, SQS 108, SQS 204, SQS 308, SQS 203 ainda na década de 1970, constituindo o núcleo inicial do movimento comunitário das áreas nobres do DF. O fato de serem moradores com rendas parecidas e determinada homogeneidade de emprego e status social é apontado como um dos fatores que facilitou a articulação do setor.

Os objetivos declarados deste grupo eram tanto de aproximação da vizinhança - promovendo festas, atividades esportivas e de lazer; como de realizar, a partir desta representação local, demandas ao poder público em nome dos interesses dos moradores da quadra - melhorar iluminação, urbanização, segurança e, "em decorrência valorizar os imóveis da Superquadra, patrimônio dos

---

14 Área que foi objeto de urbanização mais planejada, com predominância de imóveis de padrão elevado, servida por completa infraestrutura de comércio e serviços, com conseqüente valorização dos preços de terrenos e edificações nela existentes. É, em suma a área efetivamente tombada da cidade somada a outras áreas historicamente vinculadas à elite do DF, que reivindica este tombamento ainda que institucionalmente não lhe caiba.

moradores" (Pires, 2008)

Discutimos muitas dessas informações com um antigo morador da Asa sul, prefeito comunitário da SQS 203, fundador da entidade e representante do Conselho Comunitário da Asa Sul. Seu nome é Armando Ollaik, com cerca de setenta e cinco anos, arquiteto e professor aposentado, residente em Brasília desde 1974. Convivendo há pouco mais de trinta anos (desde a fundação da prefeitura comunitária da SQS 203, em 1979) com as mudanças urbanas da cidade, acompanhou de perto os processos em análise, debatendo e agindo sobre as questões colocadas.

Sobre a história das Prefeituras Comunitárias, ele afirma que *"começaram como congregação de moradores da quadra. Depois elas evoluíram no sentido de se articular com o governo, tentando colaborar com o mesmo para a preservação das leis, para que se garanta a qualidade de vida da quadra, tentando levar ao governo seus anseios e reivindicações (...) ultimamente vemos que este processo evoluiu bastante e hoje já tem muita gente enxergando a prefeitura como uma entidade de moradores que quer defender a cidade, não só a quadra onde mora, mas a cidade como um todo. É muito importante essa visão de conjunto, essa defesa da cidade."*<sup>15</sup>

*Este grupo foi constituindo, em meio ao seu diálogo público interlocução social e institucional cada vez maior: em 1983 o Correio Brasiliense, maior jornal da cidade, organiza um debate entre as prefeituras comunitárias e pública, com destaque, suas principais reivindicações; em 1985 os prefeitos comunitários enviam uma carta ao presidente indicando uma agenda de melhorias ao plano piloto buscando influenciar a indicação do próximo governador biônico do DF<sup>16</sup>; José Aparecido de Oliveira é indicado como Governador do DF e estabelece forte articulação com as prefeituras comunitárias, inclusive fortalecendo junto a elas o debate em torno do tombamento do planejamento do Plano Piloto; em 1990 criam o conselho de prefeituras do plano piloto, e em seguida conquistam o programa "Nossa Quadra Nossa Vida", em que o GDF destinava recursos específicos a obras de melhoria das condições das SuperQuadras (em especial as que tinham movimento comunitário), desde jardins a calçadas e quadras de esportes; o movimento comunitário então se desenvolve e passa a criar conselhos comunitários (da asa sul e da asa norte, durante os anos de 1992 e 1993).*

Surgidas justamente da necessidade de atuar sobre questões específicas, as Prefeituras Comunitárias desenvolveram-se a uma concepção mais ampla de sua atuação. Ollaik apresenta esta

---

15 A importância das prefeituras comunitárias é perceptível na estrutura do poder político da cidade. Fato relevante acerca disso é que um dos criadores da prefeitura comunitária da SQS 203 (Ricardo Pires) foi administrador regional de Brasília nos anos de 2007 e 2008 e presidente do PROCON até setembro de 2010.

16 *"Os prefeitos queriam que a pessoa a ser escolhida morasse em Brasília, conhecesse seus problemas, contasse com o apoio da sociedade local, tivesse ampla experiência administrativa, governasse com a participação da população, governasse com nomes escolhidos no DF e que amasse Brasília."* (PIRES, 2008)

questão de forma enfática. *“Nós estamos lutando muito pra defender o patrimônio da humanidade, esta área tombada de Brasília, que é um orgulho nosso e que muita gente desconhece. Nós temos que lastimar a participação de deputados que normalmente desconhecem o tombamento, a responsabilidade da preservação da cidade e procuram doar espaços públicos como se fossem deles. A lei orgânica deixa claro que espaço público nessa área pertence à população. Não pertence ao governo, muito menos ao particular, nenhum dos dois podem se apropriar dessa área. Mas temos visto que ela tem sido cedida ao pouco, ao longo dos tempos. Veja o caso dos puxadinhos, dos quiosques: eles começam a ceder espaço pela pressão dos sindicatos (de lojas) e dos restaurantes. Isso vai deformando o urbanismo que foi aprovado na década de 60, em meados do século passado e isso tem que ser preservado, porque isso é o Brasil perante as nações.(...) Nós temos consciência de que Brasília é patrimônio cultural da humanidade, e assim é porque ela tem uma proposta inovadora que repercutiu no mundo todo e essa área, esse urbanismo, essa característica da cidade tem que ser preservadas.”*

Da opinião expressa retiramos os pilares sobre os quais se desenvolveram as prefeituras comunitárias: a defesa do tombamento da cidade, a ação no poder público em defesa de projetos próprios e o conflito com outros atores urbanos em disputas de espaço, somado a um dever cívico e patriótico da defesa da capital.

A área de Brasília<sup>17</sup> onde estas entidades atuam - que coincide com a sua parte planejada e tombada - foi toda ordenada desde a constituição de conjuntos de edifícios próximos e sem cercas entre si, as Superquadras. Estas são denominadas de acordo com numeração separada por ruas, sendo os conjuntos 201, 202...216 Sul e Norte, por exemplo. Esta lógica de organização em quadras, blocos e conjuntos numericamente ordenados repete-se em quase todo território do DF, sendo que aqui trataremos basicamente do Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste e Setor de Mansões Park Way, suas áreas nobres. Igualmente trataremos somente das organizações referentes a estas áreas. O conceito de *Vizinhança* (Park, 1916) como as bases para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida citadina, levando pela proximidade e identificação à participação no Governo, como base do controle político ajuda na compreensão do fenômeno da organização das pessoas destes espaços. Não se tratam de grupos extremamente organizados, mas sim que tem algumas poucas pessoas que mobilizam o conjunto da vizinhança em formas institucionais ou espontâneas para reivindicação de interesses comuns. Estamos aqui tratando apenas dos grupos organizados, que no DF aparecem com diversos nomes e organizações -

<sup>17</sup> Aldo Paviani defende que Brasília é constituída por toda a área urbana do Distrito Federal, e não apenas a parte tombada pela UNESCO a região administrativa central. Ele defende que a cidade é polinucleada, constituída por trinta regiões administrativas, de modo que todas regiões estão articuladas entre si numa relação de dependência especialmente na questão do emprego e não podem ser entendidas como cidades autônomas.

Prefeituras Comunitárias, Conselhos Comunitários, Movimento Comunitário. Ainda que cada uma tenha uma função e história específica, cabe a compreensão primária de que são organizações de vizinhanças em conexão.

As vizinhanças onde se desenvolvem as prefeituras e conselhos comunitários são como *Fronteiras* (Sansone, 1996), territórios claramente delimitados por marcas exclusivas, onde a pessoa externa é vista com resignação e os laços com o espaço se dão em forma de apropriação.

*"As "fronteiras invisíveis" organizam as experiências de espaço, definindo comportamentos aceitáveis e pertencimentos – na verdade, campos de possibilidades e limites, cujo aprendizado é crucial para a reprodução social desta ordem. Afinal, são constructos ideológicos inculcados em indivíduos e grupos que permitem esta reprodução – expressões da colonialidade do ser nas relações sociais." (Santos, 2012).*

O espanto de uma primeira aproximação é grande, tendo em conta que em diversos eventos aparentemente desconexos envolvendo a dimensão urbana houve participação direta destas organizações nos processos decisórios da urbe. Tradicional seria supor que se trata de um grupo homogêneo extremamente articulado, com capacidade de organização e projeto político bem definidos. Mas se à primeira vista é grande a chance do estranhamento ao grupo ser constituído da perplexidade com a sua articulação, força e potencial de ação e influência, uma análise mais aprofundada revela redes sociais abertas com conflitos, diversidades e contradições internas, cujas aspirações são muitas, inclusive divergentes.

Podemos apreender o ambiente de atuação das prefeituras comunitárias desde a avaliação feita por Ollaik. *"A nossa prefeitura tem desenvolvido um trabalho de apoio aos moradores no sentido de manter a quadra limpa, arrumada, o parquinho funcionando, a quadra de esportes. Mas tem momentos em que a gente fica até meio frustrado porque não conseguimos concretizar tudo que se quer e se pensa fazer, por uma série de razões. As vezes até porque as pessoas não colaboram. Nem todos tem essa consciência cidadã, de trabalho conjunto. Nós temos visto alguns moradores enxergando o prédio isoladamente, e as vezes até querendo se apropriar do entorno do prédio como se fosse patrimônio dele, e não um bem da quadra como um todo, onde todos desfrutam do espaço livre. Então o nosso trabalho é de concretização também que deve ser feito, e isso é muito importante pras pessoas conhecerem esse urbanismo que foi uma obra genial do Lúcio Costa, onde as pessoas convivem no espaço aberto."* Apresentando a gestão das prefeituras comunitárias como um espaço de diálogo, conflitos e reivindicações.

A mudança de governo ocorrida em 1995 leva as prefeituras a terem mais enfrentamentos por serem tratadas como base eleitoral de grupos rivais no DF. Ainda assim elas mantêm sua articulação e conquistam, em 1997, a aprovação de uma lei 1.713/1997 (de autoria do então

deputado José Edmar, PMDB) que destinada às prefeituras comunitárias poderes administrativos sobre as quadras. Nos termos da lei:

" Art. 1o. As quadras residenciais do Plano Piloto da Asa Norte e da Asa Sul de Brasília, identificadas pela numeração iniciada por cem, duzentos, trezentos, quatrocentos e setecentos, poderão ser administradas por prefeituras comunitárias ou associações de moradores legalmente constituídas, observado o disposto nesta lei.

Art. 2o. Fica facultada a transferência para a responsabilidade das entidades a que se refere o art. 1o. dos serviços de:

- I - limpeza e jardinagem das vias internas, áreas comuns, inclusive áreas verdes;
- II - coleta seletiva de lixo;
- III - segurança complementar patrimonial e dos moradores;
- IV - representação coletiva dos moradores perante órgãos e entidades públicas."

A Lei foi fruto de amplo debate público. Os questionamentos, de diferentes naturezas, eram em geral sobre o fato da apropriação da gestão de um bem público por apenas uma parte da sociedade, garantindo às estruturas comunitárias das áreas nobres poder privado sobre o território público. A questão estendia-se também ao fato de que esta lei, ao garantir domínio privado sobre o bem público, feria o tombamento da cidade defendido pelas prefeituras comunitárias, uma vez que o projeto permitia em seus parágrafos 1º, 2º 3º e 4º do Artigo 3 a capacidade das quadras cercarem os conjuntos habitacionais, instalarem obstáculos à entrada e saída de veículos nas Super Quadras, ampliar estacionamentos internos. Ou seja, ainda que tivessem que passar pelo parecer do IPHAN, estas quadras assumiam poderes de exercer mudanças contra o tombamento da cidade que sempre defenderam tanto.

A constituição destes grupos e suas formas de atuação remontam, na verdade, a própria construção da cidade de Brasília como um espaço de estratificações constantes. A mesma hierarquia observada na constituição de quem seria responsável pela concepção e pela execução das obras da cidade; transposta num segundo momento para quem seriam os ocupantes da área construída e quem viveria em seus arredores marginalizados é expressa nestas organizações que, apesar das diversidades internas, tem unidade na defesa do seu local de moradia como área simultaneamente pública – em termos de financiamento e status – como privada – nas dimensões de gestão e domínio.

O Distrito Federal e Entorno, em formas gerais, pode ser entendido como um território urbano com amplo crescimento populacional<sup>18</sup> narrado tanto por uma história oficial de grandes feitos assim como uma história não-oficial (cada vez mais aceita) de grandes injustiças. É ponto

---

18 Segundo estimativa do IBGE em 2009 Brasília é a quarta maior cidade do país, com pouco mais de 2,5 milhões de habitantes, com o segundo maior PIB per capita do Brasil entre as capitais, superada apenas por Vitória).

batido dizer que quem construiu Brasília não pôde habitá-la.

*"Localmente nasceu um mito próprio, que fala da construção da capital federal nos anos 50 e início dos 60, por visionários como Oscar Niemeyer, que buscavam erguer – em um lugar aonde “nada existia” – um novo espaço para a construção do governo nacional. Nesta narrativa, com tintas de cores fortes, se pinta a migração de trabalhadores da construção civil. Invariavelmente se reflete sobre o momento em que a capital foi inaugurada, em 1960, com a concomitante expulsão dessa mão-de-obra para a periferia da capital. Assim nasceram as cidades chamadas de satélites. A (...) CEIlândia levou este nome (um acrônimo) por resultar de uma Campanha de Erradicação de Invasões."*  
(Borges, 2009)

Brasília constituiu-se, então, desde fenômenos comparáveis às *Superurbanizações* e *Megacidades* (Davis, 2006) tais como inchaço populacional, recebimento de imenso contingente de migrantes, segregação, territórios perigosos e favelas (Paviani, 1991). Se sua construção deu-se desde *Acampamentos de Grandes Projetos* (Ribeiro, 1991) onde trabalhadores eram amontoados em espaços próximos às construções, a constituição do espaço segregado em cidades satélites distantes do centro não constituiu convívio entre os diferentes grupos urbanos (Campos, 1991) ampliando os processos de discriminação e medo da periferia desde estereótipos como *Zona de Sombras*, *Cidade de Urgência*, *Bairro Quente*, *Bolsão de Miséria* para descrever e determinar certo tratamento ao espaço marginalizado (Silva, 2006).

Esta compreensão do espaço externo às áreas nobres de Brasília como zonas perigosas – e, mais que isso, da atribuição destas características aos seus moradores – sempre foi motivo presente nas reivindicações das prefeituras comunitárias. O tema da segurança é um elemento sempre enunciado nas diferentes situações em que a prefeitura comunitária se pronuncia – documentos públicos, entrevistas, ações próprias (nos Capítulos 3 e 4 traremos casos concretos); é como um elemento pacífico do discurso em todas as correntes deste movimento da população das áreas nobres.

A preocupação com a violência urbana, que cresce especialmente em Brasília leva-nos a duas reflexões importantes: a primeira sobre as relações entre uma *Cultura do Medo* de caráter discursivo versus uma existência real desta violência (Moura, 2007) e as falsas soluções - ampliação de policiamento e segurança privada - como formas de responder a esta questão que só ampliam *metonimicamente* a violência (Carvalho, 2000). Repara-se que as preocupações são tanto com as pressões econômicas como com as sociais em Brasília.

Carvalho (2000) desenvolve este argumento sugerindo que o discurso do medo da violência tem interesse aparentemente contraditório: quem fala temer a violência em suas cidades é justamente o setor que incentiva mais violência policial contra setores marginalizados para que

estejam afastados de sua área de domínio. Ou seja, combinam a violência direta e assassina da polícia com a violência indireta de segregar a convivência no espaço urbano restringindo os espaços de circulação da população pobre. Em vez de produzir segurança e paz, o desenvolvimento final deste tipo de performance social é a estruturação das desigualdades sociais a partir do domínio violento do uso do espaço público. Ele argumenta que a partir deste tipo de processo ocorre

*"uma poderosa compressão de planos que estimula a expansão metonímica da violência por parte dos poderosos contra as classes populares: a segregação social; a exploração no trabalho e a exclusão econômica; o silenciamento das reivindicações e da representação política; a perseguição policial discricionária; a discriminação por classe, raça e origem; a proibição de circulação por espaços antes inteiramente públicos; a impunidade diante do uso de métodos tecnológicos de segurança causadores da violência auto-definida como reativa."; e "Instalou-se a concepção do viver urbano como isolamento em universos à parte, segundo o modelo xenofóbico dos condomínios fechados que a nossa classe média branca herdou da classe média branca norte-americana." (Carvalho, 2000)*

Carvalho argumenta em torno da edificação de mecanismos de tecnologias de segurança privados como forma de controle e imposição de uma lógica de segregação social, aumento das desigualdades e da violência estrutural de nossa sociedade. Todavia, analisando o caso de Brasília, gostaria de ampliar este argumento à sugestão de que o discurso da violência, pra além de justificar o engrandecimento da cidade, serve para desenvolver às ruas as tecnologias de repressão e vigilância. Ou seja, o discurso da violência serve como apropriação do espaço urbano como um todo ao grupo que nele reside. Serve, além, à manutenção dos equipamentos de segurança supostamente públicos sob controle de um grupo social específico. O medo da violência garante que o controle social exercido pelas organizações das áreas nobres tenha um braço militar responsável pela aniquilação e controle do corpo divergente; faz com que os investimentos em segurança na cidade sejam organizados em torno de não atrapalhar seu domínio sobre o território.

Estas ações não são isoladas ou desarticuladas entre forma e conteúdo. No evento "*Brasília, Cidade Verde*", ocorrido no dia 20 de Setembro de 2008 na Praça Zumbi dos Palmares, que fica em frente ao CONIC e ao lado da Rodoviária, área Central da cidade pudemos ter pistas de sua amplitude. A atividade consistiu em um dia de discussões, apresentações e mesas redondas abordando a mobilidade urbana<sup>19</sup> no Distrito Federal. De iniciativa de professores/as e estudantes da Universidade de Brasília, o evento foi realizado pelo Decanato de Extensão da UnB em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal em comemoração ao *Dia Mundial Sem Carro*, que tem a sua data oficial no dia 22 de setembro. Os objetivos do evento expressos em sua carta convite convite eram "*Contribuir na reflexão para a Cidade verde, sustentável com a*

---

<sup>19</sup> Mobilidade Urbana aqui compreendida como possibilidade de circulação das pessoas pelo espaço e da distribuição dos bens e serviços sociais pela cidade. (Gregori, 2007).

*vitalização das áreas centrais para usufruto dos pedestres – moradores e visitantes" como "Exercitar reflexão e diálogo entre as diferentes forças da sociedade – comunidade, responsáveis do poder público, entidades, setor de serviços à luz da democracia participativa, do Estatuto da Cidade, com vistas aos ideais do bom, belo e virtuoso na qualidade de vida para todos."*

O evento contou com a participação de muitas pessoas, a maioria participantes do Movimento Comunitário do Plano Piloto desde suas origens e, portanto, residentes no DF há várias décadas. Segundo consta em ata do evento tratava-se de Pioneiros da Cidade, Lideranças de Prefeituras e Conselhos Comunitários, Associações de Idosos, e etc. As rodas de debates trataram de temas como ‘Acessibilidade no Transporte público’ (com enfoque a idosos/as), ‘Proteção ambiental de Brasília e do Distrito Federal no PDOT’, ‘Brasília Integrada e a Mobilidade Sustentável, acessível’, ‘Brasília, Patrimônio’ e ‘Cidade verde, cidade limpa’. Uma cerimônia especial foi feita em homenagem ao Pioneiro Ernesto Silva (1914-2010), à época com recém-completos noventa e quatro anos. Ele foi um dos primeiros habitantes do DF em função governamental, sendo ativo defensor da construção de Brasília. Integrou a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, entre 1954 e 1956, e presidiu a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal. Então tornou-se diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e assinou o Edital do Concurso do Plano Piloto, vencido pelo urbanista Lúcio Costa. Foi responsável pela construção de inúmeras obras públicas na cidade- em especial hospitais, os quais dirigiu muitos também. De formação militar, Ernesto assim definia-se em relação à sua função social : "militar por obrigação, médico por vocação e urbanista por devoção". Entre os méritos que recebeu estão a Grã-Cruz da Ordem do Mérito do Buriti, do Governo do Distrito Federal, e a Ordem do Mérito Alvorada, do Governo do Distrito Federal. Compreender a quem este evento se esforçou por homenagear ajuda a compreender a localização social de tal grupo.

Ao final do evento alguns relatórios de reivindicações foram produzidos e encaminhados ao governo local e federal. Da ata de uma das discussões elencamos alguns dos pontos de consenso:

*‘Adensamento excessivo do Distrito Federal - planejamento urbano das quantidades (cultura da expansão urbana)’; ‘Necessidade de criação da zona tampão da área tombada’, correspondente à Bacia do Paranoá’; ‘Implantação de novos postos policiais e ampliação dos quadros da polícia militar para assegurar maior presença da polícia comunitária’; ‘Crescentes pressões econômicas e sociais em Brasília’; ‘Assegurar o sossego devido em áreas residenciais fazendo cumprir determinações quanto aos ruídos após as 22 horas, sobretudo de bares e restaurantes situados no Comercio Local, e , portanto, dentro da escala residencial’; ‘Necessidade de Plano de Preservação da Área Tombada’.*

Estas reivindicações levantam nossa questão acerca do movimento comunitário das áreas

nobres do DF. A ação social destes grupos é a da preservação do ambiente tombado do Distrito Federal, que é o setor de mais empregos e circulação humana da capital. As Prefeituras Comunitárias - e a rede de entidades a quem envolvem - são compreendidas como organizações civis de caráter aparentemente ambíguo: o que as unifica - seja as de comportamento mais conservador ou de comportamento mais progressista - é o tombamento da cidade. Isso porque o canal de poder político destas estruturas ancora-se principalmente no título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido a Brasília pela UNESCO – título este que propriamente constituiu as prefeituras comunitárias, uma vez que elas se gestaram simultaneamente ao processo de tombamento de Brasília. Estas organizações constituíram-se por meio do desenvolvimento dos limites e concepções de um tipo de tombamento ainda não experimentado. Isto lhes confere força para atuar nos órgãos públicos, garante legitimidade frente à sociedade e organismos internacionais enquanto interlocutora da região tratada pelo estado, mídia, organismos internacional e discurso público como a região mais importante do DFE. O caráter de aparente ambiguidade coloca-se no fato de que ao mesmo tempo em que essa postura freia a especulação imobiliária, crescimento do marketing e outras forças econômicas agindo na cidade, serve também – talvez principalmente - à segregação espacial. O poder das prefeituras comunitárias pode ser usado também para evitar o trânsito e desenvolvimento de projetos diversos na cidade, sob argumentos de perturbação da ordem, atividades indevidas, danificação do projeto original de Brasília. Ações como estas impedem a mobilidade urbana de diferentes grupos de pessoas e são uma apropriação do espaço central por um único grupo, cerceando o Direito à Cidade<sup>20</sup> em seu sentido amplo.

Sobre esta tese Ollaik refletiu que *"Às vezes uma boa ideia atende a alguns interesses e até a interesses contraditórios. Isso porque a defesa do tombamento é a defesa de um privilégio de morar nesse espaço verde todo, enquanto se sabe que em outras áreas não se tem esse espaço, esse verde. Mas a defesa do tombamento, deste espaço livre, não significa que você quer deixar de lado e desconhecer como se vive o morador de uma cidade satélite. Nós queremos que todos tenham uma qualidade de vida. Agora, a preservação do patrimônio histórico além de ser uma obrigação vai garantir inclusive o turismo, isso é renda pra cidade. Embora garanta uma qualidade de vida boa pra quem mora aqui, isso não quer dizer que não queremos uma qualidade de vida boa para todas cidades. Então realmente é uma certa contradição. Mas se você permitir a especulação imobiliária nessa área você acaba de vez com a cidade toda. Já foi permitida a especulação em outras áreas: a octogonal que deveria ter um certo número de quadras criou problemas de trânsito e de circulação na cidade. Não é porque tem-se que criar mais áreas para moradia que se vai*

---

20 Direito à Cidade entendido como a capacidade de usufruir, modificar e constituir o espaço urbano (Lefebvre, 1969).

*exigir que essas pessoas morem mal. Então nós temos que brigar pra que o poder público promova mais moradias, mas moradias decentes, adequadas. (...) Aqui que não temos esse problema temos que manter, e onde estão sendo criadas novas áreas é preciso tomar cuidado pra se evitar problemas dessa natureza."*

A população das áreas nobres age de formas diferentes e contraditórias – como frisou Ollaik - sendo as Prefeituras Comunitárias seu espaço institucionalizado de ação política. Estas agem baseadas no tombamento da cidade, entrando em um caráter aparentemente ambíguo de resistência ao avanço do capital concomitante ao conservadorismo e reconstrução de uma cidade segregada onde mobilidade urbana e direito à cidade não são exercidas em seu caráter pleno. As Prefeituras Comunitárias têm tanto um caráter cívico de legitimação na urbe, como também a função de mobilização no mesmo, exercendo (repetição do verbo) poder no espaço muitas vezes em confrontação com o estado e outros agentes econômicos e sociais. As compreensões sobre o papel destas organizações civis públicas são divergentes entre elas próprias, passando tanto de uma ideia da ação estritamente local até concepções mais amplas de defesa e direito à cidade. Estas organizações civis têm influência, pela sua movimentação, na organização espacial da cidade; determinam muitos processos sociais por meio de sua agência. Além disso, a formação deste grupo social desde um conjunto de pessoas que há muito tempo atuam na cidade confere a elas poder moral e relações amplas para interlocução de suas demandas.

Estou convencido, porém, que para além do tombamento da cidade que as unifica historicamente, a natureza da ação deste setor no espaço urbano está vinculada ao domínio do mesmo. Trata-se propriamente de uma luta pela gestão urbana. Se o tombamento da cidade foi um mecanismo de expressão deste grupo social em seu momento de constituição, o mesmo não deixou de atacar as concepções urbanísticas de Lúcio Costa quando elas apresentaram-se como obstáculos.

As ações dos diferentes agentes sobre o Distrito Federal constituíram um ambiente urbano segregado de amplos espaços vazios e longas distâncias. Observando como um grupo pode refazer-se dentro da cidade, mesmo com suas contradições e conflitos internos, percebemos que sua localização no aparato social esteve intimamente vinculada à sua localização no espaço urbano. Estes grupos de moradores das Áreas Nobres partiram, desde a organização para resolução de conflitos específicos, a uma atuação sistemática e ampla que se legitimou no ambiente urbano. Assim confirmaram-se como vozes privilegiadas na gestão da cidade, sendo uma força que pode passar pelos diferentes governos e formas institucionais da sociedade. Não devem ser entendidos como defensores de um projeto superior de cidade-sociedade, mas sim como agentes em luta constante no cenário de conflitos sociais que identificamos em Brasília.

Gostaria de salientar que não me interessa aqui apresentar um posicionamento definitivo

acerca da validade ou não do tombamento de Brasília. Esta seria uma seara vinculada à conjuntura, às minhas concepções mais íntimas de cidade que não cabem neste texto e, por fim, mero proselitismo ao que se define nos limites de uma dissertação de mestrado. Me interessa, sim, compreender os usos sociais do tombamento, compreendendo-o dentro dos conflitos sociais que constituem Brasília. Mais que dizer se vale ou não, quero dar ao tombamento o entendimento que lhe acho justo: trata-se de uma ferramenta que buscou, ao mesmo espírito da arquitetura modernista, apresentar-se acima dos conflitos sociais – para evitar a revolução ou a barbárie. Todavia tratou-se, propriamente da apropriação da consolidação de uma concepção do urbano e de todos os agentes que dela se beneficiam.

O tombamento de Brasília tem um caráter moral. Trata-se de um acordo feito pelo estado para que suas práticas urbanas fossem regradas por agentes externos e internos. O tombamento de Brasília existe em três esferas: a esfera local, da lei do tombamento; a esfera federal, da qual o Instituto Brasileiro de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - é o responsável; e uma esfera internacional, à qual é de responsabilidade da UNESCO. Na esfera local avalio que o tombamento está definitivamente assentado no apoio de gestores - urbanistas, arquitetos, parte da burocracia estatal (eleitoral ou não) - e no apoio social do movimento comunitário das áreas nobres. Seus inimigos públicos são a especulação imobiliária e os agentes capitalistas que ameaçam seu domínio sobre a esfera urbana. Os inimigos ocultos, porém, são outros sujeitos sociais do DF que, entrando em cena como personagens decisivas, possam modificar seriamente as relações sociais.

Em geral as disputas ao tombamento se dão na esfera do IPHAN, que fiscaliza e dá o aval a todas as obras constituídas na área tombada do DF. É o IPHAN que intervém em processos de construção de ciclovias, reformas de estabelecimentos comerciais e residenciais, avaliza e desautoriza projetos ora em curso, leis e projetos urbanos. Todavia o setor social que o constitui é justamente o mesmo que acabamos de representar: são em grande maioria moradores/as das áreas nobres. A concepção de cidade apresentada pelo instituto em suas distintas publicações sobre a cidade é a da ideologia modernista por cima dos conflitos sociais, a da concepção de Brasília como uma cidade-arte. Assim, a mediação do IPHAN não me parece estar em muito distante das concepções da população das áreas nobres.

A dimensão internacional do Tombamento é normalmente mais ideológica que prática. A UNESCO, que concebeu o título à cidade - e nada mais - é palavra comum no discurso urbano porém não faz muito mais do que algumas visitas decenais à cidade para avaliar como andam as coisas por aqui. Em 2012 tivemos a oportunidade de receber mais uma destas incursões. No ano de comemoração dos vinte e cinco anos do tombamento da cidade foi realizada uma visita-missão da

Comitê Mundial do Patrimônio (WHC). O objetivo era avaliar a preservação das características que garantiram à cidade seu reconhecimento como patrimônio histórico. Para tanto, observaram as mudanças no plano urbanístico do Plano Piloto, afirmando que estavam a fim de

"colaborar com as autoridades nacionais e com a sociedade para a conservação de Brasília, identificando medidas de preservação do sítio e propondo estratégias para sua implementação. De acordo com informações da UNESCO, o trabalho dos especialistas tem caráter apenas consultivo, não cabe a eles qualquer decisão sobre os encaminhamentos futuros" <sup>21</sup>

A visita da UNESCO foi motivo de grande debate entre os gestores locais. O fato de que algumas críticas prévias já haviam sido apresentadas pelos consultores: falavam que alterações urbanas como puxadinhos, falta de estacionamento nas áreas centrais, alteração na destinação de determinadas áreas (como a expansão do setor hoteleiro sul e obras destinadas à Copa do Mundo de 2014) e outros desvios estavam sendo recorrentemente denunciados e que isso motivou a visita da delegação internacional. Outras duas visitas relevantes já haviam ocorrido: uma no próprio momento do tombamento, na década de 1980 e outra no ano de 2001, também motivada por denúncias de violação ao Plano Urbanístico de Lúcio Costa. Rosina Parchen, presidente no Brasil do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOSOMOS), que assessora a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) a monitorar os Patrimônios Culturais da Humanidade, afirmou neste sentido em uma entrevista ao jornal Correio Braziliense que *"Brasília é o patrimônio em situação mais difícil, o que mais nos preocupa."*<sup>22</sup>

Esta postura crítica atizou uma série de grupos a utilizarem esse momento de projeção internacional do plano urbano local para expressar suas demandas. Uma série de textos questionavam se "Brasília ainda merece o tombamento?"; esta questão foi tornada enquete em *site* de políticos locais, imprensa corporativa, órgãos de governo, entre outros. Manifestações de ambientalistas e outros movimentos sociais buscaram chamar a atenção à divergência urbana em relação ao trato dado pelo estado ao tombamento<sup>23</sup>.

Todavia o Governo já havia preparado uma resposta à visita da UNESCO. Na ocasião, o então Secretário de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (Sedhab), Geraldo Magela, argumentou que o evento da visita de tratava de uma ótima

---

21 <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/03/missao-da-unesco-comeca-avaliar-tombamento-de-brasilia-nesta-terca.html>

22 [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2012/01/04/interna\\_ciencia\\_saude,285071/brasilia-recebera-mais-uma-visita-da-unesco-para-verificar-tombamento.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2012/01/04/interna_ciencia_saude,285071/brasilia-recebera-mais-uma-visita-da-unesco-para-verificar-tombamento.shtml)

23 Cito o link de algumas notícias para dar a dimensão do ocorrido: <http://www.rollemberg.com.br/midia.php?mod=2585&data=2012-02-05> | <http://chicosantanna.wordpress.com/2012/03/13/a-vila-planalto-e-a-missao-da-unesco/> | <http://jornalesquina.blogspot.com.br/2012/03/brasilia-pode-perder-o-titulo-de.html> | <http://www.cartapolis.com.br/brasilia-debate-se-deve-abrir-mao-do-tombamento-discussao-frivola/>

oportunidade para a capital se capacitar para gerir o patrimônio criado por Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e milhares de candangos.

“Vamos ouvir o que a UNESCO tem a nos dizer e certamente servirá de orientações para a gestão do patrimônio de Brasília, justamente por se tratar de um governo novo, que acredita na proteção do Patrimônio Mundial”<sup>24</sup> (Magela, 2013)

O Secretário argumentou que a solução definitiva aos problemas apontados estava na proposta que o governo estava elaborando e que em breve levaria a votação na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Tratava-se do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), um projeto em elaboração pela Sedhab que vai estabelecer as áreas que precisam de atenção especial e como elas serão geridas.

“O PPCUB incluirá certamente a região de amortecimento para a área tombada, uma das demandas da UNESCO”, antecipa o secretário. “Entendemos que, mesmo fora da região de patrimônio, o Guará, as áreas de margem do Paranoá e os lagos Sul e Norte têm influência sobre o urbanismo de Brasília”, completa. (iden ibidem)

O PPCUB foi apresentado pelo GDF aproximadamente um mês antes da visita da UNESCO. Nele havia a ideia da criação de uma área de entorno ao Plano Piloto, para evitar o adensamento urbano. “Nós estamos criando no Plano de Preservação de Conjunto Tombado, a área de entorno de proteção que vai abranger o Lago Norte, o Lago Sul, o Guará e parte da região de Sobradinho”. (Magela, 2013)<sup>25</sup>

Ao fim deste processo, o relatório à UNESCO apresentou algumas críticas, porém em reunião realizada na Rússia dia 20/06/2012 os integrantes do Comitê de Patrimônio Cultural aprovaram o documento produzido com base no relato enviado sobre a visita de março. Em grande parte estavam convencidos de que as modificações apresentadas não interferiam definitivamente no plano urbanístico da capital. Todavia faziam algumas recomendações, como a necessidade de maior interação entre o GDF e o IPHAN. As alterações urbanas que foram mais recomendadas eram relativas à degradação da W3 Norte e contra a construção de empreendimentos irregulares na beira do Lago Paranoá. Com relação ao PPCUB, a opinião era de que o projeto tinha muitos aspectos positivos mas ainda precisava passar pelo debate público. A indicação do documento da UNESCO era de que o PPCUB fosse interrompido e para estabelecer-se um grupo de trabalho intersetorial com fins de rever o documento por meio de um processo participativo amplo.

Assim o debate sobre o PPCUB, que já existia porém em baixa escala, avolumou-se. Em especial ganhou força como interlocutor público o grupo “Urbanistas por Brasília”, sobre o qual daremos especial destaque do seu histórico e desenvolvimento nesta trama. Trata-se de uma articulação surgida em setembro de 2011 a partir de uma carta assinada por mais de 140 arquitetos

24 [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2012/01/04/interna\\_ciencia\\_saude,285071/brasil-recebera-mais-uma-visita-da-unesco-para-verificar-tombamento.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2012/01/04/interna_ciencia_saude,285071/brasil-recebera-mais-uma-visita-da-unesco-para-verificar-tombamento.shtml)

25 <http://jornalesquina.blogspot.com.br/2012/03/brasil-pode-perder-o-titulo-de.html>

da cidade unidos inicialmente contra o projeto de construção de um setor hoteleiro na quadra 901 norte. A primeira publicação no blog do grupo<sup>26</sup> intitulada "Ameaça ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade", datada de 01 de setembro de 2011, afirma que o setor hoteleiro trata-se de um

*"Empreendimento imobiliário estimado em 700 milhões de reais, situado ao lado do Colégio Militar de Brasília (SGAN 901), que ignora a legislação do tombamento do conjunto urbano reconhecido como Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO, está sendo elaborado "às pressas" para a implantação de uma área hoteleira com torres de 65 metros de altura, onde a destinação original previa uso institucional com até 12 metros de altura." (Urbanistas por Brasília, 2011)*

Seguem argumentando que as principais obras do GDF - estádios, hotéis, centros comerciais - estão centradas em interesses da especulação imobiliária. Questionam:

"Acontece que a população do DF não precisa de mais um estádio ou mais hotéis, e sim de mais escolas, segurança pública e saúde de qualidade. E, o mais importante, até quando esse tipo de decisão unilateral e alheia à vontade pública, sem uma real consulta à sociedade civil organizada vai continuar acontecendo na nossa cidade?" (Idem, ibidem)

Daí seguiram um documento técnico chamado "Urbanistas Unidos em Defesa de Brasília", publicado no blog dia 13 de setembro de 2011. Este documento articula a argumentação contrária à construção do setor hoteleiro na 901 norte baseados em três pontos principais: (1) no fato da construção de hotéis nos moldes e local proposto pelo projeto ferem o Plano Urbanístico de Brasília, em especial sua escala bucólica - que seria substituída no local por dimensões da escala gregária; (2) na impossibilidade do recém-aprovado Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), legislação de esfera distrital, poder interferir e modificar determinações de esfera federal e internacional às quais o tombamento de Brasília é signatário; (3) da completa falta de necessidade para a construção de mais leitos de hospedagem em Brasília, pois aqui não há déficit e sim *superavit* de hotéis, apontando inclusive alternativas caso fosse necessária a ampliação da capacidade hoteleira do centro da cidade. Enfim, o documento conclui que

"o projeto hoteleiro proposto para a SGAN 901 é ilegal por estar em desacordo com os parâmetros de uso e ocupação constantes na NGB 01/86, cuja aplicação nessa região é garantida pela legislação de proteção do Plano Piloto de Brasília. O PDOT vigente, por sua vez, não invalida a NGB 01/86 e não permite a criação de novas unidades imobiliárias nas áreas centrais ou na SGAN 901. De forma similar, o "Programa de Revitalização dos Setores Centrais de Brasília" não prevê a alteração de gabarito e de usos na SGAN 901 e o PPCUB recomenda a preservação da SGAN em sua configuração atual. Em termos conceituais, o projeto também se mostra danoso por desfigurar a clareza geométrica e a simetria entre os setores centrais norte e sul de Brasília, por alterar o perfil da cidade

---

26 <http://urbanistasporbrasil.com>

(skyline) e por deslocar a escala gregária para uma região caracterizada pela escala bucólica." <sup>27</sup> (Iden, ibiden)

O "Manifesto em Defesa de Brasília e do Tombamento", abaixo assinado por 134 urbanistas lançado dia 23 de setembro de 2011, foi o lançamento público do movimento, cujos representantes distribuíram a carta às entidades representativas do Patrimônio, da Sociedade e do Governo. Neste documento argumenta-se principalmente contra o parcelamento de solo proposto pela Terracap para a Quadra 901 do Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN) por ser uma agressão contundente ao Plano Urbanístico de Brasília. Afirmam isso porque este projeto realiza a desfiguração da área central do Plano Piloto ao quebrar a simetria entre os setores norte e sul, extrapolar os limites geométricos dos gabaritos de tamanho e altura dos prédios, também alterar o uso institucional da 901 Norte para

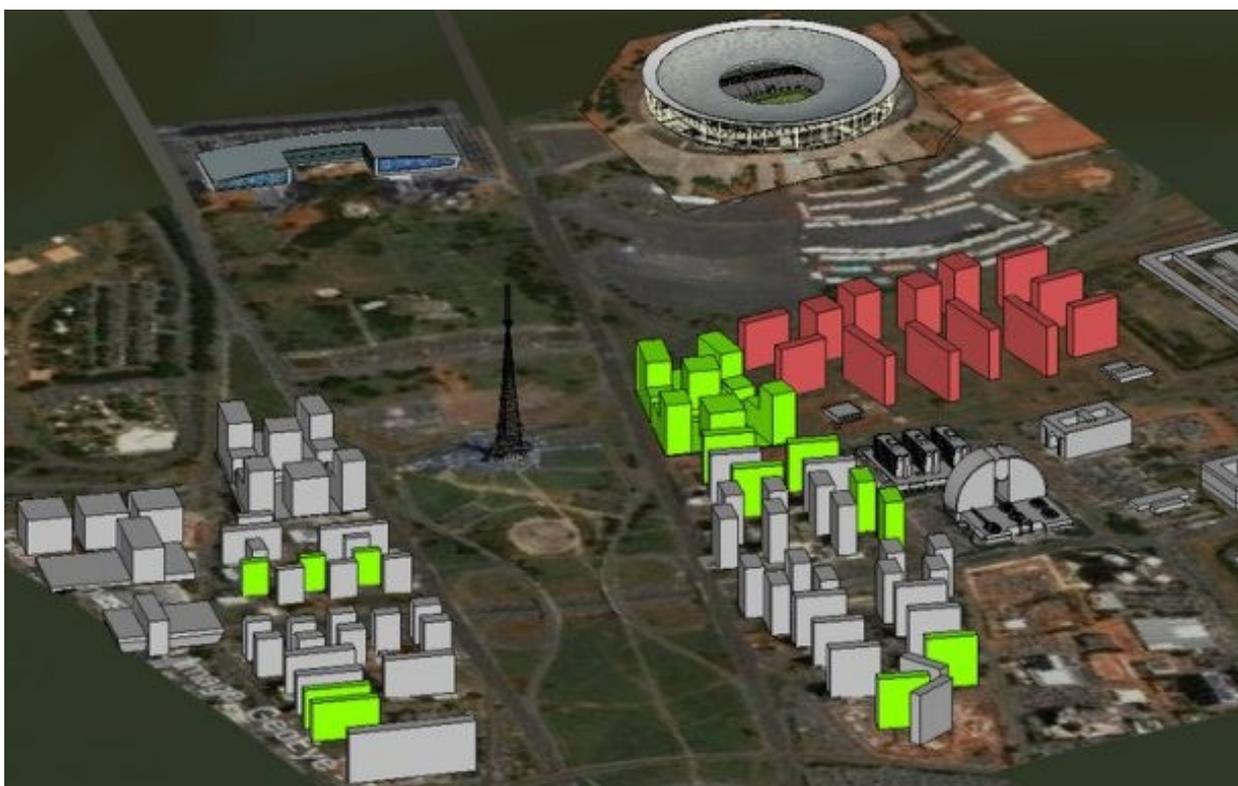
"comercial de hospedagem e danos ambientais causados pelo adensamento urbano que o projeto acarreta. Somam-se também argumentos em torno da relevância do perfil urbano homogêneo da cidade. Uma vez que o projeto é tido também como desnecessário, o manifesto acusa que o principal objetivo do mesmo *'é de angariar recursos para as obras do superdimensionado Estádio Nacional Mané Garrincha'*." <sup>28</sup> (Iden Ibidem)

E, de fato, este era o interesse expresso pelo governo: caso conseguisse vender a área de 85 mil metros quadrados em questão, utilizaria o valor - estipulado entre 700 e 900 milhões nas obras de construção do Estádio.

---

<sup>27</sup> <http://urbanistasporbrasil.com/2011/09/13/urbanistas-unidos-por-brasil-e-pela-legalidade/>

<sup>28</sup> <http://urbanistasporbrasil.com/2011/09/23/manifesto-em-defesa-de-brasil-e-do-tombamento/>



As movimentações dos urbanistas ganham progressivamente mais força em sua pauta contrária à ampliação do Setor Hoteleiro. Ainda no fim de 2011 o IPHAN apresentou parecer contrário ao projeto, argumentando que ele era incompatível com as portarias do órgão que estabelecem diretrizes de intervenções na área tombada<sup>29</sup>. No começo de 2012, durante sua visita à cidade, a UNESCO criticou o projeto pela mudança de destinação da área. Porém já considerava o problema já resolvido pelo veto dado pelo IPHAN<sup>30</sup>. Seguindo este processo, o Ministério Público do DF encaminha processo solicitando que a obra fosse parada<sup>31</sup> e a Vara de Meio Ambiente do DF também tem decisão pelo veto da expansão do setor hoteleiro norte<sup>32</sup>. Neste período circulou inclusive a informação da desistência de parte dos investidores: a administradora de um consórcio de hotéis consultada para construir o setor anunciou em abril de 2012 sua desistência do empreendimento, alegando que a empresa não contrariaria as vontades da comunidade com empreendimentos que esta não aprova<sup>33</sup>.

Enfim, o projeto de ampliação do setor hoteleiro proposto pela Terracap foi, por hora,

---

29 <http://urbanistasporbrasil.wordpress.com/2011/10/17/uma-vitoria-para-brasil-governo-cancela-audiencia-publica-que-afrontaria-parecer-do-iphandf/>

30 <http://urbanistasporbrasil.wordpress.com/2012/08/23/556/>

31 <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil247/61085/>

32 <http://urbanistasporbrasil.wordpress.com/2012/05/24/vara-do-meio-ambiente-do-df-barra-expansao-do-setor-hoteleiro-norte/>

33 <http://blogdoarturbenevides.blogspot.com.br/2012/04/licenca-por-favor-administradora-de-um.html?sref=fb>

vencido. Todavia na sua elaboração emergiu, como pauta central do grupo, a oposição ao PPCUB, que seria uma estruturação jurídico um tanto mais avançado que garantiria tanto as construções na 901 Norte como também uma série de outras alterações na área tombada em nome da preservação. O Urbanistas por Brasília critica este projeto tanto pela sua inconsistência técnica - uma vez que sequer a consultoria contratada para sua elaboração foi concluída, sendo ele um remendo de propostas, sem apresentar documentos de memória técnica, além de outros indicadores básicos - quanto os interesses reais por trás no nome "Plano de Preservação", que eles denunciam como uma articulação do GDF com empresas do ramo imobiliário. Uma demonstração desta disparidade entre o que o projeto anuncia e o que pretende é o próprio fato de que a Sedhab<sup>34</sup> alterou a versão final do projeto de forma aleatória durante todo o período de debate, de forma que nunca se sabia qual era de fato a versão final. Além disso, criticaram a falta de diálogo e debate acerca do PPCUB em sua elaboração, e propuseram que os setores organizados da sociedade civil fossem ouvidos e tivessem poder real de decisão acerca do plano<sup>35</sup>.

Como já dito, este debate foi crescente. Em um primeiro momento os questionamentos foram acolhidos pelo IPHAN e, na sequência, a visita da UNESCO de março de 2012 acolheu em suas trinta e oito recomendações ao GDF, sete tratando do PPCUB: em seu capítulo específico sobre o projeto os artigos versavam sobre a definição específica das escalas em relação à forma, área do terreno, tipos de uso, volume e altura permitida; que Brasília deveria ser preservada enquanto cidade-parque; que, em respeito à escala bucólica, não sejam permitidas a construção de arranha-céus (edifícios acima de 30% de um lote); que graus variados de proteção arquitetônica sejam estabelecidos aos edifícios inventariados. Já nas principais recomendações finais as recomendações 36 e 37 foram pelo cancelamento do processo então em curso de aprovação do PPCUB, com o estabelecimento de uma comissão com GDF, IPHAN, Universidade de Brasília, Associação de Arquitetos, ICOSOMOS Brasília e organizações comunitárias, cujos resultados seriam submetidos ao Comitê do Patrimônio Mundial. A revisão do processo deveria ser feita de acordo com a proposta de Lúcio Costa para o Plano Piloto.

Todavia, nas reuniões do CONPLAN - controverso órgão colegiado composto por membros do governo e da sociedade civil responsável pela aprovação final do PPCUB antes de levar à CLDF - do dia 18/09/12 e 04/10/12, os conselheiros do governo e do mercado imobiliário forçaram para que o projeto fosse aprovado e enviado para a votação. Com pequenas alterações de forma mas mantendo o mesmo conteúdo, esta proposta foi entendida como uma tentativa do governo de driblar

---

34 <http://urbanistasporbrasil.com/2012/03/29/sedhab-apresenta-plano-irregular-para-a-sociedade/>

35 <http://urbanistasporbrasil.com/2012/08/21/as-38-recomendacoes-da-unesco-para-o-governo-do-distrito-federal/>

as recomendações da UNESCO e vetos do IPHAN.

O Movimento Urbanistas por Brasília começou então uma nova rodada de debates públicos em torno do projeto, sugerindo que a câmara o rejeitasse integralmente e devolvesse ao executivo. O IPHAN responde afirmando que aquele texto final enviado à CLDF, na prática, retira o título de patrimônio cultural de Brasília, uma vez que viola por vontade própria das instituições do DF, as NGB (Normas de Uso, Edificação e Gabarito) federais e normas internacionais de preservação<sup>36</sup>.

As críticas do MUB ao PPCUB são fundamentalmente que ele, tecnicamente, não pode ser considerado um Plano de Preservação, dado que sua característica central é modificar as concepções urbanas tombadas. Para sua execução ele necessita revogar - ainda que em parte - o decreto 10.829/97, do tombamento da cidade. Além disso, sua previsão de revisão a cada cinco anos torna o projeto frágil, já que praticamente uma vez por gestão eleitoral do executivo o Plano será reordenado suscetível às mais diferentes pressões, tornando-se na prática uma ação institucional frágil. Além disso, ele ameaça as escalas de Brasília: a Bucólica por permitir projetos que atacam a dimensão de cidade parque; amplia as possibilidades de uso da Escala Monumental, permitindo ali a abertura de comércios, realização sem critério de festas e diferentes ocupações do mesmo; a Escala Residencial é desfigurada pelo redirecionamento de espaços antes destinados a creches, escolas e clubes que passam a ser passíveis de comércios, shoppings entre outras e também pelo o fortalecimento dos puxadinhos das comerciais da Asa Norte. A transformação do Setor Hoteleiro prevista é profunda também, porque muda a destinação deles, ampliando o uso dos hotéis para, além da possibilidade de uso ocasional a negócios ou turismo, para a criação de apart-hotéis - ou seja, espaços de moradia. A ampliação dos setores noroeste e sudoeste, assim como a consolidação de mecanismos institucionais discricionários para o governo também dão a esse projeto um caráter propriamente vinculado mais à especulação imobiliária que à preservação da cidade. (VERA 2013)<sup>37</sup>

A Câmara Legislativa passa a estabelecer alguns diálogos sobre a proposta, em que a capacitação do grupo evidencia que o PPCUB não teria muita sustentação para ser aprovado. Algumas reuniões foram realizadas e, nelas, além da reivindicação daquele projeto não ser aprovado, estava a demanda de que os urbanistas da cidade fossem ouvidos. Enfim, a pressão novamente foi tanta que o GDF retirou, no início de 2013 a sua proposta de PPCUB da CLDF para revisão. Em agosto, alguns meses depois, o Governo do Distrito Federal reapresenta - ainda sem ter feito nenhum amplo debate - uma terceira versão da proposta. Esta é levada ao CONPLAN na

---

<sup>36</sup><http://urbanistasporbrasil.com/2012/12/07/cldf-pode-entrar-para-a-historia-como-responsavel-pela-perda-do-titulo-de-brasil/>

<sup>37</sup> <http://urbanistasporbrasil.com/2012/12/11/ppcub-principais-alteracoes-propostas/>

reunião do dia 28/09/13, sendo aprovada com algumas poucas abstenções e reacendendo o debate.

A questão novamente se coloca: o novo projeto não acolhe às principais questões anteriores. Desta vez, é levado à câmara para ser votado em regime de urgência, estreitando mais ainda as possibilidades de diálogo. Os setores anteriormente mobilizados retornam à atividade com força, elaborando um Manifesto entregue na audiência do dia 17 de outubro ocorrida na CLDF para tratar do tema.<sup>38</sup>

O manifesto diz, entre outras coisas que

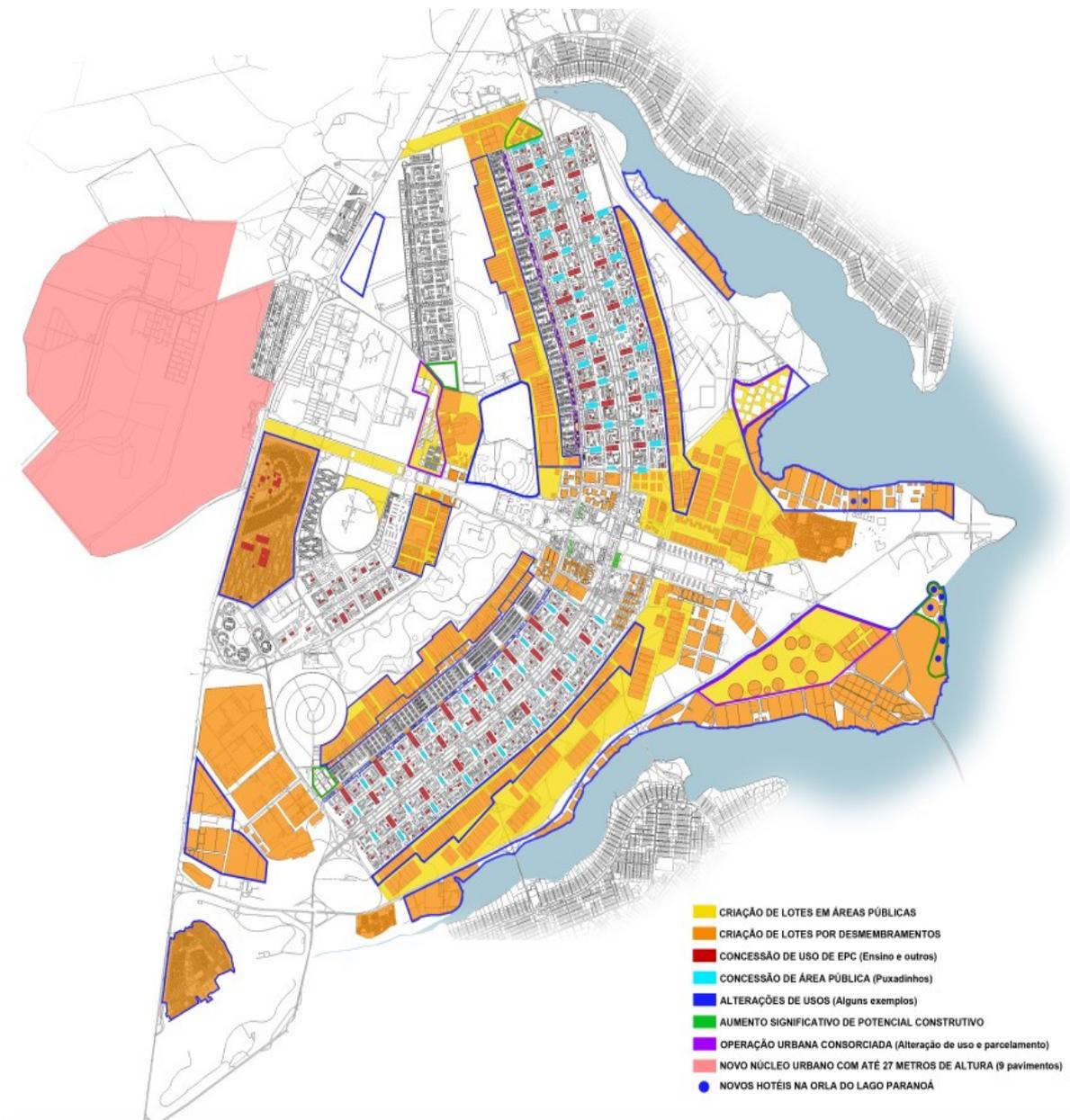
"Na verdade, o atual projeto do PPCUB trata menos da preservação das características que elevaram o Plano Piloto ao patamar de Patrimônio Cultural da Humanidade do que de criar mais facilidades para a produção imobiliária na região mais cobiçada pela indústria da construção civil no território do Distrito Federal. // As normas relativas à preservação foram isoladas em inócuas declarações de princípios, sem nenhuma efetividade legal, deixando-se os artigos mais eficazes para a promoção das alterações de interesse de segmentos econômicos."<sup>39</sup> (Urbanistas por Brasília, 2013)

Os principais problemas levantados são bem semelhantes às questões que anteriormente já citamos aqui quase à exaustão: loteamento do eixo monumental, redestinação de lotes públicos a interesses privados; transformação de clubes em hotéis na orla do Lago Paranoá; não ter sido criada gestão compartilhada da cidade como recomendou a UNESCO; manter indiretamente as prerrogativas para a construção do setor hoteleiro da 901 norte.

---

38 Assinam o documento membros da direção - diretores/as, coordenadores/as, presidentes/as - de organizações profissionais, de classe, organizações sociais e comunitárias de Brasília, sendo elas o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal – IHG-DF, Instituto de Arquitetos do Brasil departamento Distrito Federal – IAB-DF, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal – CAU/DF, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – FAU/UnB, a direção do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Brasília – CAU/UCB, o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS/Brasil, o Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal – SINARQ-DF, o Movimento Urbanistas por Brasília – UpBsb, o Centro Acadêmico da FAU/UnB – CAFAU, a Associação Civil Rodas da Paz, o Conselho Comunitário da Asa Sul - CCAS, o Conselho Comunitário do Sudoeste, a Associação Parque Ecologico das Sucupiras - APES e o Movimento Amigos da Paz. Basicamente é uma articulação dos setores profissionais ligados ao Urbanismo e do movimento comunitário do Plano Piloto, que anteriormente já estudamos.

39 <http://urbanistasporbrasil.wordpress.com/2013/10/16/entidades-organizacoes-e-so-ciedade-assinam-manifesto-ao-ppcub-2013/>



PPCUB - PLC 078/2013 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

Arq. Vera Ramos  
Ilustração : Urbanistas por Brasília

Atualmente - quando da conclusão deste trabalho - está em curso a "Campanha arquivar CLDF", que argumenta basicamente pelo arquivamento deste projeto enviado em regime de urgência e finalmente a abertura do debate do PPCUB à sociedade civil. O líder da Bancada do PT-PRB, deputado Chico Vigilante, afirmou em entrevista no dia 12/11/2013 que achava mais saudável postergar este debate, arquivando o projeto[8]. Se este movimento será vitorioso ou não, não temos condições de avaliar com exatidão. Todavia podemos dizer, certamente, que os episódios envolvendo a expansão do setor hoteleiro norte e o PPCUB demonstram a força deste setor da sociedade em relação às questões fundamentais de seu planejamento<sup>40</sup>.

<sup>40</sup> <http://www.clicabrasilia.com.br/site/noticia.php?votar-ppcub-agora-so-trara-mais-desgaste&id=510798>



Esta articulação - sempre presente e visualmente expressa no manifesto à audiência da CLDF - entre urbanistas e o movimento comunitário das áreas nobres, faz parte de uma dinâmica de conflitos sociais locais que gostaria de questionar. Certamente, o PPCUB, a expansão do Setor Hoteleiro e outras proposições da atual gestão do GDF me dão enorme asco em sua expansão do mercado imobiliário por toda a cidade. De pronto, em apresento contrariamente a estas medidas. Todavia, a disputa em torno deste tema tem se realizado no DF reafirmando todos os problemas que elencamos durante este capítulo, ou seja, da discussão central dos problemas da cidade articulada em torno do Plano Piloto - uma pequena área do DF onde reside sua população mais rica; articulada por um conjunto pobre de atores sociais, que não podem, ainda que com suas melhores intenções, dar pela sua única ação política a devida dimensão social ao problema. Ou seja, esta disputa em torno do PPCUB não envolve somente gestores públicos, empresários, tecnocratas e população rica a toa: faz parte da própria dinâmica de disputa em torno da hegemonia de uma estrutura mais geral de dominação do Distrito Federal. Não quero com isso, reafirmo, dizer que as posições contrárias ao PPCUB são irrelevantes. Quero atentar meus colegas ao conflito social que acontece ao redor e de forma mais determinante.

Há algumas páginas afirmo que não queria com esta reflexão sobre o tombamento aqui apresentada, definir uma posição sobre a validade tática de manter ou não manter o reconhecimento do título nacional pelo IPHAN e internacional pela UNESCO. Estamos em uma sociedade permeada por conflitos em que articulações muitas vezes contraditórias se realizam querendo nós ou não. Todavia a reflexão que eu gostaria de trazer é de outro tipo: ao contrário de mediar ou arbitrar as divergências sobre Brasília como uma instituição superior, concluímos por meio da análise apresentada que o tombamento da cidade é parte do conflito social de Brasília. Ele não é um

elemento regulador dos conflitos, mas sim parte dos instrumentos que um setor deste conflito mantenha seu poder sobre a cidade. Seja o poder técnico sobre a ideia de Urbanismo dissociada do Direito à Cidade ou a dimensão Espacial de controle do espaço urbano.

\*\*\*\*\*

### **Breves considerações sobre as Fissuras do Plano**

Esta narrativa sobre as disputas de poder em torno do Plano Piloto possivelmente constituiu uma versão equivocada da dinâmica social da cidade que gostaria que tentar, ao menos minimamente, reparar. Não são somente os grupos que dominam a representação política da cidade que habitam a mesma. Justamente o contrário: faz parte da narrativa destes setores descredenciarem outros ocupantes do espaço em que exercem hegemonia. O Plano Piloto possui inúmeras Fissuras Urbanas (Castello, 2008), que garantem à sua norma arquitetônica uma diversidade maior que a prevista. Em especial nas quadras 700 onde existem garagens, pousadas e usos comerciais de imóveis que garantem a presença constante e instável de grupos de baixa renda na área tombada da cidade. Além disso, a ocupação de moradores e moradoras do centro da cidade que não vivem nas áreas planejadas para tal é também relevante: moradores e moradoras de rua, de maior ou menor idade, vivem na cidade enfrentando todo o azar de instituições preparadas para o extermínio sistemático de seus corpos; simultaneamente, resistem e sobrevivem constituindo o todo da cidade. Brasília também é habitada por prostitutas, prostitutas, prostitut@s e prostituxs que moram no Plano Piloto e realizam seu comércio em casa ou pelas zonas centrais da cidade e ruas da cidade. Macdowell (2010) estuda a situação de Travestis e Transexuais que trabalham a noite no Setor Comercial Sul, região central de Brasília que é característica por ter movimentações de diferentes setores sociais. Não coincidentemente é um espaço marcado socialmente sob a alcunha de Espaços Degenerados. Sobre isso o autor reflete

“Em um contexto tão marcado pela transparência e pelo controle, a ocupação travesti de um espaço central, ainda mais associada à prática de uma atividade marginalizada como a prostituição, é ela própria um trabalho duro e dedicado de rasura e reescritura do texto urbano. É preciso cavar os buracos, desenhar os labirintos e erigir as sombras; criar as zonas de incerteza e os contrastes claro-escuros do imprevisto que escapam a toda ordem e controle; infiltrar nas entranhas da cidade os veios por onde flui com liberdade histórica a própria vida. As travestis, como outros grupos marginalizados, dão à cidade que os esconde uma contribuição inestimável: lavram no concreto da paisagem urbana as picadas que permitem à cidade trilhar livremente por caminhos infinitos.” (Macdowell, 2010)

Além dos grupos que realizam fissuras urbanas morando no Plano Piloto, existe um conjunto de pessoas de todo o DF que diariamente fazem migração pendular à cidade para trabalhar, estudar, divertir-se. Estas pessoas são tão ou mais proprietárias do Plano Piloto quanto quem tem

suas residências aqui. Grosso modo, quem construiu o passado e edificações da cidade foram elas mesmas ou seus antecessores. Em realidade, quem faz o centro do DF funcionar são estas pessoas<sup>41</sup>.

O Plano Piloto de Brasília faz parte de uma estrutura de conflitos sociais compostas tanto pelas suas disputas interiores quanto, ainda mais profundamente, pela estrutura social ampla que o constitui regionalmente. Estes conflitos sociais que, segundo defendemos aqui, constituíram e são a chave principal de compreensão das relações locais, é que nos interessa compreender daqui pra frente.

### **Prólogo – Ou Bonus track:**

"Postal do Plano – Paraibola

Eu tinha plano de morar no Plano /De estudar no Plano era meu plano trabalhar no Plano

De viver no Plano, olha só meu mano /Mas que ledão engano não deu mais pra segurar

Que vida malvada, que vida arredia / Passados os anos tantas lutas tantos planos /

Jogaram meus planos na periferia/ Jogaram meus planos em Santa Maria /

Água, luz, casa e comida /O salário desta vida/ Acabou meu carnaval /

Eu vou me embora por Nossa Senhora do Cerrado /

Mandem pelo menos um postal do Plano"

---

41 Os rappers Gog, Japão e Piolho fizeram, no disco "Prepare-se" (1996) uma música-líbelo sobre o deslocamento da periferia ao centro da cidade, chamado "Rumo ao Setor Comercial Sul". Relatam como é a viagem das suas quebradas rumo ao centro da cidade – Setor Comercial Sul, Conic, Setor Bancário – falando sobre as dificuldades de se locomover nos Transportes Coletivos da cidade, da diversidade que encontram nestes espaços do centro e de como o próprio centro da cidade é discriminado pelos playboys. Assumem eles que o centro é discriminado justamente pela presença periférica. Esta é a Fissura Urbana mais latente na área tombada.

### Capítulo 3

#### O CONFLITO SOCIAL NO ESPAÇO CERRATENSE-CANDANGO

Êh! Brasília - Feijão de Bandido  
Quando apaga o candeeiro / Acende o fogo das “muié” / Onde eu  
toco meu pandeiro / Come solto o “rasta pé” / Minha sina por  
estrada / Confirmou-se em Ariri / Trouxe tudo na bagagem / Para o  
pessoal daqui / Êh! Brasília / Tu ainda és tão menina / Êh!  
Brasília / Mas já tens festa junina / Em agosto és agostina / Tens o  
pessoal de Minas / Misturou com o beijo dela / Do Oiapoque ao  
Chuí / Fez o pessoal daqui / Êh! Brasília / Mas sei bem a tua sina /  
Frio e seco é o teu clima / Temperado na panela / Tens galinha  
cabidela / Feijoada com pequi / Fez o pessoal daqui / Êh! Brasília /  
Tu ainda és tão menina / Êh! Brasília / Mas, também, és obra prima  
/ O teu pôr do sol me inspira / O teu céu minha aquarela /  
Debruçado na janela / O meu coração sorri / Amo o pessoal  
daqui: / Sobradinho e Taguatinga / Tens Brazlândia e Planaltina / O  
Varjão, Paranoá / tens o Gama e o Guará / alô, Alô Candangolândia  
/ A todo o povo da Ceilândia / Sobradinho, Taguatinga, Brazlândia,  
Planaltina, Varjão, Paranoá, Gama, Guará, Candangolândia, todo o  
povo da Ceilândia, Núcleo Bandeirante, Granja do Torto, Lago  
Sul, Lago Norte, Plano Piloto, Sudoeste, Octogonal, Águas Claras,  
Samambaia, Cruzeiro, Estrutural, Comunidade do Riacho e do  
Recanto, Agrovila São Sebastião, Vila Planalto, Park Way, Vale do  
amanhecer, Santa Maria rogai por nós os passageiros deste Avião!

\*\*\*

#### **\* O cinema candango responde: A cidade é uma só?**

*O DF tem uma certa tradição de produção fílmica acerca da realidade local. Muitos filmes se destinaram a refletir acerca da realidade local ou mesmo explorar as formas de compreender o espaço urbano. Mais conhecidos, o "Brasília: Contradições de uma cidade nova", "Fala Brasília", "Brasília Segundo Feldman" e em especial o "Conterrâneos Velhos de Guerra" abordam, todos com um tom documental, a constituição do Distrito Federal partindo do ideário da construção de Brasília rumo aos conflitos de produção do espaço e permanência/reprodução no mesmo. Ambas as obras discutem a cidade desde a consolidação do Plano Piloto e sua insuficiência de acolher todos/as atores que para aqui viveram. O "Contradições" o faz de certa forma mais espetacular, com voz em off narrando uma apoteótica tensão constituindo-se na cidade; o "Fala" aborda a questão desde a percepção simples de que o sotaque candango era mais nordestino que carioca; o "Segundo Feldman" vai à tragédia do massacre da construção da cidade. O mais completo e melhor destes, Conterrâneos narra a constituição da cidade abordando diferentes atores do conflito urbano no antes, durante e depois, desvelando corajosamente uma história de Brasília entremeada a conflitos, inseguranças de seus planejadores, aventuras dos/das trabalhadoras da construção... contradizendo a ideia da 'capital organizada'.*

*Todas estas obras, porém, tem uma localização espacial claramente presente em suas narrativas: partem da leitura do Plano Piloto aos conflitos sociais gerais da cidade. Especialmente estas obras não localizam seu discurso estruturalmente fora do espaço hegemônico da cidade. Não estou, com isso, realizando uma crítica vazia a estas obras de suma importância à construção do pensamento local. O que me interessa com este gancho é dele partir à lembrança de que existe no DF um grupo de cineastas que produzem uma narrativa diferente sobre a cidade: destaque em especial o Coletivo CEICine. Montado em 2006, ele parte de um esforço deliberado por parte de alguns moradores da Ceilândia em responder à angústia de produzir uma narrativa cinematográfica que não tivesse Brasília como centro do DF. Pois, de fato, o centro urbano que referencia a vida daquelas pessoas é a sua cidade natal, a CEI. Buscam também experimentar linguagens diferentes do cinema na cidade, pois em geral - opinião minha - os documentários e leituras críticas da cidade não conseguem fugir propriamente da linguagem institucional típica de uma cidade administrativa. Os filmes tem em muito a semelhança com relatórios técnicos.*

*O coletivo produziu já três curta metragens e um longa. Todos excelentes - não só para mim, mas também inclusive para a crítica de cinema, a quem tanto criticamos e que tanto premia a divergência. O primeiro, chamado "Rap, o Canto da Ceilândia" (Adirley Queirós, 2005), é na verdade anterior ao coletivo, mas produzido por boa parte da equipe que viria a integrá-lo. Trata-se de uma leitura sobre a constituição do Rap no DF a partir de quatro personagens marcantes do HipHop nacional que são Ceilandenses: "X", "Japão", "Jamaica" e "Markim". O filme faz um paralelo da construção da cidade com a constituição do Movimento Hip Hop local. O segundo curta é uma ficção chamada "Dias de Greve" (Ceil, 2009) que aborda, a partir de greve operária ficcional ocorrida na Ceilândia, tanto possibilidades econômicas sobre o espaço como a possibilidade de - em função da greve - redescobrir/ocupar ludicamente uma Ceilândia que não mais pertence aos personagens. O terceiro curta, documental, chama-se "Fora de Campo" (2009) e retrata a vida de seis jogadores de futebol profissional (cinco ex-jogadores e um ainda em atividade): Maninho, Wlade, Bé, Bezerra, Marquinho Carioca e Paulinho da Grécia. Por meio desta discussão o filme aborda as culturas urbanas as cidades satélites por meio do futebol, abordando tanto o profissional quanto o amador e mesmo o jogo de várzea. O destaque especial vai novamente para a Ceilândia, que tem espaço especial para abordagem da força cultural e social do futebol de várzea em sua configuração urbana.*

*Por fim, o último filme lançado pelo coletivo até o momento é o Longa Metragem "A cidade é uma só?"(2011), que mistura documentário e ficção abordando, em função dos 50 anos de Brasília, a construção da Ceilândia a partir de três personagens: Nancy Araújo - uma cantora que fez parte, quando criança, do coro que foi utilizado na campanha realizada pelo estado em defesa*

da remoção das famílias para a Ceilândia; Zé Antônio, um vendedor de terrenos que é retratado no limite entre o grileiro, o imobiliário e o especulador (talvez buscando aí uma síntese dos três); e Dildu, um faxineiro da Ceilândia que cria o Partido da Correria Nacional (PCN) para disputar as eleições de 2010, com um jingle feito pelo Marquim (do grupo de Rap Tropa de Elite, personagem do "Rap o canto.."). A partir das relações destas três personagens com seus objetivos e realidades concretas, o filme faz uma bela trama entre ficção e realidade, passado e presente, política institucional e realidade social. A Nancy, que é quem soa no filme como a personagem mais documental (pois ela relata sua vida, simplesmente) talvez possa ser lida como a que mais reconstrói seu passado; Zé Antônio é a contradição da disputa pelo espaço vivia no momento presente, vivendo entre a especulação e a grilagem numa terra periférica - sendo talvez mais uma representação do nosso momento coletivo do que de si mesmo; Dildu, ao construir uma campanha política e experimentá-la a seu bel prazer, pode ser a referência de nosso projeto futuro, da dificuldade e necessidade de sonhar e seguir lutando.

Enfim, acho que o "A cidade..." é o melhor filme já produzido no DF justamente porque articula as dimensões de ficção e realidade que estão tão presentes em nossa situação de viver um futuro do pretérito mal planejado. Ele levanta, porém, uma questão retórica acerca da cidade ser uma só, a qual responde categoricamente que não: o Plano Piloto não é a mesma cidade que Ceilândia, que não é a mesma cidade que Planaltina, que não é a mesma cidade que o Recanto das Emas, que muito menos é a mesma cidade que Brazlândia. A forma como constituímos o Distrito Federal não permite pensarmos esta cidade como uma só, pois são realidades muito distintas... todavia não permite também pensarmos que qualquer uma destas cidades seja autossuficiente e possa explicar-se por si mesma. Pensar as cidades do Distrito Federal e Entorno leva, quase necessariamente, à necessidade de pensarmos a totalidade das relações urbanas e regionais.

Em verdade, não creio que a cidade seja uma só. Por outro lado creio que vivemos no DFE um conjunto de signos urbanos comuns e, igualmente, lutamos contra um processo econômico e político concentrado em algumas mãos. A cidade é múltipla, e necessitamos desenvolver esta multiplicidade para derrotar quem aprisiona as relações sociais em dinâmicas capitalistas.

\*\*\*

### **Uma longa história de Brasília - Candangos, Pioneiros, Cerratenses.**

É lugar-comum pensar a história da Capital do país somente a partir dos projetos desenvolvimentistas nacionais somados ao anseio modernista de sua construção. Todavia, uma análise um tanto mais acurada dos processos sociais locais apresenta um indicador em contrário: existem pessoas - sejam poderosas ou marginalizadas - que remontam sua história e genealogia local datando-se de pelo menos um século atrás. Falam ou da história da propriedade de suas

famílias, que venderam terras para a construção da capital; ou remontam a culturas populares sertanejas que habitavam o DFE nas primeiras décadas deste século; ou também contam histórias de etnias indígenas que habitavam o cerrado há séculos. Existem inclusive alguns pontos até hoje historicamente marcados como fazendas de relação escravocrata na cidade. Em alguma medida esta história anterior à construção do DF precisa ser dimensionada. Pois, cremos, ela é determinante para as relações sociais que vivemos nos dias de hoje.

Podemos pensar este conjunto de relações olhando mesmo os dias de hoje de um ponto de vista regional, abrangendo tanto o Distrito Federal quanto seu Entorno (parte de Minas Gerais e Goiás). Partimos, assim, da concepção de que esta região tem um ciclo histórico, cultural, econômico e social comum uma vez que os municípios que a compõe possuem significativa relação de interdependência com o Distrito Federal. Isso tem relação direta com a intensa concentração de infraestrutura - equipamentos de saúde, educação e oferta de emprego no DF, por exemplo - que geram um fluxo intenso de migração pendular local.<sup>42</sup>

Juntamente aos aspectos econômicos e sociais a região também está interligada culturalmente. Muitas de suas expressões culturais, tais como a Folia de Reis e a Festa do Divino Espírito Santo, bem como redes de produção artesanal, perpassam os limites geográficos estabelecidos pelas fronteiras de macrorregiões e/ou estaduais.

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) foi criada pela Lei Complementar nº 94/1998 e regulamentada pelo Decreto nº 2.710/1998, alterado, por sua vez, pelo Decreto nº 3.445/2000 e novamente alterado pelo Decreto nº 7.469/2011. Está localizada entre parte da região Sudeste e Centro-Oeste e é constituída pelo Distrito Federal, pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais.

Fundamentalmente, porém, pensamos em uma história da ocupação humana deste espaço, em contraposição a uma forma de abordar a região que define seus marcos históricos desde a ocupação estatal. Esta reflexão é baseada principalmente nos estudos de Paulo Bertrand (1994;1999), que analisou a fundo a história do Cerrado pré-DF. Ele questiona as epistemologia local argumentando que a construção de Brasília invisibilizou a história dos diferentes povos que viviam nesta região nos séculos anteriores, assim como suas relações sociais, infraestruturas de

---

42 Trabalharemos aqui tando com os conceitos de Região Integrada de Desenvolvimento Econômico - RIDE como de Região Metropolitana de Brasília. Apesar das divergências políticas entre estas conceituações, ambas compreendem o Distrito Federal e Entorno - DFE como um todo de relações integradas. Ainda que use na maior parte do tempo o termo DFE, utilizo principalmente com a noção de RIDE pela sua infraestrutura institucional ser mais consolidada.

produção e circulação. Como exemplo cabal deste processo, basta citar que Brazlândia, Corumbá, Cristalina, Formosa, Luziânia, Pirenópolis, Planaltina já existiam desde bem antes da início da construção da capital - algumas destas cidades há mais de duzentos anos. Ou que existem sítios arqueológicos por todo o território do DFE, somando mais de cinco mil. Enfim, que

"A história do Planalto Central é interminável: pelas dimensões geológicas remonta, no mínimo, a 1 bilhão de anos. Pela escala arqueológica, da povoação indígena, pode retroceder a 12 mil anos ou muito mais. E pela sua colonização gregária, por colonizadores de extração luso-brasileiro-africana, teria no mínimo dois séculos e meio, fazendo aqui proliferar a civilização, ecologicamente diferenciada, do HOMO CERRATENSIS."  
(Bertrand; 1994)

Esta longa história da ocupação humana no cerrado tem diferentes ciclos vinculados aos tipos de vida das diferentes épocas. Mais especificamente, nos últimos séculos, a ocupação humana deu-se tanto pela presença de povos tradicionais - quilombolas, indígenas – quanto pela ação de setores econômicos colonizadores nacionais e estrangeiros. Destas relações sociais constituiu-se um circuito social que predominou na área até meados do século XX, quando projetos de Estado começam pouco a pouco a visar o planalto central como a área de construção da nova capital.

Brasília foi construída por meio de uma ação estatal que buscou se sobrepor a estas dinâmicas regionais apresentando uma nova perspectiva de desenvolvimento nacional. Todavia, podemos observar sem muito esforço que estas dinâmicas anteriores se conflitaram e relacionaram-se de distintas formas com a chegada dos grupos que vieram construir a cidade. As culturas tradicionais e populares anteriores à construção da capital participaram da construção de Brasília, influenciando e constituindo relações com as novas forças que aqui chegaram: muitos dos trabalhadores e trabalhadoras que construíram Brasília eram das comunidades rurais e de pequenas cidades que constituem o entorno do DF. Igualmente, um olhar rápido sobre a história das famílias mais poderosas do DFE trás, junto, muitos sobrenomes da elite local há um século que ocupam espaço de destaque nas relações atuais. O famoso caso do Ex-Governador Joaquim Roriz - que por mais anos esteve a frente do GDF -, cuja família possui terras Cerratenses anteriores à construção de Brasília, chegando inclusive a ter vendido áreas que hoje são DF à união no período da construção da cidade, é um dentre alguns tantos.

O que estamos sugerindo aqui é que Brasília foi inserida em um ambiente e, ao mesmo tempo que influenciou determinantemente a dinâmica microrregional, foi também significativamente moldada por elas. Se devemos compreender a história da capital vinculada a uma estratégia de constituição e redefinição dos horizontes do País - do ponto de vista institucional - devemos igualmente refletir sobre a história do Distrito Federal relacionada tanto aos conflitos da

região que a abrigou - desde o enfoque social.

Laraia (1996) nota a diferenciação social que se constituiu entre os denominados Candagos e Pioneiros. Enquanto os primeiros eram associados aos trabalhadores e trabalhadoras que vieram construir a capital e aqui permaneceram (estendendo este conceito também a migrantes de épocas posteriores), o segundo grupo é composto por aquelas pessoas que vieram ocupar a capital para funções burocráticas e de poder, assim como aquelas pessoas que eram gestoras das obras da construção de Brasília. A esta conceituação estamental ou de classe, gostaria de adicionar então a denominação histórica de Bertrand aos/às que aqui já viviam quando da chegada destes outros grupos. Teríamos então, no DF, Candangos/as, Pioneiros/as e Cerratenses.

\*\*\*

#### **\* Taguatinga, cimento expropriado faz o novo centro**

*O filme "Brasília, contradições de uma cidade nova" (23 min, 1967 - Joaquim Pedro de Andrade) talvez seja a primeira obra cinematográfica crítica do ideário de Brasília realizado através de sua própria realidade. Certamente é o mais conhecido desta primeira safra de filmes do DF. Ele apresenta a concepção planejada de Brasília durante mais da metade de seu enredo e, pouco a pouco, vai desvelando as contradições que se apresentaram na construção da cidade. Como diz sua Sinopse, o curta pega "Imagens de Brasília em seu sexto ano e entrevistas com diferentes categorias de habitantes da capital. Uma pergunta estrutura o documentário: uma cidade inteiramente planejada, criada em nome do desenvolvimento nacional e da democratização da sociedade, poderia reproduzir as desigualdades e a opressão existentes em outras regiões do país?"*

*A obra destina especial atenção à constituição da Cidade Satélite de Taguatinga, à época uma aglomeração semiurbana constituída para que trabalhadores/as das obras da Capital não quisessem morar no Plano Piloto. É curioso ver as imagens daquele período, pois se observarmos que Taguatinga é hoje certamente o Centro Urbano mais desenvolvido do DF chegamos a ficar estupefatos por como em tão pouco tempo tantas transformações foram possíveis. Taguatinga, cuja etimologia seria "Barro Branco", em Tupi, teve suas primeiras construções por meio de furtos - ou expropriações, como prefiro pensar: os trabalhadores e trabalhadoras das obras da Capital traziam tijolos, cimento e outros itens da construção da capital para urbanizar suas próprias moradas. Assim Taguatinga se fez centro.*

*Uma música do grupo Radical Sem Dó, chamada "Garoto Digoró", se passa em Taguatinga, falando de um garoto de rua que sai de um fliperama rumo a uma trama em que ele destrói alguns dos locais mais habitados por moradores de rua em Taguatinga: Fliperama do Centro, Cine Lara, Cine Paranoir, Torre da TeleBrasília, 12ª e 17ª Delegacias de Polícia, Veículos*

da frota policial da Rocam, Kingstom Hotel. A letra (em anexo abaixo) dá um bom panorama da vida desenvolvida e metropolitana que Taguatinga tem. Ela é de aproximadamente dez anos atrás. Curiosamente ou não, uma parte dos aparatos urbanos foram desativados, não por intervenção dos moradores de rua, mas falta de investimento público mesmo.

*Garoto Digoró (Radical sem dó) - 22:15h, Boa noite! No fliperama do centro meninos drogados fazem incessantes viagens, Liquidam naves inimigas, viajam em explosões azuis vermelhas / Um desses meninos, o garoto Digoró, um rato ligado, um ninja do lixo, vai mais longe e comete um rapto inesperado por qualquer outro ali dentro / Ele sequestra uma nave do fliperama que logo habita o céu de Taguatinga /Ele continua brincando de apertar os botões e de viajar em explosões azuis vermelhas // Ele se aproxima então do Cine Lara... Ele destrói o Cine Lara! Se aproxima do Cine Paranoir... Ele incendeia o Cine Paranoir e Uma japonesa do foto okubo protege fitas de vídeo pornô nas mangas do seu kimono de seda // Ele nota que sua nave está com problemas e se dirige pra Torre da TeleBrasília... Ele reabastece sua nave no pico da Torre da TeleBrasília. / Nave reabastecida, e então, ele se prepara para mais um ataque mirabolante com cenas de pânico e muito sangue praqueles olhinhos drogados vibrarem de prazer// Ele detona a Décima Segunda, Desintegra a Décima Sétima!! / Mãos ainda sujas, há uma hora lavada ele aciona o seu detector de rocans // Segundos depois, botas carbonizadas, pneus em chamas, gatilhos sem dedo, vidros quebrados / podem ser encontrados espalhados em algumas quadras da QNA / O monitor ao lado transmite guerra urbana diretamente do setor O-P-3-norte-expansão 77 // Membros do DrufDwos, uma antiga gangue mutante que existiu há décadas, invadem as galerias do metrô e sacrificam homens, mulheres e crianças fanáticas que estavam pregando para aquela noite a volta do Salvador... Digoró não interferiu // Enquanto isso, na parte sul da cidade, em frente à Orca veículos, dois camburões passeiam tranquilamente / Subitamente, os camburões são invadidos por uma estranha massa alaranjada / Os camburões começam a flutuar, os camburões estão flutuando / e são arremessados com extrema violência no terraço do Kingston Hotel / e explodem maravilhosamente em chamas // É isso aí garoto digoró, essa cidade é muito pequena pra quem tem só uma ficha e sabe muito bem como usá-la / Garoto digoró, Tatú da Funabem, comigo e você sempre esteve tudo bem. / Essa é a saga do garoto digoró, que começa na sargeta da rua, e termina bem perto da minha e também da tua rua //*

\*\*\*

### **Cinco conjunturas do conflito social local**

A maioria dos trabalhadores e trabalhadoras que construíram a capital, porém, eram de regiões razoavelmente distantes e migraram para o Cerrado buscando melhores condições de vida. Aqui constituíram suas vidas em meio a um ambiente urbano que não foi, todavia, preparado para acolhê-los: em vez de morarem nas habitações planejadas, foram realocados em cidades satélites que compuseram o ambiente local como um espaço urbano polinucleado e de visíveis desigualdades.

A cidade permaneceu recebendo fluxos migratórios de diferentes regiões do país desde 1950 até os dias de hoje. A convivência de diferentes culturas nacionais nesta configuração do espaço fez também com que o ambiente local seja ocupado por manifestações oriundas de outras localidades, em um sentido diaspórico.

As pessoas que vieram em todos estes períodos para a cidade encontraram necessariamente um problema específico acerca da forma como viveriam aqui. Aonde? Com qual propriedade?

Comprando? Ocupando? Alugando? Estas questões recolocam-se cotidianamente a todos e todas que viveram e vivem na capital. É de uma ironia desagradável a cidade com maior espraiamento urbano do Brasil ter um problema estrutural de moradia. A realidade é que desde a construção da cidade - e inclusive antes - as disputas em torno da posse e ocupação da terra determinaram as dinâmicas sociais.

Partindo deste pressuposto várias reflexões foram formuladas sobre os períodos dos conflitos sociais na cidade. Gouvea (1995) divide os períodos da segregação e controle de Brasília em três fases: a da construção da cidade (1956-1961); a da política de erradicação de favelas e construção de grandes conjuntos habitacionais (1960-1979); e a da política e não-oferta de habitações e controle de migração (1979-1982). Farret (1987) define a formação do espaço urbano de Brasília em quatro momentos: a cidade como canteiro de obras, a crise da capital, a consolidação da capital, a expansão metropolitana, o qual Campos (1988) complementa demonstrando como todos estavam direcionados à construção da segregação residencial.

Dialogando com esta perspectiva de raciocinar sobre os conflitos da cidade em meio a fases, períodos ou articulações descreverei uma leitura que faço a partir destes autores e de outros já citados, dando ênfase às chaves interpretativas que levantei anteriormente. Em vez de fases, períodos ou ciclos, pensarei esses diferentes momentos do DFE por meio das diferentes Conjunturas que a cidade viveu em seus processos políticos. Utilizo este termo para contornar as ideias de simples causalidade entre os períodos ou mesmo de que cada um destes momentos foi superado em completo. Utilizar a conjuntura como forma de compreensão da trajetória dos conflitos do DFE me leva especificamente a onde quero chegar com este trabalho: na compreensão da composição política dos poderes, nos pesos e natureza das relações sociais do período, enfim, da disposição de forças em disputa durante o momento.

Podemos definir conjuntura como uma situação temporária da correlação de forças na sociedade, resultante da combinação de diversos fatores ou circunstâncias. Trata-se do estado de uma sociedade - ou parte, aspecto, setor dela - cuja determinação não depende só de processos, tendências gerais e fatores estruturais, mas também de muitas outras variações e modificações (inclusive ações humanas) de abrangência, duração ou influência mais restrita. É um tipo de leitura feita para intervenção e/ou posicionamento rumo a algum objetivo. *"A análise de conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse."* (Souza, 1984)

Caracterizo Brasília em cinco distintas conjunturas dos conflitos sociais no espaço, são elas: a Cerratense pré-Brasília; a construção da capital; a luta pela permanência na terra; a da ilha da exclusão; e, por fim, a fase atual da ditadura da especulação. Certamente estas situações sociais são

muitíssimo mais complexas do que brevemente apresentarei aqui. Escreverei a partir de agora uma síntese de cada uma destas conjunturas com interesse de socializar os aspectos básicos da leitura dos conflitos sociais na trajetória do DFE.

**1 - Cerratense (Grandes propriedades rurais X Campesinato. Índios e quilombolas)** - A conjuntura cerratense dos conflitos sociais de Brasília, compreende os conflitos anteriores à construção da capital. Uma caracterização eco-histórica do Cerrado é muito melhor desenvolvida aprofundadamente por Bertrand (1999), de forma que me restringirei basicamente a apresentar algumas de suas características centrais na primeira metade do século XX. Tratava-se de uma região ocupada por comunidades indígenas (que habitavam a região milenarmente) e quilombolas (que se constituíram na região alguns séculos antes), grandes proprietários de terras em disputa pela hegemonia da economia local (baseada principalmente em atividades agrícolas de subsistência e em larga escala), comunidades sertanejas trabalhadoras rurais, alguns vilarejos ordenados a este ciclo econômico e incursões bandeirantes/jesuítas na área. O principal conflito desta época está ligado às grandes propriedades rurais, que buscavam ampliar sua influência por meio de disputas entre coronéis, ataque às comunidades indígenas/quilombolas e conflitos com trabalhadores/as rurais em geral.

**2 - Construção (Trabalhadores X Gestores)** - A conjuntura da produção de Brasília é composta pelos conflitos relacionados à construção da cidade. Trata-se do período em que a o cerrado começava a ser ocupado por trabalhadores/as oriundos de regiões paupérrimas principalmente no norte, nordeste, centro-oeste incentivados pelo governo a construir a capital do Brasil. Aqui chegando se deparavam com um duplo problema: primeiro a extenuante e precária jornada de trabalho a que eram submetidos/as na construção da cidade. Este conflito gerou revoltas operárias que culminaram na constituição da Guarda Especial de Brasília (GEB), o primeiro batalhão policial do DF. Este foi responsável por inúmeros massacres às revoltas operárias, sendo o mais conhecido o Massacre da Pacheco Fernandes, onde trabalhadores foram sorrateiramente fuzilados em decorrência de uma revolta realizada por terem achado um rato morto na comida servida no trabalho (Carvalho, 1991).

Em segundo lugar, quando se aproximava a finalização da construção da cidade houve a disputa realizada por estas pessoas em permanecerem morando na cidade de Brasília ou pelo menos no DF. O plano inicial do governo era que todos e todas operários que construíram a cidade voltassem para suas residências de origem. Ao demonstrarem determinantemente que não voltariam para o lar original, novos conflitos se estruturaram nos primeiros anos da construção da capital. Destes, resultou a decisão não planejada da construção de núcleos urbanos afastados da área planejada para serem habitados pelos candangos. O Gama e Taguatinga são as primeiras cidades

satélites construídas no DF. Além de quem foi morar nestes bairros, muitas pessoas permaneceram no DF habitando as áreas dos acampamentos onde trabalharam na construção.

**3 - Permanecer na Cidade** – Esta conjuntura dos conflitos urbanos é caracterizada pela tentativa do governo em retirar a população de suas moradias improvisadas nos acampamentos de construção e ou mandá-las embora do DF (intenção do governo) ou levá-las para regiões mais afastadas do Plano Piloto. Neste processo são criadas as cidades-satélites de Sobradinho, Paranoá e Núcleo Bandeirante. Este conflito tem seu marco e apogeu em 1977, na constituição da Campanha de Erradicação de Invasões (Ceilândia). O determinante do processo de construção da CEI é a ação organizada do governo para retirar a Vila do IAPI<sup>43</sup> (localizado na Asa Norte) violentamente com amplo arsenal militar da GEB e transferi-las a uma localidade bem próxima ao extremo do Distrito Federal. A justificativa dessa remoção era que aquela ocupação urbana feria o Planejamento elaborado por Lúcio Costa para a Cidade. Ao mesmo tempo em que é uma derrota a saída destas pessoas de seus acampamentos de origem, a vitória dos gestores do DF não foi total, pois estas pessoas não foram totalmente expulsas do cenário de conflitos da capital.

**4 - Ilha da exclusão (Centro-Periferia)** -: No cenário de crescimento da população do DF e de cidades satélites ao redor do Plano Piloto, consolidou-se uma política de controle social que articulava esta movimentação social com interesses políticos. Emergem figuras provenientes de famílias proprietárias de terras do DF e pertencentes ao primeiro período. Como governadoras do DF, articulam um sistema de populismo e concomitante precarização urbana. Consolidam um DF constituído por uma cidade central com todos os recursos - Plano Piloto - e uma série de núcleos urbanos dependentes ao redor (cidades satélites) representa o quarto período dos conflitos sociais do DF, que são os conflitos centro-periferia. Um período de segunda expansão urbana, quando inicia-se um processo de grilagem, populismo e disputas urbanas pela ocupação e distribuição dos recursos urbanos pela cidade. Este período é marcado por uma divisão muito profunda entre as benesses do plano piloto em relação às cidade satélites. A imagem de plano piloto como cidade e satélites como favelas é a imagem corrente da época.

**5 - A Ditadura da Especulação** - A quinta e atual situação conjuntural dos conflitos sociais candangos - que será fruto de análise mais aprofundada logo à frente - inaugura-se em 2007 com a aprovação do novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Esta mudança institucional é relevante porque ela abre uma nova estrutura de desenvolvimento social ao DFE, uma vez que transforma a maioria da terra do DF em área urbana e estimula às empreiteiras e empresas de construção as construírem grandes prédios horizontais de luxo em diferentes cidades do DF. A

---

43 A Vila do IAPI adquiriu este nome por extensão de ser próxima à ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos industriários - IAPI

política de crescimento urbano sai do Plano Piloto e vai desenvolver-se nas cidades satélites, em um processo de avanço nacional e global do capital sobre as cidades. Os condomínios, prática marginal e crescente até então, saltam exponencialmente à principal forma econômica em desenvolvimento no Distrito Federal e Entorno.

\*\*\*

### **\* A Vila Paranoá nas conjunturas dos conflitos**

*Gostaria de refletir sobre a trajetória destas cinco conjunturas dos conflitos sociais do DF tomando emprestado um poema de Gerson de Castro, chamado "Uma grande epopeia, cinco décadas" (2009), onde ele relata a história do Paranoá e, por meio dela, fala muito da constituição do DF. É um poema bem longo, que dividi em cinco partes e gostaria que pudéssemos lê-lo dentro deste texto. Vou classificar os versos, na ordem em que aparecem, de acordo com os ciclos que estou apresentando à cidade. Acho que fazer este paralelo seja talvez a maneira mais respeitosa com quem me lê e lê o texto de compreender a abordagem que aqui faço.*

*Primeira Conjuntura (Cerratense) - "Brasília surge em meio ao planalto central, / Selvas de pedras nasceram do nada, / Nas terras vermelhas do cerrado, / Poeira e muito mais, / Nesse planalto habitado por índios, / Fazendeiro, goianos, enfim... //"*

*Segunda Conjuntura (Construção - Trabalhadores/as X Gestores/as) "Do surgimento de vários campos operários, / Acampamentos que viraram moradas, / Como a Vila do IAPI, / Vila Paranoá, / Vila Planalto, / Acampamento da Telebrasil, / Cidade Livre e outros, / Enormes barracões de engenheiros, arquitetos, urbanistas, doutores, / Presidente, sua comitiva e a massa de operários da grande construção. / Brasília, cerrado central, coração do Brasil, / Recordações. // Em toda parte obras, / Obras, mais obras... / Meados de 1957 começam as obras da barragem do Lago Paranoá, / Que ajudaria a amenizar o clima seco de Brasília, / Hoje fonte de lazer e muito mais. //"*

*Terceira Conjuntura (Permanecer na Cidade) "Final de construção, / Problema armado então: / Muitos operários vindos das mais distantes partes do Brasil, / Permaneceram nos barracões. / Grande confusão, / O que fazer então... // Os acampamentos viraram ocupações, / Hoje núcleos de pioneiros, / Que ajudaram a construir Brasília. / Nasce entre outros núcleos de ocupação irregular, / A Vila Paranoá, / Com seus vários pioneiros e moradores, / Desbravadores, lutadores que participaram, / Como operários, moradores, / Da grande epopeia de sonhos e esperança. / Em 1957 já havia considerável número de pessoas. / A notícia se espalhou, / Grande crescimento foi ocorrendo, / Nos anos que passaram. / Em 1970 mais gente chegando, / Chegando, chegando sem parar. / Descobriram a Vila Paranoá. // Da noite para o dia, / Vila Paranoá, / A maior ocupação irregular do Distrito Federal. / Sem nenhuma infraestrutura, / Porém bem organizada... / Asfalto? Não tinha. / Só chão de terra vermelha. / Na época chuvosa muita lama, / No calor... / Seca, ventania, poeira... // Comunidade organizada, / Vários grupos comunitários surgindo, / Igrejas, mais igrejas, / Grupos jovens de igrejas diversas, / Associação dos moradores, / Legião Brasileira de Assistência, / Projeto Rondon, / Bandeirantes, / Corpo de Bombeiros... // Nas décadas que seguiram, / Tentaram uma solução... / Remoção? / Para nós só servia FIXAÇÃO... // Enquanto não se resolvia a questão, / Os grupos se organizavam então... / Várias discussões em torno da questão... / FIXAÇÃO. // Na epopeia Brasília, / Operários e vários brasileiros, / Vinham para o Distrito Federal. / Amontoavam-se em ocupações. / Mais uma vez, em 1980, / Década de oitenta, / Como queiram, / Novas ocupações surgem na Vila Paranoá, / Considerada a maior ocupação irregular, / Com grande número de habitantes. / Nessa década havia cerca de trinta mil. // Problema sem solução. / Na vila existia apenas uma escola de madeira, / Depois veio uma de latão. / Construíram também um posto de saúde, / Onde antes tinha*

*um campão. / Até posto policial de latão surgiu na ocasião. / Por ser de latão a malandragem tocou fogo e / Até hoje ficou sem punição. ///*

*Quarta Conjuntura ( Ilha da exclusão (Centro-Periferia)): “No ano de mil novecentos e e oitenta e sete, / Por meio de Decreto Lei, / Finalmente o sonho se tornou real: / Surge a FIXAÇÃO, / Depois de muita insistência, resistência da população. // A Vila Paranoá, / Lugar bonito e bem localizado, / Morros e "planos altos", / Próxima à barragem do Lago Paranoá / Abaixo muitos barracos da Vila Piauí. / Logo acima o acampamento da época da construção, / e mais barracos. / Com a fixação, / Veio mais discussão: / O que fazer? // Tristeza e alegria se confundiam na ocasião, / Vieram políticos e outros que se diziam amigo, / Acabou-se resolvendo do modo conveniente, / Já não podia tirar ninguém. / Desocupou-se grande área de pinheiros e eucaliptos próxima à Vila Paranoá. / Grande confusão. / Todos que estavam na área com cadastramento já feito / Iriam para a nova área. / A mudança veio então: / Quem não saísse do barraco, / Perdia seu pedaço de chão. // Grande desolação. / Alegria de um lado, / Tristeza do outro, / Pois entregaram lotes com uma montoeira de troncos e entulhos, / Sem nenhuma condição. / Desolação. // Dos muitos anos, da Vila Paranoá, / Uma das conquistas, / Além da fixação, / Foi tombar como patrimônio artístico, / A igreja São Geraldo, / Fundada nos tempos da construção, / Marco histórico de um povo, de um tempo. // Dentre as conquistas também, / Foi o Parque Vivencial do Paranoá, / Preservando as árvores plantadas pelos moradores, / Árvores símbolo de todos, / Plantadas com carinho no decorrer das décadas. //*

*Quinta Conjuntura (A Ditadura da Especulação) “Hoje, dois mil e nove, / Passados cinquenta anos, / A Vila Paranoá é só lembranças... / Lembranças dos tempos idos, / Quando éramos felizes. / Tudo mudou, / Muitos Barracões sumiram. // O que antes chamávamos de ruas, / hoje são avenidas, / Dando lugar a grandes prédios, / Urbanização por todos os lados. / Mas ficou muita saudade, / Talvez da simplicidade. // O que me consola é a existência do Parque Vivencial, / Memória presente nas árvores frutíferas do cerrado, / E outras tantas plantadas pelas mãos dos humildes que ali passaram, / Caminhos marcados no chão, / Testemunhas de pessoas, / De vultos do "Velho Paranoá de Guerra" / Vila Paranoá, / Hoje cidade do Paranoá, / Para gerações Presentes e futuras, / Que desfrutem do conforto herdado dos pioneiros, / Dos heróis, homens, mulheres, crianças, / Verdadeiro exemplo de luta, / Uma verdadeira epopeia. //*

*Este poema sobre a história do Paranoá nos ajuda a colocar em vida a constituição dos conflitos que constituíram a cidade. Na música "A Ladeira", de Higo Melo e Martinha do Coco, é mais clara no conflito político da cidade, em torno da terra, água, disputa com políticos locais.*

*"A ladeira (Higo Melo Part. Martinha do Coco) - Daqui não saio / Daqui ninguém me tira / Não vem contar mentira / Pra tentar me iludir / Eu sou do povo / Maria, José, alguém. / A lei aqui de baixo / Agora tem que subir // Tem batalha todo dia. / Tem correria / Pra essa vida se sustentar. / Tamo na labuta faz tempo / Não ta na hora de parar // Eu quero água. Água pra beber / Eu quero água. Água pra lavar / Eu quero terra. Terra pra viver / Eu quero terra. Terra pra plantar // Vamo bater tambor, fazer barulho/ Bater lata pra acordar!"*

\*\*\*

#### **\* Vila, Cidade Satélite, Região Administrativa: nomes de ruas aprisionadas**

*Se olharmos a história de grande parte das cidades que se constituíram como ocupações ilegais e depois foram regularizadas no DF, podemos perceber sempre algumas semelhanças: eram localizações que não tinham saneamento básico, asfalto, instituições estatais. Após a regularização estas instituições estatais que eram completamente ausentes passam, num largo momento, a ser um dever urbanização: é um vir-a-ser asfalto, escola, hospital, encanamento. De latão, de concreto armado, com uma camada de piche, com cano a céu aberto. Os processos de lutas das cidades em*

torno de seus direitos básicos são uma constante em todas as cidades recém legalizadas ou mesmo em vias de legalização. Os incansáveis da Ceilândia são só o exemplo mais famoso em vários que rolaram em praticamente todas as cidades do DF.

Gostaria de salientar uma mudança estranha que acontece em todas as cidades, e refletir sobre ela. Pra narrá-la, recorro a dois poemas de Gerson de Castro sobre a regularização do Paranoá:

*"nova velha satélite - Aos nove anos, / Andava com suas suas próprias pernas, / Em fase de crescimento. / Aos poucos se transformou numa grande vila, / Que para nós era acampamento pioneiro da construção da capital. / Para os donos dos palácios, favela. // Depois de muito caminhar, / com o DNA da insistência, Enfim reconhecida por sua mãe, / Brasília, / Capital da esperança, / Capital dos sonhos de muitos brasileiros, / Andantes. // Com trinta e três anos, / Idade de Cristo / A filha desgarrada se torna legítima, / E também toso os filhos da filha. // Aos cinquenta anos, / A cidade do Paranoá, / Agora parte integrante dos raios, / Raios que fazem brilhar, / Alçar vôos nunca antes imaginados, / Lado a lado, / Do grande passado, / Brasília, no céu do Brasil."*

*"novo paranoá - Anos noventa, / Realidade diferente, / Quando veio a FIXAÇÃO, / Tudo mudou então. / Nomes de ruas já não existe, / Cultura destruída, / Nova cultura criada. / Ao invés de nome de ruas, / Agora são quadras. / Ao invés de becos, bicas e barracos, / Poucos Barracos, / Muitas casas construídas, / Sonhos erguidos, / Grandes avenidas movimentadas, / Muitas praças, / De sonhos, / De realidades que se transformam."*

Gostaria de ressaltar que a aceitação que a mãe Brasília dá à filha Paranoá, figurada no poema "nova velha satélite", cobra seu preço no poema "novo paranoá", uma vez que as ruas transformam-se em quadras. Junto com esta transformação de nomenclaturas vem todo um arsenal de controle urbano, nominado planejamento: urbanistas, arquitetos/as, técnicos, politólogos, assistentes sociais. Junto à polícia, que estabelece suas bases de combate nestas cidades, ocorre uma tentativa de domínio da gestão e concepção urbana por meio do planejamento urbano. Ações destas ocorreram em diferentes cidades e localidades do DF: a arquitetura e urbanismo comunitárias das cidades foram atacadas e em alguma medida reordenadas no processo de regularização fundiária. Trata-se de um conflito permanente entre qual concepção de cidade será constituída: a coletiva, popular, de distintas heranças não-ocidentais ou a montada desde o aparato modernista de Brasília.

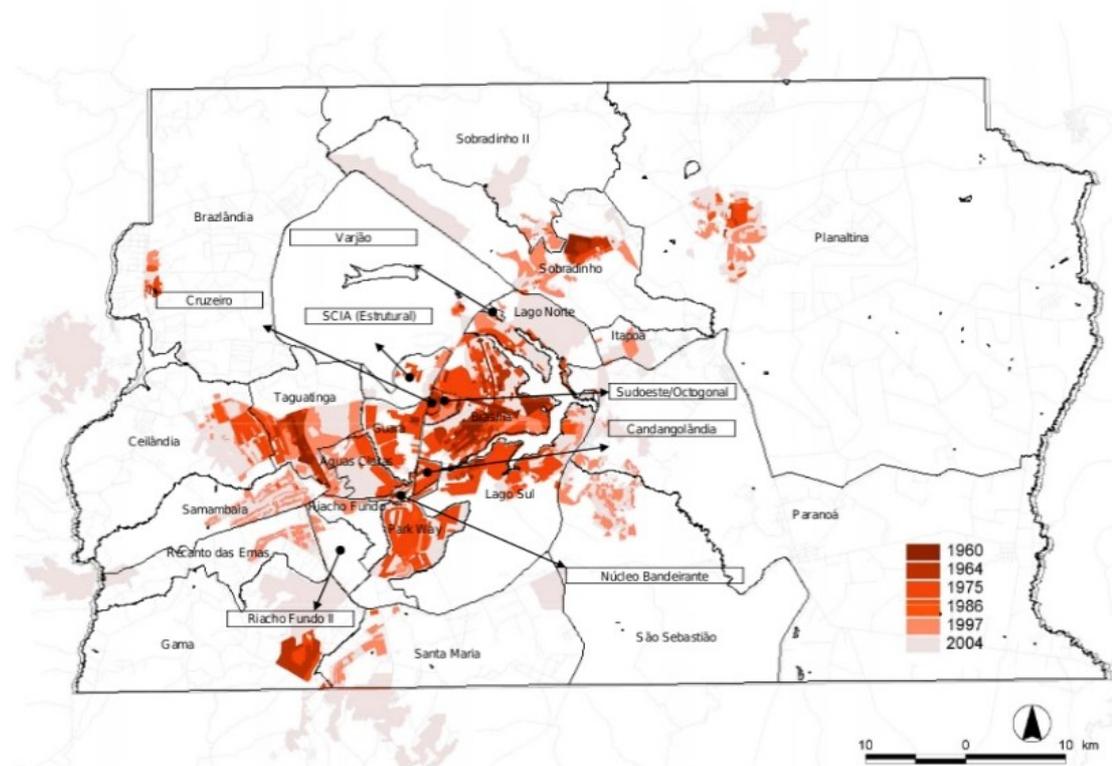
Existe uma música muito bonita do grupo Paraibola, chamada "endereço". Ela é uma música simultaneamente de amor e rancor, onde o interlocutor num primeiro momento lamenta a posse que tem e não tem. Depois afirma-se como desbravador do Brasil e relembra o tamanho de sua saudade. Diz que aqui saudade pode ser vendida, trocada, dada... pois há muita! Reclama, por fim com a pessoa com a/o interlocutor(a) que ela possui seu endereço, mas não lhe visita. Esta música pode ser interpretada de muitas maneiras. Gostaria de explorar uma delas, realizando uma reflexão desde o que se disse: a saudade é permanente em Brasília: somos pessoas oriundas ou semi-oriundas de outras cidades - mesmo quem é cerratense vive esta terra como espaço transformado. Igualmente, as gerações mais antigas são saudosas, num mesmo espaço, do que

foram as cidades que construíram e, depois, o estado remodelou - buscando também remodelar as relações sociais locais. É de se entender como o coração de um(a) brasiliense fique tão sentido quando ouve a frase de que "saúde aqui se vende, aqui se troca, aqui se dá".

**Paraibola - Endereço** - "eu tenho seu endereço, mas não tenho seu coração, / eu tenho um rio de saudades e um açude de paixão. // Viajo nas capitais, / mas não esqueço o sertão, / esqueça da minha imagem/ rasgue o meu retrato não. // quem quiser comprar saúde, / traga o cesto o balaio o jererê o landuá o jumento as cangaia o zarreio o caçua / porque saúde aqui se vende aqui se troca aqui se dá // você tem meu endereço mas não vem me visitar"

\*\*\*

### Compreender a Especulação



Para iniciar o debate acerca da nova fase dos conflitos sociais do DF é necessário primeiro esclarecer alguns entendimentos básicos sobre o tema. Somando-se à compreensão apresentada no capítulo um dos processos de conflitos urbanos, somamos uma conceituação simples do que compreendemos por Especulação Imobiliária e Notas sobre o mercado imobiliário Brasileiro.

#### **Mas o que é a especulação imobiliária?**

Como apresentamos, a Especulação Imobiliária é parte do processo de acúmulo capitalista sobre o espaço. Trata-se de um processo que está articulado à lógica de expansão capitalista. Grosso

modo, a especulação imobiliária surge a partir de um processo de investimento do excedente de capital acumulado pelos capitalistas. A urbanização é um processo de absorção deste excedente pois na compra, investimento e valorização das terras urbanas que as recentes crises do capital tem constituído um espaço de deslocamento destas. (Lessa, 1981; Fix, 2011)

De um ponto de vista mais objetivo, a Especulação Imobiliária é "uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos" (Saboya, 2008)<sup>44</sup>. Assim, as terras que são compradas a valores baixos por estes investidores são munidas de infraestrutura que agregam valor a elas, constituindo aí um segundo processo de acúmulo de capital.

Mas quem faz estes investimentos em infraestrutura? Em grande maioria tratam-se dos recursos públicos utilizados pelo estado para alavancar a economia local. Um processo amplo de pressão e disputas é realizado pelos proprietários de áreas afastadas para que as principais obras com recurso público sejam investidas em bens que valorizem suas terras. E como, em nossa sociedade, as relações sociais estão orientadas à mercantilização dos bens sociais, estes investimentos não raro são destinados exatamente aos fins propostos pelos especuladores. Ou seja, a especulação imobiliária caracteriza-se pela distribuição COLETIVA dos custos de melhoria das localizações, ao mesmo tempo em que há uma apropriação privada dos lucros provenientes dessas melhorias. (iden, ibidem)

As formas de valorizar o terreno são, em alguma medida, bastante simples: construção de infraestrutura ao redor da mesma (estradas, incitação de serviços privados ao redor) articulada à chegada de serviços públicos nas proximidades do local (água, luz, saneamento, serviços de saúde, educação). As condições de acessibilidade ao local assim como a proximidade a serviços públicos e privados - em especial atividades comerciais - garantem a valorização efetiva do terreno.

Outra forma de especulação imobiliária é pela ampliação do terreno urbano, ou seja, pela periferação. Carril (2006) descreve este processo de centrifugação urbana na forma como os terrenos inicialmente ilegais, ocupados por setores marginalizados da sociedade em longo prazo servem ao processo de especulação uma vez que agregam valor imaterial ao imóvel além de que em suas disputas políticas por permanência no espaço desenvolvem um arcabouço mínimo da infraestrutura urbana. A sequência deste processo se dá pela concomitante expulsão da população marginalizada do local e legalização da mesma para investimentos imobiliários vindouros.

Através da criação de espaços ilegais e legais na cidade dão-se processos de barateamento da mão de obra e crescimento do exército industrial de reserva, marginalização de setores sociais expressivos e valorização de espaços urbanos que até então não eram mercantilizáveis. Carril

---

<sup>44</sup> "O que é especulação imobiliária?", ver em <http://urbanidades.arq.br/2008/09/o-que-e-especulacao-imobiliaria>

(2006) afirma ao estudar o caso da cidade de São Paulo que

"Uma vez que a cidade se espraiou horizontalmente sobre seu sítio, novas periferias surgem. Ao longo do século XX, o modelo inicial baseado no binômio legalidade/ilegalidade se manteve quase como se fossem se criando com a formação de diferentes cidades em uma só, um padrão baseado no que foi sendo pautado pelo atendimento ou não à legislação. Essa divisão entre uma cidade legal e outra ilegal permaneceu como linha estrutural do crescimento urbano de São Paulo. A cidade ilegal é formada pelos pobres que vão sendo empurrados para as periferias onde não há as condições mínimas de ordenamento territorial urbano, mas propiciaram o barateamento dos terrenos urbanos, o que lhes permitiu construir suas moradias, favelas, ocupar os mananciais e os conjuntos populares construídos pelo poder público." (Carril, 2006)

Em suma, nestes processos a fórmula central é: um terreno sem determinadas características têm valor pequeno enquanto mercadoria. À medida que mudam as características materiais e imateriais que compõem a localização, seu valor muda de figura. Se as modificações são positivas, aumenta-se o valor, se são negativas, diminui-se o valor. Quando há investimentos públicos, valorização social ou propaganda positiva (sincera ou mentirosa) sobre um local, seu valor aumenta. Quando há catástrofes, marginalização social, degradação deste ambiente, seu valor diminui. A especulação imobiliária é um processo ativo do capital e do estado de valorizar-desvalorizar terrenos em favor de interesses de lucratividade. O determinante neste processo é que os investimentos sejam feitos pelo poder público e os lucros sejam destinados à iniciativa privada.

Além das graves questões morais envolvidas, este processo é bastante criticado por produzir ir uma dinâmica espacial excludente. Constitui espaços rarefeitos próximos a espaços altamente densificados, constitui uma lógica do urbano estruturada na concentração de serviços e investimentos em determinadas áreas em detrimento de outras, tornando alguns setores sobrecarregados enquanto outros, subutilizados, cria o aumento da distância entre a habitação e empregos, gerando problemas de mobilidade urbana em toda urbe.

Em suma, a especulação imobiliária é um processo de acúmulo mas também um forte vetor no desenvolvimento urbano. Ou seja, orienta a cidade aos interesses do capital e não das pessoas.

"A instituição da propriedade privada capitalista e a criação do mercado de terras inauguram esse processo. Quando o capital encontra situações nas quais a propriedade privada da terra não existe, procura criá-la de modo a garantir a produção de força de trabalho," (...) "A renda da terra vincula o uso do solo urbano à competição e à acumulação de capital. A constituição do meio ambiente construído como fronteira de valorização dos lucros e dos excedentes obtidos em outras atividades, pelo capital agrário, comercial e depois industrial é o ponto de partida do capital mercantil urbano, que se metamorfoseia diversas vezes ao longo da história. Prossegue e desdobra-se em formas mais abstratas de riqueza." (FIX, 2011)

\*\*\*

### **\* Universidade de Brasília Especula**

*A Universidade de Brasília foi construída em 1962, no Plano Piloto. O ideário modernista imperou naquele campus: trata-se de uma universidade que não tem muros, possui amplo espaço sem prédios altos e sugeria a convivência de diferentes classes. Durante quarenta e poucos anos foi*

*assim, sem grandes modificações. Porém, o projeto de Reforma Universitária implementado a partir de 2005 nas Universidades Federais em todo o Brasil fez com que o projeto original da UnB de constituição de campus em diferentes cidades do DF fosse concretizado. Hoje a UnB localiza-se no Plano Piloto, Gama, Planaltina, Ceilândia. Todas as edificações posteriores tem cercas, ou muros. A crítica anterior de que a universidade não vinculava-se à vida das cidades satélites tem sido colocada à prova: toda região limítrofe aos centros universitários tem tido relações complicadas e contraditórias de valorização imobiliária, atração de especuladores, entre outras coisas. O público universitário certamente mudou, mas nem tanto. Não podemos dizer até onde a descentralização territorial da universidade contribuiu para a democratização ou apropriação urbana. Não tenho muitos dados sobre este assunto além dos que já apresentei, mas ainda olho esta relação com certa desconfiança. O domínio acadêmico ampliou-se ou está em conflito com a dimensão comunitária? Pela institucionalidade acadêmica ainda altamente dependente do Plano Piloto, tendo a pensar na primeira opção. Mas é certo que esta relação deve ser melhor analisada...*

\*\*\*

#### **\* Gama de ontem e de hoje - minha família**

*Minha monografia - Trabalho de Conclusão de Curso - para a graduação em Antropologia Social foi baseada na trajetória da minha família materna e paterna. O nome do trabalho é "Negras Raízes Brasileiras: Uma busca investigativa e metodológica" (2009). Nele, objetivei trabalhar por meio da memória dos/das familiares vivos/as a constituição das famílias negras brasileiras, e com isso pensar diferentes relações entre objetos de pesquisa, história nacional e constituição das relações familiares no Brasil.*

*A minha família paterna, que é original de Buritis-MG (entorno do DF) e migrou para Brasília no começo dos anos oitenta, é um dos temas que trato no texto. O percurso desenvolvido, que passa pela saída da mesma da cidade natal rumo a Brasília, onde por fim residem no Gama dentro da primeira geração da cidade é tratada por mim no texto. Em outro artigo, chamado "À memória do Velório - Das Negras Raízes Familiares à Invenção da Natureza em um caso de morte anunciada " desenvolvo o tema pensando sobre esta história da família de meu pai, que vive nas imediações do (e no) Distrito Federal buscando constituir-se em meio a disputas, trabalho e algumas tragédias.*

*Me saltou neste estudo a análise de como a história deste grupo de pessoas que me concebeu está vinculada ao contexto político da cidade onde agora vivo. As memórias de minha avó, meus tios e tia sobre o Gama das décadas de 1960, 1970 e 1980 são muito ricas sobre o conteúdo das relações urbanas na região. Tanto pela memória de como minha família viu os*

*aparatos urbanos desenvolvendo-se na cidade como também pela percepção da urbe que apresentavam em suas vivências baseadas em outros centros, distantes do centro original do DF.*

*Para dialogar com esta reflexão agora apresentada, o que mais chama a atenção é como as mudanças recentes na Região Administrativa do Gama - bastante vinculadas à constituição de edificações típicas da especulação imobiliária - se apresentam. Num primeiro momento toda família do Gama/Santa Maria/Novo Gama teve bons olhos à infraestrutura urbana criada pela reforma do tradicional Estádio Bezerrão (que recebeu jogos da seleção brasileira de futebol e de outros times da elite do futebol nacional), a expectativa de que pudéssemos adquirir apartamentos nos fortes urbanos que estavam se desenvolvendo na cidade e mesmo a vontade de que o Gama fosse finalmente uma cidade com mobilidade urbana eficaz e também que sua dinâmica interna fosse valorizada. Na última vez em que conversei com meu pai - que voltou a morar no Gama após décadas - sobre o assunto, ele foi mais enfático: estes prédios novos que estão construindo são direcionados em especial aos/às estudantes do novo campus da UnB. São estudantes filhos das pessoas ricas da cidade que, para estudarem no Gama podem comprar moradias próprias na cidade. Perguntei: O desenvolvimento urbano vem com exclusão social? Não necessariamente, mas neste caso os prédios aqui em questão não estão sendo construídos para quem mora no Gama. Retrucou.*

*Realmente, pensei, o Renato Matos estava certo quando cantou que “um telefone é muito pouco pra quem ama como um louco e mora no Plano Piloto”.*

\*\*\*

### **Como é o mercado imobiliário brasileiro?**

De acordo com o expresso por Harvey (2011), cada localidade dominada pelas relações capitalistas terá diferentes configurações próprias a partir da interação entre esferas sociais e econômicas, que ele classifica em sete. Relembrando o que dissemos no primeiro capítulo (as tecnologias e formas de organização (1), as relações sociais (2), os arranjos institucionais e administrativos (3), processos trabalhistas e de produção (4), as relações com a natureza (5), reprodução da espécie e vida diária (6) e as concepções mentais do mundo (7). Assim, mais que compreendermos a especulação imobiliária como um mecanismo de acúmulo capitalista na cidade, devemos estudar como este processo se relacionou com a esfera nacional e local. Por isso devemos compreender como o mercado imobiliária se configura no Brasil.

Utilizarei como principal fonte o estudo desenvolvido por Fix (2011), que chegou à conclusão de que

*"A mundialização financeira incide, no Brasil, sobre um circuito imobiliário que se configurou de modo muito diferenciado em relação ao norte-americano. O circuito*

*imobiliário não segue necessariamente o movimento geral das transformações econômicas e sociais e, assim como outros setores, exige um esforço de compreensão específico. A retrospectiva de diversos arranjos que o circuito imobiliário assumiu no Brasil ao longo do tempo, desde a constituição do mercado de terras até o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida, passando pelo BNH, contribuiu para identificar como a financeirização atinge essa trajetória. Os fluxos de capitais – alterados pela lógica financeira – impulsionam transformações na concorrência e na estrutura de propriedade das empresas, em suas estratégias territoriais e de mercado, no canteiro de obras e na forma imobiliária. Superam ou contornam barreiras para alargar o campo de ação do circuito imobiliário – historicamente restrito a uma parcela minoritária da população – e voltam a encontrá-las quando os limites e as contradições se manifestam. Amplas parcelas da população continuam sujeitas aos ciclos de despejo, assentamento precário e irregular, e expulsão." (FIX 2011)*

Basicamente, Fix argumenta que o mercado imobiliário Brasileiro constituiu-se de forma diferenciada do estadunidense e por isso devem ser analisados de formas distintas. Enquanto este constituiu-se desde a iniciativa privada e pelas hipotecas constituindo mercado de aquisição de casa própria individual por meio da esfera privada, no Brasil o mercado imobiliário é historicamente subsidiado pelo estado. Em seu início o mercado imobiliário brasileiro era plenamente direcionado especificamente às elites locais, ou seja a constituição de infraestrutura urbana e venda de terras estava clivada em termos de classe, voltada à construção de bairros de elite. O desenvolvimento de algumas iniciativas para contenção da demanda habitacional de classes pobres começa a tomar alguma forma só na segunda metade deste século, quando surgem os primeiros programas dos BNH's e, atualmente, o Minha Casa Minha Vida. O central do modelo brasileiro de mercado imobiliário, independentemente de qualquer mudança conjuntural, é que aqui o principal agente especulador foi o estado: foi ele quem investiu em terras, apropriou de grupos sociais marginalizados, comprou terrenos desvalorizados para gerar infraestrutura urbana e depois recolocá-los no mercado, entre outras coisas.

Todavia há uma mudança em meados da década de 1990, quando principalmente sob a gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso (em meio a um processo global de instauração da gestão neoliberal pelas cidades) o mercado imobiliário brasileiro assume algumas dinâmicas e regras neoliberais, passando a figurar em circuitos internacionais de compra e inclusive com a gestação de grandes imobiliárias brasileiras - coisa que até então era exceção. O objetivo do governo FHC era aumentar a circulação econômica por meio da valorização da estrutura do mercado imobiliário voltado para as elites. A maioria da população desenvolveu uma relação com a moradia - se esta fosse regularizada - vinculada não à propriedade, mas ao aluguel de espaços de terceiros.

Na primeira década dos anos 2000, sob o governo de Luis Inácio Lula da Silva, a dinâmica se expande sem romper com o modelo anterior. Este governo tem uma política de terras orientada à expansão do mercado interno por meio da absorção pela economia de um setor social que nunca teve vez e voz no mercado. As transformações econômicas realizadas neste período são fundamentalmente orientadas para que os trabalhadores e baixa renda conquistassem relativa estabilidade para consumir e, assim, girar a economia: fossem as políticas de ampliação do crédito, a ampliação de concursos públicos e o desenvolvimento de um mercado específico para a classe média.

A crise de 2008 leva o governo brasileiro a adotar um plano de contenção local. Dentre as principais medidas adotadas no período, está o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), que viabiliza a absorção da crise capitalista no solo brasileiro. Trata-se de um plano de moradias populares - sem participação popular em seu planejamento - que viabiliza ao capital imobiliário sua entrada no mercado imobiliário brasileiro pela via financeira. Ou seja, o MCMV foi um plano de estado para que o mercado imobiliário local, por meio do endividamento de muitas famílias pobres brasileiras via créditos, pudesse garantir a circulação de capital no Brasil. Assim desenvolve-se um até então pequeno setor do capital imobiliário nacional. Esta inserção, contudo, é feita em alianças com o capital internacional, tornando comuns os conglomerados imobiliários com participação estrangeira.

Esta expansão também permite ao capital imobiliário sair do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, que era seu principal centro de ações até então. O Minha Casa Minha Vida permite que o mercado imobiliário brasileiro possa crescer seus lucros em praticamente todo o território nacional. Além deste programa, proliferaram-se por todo país condomínios fechados, uma forma de expansão especulativa, uma vez que se vendem terras juridicamente rurais como urbanas a preços baratos para, posteriormente, realizarem-se lutas pela regularização.

Os impactos destas políticas recentes na economia brasileira são muitos e bastante novos, de modo que ainda não podemos medir todas suas consequências. A política de créditos e financiamentos possibilitou que o sonho da casa própria - demanda que, se tinha alguma força até a década de 1980, foi sufocada pelo período neoliberal - assumisse significativamente o papel de garantia de moradia que antes fora só do aluguel. Para que este processo seja possível, o estado realizou uma série de mudanças institucionais e jurídicas que possibilitaram em larga escala a mercantilização de terras antes impossíveis de entrar no mercado. Para as relações de produção, o endividamento em massa e de longo prazo da classe trabalhadora abre o caminho necessário à ampliação da precarização das condições de trabalho. Os peões agora precisarão aceitar, em nome da estabilidade recém-adquirida, condições cada vez piores de trabalho pra não perderem a

casa/tv/dvd/carro/cama/fogão que estão comprando.

Por fim, obviamente, as relações sociais na cidade estão se modificando estruturalmente. Os processos de remodelamento urbano por meio de expulsões violentas ou brancas; as gentrificações nos centros antigos de diferentes cidades; o contexto de militarização urbana justificado pelos megaeventos entre diferentes outros fatores estão mudando a compreensão que temos do urbano no Brasil. Mais que a compreensão, creio que está mudando o que é o próprio urbano nacional.

\*\*\*

### **\* O ABC do Santo Cristo**

*Existe uma definição clássica que sempre me foi pedagógica sobre relações raciais. É a definição de Preconceito (como uma ideia preconcebida que todos e todas podemos ter sobre as coisas), Discriminação (como a capacidade de exercer seu preconceito prejudicando outras pessoas, coisa que só se pode fazer se tiver mais poder que elas), Raça (como uma construção social não vinculada às capacidades biológicas, mas sim ao fenótipo, origem histórico-cultural). Daí partimos da Discriminação Racial como o exercício de Preconceito Racial mediado pelo poder (o que só pode ser realizado pelo grupo Racial mais poderoso) e Racismo como um sistema de Discriminação Racial que se exerce como estruturante do conjunto das relações sociais - orientando a construção institucional, de propriedades, de ofertas.*

*Um exemplo que sempre gosto de usar pra ilustrar o Racismo é a famosa música "Faroeste Caboclo", onde Santo Cristo, protagonista, tem seu pai morto por um soldado quando ele ainda era criança; era um menino comentado na cidade, que tinha relação atribulada com todos aqueles ao seu redor, na cercania onde morava. Foi mandado a um reformatório onde sofreu violências, terror. Tentando mudar de vida, acaba circulando a esmo e chega em Brasília, onde estabelece-se em um trabalho precarizado. Buscando desenvolver-se melhor na cidade, passa a atuar no mercado ilegal de substâncias ilícitas, onde seu sucesso é questionado, estimulado e ele passa pela prisão, onde é violentado. Busca constituir um núcleo familiar, mas as dificuldades com o trabalho precário e seus adversários o levam a outros caminhos. Falta ao trabalho uma vez e é demitido. Numa relação um tanto machista, chega à sua casa após ter abandonado sua esposa há algum tempo e fica enfurecido por sua amada ter se relacionado com outra pessoa, não compreendendo que, na gíria local: "a fila anda". Marca um duelo de vida e morte com seu inimigo e a mídia espetaculariza seu duelo. Morre em uma situação espetacular e torna-se lenda urbana.*

*Ou seja, trata-se de uma pessoa negra que durante todas suas relações sociais passou pela mediação da instabilidade do negro em nossa sociedade racista: é impedido de desenvolver-se plenamente pela polícia, trabalho, centros educacionais; é espetacularizado pela mídia, pela elite local, perseguido. Morre cedo, pra uma música tão longa. Enfim, podemos ler ali o Racismo sendo*

determinante em todas as suas relações sociais, pra além dos seus erros e acertos. Chamá-lo de "Santo" talvez seja uma forma lírica de dizer que ele somos todos nós.

A saga de Santo Cristo, escrita por um certo Renato Russo que não era tão familiar assim à periferia local, converteu-se em um hino sobre a segregação na cidade; talvez seja uma das únicas músicas do Legião Urbana que fala da vida Urbana candanga fora do Plano Piloto. Enfim, foi uma música que finalmente se converteu em argumento fílmico e, em 2013, foi lançada como obra cinematográfica. Para filmá-la, foi necessário reconstituir o cenário da Ceilândia do fim dos anos setenta e começo da década de oitenta. A escolha foi de fazer as cenas na cidade Jardim-ABC (município da Cidade Ocidental, entorno do DF), justificando-se que a atual ocupação urbana do local é bem semelhante à Ceilândia do período. Em artigo de um jornal local sobre a escolha afirma-se que

"O diretor brasileiro René Sampaio encontrou no bairro o lugar ideal para representar a antiga Ceilândia, na qual viveu o personagem central da canção, João de Santo Cristo. Era preciso um local sem tantos prédios e com pouco asfalto, bem diferente do que se tornou a Ceilândia de hoje. Ao ver o Jardim ABC, o cineasta não teve dúvidas: passariam-se ali muitas das desventuras de Santo Cristo." (...) "Dados do censo demográfico mais recente indicam que essa é uma das regiões do Entorno que menos tiveram melhorias nos últimos anos. Menos de 5% das ruas têm asfalto. Falta também saneamento básico. Não há agência bancária, hospital, delegacia, enfim, nenhum dos serviços básicos dos quais os cerca de 20 mil habitantes do local necessitam para viver bem." <sup>45</sup>

Não é preciso muito raciocínio pra chegarmos à hipótese de que a segregação centrífuga que constitui o DF reproduz cenários sociais em diferentes períodos históricos. Talvez o Jardim ABC possa ser hoje a Ceilândia da década de 1970/1980 não só por uma coincidência, mas por ambas estarem vinculadas a estruturas de especulação na terra muito semelhantes.

\*\*\*

### **\* O originário Quilombo Mesquita**

Outra coisa curiosa desta história do Faroeste Caboclo é que o Jardim ABC compreende uma região que é oriunda de um território Quilombola instalado no DF há pelo menos cem anos, chamado "Quilombo Mesquita", que compreendia área que vai da Cidade Ocidental até a Região Administrativa de Santa Maria. Para a construção desta foi realizado um decreto governamental em 1992 que destinava aquela área ao novo bairro, e assim se construiu Santa Maria. As famílias tradicionais do Quilombo Mesquita entraram com um processo e ganharam, na justiça, o direito à indenização sobre a área tomada pelo estado.

---

<sup>45</sup>[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/04/27/interna\\_cidadesdf,249678/filmagens-de-faroeste-caboclo-agitam-o-jardim-abc-na-cidade-ocidental.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/04/27/interna_cidadesdf,249678/filmagens-de-faroeste-caboclo-agitam-o-jardim-abc-na-cidade-ocidental.shtml)

*A região do Quilombo Mesquita, na Cidade Ocidental, é rodeada por recentes condomínios de luxo, tal qual o Aphaville DF. Trata-se de uma região que tem características rurais, e grandes proprietários de terra ali presentes também. Um já foi presidente, outro já foi deputado caçado, outro, secretário de Governo. Estão em um processo recente de vender estas terras a construtoras e empreiteiras para constituírem bairros de luxo no entorno do DF. Porém, o processo de demarcação do Quilombo Mesquita é um empecilho a estes planos: ele atrapalha tanto algumas pessoas que querem comprar a área, como outras que buscam juridicamente se afirmarem como legítimos proprietários da área onde localiza-se o Quilombo Mesquita. Há também o proprietário de um relevante veículo de mídia local que tem realizado, neste processo, constantes ataques às lideranças Quilombolas, buscando deslegitimá-las frente à comunidade: questionam sua filiação partidária, seus empregos, seus vínculos ancestrais. Enfim, afirmam que a comunidade finge ser quilombo, quando na realidade (sic) seria somente um grupo de posseiros.*

*Pude acompanhar duas atividades no Quilombo Mesquita, ambas na condição de oficinairo-mediador: uma discutindo relações raciais com estudantes do ensino fundamental local. Outra realizando dinâmica sobre especulação imobiliária em uma assembleia da associação de moradores local. Em ambas ocasiões percebi/reafirmei claramente que minhas experiências podem, quando muito, apresentar mais uma das diversas formas de entendimento combativo acerca do conflito. Mais que isso, que a comunidade possui um amplo valor ancestral que está para além de quaisquer vínculos conjunturais de suas lideranças. Por fim, todavia, que as incursões históricas sobre a área gestaram diferenciações locais que valem a pena ser listadas: existe um discurso da Cidade Ocidental de criminalização do Jardim ABC; este, por seu lado, também tem lendas e piadas locais depreciando a comunidade Quilombola. A Mesquita, comunidade originária, convive com a luta das organizações locais em defesa de sua herança e as diferentes alianças adotadas também por grupos locais - minoritários - em busca de garantir seus espaços de moradia, seja qual lado vença a disputa.*

*As disputas e o domínio sobre a terra podem até se reproduzir, mas jamais sobre as mesmas condições. O tipo de disputa e atores presentes no Quilombo de Mesquita não podem ser reduzidos ao mesmo destino experimentado por Ceilândia. Não porque CEI seja medíocre - não o é, em nenhuma medida - mas sim porque as configurações das disputas são diferentes em local, história, tempo, condições. Esta ancestralidade quilombola aliada à experiência já passada por outras comunidades possibilita diferentes desfechos para esta disputa. Assim como a Ceilândia de hoje, o futuro do Quilombo de Mesquita está legitimamente em aberto.*

\*\*\*

**\* Perder os dedos e ganhar um estereótipo em Santa Maria**

*Um amigo foi fazer uma oficina de cinema em Santa Maria. Esta cidade, criada durante o ciclo populista de constituição do poder local, é também onde vive parte considerável da minha família candanga. A oficina consistia, entre outras coisas, em levantar histórias da cidade que pudessem ser gravadas. Houve uma sugestão que levou, quase imediatamente, à proposta de se realizar um filme de terror: diz-se que no começo da cidade era mais fácil conseguir lotes famílias que tivessem qualquer caso de deficiência em suas famílias, seguindo legislação federal. E que, assim, eram comuns casos de pessoas que cortavam os próprios dedos ou os das crianças da família para conquistar a terra.*

*Essa lenda serve ao estereótipo dos/das moradores de Santa Maria como pessoas sem ética, valores ou princípios. Em suma, serve para estigmatizar a cidade, vinculando-a aos valores de que a sociedade não gosta. Não me interessa saber se este tipo de coisa ocorreu ou não - coisa pior ocorre todos os dias nas áreas nobres e não nos importamos em criar lendas sobre. Porém podemos pensar na proposta de um filme de terror sobre o caso. Pensar justamente o gênero terror em seu lado libertário, que mexe com imaginário sobre vida, morte, entidades ancestrais, morte sequenciada e nada espetacular de heróis hoillywoodianos (brancos, loiros, medrosos), uma crítica da sociedade por meio daquilo que ela teme. O terror em Santa Maria, ao ser deslocado de suas lendas para o discurso da própria população em produção fílmica, pode inspirar muitos empoderamentos aterrorizantes.*

\*\*\*

Estamos aqui analisando os conflitos sociais que se desenvolvem no espaço, todavia focando grande parte de nossa reflexão em algo como "denúncias do poder". Talvez pela minha própria localização e também pela opção metodológica abordada. Se, por um lado, o faço em crítica a algumas análises que, como diz Carvalho (2009) fazem do olhar etnográfico espaço de reafirmação do seu próprio poder, há trabalhos que dialogam com os conflitos sociais desde uma perspectiva dos de baixo. Em "O Tempo de Brasília - etnografando lugares-eventos da política", Borges (2004) aborda as relações políticas no Recanto das Emas, em especial na questão vinculada à busca por casa própria.

Uma vez que o estado é o principal proprietário de terras e tem programas de distribuição da mesma de acordo com alguns critérios, os conflitos pela posse e permanência na terra passam a ter algumas regras particulares. A política é compreendida na obra para muito além do que se pensa no circuito eleitoral: na verdade ela é justamente parte constante da vida política local. Seja na demanda por asfalto ou moradia, a situação igualmente se apresenta. Não se trata de um conflito declarado entre o estado proprietário de terras e os/as marginalizados/as sem teto: nesta realidade analisada as ações políticas estão orientadas a vencer as barreiras burocráticas na intenção de conquistar um lote. Desde os critérios apresentados pelo estado como preferenciais para o cadastro

definitivo, moradores desenvolvem diferentes tecnologias para avançar: na relação com pontuações relativas ao estado civil, constituição familiar, empregabilidade, entre outras coisas. O quesito chave apresentado pela autora é o "Tempo de Brasília", ou seja, a comprovação de que as pessoas vivem na cidade há alguns anos.

Compreendemos que esta situação apresentada leva também a um processo de ações ilegais, tais quais ocupações, pressão nos órgãos públicos, manifestações. Em alguma medida isso leva ao processo de disputa política no espaço as políticas de mobilidade urbana, a saber o asfalto (e, porque não concomitante, o Transporte Coletivo). Não é uma disputa ganha por nenhuma das partes, a priori. Por mais bem estruturados que sejam, os ocupantes do estado devem atuar também de acordo com pressões populares. Todavia apresenta-se a questão mais desde as necessidades impostas pelos governantes, fazendo-se uma reflexão acerca das dinâmicas políticas locais. Elas são constantes, e quanto mais Tempo de Brasília for conquistado em condições de moradia bastante instáveis, mais possível será ter moradia na cidade.

\*\*\*

#### **\* Urbanizações especuladoras na Cidade Estrutural e Porto Rico**

*Os bairros Cidade Estrutural e Comunidade Porto Rico são possivelmente as maiores ocupações urbanas em estrutura ilegal do DF. Tratam-se, nos dois casos, de favelas que passam pelo assédio constante da especulação imobiliária. Suas histórias têm algumas semelhanças bem gritantes: foram ocupações espontâneas organizadas em estrutura de favelas (sem água, luz, saneamento, escolas) que foram duramente reprimidas pelo estado, com articuladas operações de desalojo. As duas comunidades se mobilizaram e, após anos de luta, atualmente estão em processo de regularização/urbanização. São áreas que recentemente passaram pelo processo de cidade ilegal, com estigmas enormes constituídos, de modo que nas duas comunidades passam pouquíssimos ônibus com horários muito regulados e táxis geralmente recusam-se a entrar no local. Talvez uma diferença significativa esteja em suas localizações: enquanto a Comunidade Porto Rico localiza-se na divisa do DF com o estado de Goiás, a Cidade Estrutural fica em região muito próxima ao Plano Piloto. Isso influencia também o tratamento dado a essas localidades no que tange a urbanização. Afirmamos isto porque enquanto a luta da Comunidade Porto Rico é para que tenha sua área regularizada, com conquista de água, luz, saneamento e serviços públicos básicos, a luta da Estrutural gerou um projeto de urbanização para a cidade, quem em termos gerais é construir no local um bairro de classe média. No caso da estrutural podemos observar claramente a especulação imobiliária está agindo em seu processo de segregação por centrifugação: sob pretexto da urbanização da cidade diversas famílias estão sendo desalojadas e enviadas para grandes galpões sem garantia de terreno na cidade; uma série de imóveis estão*

*sendo comprados por construtoras a baixos preços, para depois revenderem com valor mais que triplicado.*

\*\*\*

### **Como é o mercado imobiliário no DFE? Como está?**

Analisar o mercado imobiliário no DF passa por analisar a própria estrutura econômica e social desta cidade tão estranha. Ao contrário de muitas outras, que mesmo planejadas tiveram em sua constituição a elaboração de uma forma de desenvolvimento econômico local, os planos para Brasília eram de que esta fosse uma cidade que não crescesse, que não produzisse, que não tivesse relações trabalhistas fabris. Em suma, o projeto de Brasília era de que aqui se desenvolvesse uma Sociedade Burocrática.

Se formos falar de (K)apital dentro da capital, teremos alguns problemas de enquadramento. Pensaram a cidade sem indústria. Pra evitar rebeliões operárias que atacassem o poder. A maior parte do dinheiro que entra no DF vem do funcionalismo público, sustentado pela receita federal. O conjunto das terras do DF são do estado. Em 1950 toda área do Distrito Federal foi comprada de fazendas das elites locais para a construção da capital. Aqui, como sociedade sem desenvolvimento econômico próprio, o papel do estado na gestão e organização da terra é diferencial. Também, levando em conta que não existe um setor produtivo local, as relações entre o que se chama campo e o que se chama cidade são distintas: não há o mecanismo de circulação de produção agrícola à indústria que fariam normalmente com que o rural fosse absorvido pelo urbano. As relações são entre o setor estatal-urbano e o setor de pequena produção rural. Todavia não existem grandes produções rurais no DFE. Inclusive porque as terras são de propriedade do estado, o que complexifica a análise. As ocupações de terras no território do DF, em geral, se dão em igual situação às ocupações de áreas urbanas: ambas necessitam da desapropriação do estado em favor das comunidades rurais. Na região do entorno do DF existem mais propriedades privadas, porém que não estão propriamente vinculadas a uma lógica produtiva extensa: em geral são fazendas oriundas do ciclo anterior à construção de Brasília cujas elites da época se articulam em torno das disputas de poder da região.

"Nesse contexto, podemos perceber um viés duplamente excludente no Distrito Federal. Não foi possível desenvolver uma estrutura igualitária de habitação fora da lógica de mercado e da propriedade privada com o controle do Estado, pois este servia aos diversos graus de influência política e, ademais, as unidades habitacionais foram privatizadas. A estrutura de controle estatal sobre o desenvolvimento urbano juntamente com a instituição da lógica de mercado serviu então para a exclusão dos trabalhadores da cidade para a periferia, instituindo uma incorporação diferenciada destes habitantes e preservando o centro urbano burocrático das "ameaças" do povo." (Elias e Telésforo, 2010)

Assim, todavia, as principais disputas de classe que se deram na cidade não foram no campo da produção econômica, mas sim na possibilidade da classe trabalhadora ter *Acesso, Permanência e Posse* de terras no DF. Essa chave de entendimento das disputas locais nos possibilita compreender as relações de classe presentes nas cinco conjunturas que elencamos acima. O principal capital em disputa é o território, em forma de capital-fixo. Por meio deste conflito desenvolvem-se as demais relações de expropriação de mais valia envolvendo disputas do capitalXtrabalho. Quero dizer, com isso, que a propriedade dos meios de produção no DF está assentada na propriedade da terra, principal meio de produção local.

A dimensão racial destes conflitos, que será melhor analisada à frente, também merece alguma reflexão quando tratamos destas disputas no DFE: os territórios e as formas de ocupação e chegada na cidade são bastante marcadas pela circulação dos grupos raciais brasileiros. Os Candangos/as são negros/as, os Pioneiros/as são brancos/as e os/as cerratenses são negros/as ou indígenas.

As relações de poder, por se desenvolverem no espaço, privilegiaram que os grupos que eram grandes proprietários de terras na região constituíssem formas de hegemonia no poder local. Assim, as relações de poder no DF são sobremaneira marcadas pela ação destes grupos que hegemonizavam as relações locais na ocupação do estado, da circulação de pessoas e do controle territorial local. Os antigos coronéis do Cerrado mantiveram seu poder político local e sempre negociaram com as novas elites formas de organização da cidade. Algumas práticas de segregação racial do DF podem ter emergido deste grupo. Outras certamente não. Mas economicamente este grupo, tal qual toda elite rural no Brasil, arvorou-se no estado como seu balcão de negócios, o que reafirma a tese da centralidade do estado na constituição segregadora da cidade. É, enfim, uma cidade com relações sociais específicas: irrelevante industrialização, economia baseada em recursos federais, relações de produção mais vinculadas ao poder burocrático. Todas as terras são do estado, e o Rural e o Urbano estão dispostos como em um tabuleiro de xadrez.

Dado que a grande contradição da cidade é a do espaço, não foi por acaso também que o grande empreendimento capitalista que aqui se desenvolveu foi no esteio da especulação imobiliária, construção civil. Boa parte das rebeliões constituíntes do germen das movimentações locais também estão relacionadas às lutas espaciais. Sejam por moradia, estrutura urbana, transportes (mobilidade urbana). Não é coincidente, também, que a especulação imobiliária tenha se desenvolvido no Distrito Federal em conjunção com o movimento geral capitalista de direcionar seus excedentes ao crescimento urbano. Uma forma de crescimento que condiciona as diferentes esferas do funcionamento da sociedade. Em especial as relações sociais.

O período marcado pela constituição da *Ditadura da Especulação* se consolida, em nossa

leitura, a partir do ano de 2007, quando pela primeira vez o GDF está ocupado por uma articulação entre a tecnocracia local - representada por José Roberto Arruda - e pela elite da especulação imobiliária local - capitaneada pelo empreendedor imobiliário Paulo Octávio. Acredito ser necessária uma análise sobre como José Roberto Arruda e seu segmento político construíram em Brasília uma determinada forma de governabilidade. Tal projeto, de indiscutível caráter privatista, se fundamentou em uma retórica desenvolvimentista e modernizadora da gestão do setor público-estatal. Sob uma campanha eleitoral cuja maior bandeira propunha um choque de gestão nos serviços e contas públicas, Arruda (DEM) – que ficara famoso no caso de corrupção do painel do Senado – elegeu-se com popularidade baseado no discurso da “legalidade e eficiência”.

A política de choque de gestão executada pelo GDF a partir de 2007 centrou-se em três ações concomitantes, voltadas tanto para os mais pobres e para classe média baixa como para a alta classe média brasiliense. De um lado, o argumento da eficiência administrativa justificou a transferência para a iniciativa privada das políticas e serviços sociais, principalmente os vinculados aos direitos sociais básicos e populares: assistência, saúde, educação, habitação e transporte. De outro, através do projeto de reorganização territorial do Distrito Federal mercantilizou-se o solo urbano, com fomento estatal à especulação imobiliária. Não coincidentemente o vice-governador Paulo Octávio era proprietário de uma das maiores construtoras da capital e, fingindo ser 'despropositadamente', aprovou-se um novo Plano Diretor de Ordenamento de Terras (PDOT), que transformou em área urbana grande parte do território rural do DF, abrindo um novo ciclo econômico de empreendimentos imobiliários na região. Para tornar as duas primeiras ações administrativas viáveis e conter possíveis manifestações, o setor da segurança pública foi fortalecido, ampliando a presença de seu braço armado nas ruas. (Cardoso, 2011)

Após essa brusca mudança institucional, surgiu uma denúncia de corrupção que em um longo processo de lutas impitiu este governo. Todavia foi ingênuo quem acreditou que ela retirada deste grupo do executivo significou em alguma medida a desarticulação de seu projeto de classe. A aprovação do PDOT, a constituição de um organismo local de ajuste ambiental das terras – Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) - frente ao órgão federal – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) - e outras mudanças institucionais garantiram que a ampliação da área do mercado imobiliário experimentada na esfera nacional tivesse fértil arena pra frutificar no DF. O PDOT implementou uma mudança definitiva nas áreas do DF, que agora podem ser fruto de investimento do capital financeiro-imobiliário nacional e internacional.

Essa mudança realizou uma brusca transformação nas relações urbanas do DFE. Pois se antes a área urbana em grande parte coincidia com a área tombada, e por isso o mercado imobiliário local centrava suas atividades públicas neste setor, a aprovação do PDOT possibilitou que a idéia

anterior de uma ilha de investimentos públicos e privados - o Plano Piloto - cercada por um mar de subúrbios, favelas e periferias sem grande atenção estatal fosse modificado. Ou seja, o PDOT abriu institucionalmente o DF inteiro para a ação urbana capitalista.

Aí passaram a brotar prédios pelo DFE. De dez, vinte, trinta, andares. Se a especulação imobiliária enfrenta problemas para produzir espaço no Plano Piloto tombado, a simples mudança institucional da destinação das terras – que no DF eram majoritariamente rurais e, na canetada, tornaram-se urbanas – feita pelo PDOT possibilitou a criação voraz de espaços urbanos de elite em todo DFE. Por um lado, temos os Towers, que são condomínios constituídos por quatro prédios de trinta andares formando um quadrado. Em seu interior existem diversas instalações de piscinas, quadras esportivas, piscinas, espaço gourmet, cinemas. São condomínios prediais murados que crescem vorazmente pela saída sul do DF. Por outro, os condomínios afastados de qualquer núcleo urbano, constituídos por uma infinidade de casas espremidas em uma simulação de bairro de cidade pequena. Ainda assim, são condomínios fechados e que operam, por cima, a operação de ilegalidade – uma vez que a maioria não pode ser vendida como tal, mesmo com o PDOT. Eles localizam-se em especial na saída norte/oeste do DFE. Todas estas habitações urbanas espraiam a elite de forma organizada pela região. Como estão protegidas e fortificadas, não é de se espantar que elas passem em breve a espalhar, metonimicamente, a violência pública e privada pelo DFE em nome da sua suposta segurança. Talvez os muros de dez metros ainda não sejam suficientes.

\*\*\*

#### **\* O chafariz e a Towerland em Samambaia**

*Berthold Bretsch tem um poema bem divertido em que é descrito um diálogo que ele teve logo após voltar de uma visita da União Soviética em período revolucionário. Um companheiro lhe pergunta, sobre a viagem, como estava a situação naquele país, ao que ele responde que não sabe. O companheiro lhe pergunta "mas como, você estava lá há sete dias?!" e ele responde algo como "Justamente. Sete dias é muito tempo em uma situação revolucionária, com certeza tudo o que eu vi lá já mudou".*

*Talvez possamos, guardando as mais que devidas proporções e situações sociais, dizer o mesmo da R.A. Samambaia, de uns anos pra cá. Mas não é propriamente uma revolução que está ocorrendo na cidade, em sim a incursão de um blitzkrieg imobiliário sobre todo o território urbano. Do dia pra noite surgem arranhacéus, towers, condomínios, bairros de luxo. Me senti assim quando fui lá, em determinada ocasião. Me perdi pela cidade, pois as referências anteriores estavam bem diferentes. Mais que isso, muitas pessoas da própria cidade ainda se reacostumavam com os novos caminhos e não davam as melhores informações.*

*Não visitava a cidade há alguns anos, mas queria participar de uma atividade desenvolvida*

pele Coletivo ArtSam, do Movimento Hiphop local. Era uma atividade que realizava a denúncia da construção, por meio de uma parceria-público-privada, de um lixão na cidade. Ele será transferido da Estrutural para lá e colocado em uma área que irá poluir o Rio Melchior, onde a estação de tratamento de esgoto da Caesb despeja água não tratada; constituir em quadras e regiões de Samambaia vizinhas à área do Lixão Oficial transformadas em lixões a céu aberto. Por fim, denunciavam como o projeto atacava a riqueza da região, que possui rica vegetação e inúmeras nascentes.

Nesta atividade tive contato com o projeto deste coletivo, chamado "O chafariz", que é uma busca da constituição da memória local por meio de quem nasceu e cresceu na cidade. O Chafariz era parte determinante da sociabilidade local: lá as crianças brincavam, se buscava a água para os barracos locais. Markão Aborigine, rapper e ativista de destaque no DF e membro do Coletivo ArtSam escreveu uma música para o projeto, em que ele relata justamente esta distinção entre o passado segregado e o presente da especulação imobiliária modificando a cidade. Quantos Chafarizes a especulação imobiliária não está destruindo, levando junto dela as sociabilidades periféricas que nelas se constituíram?

**“O Chafariz (Markão Aborigine) - 25 de outubro de 89 / Conquista de direitos e não doação de lotes / O sonho da casa própria, vencer o aluguel / Filas infinitas pra receber o papel // A escritura que estampa um semblante feliz / Que o trouxe a outra fila, a do chafariz. / De lá reencontros, novos encontros. / Novas relações e partilha de sonhos // Porém o sonho veio caindo por terra / Graças a terra sem asfalto e o cascalho que empoeira / As fossas mostram o fosso da política / Pessoas vistas como voto e não vidas // Na cidade sem saneamento há distribuição / Não de escolas e parques, mas sopas por Luiz Estevão. / E o helicóptero de Roriz descendo no comício / Conheço desde criança a política do pão e circo // (negrito) // Das ruas de terra, meu lar, minha casa / Duas décadas, a construção não para / A ti dedico poesia e palavras / Vejo luzes acesas é Samambaia // (Negrito) Lembro que banhei no chafariz pra matar o calor / Levava baldes d'água pra encher um tambor / Volta pra casa no finalzinho da tarde / Para ir com mamãe no ônibus da SAB // Bem é verdade que em outra cidade concluí estudos / Mas na classe intitulado de pés sujos Mas hoje é orgulho o que um dia foi ofensa / Samambaia me trouxe tudo, família, casa e consciência. // As primeiras lições, o professor que ensina / Primeira sala de aula foi o Parque Três Meninas / Biblioteca, lazer e diversão. / Hoje entregue ao abandono e depredação // Quem de ti usou, hoje lhe dá as costas / Em Brasília tem investimentos, mas na COPA / Temos parques de preservação, nascentes / Poluídos e incendiados através de uma política incompetente // Que vende alvará, de onde brotam imensos prédios / O povo não possui, mas engenheiro tem privilégios / Ao invés de colégios, praças, campos de futebol / Arranha céus não permitem ver o nascer do sol // **Das ruas de terra, meu lar, minha casa / Duas décadas, a construção não para / A ti dedico poesia e palavras / Vejo luzes acesas é Samambaia** // Eu só queria voltar um tempo atrás / E subir nas árvores que hoje não existem mais / E desenhar no chão o sol pra não vir chuva / Quando no campinho de terra avistava a nuvem escura // Samambaia e sua cultura tão rica / Artesanato, quadrilhas juninas, mamulengo, poesias / Bandas que encantam e cantam em palcos / Artistas que reivindicam apenas seu espaços // Já atingimos a maioria e ainda tantos problemas / Milhares de habitantes sem teatro ou cinema / Cruzando Bocas da Mata, Primaveras / Negação de direitos ainda prosperam // Mas se temos vida e saúde é instantâneo, cultural / Ocupamos as ruas promovendo Saraus / Cantando um canto como o chafariz que jorrava água / Por vida e amor a Samambaia.”**

\*\*\*

### **\* Muros de prédios sobre o Guará**

*O Guará sempre foi uma cidade de casas e prédios pequenos. Agora, porém, um eminente político local está desenvolvendo a cidade de uma forma curiosa. Ele é oriundo das forças militares, tendo interferências sucessivas nas distintas gestões da Secretaria de Segurança do DF e suas correlatas. Abriu espaço  construção de um conjunto de prédios de vinte a trinta andares. Estes prédios estão em geral, todos, construídos na área ao redor do Guará, como que cercando a cidade. A impressão que temos, dentro da cidade, é de que o Guará está sendo murado por prédios, como um forte urbano. Aquela vista do horizonte que alguns lugares da cidade possibilitavam já está um pouco prejudicada.*

*Mais curioso ainda é que, talvez como intenção de reprodução institucional - ou alguma dessas coisas de gente que tem acesso permanente ao poder e ao dinheiro - estes prédios foram destinados especialmente ao financiamento de policiais militares, bombeiros e policiais civis recém-contratados em concurso realizado no Distrito Federal. Além de construir base eleitoral própria, o Guará murou seus limites e colocou soldados pra morarem l dentro.*

\*\*\*

### **Tentando Radiografar a Ditadura da Especulação**

O governo sucessor de Arruda, Agnelo Queiroz (PT) manteve o mesmo projeto - para surpresa de muitos. A questão fundamental  que ambos, como pertencentes a classe dos gestores de Brasília, pensam a problemática local com um diagnóstico semelhante:  necessário trazer investimentos de fora do DF para que se possa governar esta cidade sem ser refém dos tradicionais grupos coronelistas locais - oriundos do período Cerratense - que ditam a política na cidade. Para ambos a aliança desenvolvimentista com o capital financeiro-especulativo foi uma saída coerente com este plano. Assim não é de se estranhar que tanto Agnelo quanto Arruda tenham o mesmo projeto econômico para a cidade. Trata-se somente de uma disputa de modernização do capital. Assim, combina-se um plano de articulação local do DF para a especulação imobiliária internacional e do Minha Casa Minha Vida para especulação imobiliária no entorno. A hipótese é de que estas novas forças econômicas neste cenário, organizadas localmente pelos gestores petistas, garantirão um longo ciclo de poder a estes grupos.

Isso transformou as relações urbanas, pois uma vez que extratos de alta renda do DF estão agora espalhados pela cidade, seus comportamentos segregacionistas têm se ampliam por todo o DF. As demandas por militarização urbana, expulsão branca de comunidades e outros processos sociais de segregação tendem a aumentar neste período. Se antes as lutas espaciais no DF podiam ser resumidas a luta da periferia contra o centro, neste estágio podemos perceber que o centro, além de preservar-se, avançou ao território da periferia para constituir sua hegemonia social lá dentro.

Há uma dimensão organizativa deste modelo de especulação imobiliária que vale a pena mapearmos, para compreender seu funcionamento. Não tenho todos os dados sobre este processo, porém gostaria de narrar um ciclo de circulação política deste modelo para entendermos como ele se articula. Não tenho todos os dados sobre o processo – inclusive por ele ser bastante sigiloso – e o que me proponho a fazer aqui é um exercício primeiro de refletir sobre algumas instituições bastante presentes neste processo. Sugiro a quem interesse-se em dar prosseguimento a esta análise que observe um grupo de gestores específicos que circula em cargos de chefia destes órgãos, independente das nuances dos últimos governos. Tratarei especificamente das instituições locais vinculadas ao processo. Uma segunda análise haverá de ser feita acerca dos grupos internacionais que são parte ativa dos nossos conflitos sociais contemporâneos.

\* **GDF:** O Governo do Distrito Federal está articulado principalmente em torno de seu poder executivo. Este realiza acordos internacionais e federais, participa de planos e viagens com grupos de poder, articula o plano político da Especulação. Foi por meio dele que foi articulado e encaminhado o PDOT, por exemplo. A Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social (SEDHAB) pode ser entendida dentro do mesmo processo, pois só assume aquela importante pasta ou quem é muito vinculado ao governo ou poderoso o suficiente para que o executivo o tema. Nos dois casos, a influência da SEDHAB no GDF é fundamental para o estabelecimento da linha de governo.

\* **CONPLAN:** É um conselho de indicação do governador onde a presença de sociedade civil e estado são cartas marcadas do governo. Este conselho, porém, garante uma dimensão pública do projeto necessária para que ele avance.

\* **CLDF:** A Câmara Legislativa do Distrito Federal é o órgão que aprova os planos saídos do CONPLAN e leva à votação. Apesar da possibilidade de maior pressão social sobre este setor por parte dos movimentos sociais, as pressões institucionais e forças ocultas econômicas atuam sobremaneira neste cenário.

**A TERRACAP** é a empresa responsável pela posse e gestão pública de todas as terras do DF. Ela é a caixa-preta do cerrado, pois ali estão concentrados os poderes em torno da circulação urbana local. Uma vez que pudéssemos ter acesso aos documentos da TERRACAP, todo processo de geração falsa de valor para especulação no DF poderia cair como castelo de areia. A TERRACAP contraiu uma enorme dívida pública em torno da construção do Estádio Mané Garrincha e está utilizando isso como mote para vender as terras do DF à iniciativa privada. Se observarmos especificamente o grupo de gestores que esteve à frente da TERRACAP nos últimos vinte anos, podemos observar que suas trajetórias estão indissociadas da ocupação permanente de cargos públicos. São gestores do DF .

**IBRAM** – O instituto Brasília Ambiental é um instituto recente criado para retirar da esfera federal uma regulação das relações ambientais locais. possibilita maior espaço de intervenção e direcionamento do executivo sobre as decisões do órgão em termos de licenciamento ambiental, etc.

**ADEMI** - A Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal afirma-se um órgão sem fins lucrativos. Esta associação é a principal interlocutora das empresas do mercado imobiliário local. Defende avidamente este setor e organiza politicamente o financiamento de campanhas, etc. Seu antigo advogado foi presidente da TERRACAP e vice-versa.

Compreender o ciclo de circulação de poder entre estes setores é uma tarefa que pode nos ajudar a compreender como atuar em relação à especulação imobiliária. Pois a questão que continua latente é a possibilidade ou não de derrotá-la.

\*\*\*\*\*

### **A Ditadura da Especulação pode ser derrotada?**

O enunciado desta questão nos apareceu em forma de afirmação desesperada. Estávamos em um processo assustador de lutas contra todo aparato governamental em defesa do Santuário dos Pajés (Ver a frente) quanto tivemos um filme, chamado “A Ditadura da Especulação” - um relato musicado das lutas, ou um Thriller, como preferirem – selecionado para o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro de 2012. Na ocasião aproveitamos a oportunidade para ocupar o espaço do palco – destinado à equipe do filme – para realizar uma intervenção. Levamos ao público, além do curta, uma carta intitulada “A Ditadura da Especulação pode ser derrotada!”. Nela afirmávamos, dentre várias outras coisas, que

*4 – E governo e Terracap não param por aí. O processo de gentrificação, de expulsão das populações mais pobres e menos brancas com o intuito de valorizar áreas do DF é avassalador. Populações de cidades como Ceilândia, que nasceu de um projeto de higienização social do governo para retirar famílias menos abastadas do centro, vêm sofrendo uma segunda expulsão e descaracterização urbana devido a novas construções de condomínios fechados de luxo, com prédios enormes que cercam as casas dos antigos moradores. Sobradinho, Guará, Taguatinga, Samambaia e várias outras localidades passam pelo mesmo processo. Essas violências institucionais são reforçadas pela marginalização e criminalização da periferia por parte da mídia corporativa, que tem como principais anunciantes o governo e as empresas imobiliárias.*

*5 – E quem está por trás desses processos decisórios? Existe hoje em Brasília o CONPLAN – Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal. É formado por cerca de 20 conselheiros que determinam os rumos do desenvolvimento urbano da capital. É presidido pelo próprio Agnelo que nunca foi em nenhuma sessão, sendo substituído sempre por Geraldo Magela. Num processo que se forja de democrático, esse conselho chapa branca teve sua composição perversamente assim definida: membros ligados ao*

*mercado imobiliário foram colocados lá como "Representantes da sociedade civil", como o presidente da empresa Soltec Engenharia e da Associação de Empreendedores do Mercado Imobiliário, Adalberto Valadão, e Elson Póvoa, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil. Além, claro, do representante da Terracap, totalmente vinculado aos interesses do mercado imobiliário, que foi colocado lá pelo Paulo Octávio no governo passado e continua no governo atual. (Zé Furtado, 2012)*

O “Ditadura” foi premiado no Festival de Cinema de Brasília. Com o dinheiro do prêmio financiamos algumas lutas contra as ações do mercado imobiliário local. Apresentei, no enunciado da questão, uma interrogação. A carta enviada ao Festival de Cinema continha uma exclamação para o mesmo enunciado. Deixamos de perguntar sobre a possibilidade para passarmos a afirmar a necessidade de derrotar a especulação imobiliária em seu ciclo local não só por arrogância, mas também porque nossa luta concreta deu pistas sólidas de que esta vitória é bastante possível.

\*\*\*\*\*

#### **\* Boi de Seu Teodoro em Sobradinho e a TERRACAP**

*Todos que tentam contar a história do DF por meio de seus personagens não deixam passar Teodoro Freire, ou pelo menos devem citar-lo. Esta figura carismática, que veio para Brasília em 1963, no período logo anterior à construção da cidade. Alocou-se em Sobradinho, onde montou o Centro de Tradições Populares (CTP), voltado à difusão da Cultura Maranhense. A mais conhecida atividade do CTP é o Boi do Seu Teodoro, que há cinquenta anos realiza ininterruptamente atividades mantendo o seu calendário. Mas lá, além do boi, ocorrem e ocorreram diversas outras manifestações culturais maranhenses: o Tambor, quadrilhas, celebrações do Divino e São Sebastião.*

*Teodoro tem relação com o princípio da cidade de Sobradinho e até seu desenvolvimento. Esta cidade nasceu como realocação dos trabalhadores da extinta Vila Amauri, um dos acampamentos de trabalhadores que construíram Brasília. Seu Teodoro chega à cidade porque consegue apoio, em meio às suas redes de contatos pelo seu trabalho com cultura popular: um Deputado conseguiu que o Governo do Distrito Federal lhe destinasse a gestão de um núcleo para o centro de folclore.*

*Teodoro teve importante papel de mediador entre o migrante anônimo e os poderes públicos. Teve relevante função no recrutamento de migrantes para os trabalhos assalariados, na medida em que arregimentou principalmente maranhenses que chegavam com o compromisso de participar no seu Boi (mesmo que não necessariamente brincassem o Boi no Maranhão) com a contrapartida de Teodoro se esforçar para inserir todo mundo no mercado de trabalho, como mão de obra assalariada para a cidade que se fazia. Migrantes que iam se estabelecendo por perto dele*

ou em outros bairros populares da cidade. Foram três movimentos contundentes de esforço de Teodoro na arregimentação de candangos, na primeira metade dos anos 60, nos anos 80 e nos anos 90 três fluxos de chegadas bem identificados.

Assim, Teodoro é responsável por muitas pessoas terem se estabelecido no DF. O fato de ter uma terra razoavelmente grande no CTP possibilitou que ele abrigasse muitas pessoas vindas do Maranhão e de outras cidades. Estas brincavam o Boi assim que chegavam e se constituíam dentro do grupo quando conseguiam arrumar emprego e moradia (muitas vezes conseguiam isso em função do próprio Seu Teodoro, que sempre foi muito hábil no diálogo com as instituições). Assim, a propriedade de terra conferiu a possibilidade do desenvolvimento de uma manifestação cultural que realizou a conexão Maranhão-Brasília por meio da cultura negra.

Este território onde se localiza o CTP esteve, durante boa parte de sua trajetória, em conflito fundiário com a Terracap. Em 1975, poucos anos após o órgão ter sido desmembrado da NOVACAP com a intenção de gerir e regulamentar todas as terras da capital, veio a primeira investida, com uma notificação de que o CTP era na verdade uma invasão de área pública. Teodoro junta alguns poucos documentos e busca diferentes grupos de apoio para resistir. Esta batalha se estende por décadas até que ao fim da década de 1990 um projeto de lei é enviado à CLDF garantindo o CTP como gestor do local. Todavia atualmente certas complicações jurídicas tem sido levantadas novamente pela TERRACAP com o intuito de que a área do Boi seja reduzida ou mesmo transferida. É que ali se planeja construir, no futuro próximo, uma série de condomínios prediais no mesmo estilo de Samambaia e Gama. A batalha territorial em torno da organização negra no espaço candango segue à cena. Desta vez contra a especulação imobiliária. Na época, em trabalho realizado por Ziglia Zambroti (1991) sobre a comunidade, Teodoro afirmou a ela que

"A TERRACAP tem nos trazido atropelos desde que ela foi formada. Ela nos persegue desde 1975. Nós estamos nos agarrando aí por todos os meios para não perder o trabalho.... Se nos tirarem daqui da área o que é que nós vamos fazer?" (...) "Não se pode acabar com um trabalho de raiz cultural deste país só para ser favorável a uma companhia que só quer dinheiro..."

De maneira objetiva podemos observar que a história do personagem é a da construção de uma identidade individual e coletiva de um grupo que se diz portador de uma tradição regional e que se faz representar na capital do país (na antiga e na nova capital).

\*\*\*

#### **\* O santuário não se move**

O Santuário dos Pajés tem uma história que já foi comentada à exaustão, de uma comunidade indígena principalmente Tapuya-Fulniô que se constituiu em Brasília no período da

construção da Cidade, em área posteriormente destinada por Lúcio Costa para ser o Setor Noroeste - um bairro inicialmente indicado às classes C, D e E que posteriormente foi redirecionado pela Ditadura da Especulação para um condomínio de alto luxo. O propósito do GDF com a construção do Setor Noroeste é o de atrair capital internacional para o mercado imobiliário local, por meio da financeirização e articulação de conglomerados imobiliários locais. O mais famoso destes é o Brasil Brokers, composto por empresas estrangeiras e nacionais. Estes conglomerados seriam responsáveis por, chegando ao DF, dar novo impulso econômico à cidade e financiar uma política de especulação imobiliária em toda região. Assim, a partilha do bolo local ficou: Plano Piloto-Noroeste (Brasil Brokers e Cia), Cidades satélites (Mercado Imobiliário local), Entorno (Pequeno Mercado imobiliário articulado ao Minha Casa Minha Vida). Assim uma nova força tomou a hegemonia das classes dominantes locais fazendo com que a construção civil, setor de escoamento de excedente de capitais do ciclo anterior ( que financiava a indústria civil por meio de obras superfaturadas) passasse ele mesmo a dirigir o estado.

A Especulação Imobiliária foi o eixo central do governo Arruda e inaugurou este novo ciclo econômico no DF. Ciclo este seguido por Agnelo, que manteve o PDOT comprovadamente aprovado com fraudes; a subsequente construção do Setor Noroeste e a ampliação dos empreendimentos imobiliários de luxo a todas as cidades no DF, provocando expulsão das comunidades locais a áreas ainda mais afastadas e pauperizadas. Penhavel (2013) sugere que analisemos esta confluência de mecanismos de expropriação no meio urbano desde a chave analítica da “Urbanização por Expropriação”. Este processo é constituído pela articulação entre mecanismos de estado e mercado para apropriar-se de territórios ocupados por outros grupos sociais e convertê-los em mercadoria<sup>46</sup>. No caso de Brasília, esta disputa se dá em tons ambientais no Santuário dos Pajés, onde o discurso articulado entre a mídia e a publicidade sugere que o Setor Noroeste será um bairro sustentável, dando um caráter supostamente militante ao consumidor daqueles prédios, que são impulsionados a crer que realizam uma ação transformadora ao comprar um imóvel na área. Todavia, o bairro somente será construído se realizar danos sociais e ambientais - esta é a condição da constituição daquele projeto urbano. Todo esse processo é compreendido pelo autor desde o conceito do Ambientalismo de Espetáculo, cujas implicações são os componentes ideológicos da urbanização expropriadora.

A Urbanização por Expropriação buscou exercer seu processo no Setor Noroeste por cima do Santuário dos Pajés. Não obteve o sucesso desejado, uma vez que por meio de uma severa luta

---

46 Urbanização por Expropriação parte de um entendimento elaborado por David Harvey (2006) de que o processo chamado de Acumulação Primitiva tem um caráter permanente na reprodução capitalista e não é, portanto, um processo ultrapassado. Por isso precisa ser renomeado por Acumulação por Despossessão (ou Expropriação). Daí segue-se a proposta de Penhavel da chave analítica da Urbanização por Expropriação como "a utilização dos instrumentos de organização, regulação e expansão das cidades em benefício da acumulação de capital." (PENHAVEL, 2013)

*política e ação direta a comunidade indígena junto com apoiadores resistiu até conquistar juridicamente sua manutenção no local. Todavia este conflito dá, no Plano Piloto, o tom do tipo de conflitos sociais que podem exercer-se no processo de aprofundamento da Ditadura da Especulação: é a quinta fase do conflito social local chocando-se com uma experiência da primeira fase - anterior à construção de Brasília - e também da segunda - quando a comunidade Tapuya-Fulniô se organiza definitivamente naquele território. O conflito econômico assume um caráter étnico e de cosmovisões em combate. A Urbanização por Expropriação ocorreu faccionada - uma vez que o Setor Noroeste está em fase final de construção. Porém, neste conflito social pudemos colocar à prova a afirmação do Movimento "Santuário Não de Move!" de que "A Ditadura da Especulação pode ser Derrotada"*

## Capítulo 4 – O SIGNO RACIAL DO CONFLITO ESPACIAL

### **Tudo indica - Renato Matos**

*Tudo indica, tá no mapa... a Jamaica.... Itaparica  
Tudo é tão Guiana, índios e baianas; Suriname e Maranhão  
Tudo é tão Goiânia, a Candangolândia... toda vinda do sertão  
**África, mande todas as noções em ritmo entre Atlântico e Pacífico**  
**África, mande todas as nações... Caribe filho do mesmo mistério**  
E são tantas invasões, tantas colonizações, mas a tribo é uma só  
Tribo terra abundância, São milhares de crianças debaixo do mesmo sol  
Tribo terra abundância, são mulheres e crianças debaixo do mesmo sol  
**ie ie ie rre ie-ie-erre... iô iô iô... É sama é samba é sama é samambaia-ia**  
Tudo indica, tá no mapa... a jamaica.... itaparica  
Tudo é tão Guiana, índios e baianas; Suriname e Maranhão  
Tudo é tão Goiânia, essa Candangolândia linda... toda vinda do sertão  
**África, mande todas as noções em ritmo entre Atlântico e Pacífico**  
**África, mande todas as nações... Brasília filha da arquitetura**  
E são tantas as culturas, e são tantas criaturas, mas a tribo é uma só  
Tribo terra abundância, são milhares de crianças debaixo do mesmo sol  
Tribo terra abundância, são mulheres e crianças debaixo do mesmo sol  
**E são tantas invasões, tantas colonizações, mas Brasília é uma só.**  
**ie ie ie rre ie-ie-erre... iô iô iô... É sama é samba é sama é samambaia-ia***

Em "Tudo Indica" Renato Matos pensa uma possibilidade de ocupação do Distrito Federal em diálogo com a Diáspora Negra. Tudo indica que sejamos - negros e negras da Jamaica, Suriname, Maranhão, Guiana, Candangolândia, Goiânia, Itaparica - de uma mesma origem histórica; que as migrações forçadas realizadas por nossos/as ancestrais fizeram com que nossa ocupação desigual em territórios muito diferenciados não anulasse os elos do passado nem a possibilidade de reconstituição de elos presentes e futuros. A ideia da África mãe aparece estabelecendo os diálogos possíveis entre os povos, uma África que manda noções e nações a todo o mundo pelo caminho dos oceanos.

A canção avança na percepção da Diáspora colocando também as circulações negras pós período escravista como constituintes do mesmo fenômeno diaspórico. Assim a Brasília "filha da arquitetura" constitui-se por meio de uma Candangolândia toda vinda do sertão... sertão que também é Goiânia, Maranhão de índios e baianas. Em vez de articular um mito miscigenador da constituição racial do país, esta canção atenta para a diversidade cultural sem abdicar da violência da invasão e colonização. E esta música capta algo bonito acerca da circulação de diferentes culturas e regionalidades negras construindo o Distrito Federal sem abdicar tanto da ancestralidade negra dos/das migrantes como também da própria ancestralidade negra local.

Compreendo que Renato Matos advoga nesta canção que Brasília é uma só. O faz realizando uma combinação articulação semelhante à que estamos apresentando neste trabalho: fruto da articulação entre as diferentes presenças históricas na região, que se relacionam em forma de conflito social entre diferentes culturas e formas de existência social. Quando aborda a unidade da

cidade, Matos me inspira a pensar que a unidade candanga certamente não está em sua arquitetura ou planejamento regional - pois ela está vinculada à menor parte da cidade. Brasília é uma só pela sua diáspora negra em conflito com a dominação estatal, latifundiária, especuladora. A construção da figura do negro, no DF, está articulada simultaneamente às questões locais como também à constituição do imaginário nacional acerca das relações raciais. Também, por fim, herda e reconstrói o encontro da Diáspora Negra quando realiza-se no encontro de diferentes culturas e formas sociais do povo afrodescendente em trânsito.

Nos dois últimos capítulos analisei questões sociais do Distrito Federal relativas aos conflitos sociais locais. O recorte racial é constituinte de todos estes conflitos e está presente nos processos de forma determinante. A construção de Brasília foi utilizada como uma forma de apresentar ao país uma concepção de ocupação do território nacional e um tipo de tecnologia moderna na cidade. Ou seja, tratou-se de um projeto de hegemonia de um pensamento eurocêntrico e de uma técnica de domínio da burguesia nacional - essencialmente branca - sobre o território. O tombamento da cidade aprisiona o debate sobre planejamento urbano justamente na região em que a maioria esmagadora é branca. Igualmente, o tombamento constitui um véu que afasta o debate urbano da rua e o leva à academia e outros espaços burocráticos que são de hegemonia dos grupos sociais eurocêntricos. Ou seja, trata-se de uma forma elitista e racista de cerceamento do debate público sobre a cidade. Assim, na sequência, as grandes disputas em torno do território tombado do DF utilizam diferentes mecanismos de intervenção e, segundo observamos, tem o resultado de garantir domínio de um grupo específico o território sobre outros. Este grupo, articulado em torno do movimento de moradores das áreas nobres, assume a legitimidade sobre a ocupação do espaço em relação a outros - aos quais abordamos rapidamente sob a chave de "Fissuras Urbanas". Redundantemente este movimento de moradores das áreas nobres atua de forma racista, numa luta constante para expulsar do centro da cidade as fissuras negras que ali resistem em forma de cortiços, habitações populares nas ruas, ocupações, trabalho, lazer.

A longa história de Brasília que tratamos no terceiro capítulo diz respeito aos distintos conflitos ocorridos nesta região. Se os Pioneiros podem ser identificados com a elite da cidade, candangos/as e cerratenses são povos com tradições culturais afrobrasileiras e indígenas. A atual conjuntura política do avanço da especulação imobiliária que estudamos não é muito mais do que a rearticulação do poder geográfico da elite branca brasileira em seu poder de reordenar o território em função de interesses próprios. A Ditadura da Especulação dita, em especial, aonde o povo negro deve morar, por onde deve se locomover, pra onde deve se mudar. Criticar a especulação imobiliária é, em definitivo, atacar o poder constituído historicamente na capital.

Nas diferentes histórias aqui presentes, busco abordar como estes conflitos aparentemente

estruturais estão presentes em nosso cotidiano, exigindo coragem para ser apreendidos e enfrentados. Estas crônicas do DFE ajudam a compreender como os conflitos sociais locais organizam-se desde uma perspectiva racial. Os poderes do DF estão constituídos em meio a conflitos que vinculam as diferentes dimensões da vida humana, porém articulados em torno de uma linguagem estruturada a partir dos signos fenotípicos. Seja na disposição dos corpos negros pelo espaço candango ou na própria disposição dos espaços entre si.

\*\*\*\*\*

### **\* O sexto mandamento**

*Há um filme no prelo para ser lançado no DF, com o qual tive contato com uma de suas versões prévias. Chama-se "O sexto Mandamento - Não Matarás". O documentário, segundo sua sinopse "mostra a violência praticada por jovens moradores de 6 cidades do DF e Entorno, onde um dos crimes mais comuns é o homicídio. Geralmente relacionado ao uso e tráfico de drogas, permeado pela desigualdade social e descaso do Estado".*

*As cidades são A Estrutural (DF), Valparaíso, Luziânia, Águas Lindas, Planaltina de Goiás, Cidade Ocidental (Go). É um retrato impressionante, construído desde a relação do diretor com estes jovens por meio de trabalhos de extensão, atuação em movimentos sociais e vida comunitária nas periferias. O "Sexto Mandamento" ainda não foi lançado até eu concluir este trabalho, então gostaria de levantar algumas cenas importantes que podem contribuir com a nossa reflexão. A primeira delas é a de um dos protagonistas da obra, que era dos principais oficinairos da extensão na estrutural cujo velório é, infelizmente, captado pelas câmeras. Outra coisa é o cuidado extremo tomado pelo diretor de não reproduzir - e sim superar - a linguagem do tráfico produzida no filme "Notícias de uma guerra particular". Ao invés de explorar a criminalidade localizada, o autor parte desta para tratar da comunidade ao redor, imergindo nas relações comunitárias destas seis cidades: protestos contra assassinatos (inclusive os cometidos por policiais), reuniões de moradores, pais e mães para se organizar por suas famílias e quebradas. Um rico diálogo com o universo de perspectivas e diferentes atividades da juventude negra em extrema vulnerabilidade social que habita as quebradas cabulosas do DF e entorno.*

*Enfim, o "Sexto Mandamento" relata a máquina de matar gente preta que está consolidada nas periferias do DF (o lugar onde se mata mais gente no Brasil). Gostaria de chamar a atenção a uma cena, ocorrida em Luziânia: ali é filmado o trabalho de um coveiro que, antes do feriado, cava cerca de trinta a cinquenta covas de prévia. Pois ele sabe o ciclo sazonal da máquina urbana de*

matar jovem negro.

\*\*\*\*

### **\* Natal e Escolas públicas no Sudoeste**

O Sudoeste foi a primeira das possíveis expansões do Plano Piloto oriundas da carta "Brasília Revisitada" que foi posta em prática. O bairro começou a desenvolver-se a partir de 1988, como "Setor de Habitações Coletivas Sudoeste", e pouco a pouco foi crescendo, bem lentamente até passar a fazer parte da vida política e econômica local. Em 2004 esta Região Administrativa foi criada por decreto governamental, já com preços de imóveis muito altos, ótima localização em relação ao centro da cidade. É uma concentração imediata de muitas pessoas da elite local. É bom qualificar isso: em muitos casos, trata-se de uma elite recém-construída, que emergiu em função de ter sido aprovada em concursos públicos. Assim, este bairro constituiu-se como bairro modernista recém-criado em situação de articulação de um grupo emergente. Curioso é ver como este setor articulou-se imediatamente em torno das disputas territoriais do espaço. Mal haviam chegado e se constituído enquanto organização social, passaram a campanhas de apropriação política do território.

A primeira delas, realizada nos anos 2000, foi de uma campanha pública contra a construção de uma escola pública na cidade. A argumentação da comunidade à época era muito direta: as crianças do sudoeste não geravam demanda para escola pública, pois todas estudavam em escola particular. Assim uma escola pública construída no Sudoeste serviria mais para atender às cidades ao redor - consideradas perigosas - que a própria comunidade local. Ou seja, uma escola pública geraria uma circulação indevida na cidade, causando insegurança. Trata-se de uma demanda aparentemente absurda, ainda mais pra uma classe média local que tem como uma de suas primeiras bandeiras a resolução de todos os problemas sociais através da educação, não? Mas a materialidade da defesa do espaço fala mais alto. Sobre este assunto o Correio Braziliense lembrou, em uma matéria, que:

*"Na ocasião, parte da comunidade se mobilizou contra a construção de escolas públicas e postos de saúde no local. O receio era o mesmo de agora: atrair pessoas pobres, que passariam a circular com mais frequência pelo Sudoeste, onde o metro quadrado é um dos mais caros de Brasília, superando a casa dos R\$ 10 mil."<sup>47</sup>*

A comunidade desta mesma Região Administrativa, pelo menos desde 2011, faz uma campanha sobre como tratar a comunidade local. Ao contrário das campanhas de caridade, esta tem uma proposta distinta. Em matéria do Correio Brasiliense, descreve-se a ação:

*"O Conselho Comunitário do Setor Sudoeste lançou, neste sábado (18/06) a campanha 'Dê oportunidade, não dê esmolas'. O grupo saiu pela região administrativa para distribuir*

---

47

[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/12/14/interna\\_cidadesdf,282738/moradores-do-sudoeste-fazem-campanha-contra-a-doacao-de-dinheiro.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/12/14/interna_cidadesdf,282738/moradores-do-sudoeste-fazem-campanha-contra-a-doacao-de-dinheiro.shtml)

*panfletos e pregar cartazes nas quadras comerciais e blocos. Além disso recolheu assinaturas e, quando alcançarem número suficiente, o conselho vai entregá-las para o Governo do Distrito Federal (GDF) para incentivar políticas de retirada e recuperação de moradores de rua. Christiane Tabosa, presidente do conselho, disse que o grupo vai percorrer o Sudoeste na tentativa de mobilizar a população. "A ideia começou em maio e tem o apoio dos empresários e da administração", afirmou."<sup>48</sup>*

*Este tipo de ação passou a ter relativo sucesso e desde então é desenvolvido em todo o Natal. Pois neste período há maior fluxo de pessoas que vivem em situações precárias para o centro - como bem descrito no curta-metragem "Feliz Natal" (16min, 2006), que acompanha famílias que realizam esta migração no período montando barracos no centro da cidade em busca de alimentos, roupas, algum dinheiro, móveis. O Conselho Comunitário do Sudoeste argumenta que estas pessoas em geral precisam ser assistidas por entidades e programas de estado; que esta forma da presença delas na cidade gera insegurança, abre espaço a máfias de escolas que alugam pontos de mendicância, entre outras coisas. Suas campanhas têm sido apoiadas, desde o início, pelo Conselho de Segurança Comunitária de Brasília, uma entidade de moradores da área tombada.*

*A sociabilidade de um bairro construído necessariamente para a elite tem muita chance de descambar para a imediata autoproteção de classe mistificadora. E ainda tem gente, por aí, perguntando porque se questiona o Setor Noroeste...*

\*\*\*\*\*

### **O Urbano como chave para a compreensão do Racismo**

Quero pensar, junto com Santos (2012) o urbano como uma chave para compreensão do Racismo. Isso compreendendo que o DF, como cidade recém-criada, tem um contingente negro de mais da metade de sua população e este dado não pode ser ignorado na análise urbana. O autor levanta a hipótese de que as hierarquias sociais constituídas desde as estruturas racistas, classistas, patriarcais de nossa sociedade interferem na constituição das cidades de forma estruturante. Assim,

*"conhecimentos sobre a natureza, técnicas de construção seculares, práticas culturais, costumes, entre outros patrimônios, são desqualificados, e comunidades negras são absorvidas no movimento de urbanização e transformadas em (ou, significadas como) favelas. Assim, refuncionalizam-se através do tempo formas e padrões de segregação socioespacial que tem na dimensão racial (entrecruzada com uma série de outros princípios de hierarquização) um elemento crucial para a reprodução de uma sociedade marcada pelas desigualdades." e; ""Passado e presente se articulam, portanto, no espaço, impondo diferentes grafias espaciais das relações raciais. Fenômenos sociais do passado imprimem marcas espaciais que se mantêm, ou constituem práticas e manifestações que permanecem*

---

<sup>48</sup>[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/06/18/interna\\_cidadesdf,257467/conselho-comunitario-do-sudoeste-lanca-campanha-contra-escolas.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/06/18/interna_cidadesdf,257467/conselho-comunitario-do-sudoeste-lanca-campanha-contra-escolas.shtml)

no tecido social reconstruindo espacialidades. Fenômenos e ações do presente também imprimem grafias no espaço e, como a raça é um instrumento de dominação e controle social, as lutas antirracismo também produzem legados e grafias espaciais." (Santos, 2012)

Esta reflexão faz parte do livro chamado "Questões urbanas e Racismo", fruto de uma iniciativa de juntar alguns estudos razoavelmente dispersos e pouco incentivados em relação ao tema. Nesta mesma obra Campos (2012) ao pensar uma metodologia para a análise da questão socioespacial relacionada à segregação, afirma que

"Pensamos que as questões étnico-raciais/segregação socioespacial e a produção do urbano são temas que precisam ser correlacionados a outros, como o processo de metropolização e planejamento. A tradição acadêmica, quando trata a segregação, o faz de forma isolada, como se fosse possível a autonomia teórica do tema. É necessário pensá-la como parte de uma totalidade, visto que a cidade capitalista não seria o que é se não existissem processos de exclusão espacial dos grupos não dominantes. E dentre este, a questão étnico-racial na literatura brasileira desaparece, como se as classes sociais pudessem elucidar todas as possibilidades de existência do urbano" (Campos, 2012)

Partindo destes pressupostos um tanto gerais, podemos agregar a trabalhos que tem refletido sobre a cidade como chave para a compreensão do racismo vinculadas ao objeto que trabalho nesta obra, os conflitos sociais do Distrito Federal. Por exemplo, na obra "Na quebrada, a parceria é mais forte - Jovens, vínculos afetivos e reconhecimento na periferia" Tavares (2011) realiza, a partir de uma pesquisa etnográfica realizada com jovens rappers da Ceilândia, uma leitura das relações sociais na periferia da cidade. Primeiramente trata de uma leitura histórica da constituição do movimento Hip Hop no DF como uma organização dos jovens das periferias e alguns jovens do centro que se identificavam com determinados signos culturais que vinham de fora. Esta primeira geração do Hip Hop politizou sua produção cultural constituindo-a, mais que como uma defesa da periferia, negritude, africanidade, como uma linguagem própria de referência emergida das periferias analisando o conjunto da sociedade sob seu olhar. Isso se deu tanto por meio do Rap, Break, Grafitti, DJ - os quatro elementos essenciais do movimento - como também pelo circuito de boates em que ocorriam os eventos, diálogo com ONG's e movimentos sociais, constituição de uma mínima infraestrutura própria do DF para produzir e lançar artistas.

Segue então ao trabalho de campo com jovens rappers ceilandenses da terceira geração do movimento. Após certa caracterização dos grupos, ele aborda três grandes guarda-chuvas de assuntos: a formação dos grupos de Rap com suas semelhanças e distinções internas; os demarcadores e experiências dos mesmos em relação à sua sexualidade; e a relação deles com experiências de discriminação assim como as estratégias utilizadas para enfrentá-las. Ele dá especial atenção à formação espacial da discriminação Racial, uma vez que compreende que "o racismo se

constrói em função de uma estratificação social que se realiza materialmente." e também que "*De maneira discreta, mas eficiente, a arquitetura delimita espaços de circulação estratificados*".

Ele aborda também as identidades que os jovens tem em relação aos tipos sociais que a periferia tem e que são discriminados: o "peba", "aba reta" são formas pejorativas pelas quais são tratados. Os "bandidão" são os que se vestem com roupas com objetos de valor mas em um visual da periferia. Os "fragante", por outro lado, são aqueles que, dentro do universo estético do Hip Hop, utilizam as roupas que a sociedade discrimina e condena como marginais, ou seja: aqueles/as que não amenizam em suas vestimentas em função dos estereótipos.

"Os jovens alegam que são constrangidos frequentemente em função de abordagens discriminatórias, no espaço público, em função do estilo hip-hop pelo seu habitus corporal e sistema de gosto expresso por uma indumentária específica, a qual é identificada negativamente. Há diversos exemplos sobre como a polícia aborda os jovens fundamentando-se em categorias discriminatórias associadas de alguma maneira ao estilo hip-hop como o "peba". As histórias apresentadas durante os grupos de discussão tratam de situações em que os jovens negros são seguidos e constrangidos por guardas em estabelecimentos comerciais como Shoppings. em outras situações, eles são identificados de maneira suspeita em áreas valorizadas economicamente e de maioria branca em Brasília.

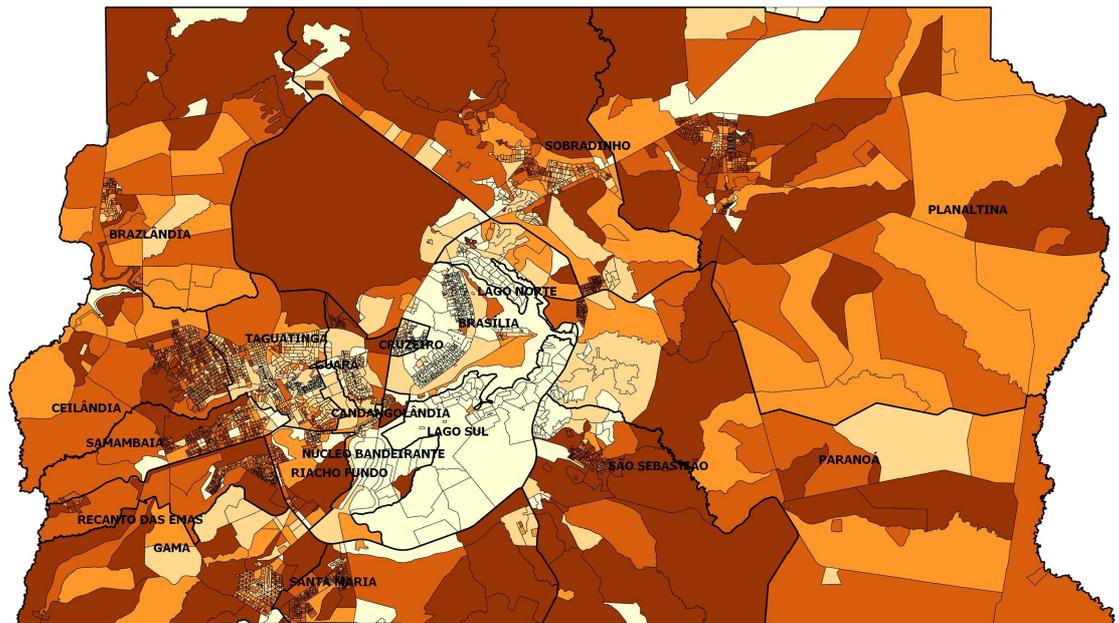
O aspecto de uma configuração urbana no Distrito Federal, que criou periferias heterogêneas em termos de classe, contudo, mais homogêneas em termos étnico-raciais, cria, portanto, uma periferia racializada pela predominância de negros" (Tavares, 2011)

\*\*\*\*\*

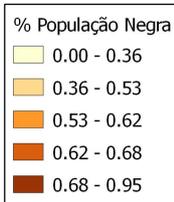
### **A Significação Racial do Espaço no DFE”**

*Careca sim e daí? - Cambio Negro*

*“Sou negão careca da Ceilândia mesmo e daí? /Tu vive falando merda e ainda pisa aqui /Sai voado moleque, besouro sem asa / não é qualquer prego que apronta da minha / então / segura a onda irmão / Jamaica, X, Câmbio Negro não são de aprontação / Escute nossas ideias não somos de dar sugesta / safado aqui no gueto morre com um tiro na testa / tá ligado véi, o papo aqui é diferente / na nossa quebrada a parada é mais quente / não questione o que digo se quer ser bem vindo / faça o que falo e não faça o que faço / se bicho pegar pro seu lado véi / um abraço / você não vê o seus erros e só repara nos outros / mas se olhar pra cima, tá no fundo do poço / disse o mais sábio de todos / quanto esteve na terra / quem não tiver pecados que atire a primeira pedra / olho pra essa cara de bodinho a minha raiva cresce / não vou te dar um cacete mais que merece, merece / merece, merece mesmo, levar um pau servido / mas eu fico com pena, de quem já tá fudido / fudido fudido fudido fudi fudido e meio / falo na sua cara / digo e não tenho receio / de gente boa igual você, véi /o inferno tá cheio.*



**Distribuição da População Negra no Distrito Federal**



Fonte: Censo Demográfico/2010

O argumento que queremos, definitivamente, apresentar, é o de que no DF Raça é um signo urbano vivido em forma passiva e ativa no território urbano. Compreendemos, como Segato (2005) que Raça é Signo, ou seja, que

"depende de contextos definidos e delimitados para obter significação, definida como aquilo que é socialmente relevante. Estes contextos são localizados e profundamente afetados pelos processos históricos de cada nação. Por exemplo, se a ideia de um Atlântico Negro, como estratégia de construção de uma identidade política negra transnacional, pode ser um instrumento político até certo ponto eficiente na demanda das diversas populações negras por recursos e direitos, não podemos deixar de advertir que, no cenário imediato de nossas interações na América Ibérica, a identidade negra se constitui fortemente hifenada, modificada pelo ambiente histórico político e civilizatório subcontinental, nacional e regional. Um afro-norte-americano é um sujeito muito diferente de um sujeito classificado negro no ambiente social brasileiro. Todas estas sociedades póscoloniais do continente americano são moduladas por uma forte estratificação étnico-racial, mas a engenharia desta estratificação é variável." (Segato, 2005)

Sendo assim, assumimos também o argumento de Carvalho (2008) que as estratégias de homogeneização do padrão universal de beleza como o branco-europeu gestaram uma

desassociação em torno daquilo que é compreendido enquanto estéticas da segunda pele: tanto quanto a população afrodescendente, a população de diferentes origens europeias também foi desautorizada no que ela se distanciava do ideal de beleza ariana. Os dois grupos raciais se mutilam, com a diferença de que o grupo negro jamais chegará ao padrão europeu e o grupo branco pode modificar-se até fazer-lo. Ele afirma que

"Atualmente, os seres humanos, queiram ou não, são cada vez mais tratados de acordo com as características fenotípicas da sua pele. Em primeiro lugar, os não-brancos são tratados de um modo negativo e desqualificador pelos brancos; e, logo, os próprios não-brancos introjetam essa inferioridade fenotípica e passam a organizar suas vidas de acordo com a rejeição à ausência de brancura e também segundo seu esforço por emular essa mesma pretensa brancura. Desse modo, o racismo fenotípico cresce a cada dia e força a maioria das pessoas a tentar ajustar sua pele para aproximar-se, ainda que minimamente, do padrão de corpo ideal; ou, pelo menos, para afastar-se das imperfeições físicas que acreditam portar e com que se identificam a partir da sua consciência colonizada." (Carvalho, 2008)

A isso o autor chama de estéticas (ou políticas) de segunda pele. No limite, esta abordagem possibilita a compreensão do racismo no que ele tem de intervenção ativa e estrutural sobre os indivíduos (a discriminação fenotípica da qual não se pode fugir) e a forma como os indivíduos se relacionam com esta ação estrutural em relação à sua bagagem social e histórica (a segunda pele, o trançar ou alisar cabelos, usar ou deixar de usar estéticas de periferia).

Voltando ao caso do DF, existem políticas de segunda pele que se exercem no espaço. Podemos ver, como Corrêa (2010) que, apesar de já ser possível observar um "Falar candango" com opções linguísticas comuns a esta região do Brasil, existem distinções na forma de falar entre o Plano Piloto e a Ceilândia, por exemplo. Sabemos que as distinções das formas de falar entre as regiões urbanas do DF existem, e isso nos basta. Juntamente a isso existem outros signos urbanos próprios da Área nobre da Cidade em divergência com signos urbanos das demais regiões administrativas do DF, dentre as quais podemos destacar o vestuário e mesmo certas expressões corporais. Quero dizer, com isso, que existe uma política de Segunda Pele no DF marcando centro e periferia. Pode-se utilizar esses signos vivendo no Centro ou na Periferia, a questão não é propriamente essa: eles representam, definitivamente, que sua segunda pele tem uma localização espacial.

Classifico, em concordância com Marcel Sant'Anna (2006) os diferentes núcleos urbanos do DF em "Territórios Negros" e "Territórios Brancos" do DF, uma vez que se constituem com maioria proporcional da população sendo das referidas classificações. Atualmente contamos no DF com trinta e uma Regiões Administrativas (R.A.'s), sendo as de maior predominância de pessoas brancas

o Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte, Setor Sudoeste, Setor de mansões Park Way. As R.A.'s maior predominância de pessoas negras são Brazlândia, Estrutural, Itapuã, Recanto das Emas, Paranoá Planaltina, Santa Maria, Gama, Ceilândia, Riacho Fundo, São Sebastião, Sobradinho.

"Sob este aspecto é possível falar em uma estruturação racial oficiosa: não encontramos nenhum instrumento ou mecanismo oficial que determinasse os espaços a serem ocupados por grupos negro e branco; mas quando caracterizamos as áreas ocupadas majoritariamente por um dos grupos de cor que polarizam a 98 nossa questão racial, em relação aos indicadores de qualidade de vida (renda, escolarização, saúde, etc.), ou pela própria qualidade urbana do assentamento, constatamos que o distanciamento social entre negros e brancos é realidade factual. "Esse distanciamento não pode ser explicado unicamente pelos fatores de ordem econômica, a interação em nível das estruturas sociais dá ao lugar social reservado para o negro a condição de interseccionalidade de indicadores, em outras palavras, o lugar social destinado ao negro é fruto da intersecção de limitação socioeconômicas, político-ideológicas e culturais." (Sant'anna, 2006)

O que estou aqui supondo é que, entremeado aos conflitos sociais que constituem o espaço no DF, a posição do negro em relação ao espaço é diferenciada assim como a posição da sociedade em relação à sociedade. Ou seja, As cidades assumem os signos raciais do seu grupo hegemônico, e assim constituem espaços socialmente reconhecidos deste esta percepção fenotípica.

As cidades onde a maior parte da população é declaradamente negra, seus moradores, quando em cidades brancas, ao dizerem seu endereço comunicam, além de sua localização espacial, um signo racial. Como diz Oliveira (2010), com quem tenho dialogado acerca desta perspectiva há algum tempo:

"Por exemplo, uma pessoa que mora em Brazlândia, cidade que tem 63% de pretos e pardos declarados, fala para um morador do Lago Sul, onde apenas 13% das pessoas se afirmam negras, sobre onde mora. Por mais que o emissor queira apenas comunicar a sua localização espacial no Distrito Federal, a mensagem chegará ao receptor imbuída, também, de uma localização racial." Oliveira (2010)

Em se tratando de territórios Brancos, as pessoas negras que nele vivem tem um choque entre a espacialização do espaço não corresponder à sua possibilidade de uma política de segunda pele branca conferir-lhe o privilégio. Pessoas brancas podem assumir a política de segunda pele negra e serem em alguma medida reconhecidas como tais, no que diz respeito ao signo racial. Todavia não deixam de receber privilégios que sua primeira pele fenotípica lhe concede.

A questão que aqui é relevante lembrar, por fim, é que esta constituição do espaço se deu em meio aos conflitos sociais que o gestaram, no qual o Estado, Latifundiários e agora Especuladores

mantiveram hegemonia no processo político. Assim sendo, o espaço no DF é produzido por meio dos conflitos sociais que o gestaram e, igualmente, seus conflitos são compostos pela dimensão racial não como aleatória, mas constituinte.

Podemos analisar o DF, então, desde um ponto de vista dos seus conflitos espaciais e raciais, dando especial enfoque à dimensão do transporte coletivo, características do funcionamento burocrático da cidade e, por fim, as formas de circulação no espaço.

\*\*\*

#### **\* Paradas de ônibus no Park Way**

*O Setor de Mansões Park Way é uma parte de Brasília que entrou no planejamento da cidade após a aprovação do plano de Lúcio Costa, porém ainda no período de construção da cidade. Trata-se de uma região que possui vinte e nove quadras muito amplas, onde existem terrenos enormes ocupados primeiramente por mansões igualmente grandes. Com o tempo passaram a construir condomínios nestes terrenos. É um local da cidade onde quase necessariamente temos que ir de carro. Se tentarmos ir de ônibus pra esta cidade caminharemos pelo menos vinte minutos entre a parada de ônibus e a casa mais próxima.*

*Coincidência? Fruto da pouca demanda por transporte coletivo no local? Não creio... a pressão comunitária organizada sobre a administração local sempre ocorreu em dois sentidos: por um lado as organizações comunitárias locais demandam mais investimentos em segurança, preservação ambiental, maior mobilidade, sustentabilidade, infra-estrutura urbana. Por outro lado as organizações dos próprios condomínios vez ou outra fazem abaixo assinados por maior policiamento local e, para que eu fique pasmo, menos investimentos em mobilidade urbana: menos paradas de ônibus, horários mais reduzidos ainda. Trata-se de uma divergência discursiva da comunidade local que não devemos ignorar seus polos. Todavia a realidade prática mostra que um lado está vencendo, ou pelo menos ancorado na estrutura de segregação local.*

\*\*\*

#### **Transporte Coletivo: Máquina de Guerra da mobilidade ou Aparelho de Captura urbano**



Bruno Pere, 2011

Em novembro de 2011 o Sesc Santo Amaro (SP) realizou um projeto com o apoio do metrô local. Quarenta artistas da zona sul da cidade foram chamados a exporem trabalhos nos muros do canteiro de obras da futura estação metroviária Adolfo Pinheiro. Dentre os trabalhos expostos, a combinação de estêncil com grafite feita por Bruno Perê (imagem acima) ganhou um inusitado destaque: foi curiosamente coberta com tinta verde, no muro. Ao contrário de passar despercebida, a ação sobre a obra levantou grande polêmica, dando mais destaque à mensagem apresentada. Matérias na mídia corporativa, mobilização de artistas, discussões online. De um lado, o artista alegou - e eu concordo - que sofrera censura. A direção do metrô, vacilante, apresentou diferentes versões sobre o porque daquela atitude e por fim colocou a culpa em uma atitude isolada de um funcionário, aparentemente na tentativa de por panos quentes sobre a situação. Tarde demais, a mensagem já tinha chegado a um nível em que não poderia mais ser abafada.

A obra tinha uma estrutura simples: utilizou-se como base uma imagem de um Navio Negreiro, dos arquivos do Museu Afro de São Paulo para confeccionar uma imagem de estêncil que foi acrescida da frase "Todo Vagão tem um pouco de navio negreiro". A associação é óbvia e imediata, tratando do ambiente vivenciado nos transportes coletivos. Em entrevista ao portal tarifazero.org, Pere comenta que a ideia foi concebida desde sua vivência como usuário do serviço.

*"Essa ideia surgiu esse ano, quando comecei a trabalhar na zona leste e pegar mais trem. (...) A galera mesmo entra na lógica, acaba de empurrando, numa disputa por espaço. Lógico, todo mundo ali chega cansado do dia inteiro de trabalho e quer correr pra arrumar um espaço pra sentar e pelo menos voltar dormindo pra casa pra poder aproveitar alguma coisa, dormir de novo no outro dia cedo voltar pro mesmo esquema. Todo mundo vai atrás de achar um espaço confortável, mas é pra poucos né? A maioria vai ali apertada, em pé." Bruno Pere, 2011*

A questão levantada pela obra merece ser aprofundada.

A realidade dos deslocamentos dos transportes coletivos não tem essa igual semelhança ao modo de produção racista do período colonial? O navio negreiro, que transportou e controlou o itinerário das populações africanas pelo oceano atlântico rumo às senzalas tem semelhante relação ao ônibus que leva e traz trabalhadores e trabalhadoras das periferias aos seus locais de trabalho no centro das cidades?

Trata-se de uma visão bem negativa do transporte. Uma visão baseada na experiência real, que não anda muito atenta às funções que ideologicamente o transporte advoga para si.

Na obra *Jornadas Urbanas – Exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*, Janice Caiafa (2002) realizou uma etnografia de aspectos do transporte coletivo urbano (TCU) no RJ. Ela parte da premissa de que essa modalidade de mobilidade urbana realiza a função mister da cidade: a dispersão. As dinâmicas de circulação urbana podem promover o encontro, a função pública do espaço e constituir a heterogeneidade.

Esta heterogeneidade de tradições, deslocamentos, desenraizamentos de povos, constituiria a categoria mais importante do todo urbano. Isso porque a cidade não coincide com a dinâmica de concentração característica do estado, pois assenta-se na horizontalização do espaço, no crescimento espacial das relações sociais, na dispersão. Assim, em uma primeira instância, o estado não é desenvolvido pelas relações urbanas, que só em um segundo momento tentará moldá-las. Como o capitalismo desenvolve-se necessariamente ancorado no estado, a mesma afirmação aplica-se a esta forma de produção. Todavia o capital, tal qual o estado, também tem a dinâmica de apoiar-se em relações horizontais para desenvolver sua área de atuação. E, nas atuais formas de dominação neoliberal, constitui seu discurso-base e algumas práticas de acumulação justamente sobre as noções de flexibilidade, circulação, heterogeneidade, diversidade de iniciativas.

Essa heterogeneidade da cidade constitui dinâmicas que hora estimulam, hora ultrapassam e confrontam as formas de consumo e produção capitalista. A cidade tem uma aventura própria de seu desenvolvimento que simultaneamente prepara as relações capitalistas e atenta contra elas. O

capital, à sua missão, constitui atualmente formas de dominação baseadas na mercantilização generalizada da vida e dos serviços, privatizando a educação, saúde, transporte e outros serviços antes tidos como estatais. O estado mantém sua função de domínio e controle das relações sociais, porém não necessariamente desde os disciplinamentos originais da escola, prisão, hospício - dado que essas relações disseminaram-se por toda sociedade, molecularizando-se. O estado é atacado pelas empresas no que ele tem de função coletivizadora e mantido no que têm de salvaguarda das relações capitalistas (ações de força, fundo público, favorecimentos). Por fim, o capitalismo avançaria em suas estratégias de controle por meio de uma ação no subjetivo, estimulando o consumo, a necessidade de inclusão como formas de domar as rebeldias.

A partir desta trajetória a autora explica como, em sua visão, o transporte coletivo seguiu uma dinâmica contraditória, dado que tem por função a circulação das pessoas - coincidente com as dinâmicas atuais do capital - mas está em mãos privadas que objetivam o lucro e que para obterem seu fim agiriam, em última instância, contra a circulação.

*"A presença de um modelo privado e, além de tudo, concentracionário requer imediatamente atenção porque de pronto vai contra a tendência da expansão das cidades. Vai contra na medida em que obsta a produção desse espaço de exterioridade em que ocorre a dessegregação urbana, em que há o contágio e a mistura, e a cidade se constitui como espaço coletivo e partilhado. A precarização da mobilidade trabalha precisamente contra isso. Obsta-se a função urbana mais básica de possibilitar a mobilidade de sua população, promover a mistura, dar fuga. Vimos como essa possibilidade está no horizonte das cidades e como, ao celebrá-la, a cidade poderia permanecer aquém do limiar em que o capitalismo triunfa, realizando sua aventura própria." Caiafa, 2002.*

Talvez por essa compreensão, Caiafa não dá sequência à proposta de pensar os fluxos urbanos desde as viagens de transporte coletivo, o que implicaria em fazer um estudo tendo como interlocutores principais usuários e usuárias do TCU. Ao contrário, centra-se em uma análise sindical da categoria dos trabalhadores e trabalhadoras do transporte coletivo. Descreve suas relações com a circulação regular na cidade, os assaltos, os baderneiros, o patronato, a pressão diária. Um estudo etnográfico de uma categoria específica de trabalhadores/as que poderia se aplicar a diferentes categorias sem grandes distinções. O trabalho contribui de forma salutar na compreensão das estruturas do serviço de transporte coletivo na grande cidade. Não colabora, por outro lado, na apreensão de como este serviço desenvolve a função dispersadora que a autora enuncia ao TCU no começo e no fim do trabalho.

Não acredito, como se pode pensar em um primeiro momento, que a autora deu este foco ao estudo por alguma dificuldade teórica ou equívoco de método. Na realidade, creio que os usuários e

usuárias de transporte não são analisados a fundo justamente porque a função que lhes é atribuída - de exercício da dispersão, vivência de uma deriva - simplesmente não se aplicam. Os fluxos urbanos de dispersão que o transporte coletivo poderia efetivar estão muito distantes da função que creio terem os transportes na cidade. Não se trata, como sugerido, de que a dificuldade do desenvolvimento do transporte coletivo é somente fruto da opção pelo transporte individual motorizado nas cidades, pois sua estrutura não corresponde, atualmente, à circulação e encontro. Ao contrário, são elementos de disciplina e exclusão.

Podemos realizar esta reflexão desde os conceitos de *Máquina de Guerra* e *Aparelho de Captura*, desenvolvidos por Gilles Deleuze e Felix Guatarri como desenvolvimento de suas reflexões políticas da sociedade pós-maio de 68. São duas dinâmicas sociais que se enfrentam na sociedade moderna, uma rumo a novas aventuras e existências sociais diversas, outra orientada ao controle e domínio das novidades. A máquina de guerra

*"se constitui por uma certa maneira de ocupar o espaço. É uma invenção de populações itinerantes, que ocupam o território pelo deslocamento, por trajetos que distribuem indivíduos e coisas num espaço aberto e indefinido. (...); opera fora do aparelho de Estado e da economia corporativa, fora dos dispositivos de estruturação e controle do espaço urbano. (...); promove uma guerra sem linha de combate, sem frente ou retaguarda. Seu modelo é turbilhonar: trata-se de distribuir-se num espaço aberto, ocupar o território, preservar a possibilidade de surgir em qualquer ponto. O movimento já não vai de um ponto a outro, mas tornar-se contínuo, sem partida nem chegada. Constitui um espaço liso, feito de linhas de movimento e conexões, em contraposição ao espaço repartido, métrico, do Estado. É um território de pequenas ações de contato, tátil, mais do que visual. Configurações informes que escorrem e vazam, preenchendo todos os vazios existentes. Modo como o fluído ocupa o espaço." (Peixoto, 2002).*

O aparelho de captura é a dinâmica estatal ou corporativa de controle. As dinâmicas de nominar, incluir, fazer da rebeldia parte do sistema estão dentro das formas do aparelho de captura. Mais do que reprimir ou aniquilar os revoltados, o aparelho de captura busca assimilar as dinâmicas da revolta, alimentar-se da energia vital da contestação que ele mesmo sofre. O aparelho de captura busca

*"Instaurar um processo de captura dos fluxos. Trajetos fixos, em direções bem determinadas, que limitem a velocidade, que meçam nos seus detalhes os movimentos. O Estado não pára de decompor o movimento e regular a velocidade. É o modelo da fortaleza: cada vez que há operação de desestabilização, que um novo potencial monádico aparece, a resposta do aparelho consiste em estruturar o espaço, contra tudo o que ameaça invadir ou transbordá-lo. Daí as cercas, os condomínios, as áreas restritas para o comércio informal, as práticas de remoção das populações sem moradia. A arquitetura é,*

*em geral, um aparelho de captura." (iden, ibidem).*

Estas guerras entre as Máquinas de Guerra e os Aparelhos de captura têm se intensificado nas novas dinâmicas do capital globalizado, dado que este necessita dos grandes centros urbanos como motor do seu desenvolvimento. Novas dimensões, projetos e desejos sobre a cidade se apresentam tanto do capital global - que precisa se organizar na cidade - como dos setores excluídos - que nela vivem, realizam seus projetos e (a)sujeições. Assim, as cidades conflitam projetos opostos sobre si, tornando-se o campo de batalha das máquinas de guerra contra os aparelhos de captura.

Desde esta compreensão podemos analisar que Caiafa trata o transporte coletivo de forma um tanto ambígua. Pois quando descreve a função do transporte coletivo fala de uma função que se assemelha às Máquinas de Guerra em seu nomadismo, encontros, fluxos, liberdades. Mas na descrição de seu funcionamento evidencia-se que eles não podem servir a outra coisa que não os aparelhos de captura, pois existem dominados pelas dinâmicas ou do capital ou do estado. Entendemos que o transporte coletivo, hoje, funciona como aparelho de captura da aventura cidadina da circulação das pessoas.

Podemos ser mais específicos. Em todo o Brasil o transporte coletivo segue uma lógica de mercado onde fundamenta-se com base no lucro de empresários que exploram o setor. Essa organização geral dos transportes constrói estruturas que em muitos momentos chocam-se com a ideia da circulação na cidade. No texto *Transporte coletivo e luta de classes - um panorama da questão* (Nascimento. 2006) explora-se bem essa situação, com a dinâmica de aumentos de tarifa que reduzem o número de passageiros nos ônibus, a estrutura de financiamento faz com que a circulação nos ônibus seja realizada por cada vez menos pessoas, com que os veículos estejam cada vez mais lotados e precarizados, que a jornada de trabalho dos motoristas seja cada vez mais estressante, que a passagem seja a cada dia mais cada. E leva a um limite do debate público onde os protestos sejam cada vez mais constantes.

Como já afirmamos em alguns capítulos anteriores, não se trata aqui de advogar alguma teleologia apriorística da revolta urbana, mas de refletir sobre as movimentações e conflitos que temos presenciado atualmente. Sejam os de moradia, transporte, saneamento, a cidade tornou-se um palco de batalhas cada vez mais constantes e de antagonismos mais claros; passou a concentrar a maioria da população mundial em seus grandes centros. Trata-se de um crescimento exponencial dos centros urbanos no último século, acentuado nas últimas décadas. As grandes cidades cresceram acentuando os processos de disputa entre centros e periferias urbanas, fazendo do deslocamento, localização, propriedade urbana elementos essenciais da definição da sua vida cidadina. A circulação

da mão de obra da residência ao trabalho complexifica-se em uma cidade de grandes concentrações de renda. Assim o TCU assume cada vez mais importância na dinâmica da urbe.

A dinâmica do transporte coletivo na cidade, por exemplo, segue uma mesma lógica privatista, burocrática e de lucro nas cidades brasileiras, fruto de um mesmo paradigma do aparelho de captura. Todavia o funcionamento deste serviço é recheado de nuances em cada cidade em que se desenvolve, possibilitando lutas contra as estruturas específicas e gerais de dominação, simultaneamente. A mobilidade urbana realiza-se à sua dinâmica própria e às estruturas nacionais/locais.

A dinâmica dos TCU está vinculada à dinâmica social de segregação espacial do centro-periferia e remonta lógicas coloniais de possibilidade de trânsito pela cidade. Lógicas racistas: a estrutura das cidades e da constituição do público usuário dos transportes tem relação com a constituição segregadora das cidades brasileiras onde parte expressiva da população negra mora em regiões afastadas dos centros produtivos urbanos e locomove-se largamente de ônibus. Além do lucro, o transporte serve então ao controle da circulação urbana. Indo, novamente, em oposição à ideia da dispersão.

\*\*\*\*\*

#### **\* Águas Claras - cidade metrô/carro**

*Águas Claras foi construída por um motivo banal. É que quando foram criar o sistema metroviário do DF, perceberam que o traçado planejado tinha uma longuíssima área que seria percorrida sem que nenhum(a) passageiro/a entrasse no metrô. Por isso decidiram criar um conjunto habitacional que pudesse ser um ponto de distribuição das linhas metroviárias... um bairro chamado Águas Claras. Curioso é que este bairro tenha, logo, se transformado no maior canteiro de obras do país. Prédios de trinta, quarenta andares amontoados entre ruas pequenas, becos, vazios urbanos. É uma cidade onde todo prédio é um condomínio fechado, de forma que os parques públicos são meio irrelevantes no centro da cidade.... já que a maioria dos prédios tem cinema, parque, piscina, espaço gourmet, quadra poliesportiva. E muita fortificação urbana.*

*Águas Claras me lembra o conceito de Enclave Urbano<sup>49</sup>, onde a proximidade social entre construções urbanas tão distintas edifica as distinções de classe. Todavia o caso de Águas Claras tinha sua dimensão própria: chegar de carro à cidade pela avenida Estrada Parque Taguatinga - EPTG possibilita a visão de um horizonte de cerrado torto enclavado por uma concentração*

---

49 Cf. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Proximidade Territorial e Distância Social: reflexões sobre o “efeito do lugar” (2009). Disponível em <http://web.observatoriodasmegacidades.net>

*gritante de prédios tentando arranhar o céu de Brasília. Digo que essa cidade foi criada por um motivo banal, mas talvez devesse dizer que é muito malicioso e interessado para o meu gosto. As cidades devem ser criadas, creio, para atender aos interesses das pessoas, do conjunto da população.... e não aos interesses do capital.*

*As vezes precisamos fazer grande malabarismo teórico pra justificar a relação entre a especulação imobiliária e o transporte. É difícil explicar que os donos dos imóveis valorizados pela circulação próxima às suas residências só gostam do transporte porque este agrega valor ao local. Mas pede pra qualquer pessoa dar uma olhada nos engarrafamentos de Águas Claras, cidade criada pra ser escoadouro do metrô, que matamos essa charada de uma só vez.*

\*\*\*

### **A mobilidade negra em uma sociedade burocrática**

Podemos pensar o Distrito Federal desde a sua capacidade de dispersar, fazer encontrar ou movimentar pessoas. A cidade é constituída, por uma história bastante peculiar, de um todo urbano dividido em vários aglomerados urbanos distantes entre si e ligados unicamente por rodovias ou linhas metroviárias. O centro econômico da cidade é também o centro geográfico para onde se destinam praticamente todas as pistas. Se a ocupação dos diferentes núcleos urbanos locais é racialmente marcada por motivos históricos já aqui bem trabalhados, não precisaria passar pelo "*Lugar de negro*" da Lélia Gonzáles e Carlos Hasenbalg (1982) para intuir que a maioria do centro do DF é branca e a maioria da periferia do DF é negra. Sequer precisaríamos checar os dados de autodeclaração de cor por região administrativa da cidade para comprovar isso. Mas, ao fazê-lo, pudemos também observar que as regiões percentualmente mais negras são as com piores índices sociais e recursos urbanos. E as regiões mais brancas, o inverso. Se Brasília foi planejada, esta racialização do espaço aqui observada não é outra coisa que o efeito das políticas de estado. Que são decididas justamente por esta parcela da população que mora nos núcleos urbanos centrais.

\*\*\*

#### **\* Andar só em Brasília, na rua, como negro**

*Passei o fim de minha infância, adolescência e juventude convivendo no Plano Piloto, como homem negro. Andando por estas ruas, passarelas e demais locais nunca me pôde escapar os traumas e medos que eu causava e causo na cidade. Mesmo - quando criança - magrelo, franzino, meio envergonhado, com corpo torto e andando com muito medo pela cidade, nunca deixei de perceber que minha presença no centro da cidade incomodava muita gente. Quando comecei a estudar e refletir sobre minha situação na cidade, ainda aos dezesseis anos, passei a escrever*

*alguns contos e historietas sobre o assunto. Recordo-me , em especial, desta aqui:*

"07/08/02

*tu sabes que tu não corres,*

*Filha da puta.*

*tu sabes que eu corro mais,*

*sabe que posso ser perigo*

*"a gente tem que se prevenir, né?"*

*esconde teu pertence no ventre*

*teu pertence material é teu filho*

*filho da puta.*

*tema-me, pois eu sou quem vai tirar teu filho de você*

*esconde tua bolsa, anda apressado,*

*olhe para trás, cabeça a 45°*

*Da minha parte, prometo tentar desviar o rumo*

*prometo correr e passar você*

*Sejamos hipócritas entre nós,*

*talvez consigamos exortar*

*os nossos símbolos em preto e branco."*<sup>50</sup>

*Eu sinceramente sentia legitimidade na raiva reativa que me pulsava em torno daquelas mulheres - novas, velhas, da minha idade, adultas - que se esgueiravam de mim sempre que me aproximava. Minha relação com o movimento feminista começou na mesma época em que passei a desenvolver mais constantemente uma relação mais acertada com minha sexualidade. Fiz imediatamente a autocrítica do caráter machista deste texto, pensando que eu, como homem negro, não poderia sair por aí falando essas coisas agressivas para mulheres que também estão inseguras na rua, sob a possibilidade iminente de um estupro. O chato dessa história, todavia, é que ao mesmo tempo que a literatura feminista me ensinava a não bolinar mulheres nas ruas... jamais me ensinou a como lidar com o fato de que elas me temiam por motivos muito alheios à idéia da sexualidade. Era pelo meu fenótipo. Mais que isso, que jamais poderiam me olhar como corpo que pudesse ser desejado ou desejá-las, em situação de rua: eu era no máximo uma ameaça constante. Esse olhar medroso dói muito mais que baculejo com arma apontada na cabeça.*

*Ou seja, o meu corpo negro no espaço urbano somado à minha tentativa de exercer uma educação feminista do homem - em geral branco - no espaço me leva a anular a violência que eu mesmo sinto andando pela rua. O homem negro não pode ocupar com segurança espaços no centro da cidade, pois sua negritude é alheia a ele. A mulher, igualmente, é vulnerável neste espaço e não pode sentir-se plenamente segura, estando sempre preparada para defender-se de um atentado.*

---

<sup>50</sup> Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/11/268134.shtml>

*Todavia a imagem que se constitui para o medo feminino não é a do homem genérico... é especialmente a do homem negro. Assim, acho, o centro da cidade ganha duas instabilidades, e praticamente inviabiliza a possibilidade do encontro... aquela que diziam por aí que era constituinte da urbe.*

\*\*\*\*\*

Acredito que a dinâmica da circulação de pessoas seja um elemento determinante da forma como as relações sociais se desenham no DF. O fato de que as rodovias tangenciam os núcleos urbanos faz com que moradores de uma região administrativa não precisem passar pela outra para circular pela cidade. E como quase todos os serviços, empregos e bens se dão no centro, todos conhecem o centro da cidade. Essa relação urbana que não se entrelaça torna a imagem do outro espaço mais presente que o convívio com ele. Assim, passar motorizado pela beira dos bairros reforça o estereótipo do que está ou pode estar lá dentro. Zonas de sombras, locais proibidos, zonas perigosas e tudo mais que a imaginação possa criar.

Mas o que poderia influenciar esta imaginação do urbano? Justamente a composição racial/econômica de cada um destes centros. Pois no Brasil, como bem disse Florestan Fernandes (1972;1989), a figura do negro constitui a representação do pobre, do miserável, do marginal, do operariado mais baixo. A transposição desta figura do corpo humano para o corpo da cidade é uma operação muito simples. Basta imaginar uma região de periferia sem nunca ter estado lá. A única coisa que se sabe neste processo de imaginação é que as pessoas que ocupam aquele espaço são as de tez negra. Assim, se por um lado as políticas públicas urbanas são espacialmente segregadoras as representações espaciais da cidade igualmente seguem esta lógica. Por isso afirmamos que o endereço afirma o espaço e o signo racial.

Obviamente a convivência segregada também faz com que cada espaço desenvolva signos próprios. Cada cidade desenvolve, também, suas diferentes estéticas. Assumindo os signos de sua região, as pessoas de territórios negros assumem signos tidos como negros. Mesmo as de menores marcas fenotípicas. Os negros que residem em espaços brancos vivem uma condição esquizofrênica, de um devir atordoante: são convidadas - pelo tratamento estereotipado - a exercitarem marcas que não possuem, ao mesmo tempo em que não exercem com legitimidade social suas marcas próprias do centro da cidade (o tratamento violento da polícia e as discriminações cotidianas cumprem bem esse papel de desestabilizar o sujeito).

Nesta situação podemos dizer, com clareza, que o transporte coletivo no DF, orientado ao lucro e gerido por burocratas/empresários, não realiza os fluxos urbanos rumo à dispersão e

encontro. Ao contrário, serve aos aparelhos de captura, como forma extremamente eficaz de controle na cidade. Esta se transformou em uma zona de disputa de interesses contraditórios que cada vez mais se chocam. A máquina de guerra está presente no cotidiano dos transportes, buscando realizar seus fluxos de formas imperceptíveis, ou por meio de enfrentamentos táticos. Seja pulando a roleta, entrando por trás do ônibus lotado, queimando o ônibus velho que quebra, fechando a rua espontaneamente contra a precariedade da mobilidade urbana. A máquina de guerra avança neste espaço buscando realizar seus fluxos necessários. A relação entre o TCU e o navio negreiro parece bastante oportuna, nesta atual configuração dele. Pois funciona em função do lucro, como instrumento de segregação espacial racista, gerido por capitalistas e burocratas. Somente uma alteração no funcionamento, função e gestão deste serviço poderiam fazê-lo corresponder à função que lhe foi ideologicamente atribuída.

\*\*\*

### **\* As pontes no lago norte**

*A discussão sobre as pontes do Lago Norte (bairro nobre do DF, em forma de península que incide sobre o lago Paranoá) vem de um projeto traçado inicialmente na década de 1970. A previsão inicial indicava a construção de uma ponte ligando o Setor de Mansões do Lago Norte (Setor De Habitações Individuais Norte - SHIN) à Península Norte e outra ligando a Península Norte ao Setor de Clubes Esportivos Norte. A proposta foi rejeitada após ser submetida à comunidade do Lago norte, sob o argumento de que as pontes fariam rápida ligação do SHIN com os chamados “bolsões de pobreza” do DF. Assim, cidades como Varjão, Paranoá e Condomínios próximos foram o motivo da não implementação da ponte no DF, na década de 80.*

*Situação análoga ocorreu em 2003, quando uma nova proposta de pontes para o Lago norte foi apresentada. Na ocasião a Prefeitura Comunitária do Lago Norte fez uma pesquisa nas residências do local sobre a necessidade ou não de uma ponte, tendo maioria contrária. Uma família chegou inclusive a fazer uma campanha com mais de dois mil panfletos afirmando, entre outras coisas, que “Não queremos que o Lago Norte se transforme numa barriga de aluguel”.*

*O projeto da ponte do Lago Norte vez ou outra volta à pauta das discussões locais, mas sem previsões de implementação principalmente por conta da vontade da população que vive neste setor. O enfrentamento que a população do bairro empreendeu deu-se contra nada menos que um setor bastante incentivado/financiado no Governo Roriz (1999-2006), que é o da construção civil. Diferentes grupos empresariais de construtores, que tiveram seus lucros mais que triplicados naquele governo (devido a suas obras que além de crescerem foram superfaturadas) perderam esta*

*disputa com residentes do bairro nobre mais próximo do Plano Piloto. Atualmente voltam as especulações em torno deste projeto, mas desta vez reduzindo a ponte pela metade: partindo da asa norte e chegando ao lago norte, sem a extensão até a Região Administrativa do Paranoá.*

*Podemos perceber aí o setor abastado da cidade defendendo sua localidade, em contrariedade ao projeto do estado e dos setores econômicos a ele estrategicamente ligados. O pensamento reacionário de um setor social foi suficiente pra gerar mobilizações que frearam o desenvolvimento de uma obra que geraria enormes lucros. A discussão, apesar de seus questionamentos, também não passou pelo campo técnico: os argumentos racistas e elitistas de que o Lago Norte deveria ter sua paz garantida e que a ligação com os chamados bolsões da pobreza seriam prejudiciais por gerar mais violência foram suficientes pro estado não entrar em um jogo de forças com aquele setor populacional. O direito à cidade foi determinado, então, não por um projeto de estado ou baseado em direitos coletivos, mas sim por parte de um pequeno grupo que detêm espaços hegemônicos na sociedade. Importante citar que nos plebiscitos feitos sobre a ponte a população da Asa Norte e do Paranoá - bairros imediatamente afetados - não foram consultadas.*

\*\*\*

#### **\* O metrô na asa sul**

*O Sistema de Transportes Metroviários em Brasília é um projeto já em curso, mas não acabado. O serviço configura-se como uma Empresa Pública de Direito Privado, vinculada à Secretaria de Transportes do GDF. Sua construção iniciou-se em 1992, com previsão pra finalização em 1999. Com o atraso das obras e suas recorrentes paralisações, o serviço só começou a ser oferecido em 2001. O Metrô de Brasília liga o centro do Plano Piloto (rodoviária) ao Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. As estações do Plano Piloto são sete (Terminal, SQS 114, SQS 112, SQS 108, SQS 102, Galeria, Rodoviária). Até 2007, o metrô funcionou de segunda a sexta-feira das 06:00 às 20:00. A partir daquele ano, o governo ampliou o serviço e retomou as obras nas estações, inaugurando mais uma em Samambaia, na SQS 108 e com previsão de inaugurar mais cinco até 2010, buscando finalizar o projeto. O metrô hoje possui duas linhas, que vão da rodoviária do Plano Piloto até Samambaia (Linha Laranja) e Ceilândia (Linha verde). São um total de vinte e quatro estações que circulam cerca de centro e trinta mil pessoas por dia.*

*Em 1994, próximo à campanha eleitoral, houve uma falsa inauguração do Sistema de Transportes Metroviários no DF: durante um dia houve algumas viagens gratuitas como amostragem à população do DF do serviço que futuramente viria. Na época, durante os anúncios*

*da inauguração daquelas linhas, era recorrente o comentário de que os apartamentos da Asa Sul próximos às estações desvalorizar-se-iam, tendo seus preços reduzidos drasticamente. A justificativa era de que com o Metrô, mais pessoas da periferia circulariam pelo DF, aumentando o número de roubos, estupros, furtos.*

*Recordo disso por ter morado na Asa Sul no ano de 1994, mais especificamente na Quadra 114 sul, onde há uma das poucas estações de metrô que sempre funcionaram no plano piloto e que teve um dos palcos do referido evento. Acredito que um dos resultados diretos desse temor da população da asa Sul pode ser percebido no horário de circulação do Metrô no DF: mesmo que atualmente este horário tenha se ampliado, por muito tempo a circulação metroviária foi restrita aos dias de semana e horários de trabalho. Além disso, é notório - apesar das justificativas sempre presentes - que o projeto do metrô tenha demorado cerca de vinte anos para chegar perto de concluir seu plano inicial: falta uma estação na Asa Sul e todas estações da Asa Norte. A expansão do sistema metroviário no DF caminha em passos tortos.*

*Essa situação envolve muitos fatores, agentes públicos e interesses, mas não deixa de ser curioso como o interesse conservador de determinados grupos influa tão diretamente no projeto local. A especulação imobiliária aparece em um primeiro momento, ancorada nos argumentos racistas de que a população da periferia (estigmatizada pela cor) em trânsito no DF cometeria crimes na região. Os resultados desse processo, já citados, caminham em direção oposta ao dos lucros econômicos. O cerceamento do serviço de transportes não gera todos os lucros que poderia, por funcionar pelas metades. Os construtores novamente saíram perdendo na disputa com o imaginário racista, uma vez que não puderam dar prosseguimento às suas obras superfaturadas. O caso da especulação sobre os preços dos imóveis também parece risível, uma vez que as áreas mais valorizadas em cidades com amplo serviço metroviário são justamente as que são próximas aos terminais e pontos de metrô. É novamente um imaginário de espaço privatista que impede a mobilidade urbana de avançar.*

## CONCLUSÕES

*A cidade é nossa - Vadioslocus*  
*A cidade é nossa, a-há uhú! A cidade é nossa!*  
*Prepara burgues! Prepara burgues! Prepara burgues!*  
*São virtudes de atitude ladrão estilo Robin Hood*  
*Somos rudes, tem virtude, não se ilude.*  
*Nem polícia nem revolver / (Só de boa, só na paz!) /*  
*Qualquer treta nós resolve / (Só de boa, só na paz!)*  
*Quem quer paz e vida diga um, dois, três!*  
*um, dois três, chegou a nossa vez*  
*Nem preto nem branco nem pedra nem pó!*  
*Nem pow nem pá! É nós e só!*  
*É nós! É nós da favela, É nós!*  
*(Prepara burguês!)*  
*Sem polícia; (Prepara burgues!)*  
*Nem comédia; (a cidade é nossa)*  
*Só os irmão; (a cidade é nossa)*  
*Dando a idéia; (a cidade é nossa)*  
*Tô de boa, sem neurose (Prepara burgues!)*  
*pra ser respeitado não preciso de um revolver*  
*também to contigo desarmado e sem conflito*  
*boto fé longe do mal dos gambé apesar de conhecer o perigo*  
*mas também conheço e sei o que é bom*  
*sou do hip hop que pé bom*  
*to na rua livre que é bom*  
*curto break tudo que é bom*  
*(...)*  
*Cada um cada!*  
*A cidade é nossa!*

A Dissertação “A Cidade Brasília (DFE): Conflitos sociais e espaciais significados na raça” realizou reflexões aparentemente dissociadas durante quatro capítulos para investigar e defender uma perspectiva acerca de uma leitura sobre Brasília. No capítulo intitulado “A íntima relação entre conflitos sociais e a cidade” abordei, por meio de quatro distintos campos que analisaram as mobilizações ocorridas em Junho de 2013 nas cidades brasileiras, uma forma de equacionar os conflitos sociais urbanos.

Primeiramente abordamos a perspectiva da constituição espacial das cidades que torna a circulação social pelo tecido urbano tarefa essencial da reprodução urbana e, simultaneamente, mecanismo de controle e espoliação nas relações capital-trabalho. Assim sendo, o transporte coletivo é elemento essencial das relações sociais urbanas e, uma vez que é privatizado, constitui um terreno de revoltas que chegou a um crescente de conflitos que explodiu em junho de 2013 a partir das lutas realizadas contra o aumento das tarifas do transporte coletivo em quatro capitais brasileiras, sendo São Paulo o estopim da explosão nacional das lutas. Outra linha de raciocínio acerca destes conflitos está vinculada à crítica das reformas urbanas preparatórias dos megaeventos, uma vez que elas remodelaram o mapa da cidade com tal violência e gasto de recursos que gestou um conflito iminente. (Nesta concepção) Esta insatisfação espalhada teve nas

lutas contra os aumentos de tarifas o estopim para desenvolver-se na fórmula “Megaeventos, meganegócios, megaprotostos”. Uma terceira leitura entende estas mobilizações desde o conjunto de lutas anticoloniais e latinoamericanas no decorrer dos últimos séculos. As cidades foram constituídas com uma segregação étnico-racial e remontando o capitalismo não pela ruptura mas pela continuidade das relações sociais do período colonial. As rebeliões anticoloniais recorrentes na história das sociedades latinoamericanas - estruturalmente racistas - atingiram desde os últimos trinta anos o ambiente urbano, sendo esta mobilização brasileira um capítulo deste processo maior. Por fim, há um quarto campo de leituras que observa estas mobilizações dentro da conjuntura criada desde a crise capitalista de 2008. este campo de leituras observa algumas características comuns às lutas ocorridas no Oriente Médio, norte da África, Europa, entre outros, fazem parte de um processo de acirramento das relações capital-trabalho, onde o primeiro busca aumentar a expropriação direta sobre o segundo. A precarização das relações produtivas em todo o mundo geram um tipo de revoltas massivas nas cidades às quais o junho brasileiro de 2013 foi parte constituinte do mesmo.

O Primeiro capítulo encerra-se extraindo destas análises o ponto comum de que as cidades são cenários de conflitos sociais. Pensando na economia destes, chegamos ao vínculo imediato entre as relações sociais e a cidade, uma vez que uma se constitui junto à outra. A cidade foi constituída desde as relações sociais e é por meio delas que mudará. A memória concreta que presente no espaço urbano trata-se da herança dos conflitos passados... onde somos impelidos a viver os agouros presentes. Porém, se a cidade é conflito, todas as partes podem vencer. Este é o espírito da primeira parte do trabalho: abrir o caminho para que possamos pensar reais chances de avanço por parte dos setores historicamente marginalizados.

O Segundo capítulo, chamado "Brasília: uma cidade de conflitos sociais" raciocinou sobre como Brasília se vincula à compreensão elencada no capítulo anterior. Raciocinamos acerca deste tema compreendendo a própria concepção e momento de construção da capital como parte de um projeto ideológico de país vinculado à modernidade arquitetônica - uma arquitetura que se constituiu com o propósito de dirimir os conflitos sociais por meio da técnica. A capacidade de um conjunto agir de forma tecnocrata na constituição da cidade é questionada logo à frente. Discordamos da concepção ideológica de que a técnica pode subsumir ou mesmo resolver os conflitos estruturantes da sociedade sem que as relações sociais se modifiquem. O planejamento urbano é descreditado de seu altar resolvidor de todos os problemas e trazido à realidade onde ele se insere em uma forma de exercício do poder própria de um grupo de gestores específicos. Estes tem locus privilegiado nos debates acerca da cidade é fruto de um equívoco de foco: a compreensão da cidade desde sua ideologia modernista e não a partir das relações sociais.

Questionamos esta ideologia modernista discutindo justamente a concepção urbana da

cidade elaborada por Lúcio Costa, que planejou o centro da cidade com base em quatro escalas: bucólica, gregária, residencial e monumental. Como conceito provocativo a esta concepção, acrescentamos a proposta de uma escala de segregação, composta por todo o conjunto urbano oriundo dos conflitos sociais na cidade e que não é compreendido pela concepção planejada. A escala de segregação é parte oculta e contraditoriamente principal de nova capital, uma vez que só é possível construir uma cidade da forma como foi construída Brasília constituindo um centro planejado rodeado de espaços marginais ao seu redor.

Esta escala permite questionar a ideologia do planejamento urbano. Pois o desenvolvimento histórico da cidade esteve mais orientado aos conflitos urbanos que à sua proposta original. Ao contrário de compreendermos isto como desvio do plano original, entendemos que a cidade, íntima dos conflitos sociais, só pode ser pensada se os conflitos tiverem papel determinante em seus processos. O planejamento urbano é um dos elementos componentes deste conflito, e deve ser entendido em sua importância como tal. Daí partimos à compreensão de que o debate de Brasília que centra seus principais esforços na área planejada, no planejamento ou tombamento urbano, cai na armadilha de pensar o futuro da cidade com base no que ela deveria ter sido. Esta forma de raciocinar sobre o urbano local torna o debate estéril e, simultaneamente, de extrema serventia a quem hoje exerce poder na cidade.

Avançamos sobre este argumento problematizando e raciocinando acerca do tombamento de Brasília pela Unesco. Descrevemos a história do episódio e, por meio da análise dos movimentos comunitários das áreas nobres e dos debates em torno da Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) realizado especialmente pelo movimento "Urbanistas por Brasília" refletimos sobre os limites do tombamento da área planejada de Brasília e das influências que este debate exerce sobre a política local. O tombamento de Brasília é o chão comum destes dois grupos que, mesmo possuindo internamente diversidade ideológica e de ação política, atuam unitariamente no sentido de manter o principal esforço intelectual da capital sobre seu centro. O centro da cidade, aliás, é apontado como um espaço com alguma diversidade interna, dado que é habitado por diferentes grupos sociais que visitam ou residem no mesmo a partir de diferentes propósitos. São as fissuras urbanas do Plano Piloto.

O terceiro capítulo, chamado "O conflito social no espaço cerratense-candango" começa com a apresentação de uma compreensão da história de Brasília para além das cinco décadas vinculadas à construção da capital. O cerrado onde a cidade foi construída tem uma história de conflitos anteriores que tanto foram influenciados como também influenciaram as relações sociais micro-regionais. Abordamos esta história compreendendo tanto as diferentes conjunturas pelas quais os conflitos passaram na cidade como também desde as classificações dos povos que ocupam

o cerrado - Cerratenses, Candangos/as e Pioneiros/as. Rabiscamos cinco conjunturas constituintes dos conflitos sociais locais: uma anterior a construção da cidade, outra vinculada à construção de Brasília, a terceira articulada em torno das lutas pelo permanecimento na cidade, a quarta cindida pela tensão entre cidade tombada e cidades satélites e a quinta, atual, constituída pelo avanço da especulação imobiliária sobre a cidade.

Seguimos então à parte de compreender, analisar e questionar os rumos da conjuntura do avanço da especulação imobiliária sobre a cidade. Para tanto compreendemos a especulação imobiliária como um processo de acúmulo capitalista sobre o espaço que, para tanto, utiliza mecanismos e ferramentas de crescimento urbano que desenvolve a urbe orientada aos interesses do capital e não das pessoas. No Brasil o mercado imobiliário é compreendido desde sua dinâmica própria em relação ao mercado estadunidense, uma vez que aqui o subsídio estatal - e não privado - ao desenvolvimento urbano constitui um marco diferencial em relação a outros países. No caso específico do Distrito Federal, o desenvolvimento do mercado imobiliário está articulado com as relações sociais locais, uma vez que a estrutura produtiva local é deficitária e a posse acesso e permanência na terra tem um papel central na constituição do poder candango. A radiografia do desenvolvimento destes atores na região permite começar a compreender como foram articuladas mudanças institucionais e rearranjos políticos que possibilitassem que o cenário urbano local se modificasse radicalmente desde dez anos atrás até os dias de hoje. A especulação imobiliária gestou um violento processo de urbanização vertical que está reordenando as relações espaciais locais, espraiando populações ricas e pobres pelos distintos cantos do DF. Obviamente, também, acirrando os conflitos sociais no espaço.

Mas este processo não se dá de forma linear e/ou sem resistências. Durante todo o capítulo analisamos por meio de crônicas diferentes situações de enfrentamento à especulação imobiliária. Por meio delas percebemos que o avanço vertiginoso da Ditadura da Especulação pode ser derrotado pelas populações imediatamente afetadas por pelo mercado imobiliário local.

Já o quarto e último capítulo, chamado "O signo racial do conflito espacial" busco recortar a análise ao que ela tem de seus significados raciais. Em um primeiro momento fiz um recorte de como toda reflexão anterior está vinculada a uma dinâmica de ocupação e conflituação racial no espaço: seja nas disputas pelo acesso ao Plano Piloto, nas histórias dos conflitos sociais regionais e no remodelamento das posições da população negra no espaço urbano fruto da expansão imobiliária. Assim, sugiro a utilização do urbano como chave de compreensão do racismo, uma vez que entendemos as cidades entremeadas às relações sociais como um todo e a configuração urbana expressa e participa da configuração do racismo na urbe.

Daí seguimos à reflexão de que o racismo é um signo racial constituinte das relações sociais

na urbe, a partir dos quais se organizam as relações sociais, seja pelo tratamento estrutural dado pelo estado, empresas, organizações sociais e outras instituições ou pelas estratégias de sobrevivência e resistência. As diferenciações territoriais assumem neste contexto um papel de significação racial, dado que os territórios das cidades e, mais, elas próprias, recebem diferentes tratamentos em função de sua composição racial.

Uma vez que são diferentemente tratadas e que vivemos em uma cidade polinucleada, desenvolvo o raciocínio ao cruzamento da estrutura racista de Brasília e a circulação das pessoas pela urbe. A análise do Transporte Coletivo e do sistema de mobilidade urbana demonstrou que no DFE este serviço está orientado ao controle e dominação urbana; à definição de quem pode ir onde, quando e como. Além da dificuldade com transporte, as formas de ver e ser visto nos espaços racializados do DF constituem tecnologias e uma psicologia urbana estruturada em torno da raça. Por meio das distintas crônicas presentes na obra podemos perceber como os mecanismos de extermínio, desestabilização, cerceamento da mobilidade e controle racista da população negra candanga é articulado pelo estado e também pelos movimentos de moradores de áreas nobres.

\*\*\*\*\*

A intenção explícita deste trabalho é apresentar uma perspectiva e agenda de análises e intervenções na realidade do Distrito Federal. Realizamos o vínculo entre a constituição das cidades e os conflitos sociais inerentes às desigualdades e expropriações próprias do sistema em que vivemos. Apesar das grandes expressões públicas de disputas que pudemos presenciar em junho, gostaria de reafirmar aqui que os conflitos urbanos ocorrem na totalidade das relações urbanas. Não estou compreendendo conflito necessariamente como oposição declarada entre diferentes personagens da sociedade. O conflito aqui está entendido desde as relações sociais amplas que estes distintos sujeitos exercem em seu cotidiano. Ou seja, quando o conflito chega aos nossos olhos é porque ele já tomou todo o corpo. Igualmente, quando ele emerge coletivamente nas ruas da cidade é porque suas tensões internas já constituíram o caldo de cultura suficiente para que a ação coletiva supere a ação individual; para que a ação democrática supere a ação autoritária-individualista. E, por fim, para que a atividade criadora seja primeira frente às passividades. Quantos Junhos tivermos a explodir pelas cidades, tantos conflitos mais teremos.

Não acredito, porém, que os conflitos estruturais que temos em nossa sociedade sejam eternos. Ao contrário, acredito que esta situação pode ser alterada estruturalmente, constituindo outras formas de relação social. Porém, para tanto, as condições materiais de existência e reprodução na realidade precisam ser alteradas em igual medida para que isso ocorra. O corpo urbano, justamente por abrigar dentro si – e ser gestado pelas - as diferentes dimensões destas relações sociais, torna-se um locus privilegiado na constituição de outras formas de sociabilidade.

No que diz respeito a Brasília, este trabalho chega à conclusão de que devemos modificar a agenda dos debates públicos sobre a cidade. Todavia para que isso ocorra é necessário também que modifiquemos os atores desta relação. Enquanto as principais vozes da cidade estiverem concentradas nos grupos que hoje detêm este privilégio, os mesmos assuntos batidos serão os temas de um debate conservador ou progressista. O problema do debate sobre a cidade que hoje presenciamos é anterior à posição que assumimos; ele está limitado pela pequena abrangência do assunto que agora trabalhamos.

Ora, mas se compreendemos que as relações sociais nesta região devem ser tratadas de modo sistêmico, como podemos advogar em nome da emergência de setores nomeados como “excluídos” deste processo? Esta questão é facciosa, pois compreendemos que o conjunto das relações sociais do DF então dentro deste sistema. Porém dentro e subjugadas.

Compreendo, acredito e defendo que o Distrito Federal e entorno tem um conjunto muito rico de experiências regionais, temporais e de cosmovisões sobrepostas no espaço pelo tempo. É advogando em nomes destas diferentes concepções que acredito na necessidade de aprofundarmos os debates das diferentes comunidades buscando sua relação, história e missão local com as perspectivas e projeções globais que elas mesmas realizem. Quando escolhi falar panoramicamente de diferentes relações com as quais tive contatos que, apesar da profundidade, foram esparsos, o fiz pensando que não será o autor de uma obra deste tipo que poderá dar questão e resposta às perguntas aqui elencadas. Será na dinâmica da pesquisa colaborativa, participativa e relacionada à práxis que poderemos derrotar não só a Ditadura da Especulação (uma das formas possíveis desta organização social), mas sim a própria estrutura que a sustenta. Os conflitos sociais no DFE não acabarão enquanto piores forem as condições de vida e desenvolvimento pleno das faculdades humanas e naturais. A tendência é que eles se acirrem cada vez mais, se as relações sociais caminharem neste sentido. Por isso a urgência de brearmos este processo o quanto antes. O/A transformador(a) social não é propriamente uma pessoa corajosa. Talvez justamente pelo espanto em ver o que já está ruim ficar pior que muitas pessoas se levantam pela primeira vez. Para depois refletirem que além de não piorar, podemos viver muito bem, felizes.

Estes conflitos têm uma linguagem fenotípica, racializada de se manifestarem. Este é o terreno que temos em mãos: não é o que escolhemos, é onde nos meteram quando viemos parar nesta dimensão da existência. Nossa capacidade de escolha está em como nos relacionarmos com este mundo buscando outro: afirmar a negritude como forma de resgatar nossos vínculos históricos e construir nossas metas futuras têm se mostrado um caminho adequado.

Por fim, me dediquei à realização deste trabalho porque acredito no futuro do Distrito Federal e Entorno. Não compreendo muito bem certas obras que fazem um grande esforço teórico

para comprovar que o ideal é acabarmos com Brasília/Quebradas/DF/Entorno em recomeçarmos tudo do zero. Esta perspectiva leva, no limite, à defesa de um genocídio como salvação da humanidade. Acredito que não precisamos de mais genocídio do que o que já enfrentamos enquanto jovens negros. Podemos melhorar, desde agora até o sempre.

*É por acreditar nisso tudo que escrevi estas páginas acima. Espero que elas sirvam para que mais pessoas acreditem nesta hipótese: se estamos em um conflito podemos ganhar ou perder. Ou seja, temos nossa chance.*

## BIBLIOGRAFIA

- BERNARDO, João. Economia dos Conflitos Sociais. / 2 ed. São Paulo : Editora Expressão Popular (2009) 496 p.
- BERTRAN, Paulo. História da Terra e do Homem do Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal, do indígena ao colonizador. Brasília: Paidéia, 1999.
- BORGES, Antonádia. 2004. Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 194 pp.
- \_\_\_\_\_ .. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas.. Cuadernos de Antropología Social, 2009.
- BOTELHO FILHO, Flávio Borges. As relações rural-urbano no Distrito Federal. Tese de Doutorado. UNICAMP. Campinas, 2001.
- CAIAFA, Janice. Jornadas Urbanas – Exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Editora FGV, 184p. 2002
- CAMPOS, Andreilino de Oliveira. As questões étnico-raciais no contexto da segregação sócio-espacial na produção do espaço urbano brasileiro: Algumas considerações teórico-metodológicas. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org). Questões Urbanas e racismo. Petrópolis, RJ: DP et Alli; Brasília, DF: ABPN, 2012.
- CAMPOS, Neio "A produção da segregação residencial em cidade planejada" (1988) Dissertação de mestrado em Planejamento urbano, Universidade de Brasília
- \_\_\_\_\_ . A Segregação Planejada. In: Aldo Paviani. (Org.). A Conquista da Cidade. 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1991, v. , p. -.
- CARDOSO, Raul - "A ocupação da Câmara Legislativa do Distrito Federal e a formação do Movimento Fora Arruda." 2011, Monografia de Graduação – Instituto de Ciência Política -UnB.
- CARRIL, Lourdes. Quilombo, favela e periferia: A longa busca da cidadania./ Lourdes Carril. -- São Paulo: Anhablume ; Fapesp, 2006
- CARVALHO, José Jorge. . As Tecnologias de Segurança e a Expansão Metonímica da Violência. Série Antropologia, Brasília, v. 291, 2000.
- \_\_\_\_\_ . Poder e silenciamento na representação etnográfica Série Antropologia - 316 - Brasília, 2002.
- \_\_\_\_\_ . Racismo Fenotípico e Estéticas da Segunda Pele, Revista Cinética, www.cinetica.com.br. ISSN 1983-0343, 2008.
- CARVALHO, Vladimir. Cinema Candango, matéria de jornal. Brasília: Cinememória, 2002.
- CASTELLO, Luís Filipe Montenegro. Fissuras urbanas Trabalho de conclusão de mestrado em arquitetura e urbanismo, UNB (2008)
- CASTRO, De Gersion de. Paranoá em quadros e versos: Um olhar sobre Brasília, DF: 2009.
- CORRÊA, Cíntia da Costa. O falar candango: o caso das vogais pré-tônicas e do /s/ pós-vocálico IN: O falar candango : análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais. Editora UnB. Brasília. (2010)
- DA GUIA, George Alex - Políticas territoriais, segregação e reprodução das desigualdades socioespaciais no aglomerado urbano de Brasília
- DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo, Boitempo, 2006.
- DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Felix, Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 5, São Paulo, Editora 34, 1995
- DORIA, Siglia Zambrotti "O Guardião do Rito". Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Antropologia da UnB em outubro de 1991.
- ELIAS, Gabriel Santos; MEDEIROS , João Telésforo. "A luta pelo passe livre sob a perspectiva do Direito à Cidade no Distrito Federal". VI Encontro anual ANDHEP, Direitos Humanos, Democracia e Diversidade. Brasília, 2010.

- FARRET, R. "A dinâmica da estruturação Residencial numa cidade planejada: Discurso Teórico, políticas Federais e ação local: 39ª reunião da SBPC, Brasília. (1987)
- FERNANDES, Duval Magalhães - Notas sobre os Programas para a Região Geoeconômica de Brasília IN: "Migração e ambiente nas aglomerações urbanas" NEPO/PRONEX; 2001.
- FERNANDES, Florestan. Aspectos políticos do dilema racial brasileiro. O negro no mundo dos brancos - São Paulo: Difel-Difusão Européia do Livro 1972
- \_\_\_\_\_ .A Integração do Negro na Sociedade de Classes - Vol. I - O Legado da Raça Branca - Editora: Globo Editora.
- \_\_\_\_\_ . Significado do Protesto Negro. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.
- FERREIRA, Marcílio Mendes et GOROVITZ, Matheus. A invenção da Superquadra : o conceito da Unidade de Vizinhança em Brasília. Brasília : IPHAN / Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, 2009. 528p.
- FIX, Mariana de Azevedo Barreto. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Tese de Doutorado; Instituto de Economia da UNICAMP (2011)
- FREIRE, Tamatátua Rosa de. A comunidade na preservação da cultura popular e o Centro de Tradições Populares de Sobradinho. Trabalho de Conclusão de Curso (UNIP-DF). Brasília, 2000
- FREITAS, Tânia Maria. A expansão urbana no Distrito Federal e a dinâmica do mercado imobiliário: o caso do Gama. Dissertação de Mestrado; Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, (2013)
- FRIEDMAN, T. (1995). "Making Sense of Software". In S. Jones (Ed.) Cybersociety. Thousand Oaks: Sage.
- GONÇALVES, Genival Oliveira (GOG) A Rima Denuncia - Global Editora, São Paulo, 2010
- GONZALES, Lélia. e HASENBALG, Carlos. "Lugar de negro", Coleção 2 pontos - Editora Marco Zero Ltda
- GUIMARÃES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio José de Campos. A Região Metropolitana de Brasília no Contexto Regional NEPO/PRONEX; 2001.
- HARVEY, David, Spaces of Global Capitalism. London: Verso, 2006.
- \_\_\_\_\_ . "A liberdade da cidade"/ Revista Urbana, No 3 Abril de 2008
- \_\_\_\_\_ . O enigma do capital e as crises capitalistas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011
- \_\_\_\_\_ Ciudades rebeldes. Del derecho de la ciudad a la revolución urbana. Akal 2013.
- HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; ZIZEK, Slavoj; DAVIS, Mike; Movimento Passe Livre São Paulo et. al. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil : Boitempo Editorial, 2013
- HOULSTON, James. A cidade x'Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras
- IGNEZ C. B. FERREIRA, MARCIA R. de A. MATHIEU Preservação do patrimônio e formação da área metropolitana de Brasília; 9o seminário docomomo brasil interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente Brasília . junho de 2011 . [www.docomomobsb.org](http://www.docomomobsb.org)
- KOWARICK, Lúcio. As Lutas Sociais e A Cidade: Sao Paulo, Passado e Presente (Organizador).. 2a. ed. SAO PAULO: PAZ E TERRA, 1994.
- LARAIA, Roque de Barros - Candangos e pioneiros. Brasília : Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 1996. (Série antropologia)
- LEFEVBRE, Henri O Direito à Cidade. (São Paulo: Ed. Documentos) \_\_\_\_\_ 2004 1969 (1968)
- \_\_\_\_\_ A Revolução Urbana. (Belo Horizonte: Ed. UFMG.) \_\_\_\_\_ 2002 1969 (1968)
- \_\_\_\_\_ The production of space, Londres, Blackwell. (1981)
- LESSA, Carlos. A Crise Urbana e o Circuito Imobiliário“. Salvador, mimeo, 1981.

- LIBERATO, Léo Vinicius A Guerra da Tarifa. São Paulo: Ed.Faísca, 2004
- LIMA, Venício A. de. "Mídia, rebeldia urbana e crise de representação" In: Cidades Rebeldes: Boitempo. 2013
- MAGALHÃES, Frederico Flávio. 2009. Terra Indígena Bananal: territorialização tapuya e materialização da presença indígena em Brasília. Monografia de Especialização em Desenvolvimento Sustentável. Brasília, CDS/UnB.
- MAGNANI, Luiz Henrique Por dentro do jogo: videogames e formação de sujeitos críticos Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-18132007000100009&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132007000100009&nrm=iso&tlng=pt)
- MEDEIROS, Ana Elisabete. e CAMPOS, Neio. Cidade projetada, construída, tombada e vivenciada: pensando o planejamento urbano em Brasília, in Paviani, A. et al. Brasília 50 anos de capital a metrópole. UnB, Brasília, 490p. (2010)
- MOURA, Cristina Patriota (2007) "A Fortificação Preventiva e a Urbanidade como Perigo" Brasília: Série Antropológica.
- NASCIMENTO, Manoel. "Transporte coletivo urbano e luta de classes I: um panorama da questão". Artigo publicado no Caderno do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social) (2007)
- NEGRI, Antonio. "Dispositivo MetrÓpole. A Multidão e a MetrÓpole" em revista. Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, número 25/26, maio-
- OBSERVATORIO DOS CONFLITOS URBANOS Os conflitos urbanos como chave de leitura da cidade: A experiência de Belo Horizonte (MG). BESSA, Altamiro Mol; ÁLVARES, Lucia Maria Capanema; GUIMARÃES, Alice Calhau; CUNHA, Victor Lacerda da. 2010
- OLIVEIRA, Danilo Roberto Silva de. "Daniel Krepe's Boys: Contos etnográficos e vinhetas literárias contra trajetória e reprodução social". Monografia apresentada no Departamento de Antropologia da UnB.
- MACDOWELL, Pedro de Lemos - O espaço degenerado : ensaio sobre o lugar travesti na cidade modernista - Trabalho de conclusão de mestrado em arquitetura e urbanismo, UNB (2010)
- PAIXÃO, Marcelo. Manifesto anti-racista: idéias em prol de uma utopia chamada Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, LPP/UERJ, 2006.
- PARK, Robert E. (1987) [1916] "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano" in Velho, Otávio (org.) O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- \_\_\_\_\_, On Social Control and Collectiv e Behavior (Chicago, Chicago University Press, 1967), p. 3
- PAVIANI, Aldo "A Brasília de todos os brasileiros"/ Correio Braziliense, Caderno de Opinião, p. 2. 4 de maio de 2001.
- \_\_\_\_\_. (1991) "A construção injusta do espaço urbano" em Aldo Paviani (org.) A conquista da cidade. Movimento Populares em Brasília.. Brasília. Editorda da Universidade de Brasília, 1992
- \_\_\_\_\_, "A Brasília de todos os brasileiros"/ Correio Braziliense, Caderno de Opinião, p. 2. 4 de maio de 2001.
- \_\_\_\_\_, Brasília – Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania (Org) .Brasília, Ed. UnB, 1999.
- PEIXOTO, Nelson Brissac (org./ed.) "As Máquinas de Guerra contra os Aparelhos de Captura" Editora SENAC, 64 p. 2002 Disponível em: [http://www.pucsp.br/artecidade/novo/publicacoes/fotonovela/maquinas\\_de\\_guerra\\_ebook\\_pt.pdf](http://www.pucsp.br/artecidade/novo/publicacoes/fotonovela/maquinas_de_guerra_ebook_pt.pdf)
- PENHAVEL, Pedro Felix Carmo "Urbanização por expropriação: o caso do Setor Noroeste" (Brasília-DF)
- PERE, Bruno. Entrevista para o tarifazero.org <http://tarifazero.org/2012/01/19/entrevista-com-bruno-pere-autor-do-trabalho-todo-vagao-tem-um-pouco-de-navio-negreiro/>
- RIBEIRO, G. L. . Acampamento de Grande Projeto. Uma Forma de Imobilizacao da Forca de

Trabalha Pela Moradia.. A conquista da cidade. Movimentos populares em Brasília.. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1992, v. , p. 25-53.

- \_\_\_\_\_ . Arqueologia de Uma Cidade. Espaço e Debates, n. 5, p. 113-124, 1982.
- \_\_\_\_\_ O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008. 276p.
- SÁ, Raquel Maranhão. Cineastas de Brasília. Secretaria de Estado de Cultura do DF, 2003.
- SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. Jornadas de Junho e Revolução Brasileira - <http://interessacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/jornadas-de-junho-e-revolucao-brasileira/>
- SANT'ANA, Marcel Cláudio. "A cor do espaço: Limites e possibilidades a análise da segregação socio-espacial, o exemplo de Brasília" ou "A cor do espaço, um estudo de caso sobre a segregação socioespacial no espaço urbano de Brasília" Trabalho de conclusão de mestrado em arquitetura e urbanismo, UNB (2006)
- \_\_\_\_\_, "A Cor do Espaço Urbano"/ Jornal Irohin, Brasília, ano XII, No. 19
- SANTARÉM, Paíque; SERRA, Rafael "Mobilidade urbana negra: transporte público para um público de cor" Jornal Irohin, Brasília, ano XII, Nº. 20 Setembro de 2007
- SANTARÉM, P. H. S (Paíque). A cor do DF: consolidação da classe trabalhadora e do desemprego vista a luz do racismo no DF. Trabalho de conclusão do curso de realidade Brasileira no DF (2007)
- \_\_\_\_\_ . Transporte público para um público de cor: Mobilidade negra em uma cidade de espaços racialmente marcados.
- SANTOS, Milton. Pensando o Espaço do Homem São Paulo: Edusp, 2007
- \_\_\_\_\_ Manual de Geografia Urbana São Paulo: Edusp, 2008 (1981).
- \_\_\_\_\_ A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2010 (1980).
- SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org). Questões Urbanas e racismo. Petrópolis, RJ: DP et Alli; Brasília, DF: ABPN, 2012.
- SCHVARSBURG, Alan. "A construção do bairro Setor Noroeste feita pelo Correio Braziliense". Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2009.
- SEGATO, Rita Laura: "Inventando a Natureza. Família, sexo e gênero no Xangô de Recife" In Santos e Daimones. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.
- \_\_\_\_\_ . 'Raça é Signo'. In: Série Antropologia, nro. 372. Brasília
- SERRA da Silva, Rafael Moreira - "O Plano dos Brancos - Brasília e a Marcha para o Setor Noroeste". 2011 , Monografia de Graduação. DAN-UnB
- SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da vacina: Mentres insanas em corpos rebeldes. Scipione, São Paulo, SP, 2001
- SILVA, Fernando Fernandes da. As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade. São Paulo: Peiropolis. Editora da Universidade de São Paulo. 2012
- SILVA, Maria Nilza. Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo / Maria Nilza da Silva - 1 .ed. - Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- SOUZA, Herbert José. "Como se faz Análise de Conjuntura" Petrópolis, 1984, Editora Vozes Ltda.
- SOUZA, Marcelo Lopes. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro,. Bertrand Brasil; 190 páginas, 2003
- TAVARES, Breitner. Na quebrada, a parceria é mais forte: Jovens, vínculos afetivos e reconhecimento na periferia. São Paulo: Annablume/Brasília: FAC ,. 2012
- VAINER, Carlos -(2011) CONFLITO: a alma de uma cidade - Entrevista - <http://copa2014curitiba.wordpress.com/2011/01/28/conflito-a-alma-de-uma-cidade/>
- VELHO, Gilberto "O antropólogo pesquisando em sua sociedade: Sobre conhecimento e heresia." In: Velho, G. (org.). O desafio da cidade. Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

- \_\_\_\_\_ (1989) [1973] A Utopia Urbana. Um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- VIDAL, LAURENT. De Nova Lisboa a Brasília: a Invenção de uma capital (Séculos XIX-XX) Editora: EDU - UNB. 2008
- WALLERSTEIN, Imanuel (2013) “Levantes aqui, ali e em toda parte” - Artigo <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Wallerstein-Levantes-aqui-ali-e-em-toda-parte/2/28373>
- ZIBECCHI, Raúl 2007 Autonomías y emancipaciones. América Latina en movimiento, Universidad de San Marcos, Lima.

## Documentos

- 2012 Ano de Valorização do Patrimônio Cultural da Humanidade - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - Secretaria de Estado de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano
- Ata de discussão do evento Brasília, Cidade Verde “Diálogos na Praça: TEMA: BRASÍLIA, PATRIMÔNIO CULTURAL” (2008)
- Ata de discussão do evento Brasília, Cidade Verde “Diálogos na Praça: TEMA: CIDADE VERDE” (2008)
- Brasília revisitada - Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. - COSTA, Lucio. 1985/87
- Carta-convite para o evento Brasília, Cidade Verde (2008)
- DECRETO-LEI nº 25, DE 30 NOVEMBRO DE 1937. - Organiza a proteção do patrimônio
- DECRETO Nº 10.829, DE 14 DE OUTUBRO DE 1987. - Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.
- DECRETO No 33.506, DE 26 DE JANEIRO DE 2012. - Institui o “Ano de Valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade”
- DECRETO nº 80.978, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1977. - Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultura e Natural, de 1972.
- História das prefeituras de quadra de Brasília - Texto de Ricardo Pires - Ex -Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul (2008)
- histórico e artístico nacional.
- LEI No 3.751, DE 13 DE ABRIL DE 1960. - Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal
- Patrimônio histórico: como e por que preservar/coordenação de: Nilson Ghirardello e Beatriz Spisso; colaboradores: Gerson Geraldo Mendes Faria [et al.]. -- Bauru, SP: Canal 6, 2008.
- PORTARIA Nº 11, DE 7 DE MARÇO DE 2012 - DF
- PORTARIA Nº 9, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012. - DF - Constituir o Comitê Executivo para o “Ano de Valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade” - Retificação
- PORTARIA Nº 314, DE 08 DE OUTUBRO DE 1992 - IPHAN
- Relatório do Plano Piloto de Brasília. COSTA, Lúcio, Brasília, GDF, 1991
- Relatório geral do evento Brasília, Cidade Verde (2008)